



**NADINE MENDES
HELENO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA EM ESPAÇOS RURAIS:
APLICAÇÃO ÀS TERRAS DE SICÓ**



**NADINE MENDES
HELENO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA EM ESPAÇOS RURAIS:
APLICAÇÃO ÀS TERRAS DE SICÓ**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Doutora Ana Filipa Fernandes Aguiar Brandão, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Economia, Gestão, Eng.^a Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof.^a Doutora Zélia Maria de Jesus Breda
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Ana Filipa Fernandes Aguiar Brandão
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Concluir este projeto e alcançar a meta desta etapa a muito se deveu a diversas pessoas no meu círculo.

Em primeiro lugar, deveu-se à minha mãe nunca me ter cortado as asas e sempre me ter deixado ir atrás de tudo o que eu quero, assim como ao meu pai e irmão pelo apoio.

Ao Fábio, pelo apoio e motivação que me deu em momentos de stress e de menor motivação, e pelos momentos alegres que me renovavam as energias e me davam força para encarar este projeto com convicção.

Aos restantes meus amigos que, apesar de muito trabalho termos em mãos, arranjávamos umas horas na agenda para ir beber um café e queixarmo-nos que a nossa dissertação estava mais atrasada do que o que devia e, assim, encontrarmos força ao saber que não estávamos sozinhos nesta maratona.

À minha coordenadora e professora Filipa Brandão, por ser a minha luz num túnel que muitas vezes se encontrava escuro e sem direções; por me guiar e motivar a fazer bem e melhor.

Por último, mas nem por isso menos importante, agradeço aos vários Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais das Terras de Sicó, e ao Turismo do Centro de Portugal, por aceitarem colaborar, pois sem eles não seria possível concluir este meu projeto.

palavras-chave

turismo comunitário, turismo sustentável, turismo no espaço rural, objetivos de desenvolvimento sustentável

resumo

Atualmente verifica-se que as tendências no setor do turismo se estão a alterar e que o turista procura cada vez mais por uma experiência autêntica e para a fuga de espaços turísticos massificados e urbanos, assim como se verifica o aumento da consciencialização para a sustentabilidade. Como resposta a essa tendência, o turismo de base comunitária nos espaços rurais tem potencialidades para satisfazer os requisitos da procura ao mesmo tempo que garante benefícios para os espaços e comunidade locais dos destinos rurais. O presente projeto pretende demonstrar como é possível desenvolver turisticamente uma região de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, envolvendo a comunidade no processo e permitindo que a comunidade seja favorecida a vários níveis através do setor do turismo. O projeto desenvolvido foi focado na região de Terras de Sícó, tendo sido considerados os espaços rurais da região. Como forma de melhor planeamento do projeto, foram inquiridas várias entidades, como as Câmaras Municipais integrantes e o Turismo do Centro de Portugal. Contudo, os moldes do projeto são possíveis de aplicar a outras regiões nacionais e internacionais, tendo de se verificar, porém, a adaptação do projeto à conjuntura e características regionais.

keywords

community-based tourism, sustainable tourism, rural tourism, sustainable development goals

abstract

Nowadays, trends in the tourism sector are changing and tourists are increasingly looking for an authentic experience and they wish to escape from mass tourism and urban spaces, as well as their awareness for sustainability is increasing. In response to this trend, community-based tourism in rural areas has the potential to meet demand requirements while ensuring benefits to the local spaces and community of rural destinations.

The present project intends to demonstrate how it is possible to develop a tourism region in accordance with the Sustainable Development Objectives, involving the community in the process and allowing the community to be favoured at various levels through the tourism sector.

The project was focused on Terras de Sico region, having been considered the rural areas of the region. As a way of better planning of the project, several entities, such as the City Councils and the Tourism of the Center of Portugal, were surveyed. However, the design of the project is possible to apply to other national and international regions, however the project must adapt to the regional context and characteristics.

Índice geral

Introdução	1
Apresentação da temática e sua relevância.....	1
Objetivos.....	2
Estrutura	3
Capítulo I - Turismo e Desenvolvimento Sustentável.....	4
1.1. Introdução	4
1.2. Turismo Sustentável	5
1.3. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	7
1.4. Contribuição do Turismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável....	16
1.5. Conclusão.....	23
Capítulo II - Turismo de Base Comunitária	25
2.1. Introdução	25
2.2. Enquadramento do Turismo de Base Comunitária	26
2.2.1. Conceptualização do Turismo de Base Comunitária.....	26
2.2.2. Modelo de Desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária.....	29
2.2.3. Impactos do Turismo de Base Comunitária	36
2.2.1. Perfil dos turistas participantes no Turismo de Base Comunitária.....	39
2.2.2. Evolução e Tendências do Turismo de Base Comunitária	40
2.3. Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	42
2.4. Desenvolvimento de um projeto de Turismo de Base Comunitária	46
2.4.1. Envolvimento comunitário e projetos de desenvolvimento regionais.....	48
2.4.2. Sistemas e estrutura organizacionais e de gestão	48
2.4.3. Mecanismos de financiamento e de gestão do património	51

2.4.4.	Capacitação local	54
2.4.5.	Desenvolvimento e marketing do produto.....	56
2.4.6.	Relação entre <i>stakeholders</i>	58
2.5.	Conclusão.....	60
Capítulo III - Turismo no Espaço Rural		62
3.1.	Introdução	62
3.2.	Conceito de áreas rurais e ruralidade	64
3.3.	Enquadramento do Turismo no Espaço Rural	65
3.3.1.	Conceptualização do Turismo no Espaço Rural.....	65
3.3.2.	Desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural	71
3.3.3.	Caracterização dos turistas em Turismo no Espaço Rural	72
3.3.4.	Evolução e Distribuição do Mercado	74
3.4.	Potencial do Turismo no Espaço Rural para o Desenvolvimento Sustentável	79
3.4.1.	Conjuntura do Espaço Rural.....	82
3.4.2.	Potenciais impactos da adoção de uma abordagem sustentável no Turismo no Espaço Rural.....	83
3.5.	Conclusão.....	86
Capítulo IV Metodologia.....		88
4.1.	Introdução	88
4.2.	Processo de planeamento do projeto de investigação	89
4.3.	Planeamento e justificação do problema	90
4.4.	Construção do modelo teórico	92
4.5.	Determinação da população e amostra em estudo	97
4.6.	Codificação e obtenção de dados.....	98
4.7.	Análise dos resultados	99

4.8.	Aplicação da investigação aos fins propostos.....	99
4.9.	Conclusão.....	101
Capítulo V Análise <i>Benchmarking</i>		102
5.1.	Introdução	102
5.2.	Projetos internacionais	103
5.2.1.	Trilhas Griô	103
5.2.2.	Reality Tours & Travel	104
5.2.3.	Burren and Cliffs of Moher Geopark	105
5.3.	Projetos nacionais	107
5.3.1.	Projecto Querença	107
5.3.2.	In2south - Proactivetur	108
5.3.3.	Aldeia Viva	110
5.4.	Conclusão.....	111
Capítulo VI Caracterização Geral das Terras de Sicó		112
6.1.	Introdução	112
6.2.	Localização e área.....	113
6.3.	Caracterização do território	119
6.4.	Contexto histórico e cultural.....	127
6.5.	Estrutura sociodemográfica	142
6.6.	Estrutura económica	153
6.7.	Infraestruturas e equipamentos	156
6.8.	Associativismo e intermunicipalismo	159
6.9.	Conclusão.....	162
Capítulo VII Análise de Mercado das Terras de Sicó		164
7.1.	Introdução	164

7.2.	Caracterização da oferta turística.....	165
7.3.	Caracterização da procura turística.....	169
7.4.	Conclusão.....	175
Capítulo VIII Plano de desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em espaços rurais: aplicação em Terras de Sicó		
		176
8.1.	Introdução	176
8.2.	Análise das entrevistas.....	177
8.2.1.	Planeamento e desenvolvimento turístico	177
8.2.1.	Relação entre a comunidade local e o turismo	180
8.2.2.	O projeto de Turismo Comunitário nas Terras de Sicó.....	181
8.3.	Proposta de plano de desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em espaços rurais: aplicação em Terras de Sicó	183
8.3.1.	Descrição da organização	183
8.3.2.	Definição da estratégia organizacional.....	184
8.3.3.	Envolvimento comunitário	189
8.3.4.	Sistemas e estrutura organizacional.....	192
8.3.5.	Mecanismos de financiamento	192
8.3.6.	Capacitação local.....	198
8.3.7.	Desenvolvimento e marketing dos produtos	199
8.3.8.	Relação entre <i>stakeholders</i>	213
8.4.	Conclusão.....	214
Conclusão		215
Referências Bibliográficas.....		220
Anexos.....		235
Anexo A - Guião das entrevistas aplicadas		235
Anexo B - Análise <i>benchmarking</i>		238

Anexo C - Estrutura sociodemográfica	248
Anexo D - Estrutura económica	251

Índice de figuras

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	8
Figura 2 - Oito degraus da escada da participação cidadã.....	30
Figura 3 - Modelo evolucionário das parcerias em turismo.	33
Figura 4 - Um modelo de turismo de base comunitária.	34
Figura 5 - Elementos integrantes do capital rural.....	70
Figura 6 - Turismo como catalisador do desenvolvimento sustentável de destinos rurais..	80
Figura 7 - Aspetos a considerar aquando a definição de uma estratégia de desenvolvimento turístico sustentável	81
Figura 8 - Estrutura para compreender a sustentabilidade do Turismo Rural de Base Comunitária.	82
Figura 9 - Área geográfica das Terras de Sicó.	113
Figura 10 - Sugestão de produtos turísticos a desenvolver Fonte: elaboração própria	200

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução da capacidade de alojamento total em TER e TH, no continente, no período 1999-2016.....	76
Gráfico 2 - Distribuição por regiões do total de estabelecimentos em TER e TH, em Portugal, no ano 2016	77
Gráfico 3 - Distribuição por regiões da capacidade total em TER e TH, em Portugal, no ano 2016	77
Gráfico 4 - Média da temperatura anual (2016) por concelhos.....	120
Gráfico 5 - Comparação entre o total da população residente (Nº), por município da região Terras de Sicó e municípios limítrofes, nos anos 2011 e 2016	143
Gráfico 6 - População residente (Nº) nos municípios, por grupo etário, no ano 2016.....	145

Gráfico 7 - Saldo natural (N.º) por local de residência (NUTS - 2013); 2011 e 2016	146
Gráfico 8 - Saldo migratório (N.º) por local de residência (NUTS - 2013); 2011 e 2016	147
Gráfico 9 – Evolução do índice de envelhecimento (N.º) por concelho, 2011-2016	149
Gráfico 10 – Evolução do índice de longevidade (nº) por concelho, 2011-2016.....	150
Gráfico 11 - Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%), por concelho, à data dos Censos 2011	152
Gráfico 12 – Evolução do número de quartos e hóspedes na região Centro, 2010-2016..	171
Gráfico 13 - Evolução do número de quartos e estada média na região Centro, 2010-2016	172
Gráfico 14 - Evolução do número de quartos e taxa de ocupação-quarto na região Centro, 2010-2016.....	172
Gráfico 15 – Sazonalidade ao nível municipal no ano de 2016	174

Índice de tabelas

Tabela 1 - Descrição dos oito degraus da escada da participação de Arnstein (1969).....	31
Tabela 2 - Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	43
Tabela 3 - Atividades turísticas características do espaço rural e do espaço urbano	67
Tabela 4 - Características comparativas entre o Turismo no Espaço Rural e o Turismo Urbano	68
Tabela 5 – Caracterização de turistas em TER em época alta e baixa.	73
Tabela 6 – Evolução do número de estabelecimentos e capacidade de alojamento no TER e TH (continente).....	75
Tabela 7 - Discriminação por regiões NUTII (continente) do TER e TH, 2016.....	77
Tabela 8 – Evolução do número de dormidas segundo modalidade de TER e TH no continente (em milhares)	78

Tabela 9 – Evolução do número de dormidas em TER e TH segundo regiões (NUTS II de Portugal Continental) em milhares	79
Tabela 10 – Proximidade do Município de Alvaiázere a locais estratégicos	114
Tabela 11 - Proximidade do Município de Ansião a locais estratégicos.....	115
Tabela 12 - Proximidade do Município de Condeixa-a-Nova a locais estratégicos.....	116
Tabela 13 - Proximidade do Município de Penela a locais estratégicos	116
Tabela 14 - Proximidade do Município de Pombal a locais estratégicos	117
Tabela 15 – Proximidade do Município de Soure a locais estratégicos	118
Tabela 16 - Principais usos e ocupação do território – SIC Paul de Arzila.....	121
Tabela 17 - Principais usos e ocupação do território – ZPE Paul de Arzila.....	122
Tabela 18 - Principais usos e ocupação do território - Sítio Sicó/Alvaiázere	123
Tabela 19 - Principais usos e ocupação do território - Paul da Madriz	125
Tabela 20 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Alvaiázere...	128
Tabela 21 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Ansião.....	131
Tabela 22 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Condeixa-a-Nova	133
Tabela 23 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Penela	135
Tabela 24 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Pombal	138
Tabela 25 – Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Soure	141
Tabela 26 – Comparação da população residente (Nº) nos municípios, por género, no ano 2016	144
Tabela 27 - Taxa de analfabetismo (%) por concelho e género à data dos Censos 2011..	151
Tabela 28 - Estabelecimentos de ensino não superior, nas Terras de Sicó, por nível de ensino e natureza institucional	157
Tabela 29 – Equipamentos coletivos nos concelhos das Terras de Sicó: Saúde	159
Tabela 30 – Oferta de empreendimentos turísticos nas Terras de Sicó.....	165

Tabela 31 – Oferta em alojamento local nas Terras de Sicó	166
Tabela 32 – Agentes de animação turística nas Terras de Sicó.....	167
Tabela 33 – Análise de indicadores de procura turística, 2016.....	169
Tabela 34 – Proporção de hóspedes por país na região Centro, 2016.....	171
Tabela 35 – Evolução de indicadores turísticos da região Centro, 2010-2016	173
Tabela 36 – Objetivos estratégicos da Organização com base nos ODS	186
Tabela 37 - Características do produto turístico com base nos ODS	201
Tabela 38 - Análise benchmarking de projetos internacionais.....	238
Tabela 39 – Análise benchmarking de projetos nacionais	244
Tabela 40 - População residente (N.º) por local de residência (NUTS - 2013), género e grupo etário; anual	248
Tabela 41 – População estrangeira com estatuto legal de residente (nº) por concelho de residência e nacionalidade, 2011-2016.....	249
Tabela 42 - Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades (à data dos Censos 2011), por tipo de dificuldade e grau de dificuldade, 2011	250
Tabela 43 - Empresas (N.º) por região e atividade económica, 2012-2016	251
Tabela 44 - Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012	253
Tabela 45 – Evolução dos indicadores económicos, 2001 e 2011	259

Lista de Siglas e Nomenclaturas

ADR Taxa diária média (*Average Daily Rate*)

AL Alojamento Local

CM Câmara Municipal

DLBC Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DOP Denominação de Origem Protegida

ET Empreendimentos Turísticos

FSE Fundo Social Europeu

GAL Grupo de Ação Local

INE Instituto Nacional de Estatística

NUTS II Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, 2º nível

NUTS III Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, 3º nível

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PDR 2020 Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

RevPar Receita por quarto disponível

SIC Sítio de Importância Comunitária

TBC Turismo de Base Comunitária

TER Turismo no Espaço Rural

TH Turismo de Habitação

TrevPar Total da receita por quarto disponível

ZPE Zona de Proteção Especial

Introdução

Apresentação da temática e sua relevância

A temática do projeto relaciona-se com as potencialidades do turismo de base comunitária - sendo este uma forma de turismo alternativo que promove o desenvolvimento sustentável -, aplicado num destino em espaço rural, para o desenvolvimento local com ênfase na comunidade residente. O desenvolvimento local pretendido deve encontrar-se intrinsecamente ligado ao desenvolvimento sustentável ao contribuir para a resolução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU (Organização das Nações Unidas). Isto porque a importância do turismo para o desenvolvimento sustentável revê-se na declaração do ano 2017 como o *Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento* pela ONU.

Com a massificação do turismo e com as tendências a verterem cada vez mais para a procura por uma experiência autêntica e para a fuga de espaços turísticos massificados e urbanos, o turismo de base comunitária agregado ao turismo no espaço rural tem potencialidades para satisfazer os requisitos da procura ao mesmo tempo que garante benefícios para os espaços e comunidade locais dos destinos rurais. Deste modo, pretende-se retirar o maior partido do turismo para o investimento no desenvolvimento sustentável de áreas rurais mais desfavorecidas como é o caso de áreas rurais nas Terras de Sicó (DGADR, n.d.; Garrod, Wornell, & Youell, 2006; Lane, 1994; Martínez-Roget, Moutela, & Núñez, 2015; Moric, 2013; Okech, Haghiri, & George, 2012; Silva & Leal, 2015; Velázquez et al., 2010).

Ao contrário do que acontece em vários pontos rurais e remotos do Mundo, dos estudos direcionados ao território nacional raros são os que abordam o conceito de turismo comunitário e abordam a importância do mesmo para o desenvolvimento rural em Portugal. Assim como relativamente a projetos desenvolvidos em Portugal temos o exemplo do Projeto Querença (Lima, Silva, & Silva, 2016) que realça a importância do turismo comunitário para o desenvolvimento local na aldeia de Querença. Outro projeto que promove o desenvolvimento sustentável de aldeias nacionais é a Rede das Aldeias do Xisto que integra a população residente na estratégia e aborda implicitamente o turismo comunitário. Portanto, por falta de projetos que revitalizem as Terras de Sicó, e por falta de estudos e projetos nacionais que diretamente abordem no turismo comunitário no espaço rural,

ressalta-se a importância de criar um projeto que evidencie o papel do turismo comunitário aplicado no espaço rural das Terras de Sicó que vise o desenvolvimento sustentável local.

Desse modo, este estudo cobrirá a inexistência de investigação no que se refere à região de aplicação no âmbito do turismo, e permitirá o desenvolvimento dos espaços rurais através do potencial do turismo comunitário para o crescimento económico sustentável e inclusivo, para a inclusão social, para a redução do desemprego e da pobreza, para aumentar a eficiência dos recursos e proteger o ambiente, e para a preservação dos valores culturais e do património. Pretende-se que a comunidade beneficie como um todo e não apenas os locais que atuam diretamente no setor do turismo.

Objetivos

Com este projeto, pretende-se contribuir para o planeamento e desenvolvimento sustentável das comunidades rurais em geral, e das Terras de Sicó em particular, através do turismo ao mesmo tempo que se contribui para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Desse modo, o objetivo geral é criar um projeto de turismo comunitário no espaço rural nas Terras de Sicó, que contribua para o desenvolvimento sustentável de acordo com os ODS. Para tal, os objetivos específicos são os seguintes:

- Conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que podem ser atingidos através do turismo e o modo como o turismo permite atingir tais objetivos;
- Conhecer e compreender as premissas do turismo comunitário no espaço rural através da revisão da literatura no âmbito do Turismo de Base Comunitária e do Turismo no Espaço Rural;
- Compreender de forma geral como o turismo comunitário no espaço rural contribui para o desenvolvimento sustentável local;
- Analisar a evolução da conjuntura económica e social das comunidades das Terras de Sicó;
- Analisar a evolução do turismo na região das Terras de Sicó;
- Avaliar as dinâmicas de envolvimento das comunidades locais no setor do turismo (rural) na região (níveis de envolvimento e benefícios);
- Compreender em que medida o turismo nas Terras de Sicó é apoiado, desenvolvido e promovido, e como permite o desenvolvimento das comunidades locais;

- Conhecer a perceção das organizações públicas e privadas, com intervenção no sector do turismo da região, relativamente à viabilidade de um projeto de turismo comunitário na região e seu desenvolvimento sustentável;
- Criar as bases para o desenvolvimento e implementação de um projeto de turismo comunitário no espaço rural com vista ao desenvolvimento sustentável das Terras de Sicó.

Estrutura

O presente projeto de dissertação encontra-se organizado em oito capítulos. Os três primeiros capítulos abordam as três principais temáticas do projeto: turismo e desenvolvimento sustentável, turismo comunitário e turismo no espaço rural. O quarto capítulo refere-se à apresentação da metodologia abordada para o desenvolvimento do projeto. Os dois capítulos seguintes são importantes para o planeamento do projeto no último capítulo, uma vez que a análise *benchmarking* realizada, a caracterização da região, e a análise de mercado permitem adequar o projeto à região e às melhores práticas de projetos de sucesso. Por fim, no oitavo e último capítulo, o projeto é apresentado e desenvolvido com base em todos os capítulos anteriores e de acordo com o objetivo geral proposto.

Capítulo I - Turismo e Desenvolvimento Sustentável

1.1. Introdução

Este primeiro capítulo tem como objetivo principal analisar a relação entre Turismo e Desenvolvimento Sustentável, bem como a evolução e relevância atual desta relação. Para tal, para além de uma revisão de literatura mais abrangente sobre os conceitos, foi focalizou-se a análise nos atuais e estruturantes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU enquanto elemento capaz de operacionalizar a relação ‘Turismo-Sustentabilidade’ e a forma como o turismo, de modo geral, contribui para a concretização dos dezassete ODS. Este capítulo encontra-se, assim, organizado em três secções.

Na primeira secção, será abordada a questão do turismo sustentável de modo a identificar as dimensões e princípios que o turismo deve seguir de modo a permitir o desenvolvimento sustentável do setor e do destino, assim como serão identificados indicadores que permitem avaliar a sustentabilidade do setor através da avaliação dos impactos do turismo.

Na segunda secção do presente capítulo serão apresentados os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU e o que os mesmos pretendem alcançar.

Em seguimento, na terceira e última secção, serão identificadas as metas estabelecidas da responsabilidade do turismo para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Para além disso, serão identificadas as medidas que devem ser consideradas pelo setor do turismo para não só cumprirem as metas direcionadas especificamente ao setor, mas também para ajudar a concretizar os dezassete objetivos definidos.

1.2. Turismo Sustentável

Quando a preocupação com a sustentabilidade do turismo surgiu, o foco principal passava pela dimensão ambiental uma vez que era essa a dimensão que era considerada como essencial para o crescimento da atividade turística (Torres-Delgado & Palomeque, 2014). De facto, o desenvolvimento do turismo, assim como se verifica também no desenvolvimento de outras atividades, tem aspetos negativos associados, contudo não apenas a nível ambiental. Esses aspetos negativos são diversos, desde a deslocação social, como a perda de património cultural, a dependência económica, assim como a degradação ecológica. Desse modo, a UNESCO (2010) apresenta o turismo sustentável como sendo uma forma de turismo que respeita os residentes e os visitantes, assim como o património cultural e o meio ambiente.

Turismo sustentável, segundo Pakshir & Nair (2011), envolve um desenvolvimento viável a longo prazo que deve garantir que o presente ambiente não sofre degradação ou modificação. Para tal, é crucial oferecer um produto de qualidade duradoura, utilizar fontes de energias alternativas de modo a preservar o meio ambiente, preservar o património e promover um produto turístico de valor.

Rozemeijer, Gujadhur, Motshubi, Berg, & Flyman (2001) sugere que o turismo sustentável deve encontrar-se direcionado a quatro dimensões, sendo elas a viabilidade económica, a sustentabilidade ecológica, a distribuição de custos e proveitos equitativa, e a transparência na organização turística.

Assim, verifica-se que o turismo sustentável possui vários princípios que não se cingem à dimensão ambiental. Posteriormente, foram identificados três pilares que apoiam a sustentabilidade da indústria do turismo: o pilar social, o pilar económico e o pilar ambiental. Porém, a abordagem da sustentabilidade sobre estes três pilares começou a ser considerada limitada, tendo-se integrado, igualmente, as dimensões cultural, política e tecnológica (Eusébio & Figueiredo, 2014; Torres-Delgado & Palomeque, 2014).

Entre estas seis dimensões, deve-se observar um equilíbrio, assim como também se deve verificar um equilíbrio na gestão e no envolvimento comunitário de modo a garantir uma sustentabilidade a longo prazo. Ou seja, para existir desenvolvimento sustentável, é fundamental que vários critérios de sustentabilidade nestas seis dimensões sejam cumpridos. De salientar, que para se verificar a sustentabilidade do setor, todos os *stakeholders* devem

demonstrar preocupação pela sustentabilidade e demonstrar esforços (Eusébio & Figueiredo, 2014; Kayat, 2014; Sutawa, 2012; UNESCO, 2010).

Para apoiar o desenvolvimento sustentável, Kayat (2014) identifica cinco dimensões que se deve ter em consideração:

- O envolvimento da comunidade, empoderamento e liderança. O empoderamento é crucial para que a comunidade se envolva no turismo, e uma boa liderança motivará os membros da comunidade a se envolverem nas mais diversas atividades.
- Os benefícios para a comunidade. Assim que o turismo deixar de gerar benefícios para a comunidade, deixa de ser sustentável. Os benefícios podem ser diversos e incluem a criação de recursos como centros de saúde, educação e infraestruturas direcionadas à própria comunidade.
- A colaboração e as redes. Para que se crie procura e que se a mantenha, é fundamental o apoio de colaborações e redes criadas. De salientar que a formação que a comunidade necessita para prestar um bom serviço e positivamente participar nas atividades turísticas, poder ter de ser facultada por formadores externos que se encontrarão conectados através de redes criadas.
- O marketing e a promoção. O marketing deve ser desenvolvido para que a oferta seja conhecida por potenciais visitantes e que estes possam tomar a decisão de visitar o destino.
- A conservação. A conservação dos recursos é essencial para a sustentabilidade do turismo ao serem as atrações turísticas e ao apresentarem elevado valor. Para tal, todos os *stakeholders* devem estar conscientes e devem aplicar esforços para garantir a conservação dos diversos recursos.

No apoio ao turismo sustentável, a World Tourism Organization (2004) identifica vários tipos de indicadores de modo a medir os impactos do turismo e, desse modo, antecipar impactos negativos graves que colocarão em causa a sustentabilidade do setor. Exemplos de indicadores encontram-se agrupados em seis categorias:

- Indicadores de aviso: declínio no número de turistas que tencionam regressar ao destino;
- Indicadores de *stress* no sistema: índice de criminalidade, escassez de água;

- Indicadores de medição do impacto do desenvolvimento turístico nos ambientes biofísico e socioeconómico: índice de nível de desflorestação, mudanças no padrão de consumo, níveis de rendimento das comunidades locais;
- Indicadores de medição do esforço de gestão: custo da limpeza para descontaminação costeira;
- Indicadores de medição do efeito de gestão, resultados ou performance: alterações nos níveis de poluição, elevado número de turistas que regressam ao destino.

1.3. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

No ano 2000, as Nações Unidas estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio que pretendiam a erradicação da pobreza extrema e da fome, a educação primária universal, garantir a sustentabilidade ambiental, e desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento. De 2000 a 2015, surgiram dificuldades que comprometeram a concretização dos objetivos estabelecidos, como a importância de identificar as fontes de apoio, estabelecer indicadores de medição do progresso que fossem apropriados, e a falta de clareza relativamente ao papel de certos atores (sociedade civil e setor privado) (UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain, 2016).

Em sequência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, em 2015, na *2030 Agenda for Sustainable Development*, a Organização das Nações Unidas, em 2016, estabeleceu 17 objetivos com 169 metas para o desenvolvimento sustentável (Figura 1) que são da responsabilidade de todas as nações mundiais (United Nations, 2017a; UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain, 2016). Isto porque apesar de metas terem sido alcançadas no período de 2000 a 2015 relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, ainda se verificava pobreza, falta de acessos a serviços básicos, desigualdade de género, degradação ambiental, conflitos e um grande fosso entre as pessoas mais pobres e as pessoas mais ricas, assim como um grande fosso entre as áreas urbanas e as áreas rurais (United Nations, 2015).



*Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: United Nations (2017b)*

1. Erradicar a pobreza

O conceito de pobreza não abrange apenas a questão da falta de rendimentos, mas também as consequências que daí advêm que se encontram relacionadas com a fome e a malnutrição, o acesso limitado à educação e outros serviços básicos, a discriminação e exclusão, e a falta de participação nos processos de tomada de decisão. Assim como a pobreza afeta várias dimensões, esta é influenciada por várias dimensões também, sendo elas o desemprego, a exclusão social, a vulnerabilidade de certas populações a certos desastres, doenças e outros aspetos que impedem a população de ser produtiva (United Nations, 2017b).

O objetivo passa por erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todo o lado até 2030. Existe uma urgência a cumprir este objetivo porque apesar de se verificarem resultados positivos na redução da pobreza desde 1990 com a redução da taxa de pobreza extrema para metade, milhões de pessoas ainda vivem abaixo do limiar da pobreza e demasiadas encontram-se em risco de voltar para o estado de pobreza e não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas. Dessa forma, o crescimento económico deve ser caracterizado pela inclusão de modo a permitir a sustentabilidade e a equidade no crescimento (United Nations, 2017b).

2. Erradicar a fome

Este segundo objetivo passa por erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Ao alcançar este objetivo está-se não só a

garantir uma boa alimentação, mas tudo o que é consequente de uma boa nutrição, como saúde e menor predisposição a doenças, assim como a melhoria da qualidade de vida no geral que terá repercussões na economia, na educação e na sociedade

A questão da falta de acesso a bens alimentares e da fome advém de vários fatores como instabilidade política e social que dificulta o acesso aos recursos, assim como o desperdício de comida. Também é necessário abordar questões relacionadas com as alterações climáticas e a degradação dos solos, dos recursos de águas, dos oceanos, das florestas e da biodiversidade, o que impede a prática da agricultura, da silvicultura e da pesca. A agricultura, a silvicultura e a pesca conseguem garantir a satisfação a nível nutricional e, adicionalmente, gerar rendimentos e proteger o ambiente se as atividades económicas forem bem desenvolvidas. Para garantir a boa prática destas atividades, é necessário melhorar o sistema uma vez que são estes os meios essenciais que permitem o cumprimento deste objetivo (United Nations, 2017b).

3. Boa saúde e bem-estar

Este terceiro objetivo passa por garantir a saúde e promover o bem-estar de toda a população mundial e em todas as idades de modo a construir sociedades prósperas. Para tal, as intenções encontram-se voltadas para reduzir as taxas relacionadas com a mortalidade infantil e a mortalidade materna, e aumentar a esperança média de vida através do acesso a água potável e a saneamento, da redução da transmissão de doenças e até mesmo de esforços para erradicar determinadas doenças (United Nations, 2017b).

De modo a facilmente contribuir, é necessário que haja uma promoção e proteção relativamente à nossa própria saúde e à saúde daqueles que nos rodeiam. Essa promoção e proteção passa por tomar boas decisões baseadas em informação de qualidade, educar os jovens sobre cuidados a ter aquando das relações sexuais, vacinar as crianças, promover a importância da saúde dentro da comunidade em que estamos inseridos, e participar em atividades educacionais junto a escolas (United Nations, 2017b).

4. Educação de Qualidade

A educação, ao ser uma das estruturas para obter melhorias na qualidade de vida e ser uma ajuda essencial para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, necessita de ser promovida através da melhoria e aumento do acesso à educação em todos os níveis e

principalmente para as meninas e mulheres, para que se garanta a inclusão e a igualdade do direito à educação (United Nations, 2017b).

Através da educação, garante-se a inclusão e a igualdade entre comunidades, assim como se motiva a população mundial a tomar hábitos na sua vida quotidiana que vão de encontro à sustentabilidade e boas práticas em termos de saúde, e gere oportunidades de emprego. Portanto é necessário atuar junto dos governos, do setor privado e de organizações não-governamentais de modo a tornar a educação numa prioridade, investir recursos para o desenvolvimento de ferramentas e infraestruturas de apoio à educação, e para cultivar a necessidade da educação junto das comunidades (United Nations, 2017b).

5. Igualdade de Género

É urgente alcançar a igualdade de género e terminar com situações de discriminação e violência para com as mulheres de modo a formar uma comunidade global prosperada, sustentável e harmoniosa. É necessário que se verifiquem as mesmas oportunidades no acesso à educação e à saúde, assim como no trabalho e em processos de tomada de decisão. A partir da igualdade de género, consegue-se tirar partido de todo o potencial existente a nível mundial e retirar os melhores proveitos dessa situação (United Nations, 2017b).

Para alcançar tal objetivo, é fundamental que se lute pelos direitos educacionais e de saúde e que estes sejam incutidos no seio da comunidade através do apoio a campanhas que promovam a igualdade de género, do empoderamento feminino, e que se denunciem ações ou associações que despromovam esta igualdade de género (United Nations, 2017b).

Água limpa e Saneamento

Devido às fracas infraestruturas e decisões económicas, o direito à água limpa não é disfrutado por todos em todas as partes do mundo, assim como o saneamento adequado ainda não chegou a todo o lado. Por vezes, esta questão é afetada pelas alterações climáticas que provocam secas em várias regiões, diminuindo significativamente os recursos de água potável, assim como prejudicando a agricultura, o que causa situações de fome e malnutrição. De salientar que cerca de 40% da população mundial não tem acesso a água potável e essa taxa tende a aumentar. Assim como 80% da água utilizada por indústrias é descarregada para rios e mares sem sofrer tratamento prévio necessário

Em consequência desses fatores, várias doenças são contraídas, degradando a saúde e bem-estar e causando a morte, assim como se verificará um impacto negativo na economia mundial (United Nations, 2017b).

Para que se garanta o acesso a água limpa e ao saneamento, é necessário investir capital e esforços para reverter a situação atual. Ações como investimento em pesquisa e desenvolvimento, promoção da inclusão de mulheres, jovens e comunidade locais na gestão dos recursos de água, e a promoção de decisões tomadas com base na sustentabilidade e no sistema ecológico permitem caminhar em direção ao cumprimento deste objetivo de desenvolvimento sustentável (United Nations, 2017b).

6. Energia acessível e limpa

Este sétimo objetivo passa por garantir o acesso a energia economicamente acessível, de confiança, sustentável e moderna por todos, que é essencial para o mundo atual porque é necessária a atividades económicas e produção de alimentos, assim como para a segurança e o aumento de rendimentos. Este tipo de energia também é uma mais-valia para o ambiente ao ajudar a reverter a situação das alterações climáticas (United Nations, 2017b).

Em suma, sistemas energéticos bem estabelecidos beneficiarão todos os setores económicos. Em contrapartida, a falta de acesso a energia limpa e económica torna-se um obstáculo ao desenvolvimento económico, isto porque as mulheres perderão bastante tempo na recolha de água, clínicas de saúde não conseguirão guardar vacinas em *stock* necessárias para a vacinação das crianças, assim como crianças estudantes não conseguiram estudar em casa ao fim do dia, e, no geral, verifica-se um impedimento ao desenvolvimento de negócios competitivos (United Nations, 2017b).

Para combater os entraves provocados pela falta de acesso a energia, é necessário investir em recursos de energia renovável, adotar medidas de eficiência energética, assim como adotar tecnologias e infraestruturas que sejam amigas do ambiente. O incentivo à utilização de modos de reduzida energia e ao uso de meios de transporte alternativos também são medidas que possibilitam a resolução deste objetivo (United Nations, 2017b).

7. Trabalho decente e crescimento económico

O oitavo objetivo relaciona-se com promoção de um crescimento económico inclusivo e sustentável, e de emprego e trabalho decente para todos. Isto porque ter um emprego não

garante a fuga à pobreza se este não for bem pago, assim como se este não oferecer segurança no local de trabalho, perspectivas para desenvolvimento pessoal e integração social (United Nations, 2017b).

Verifica-se um progresso desigual no crescimento económico devido à falta de oportunidades de empregos cujo trabalho é considerado decente, ao investimento insuficiente e aos baixos níveis de consumo. Portanto, é essencial combinar esforços para que surjam oportunidades de emprego aliadas a boas condições de trabalho para que as sociedades beneficiem mais da produtividade potencial da população. Esses esforços passarão por investir na educação e formação, oferecer acesso a proteção social e serviços básicos, assim como garantir igualdade de oportunidades para todos independentemente do background. Consequentemente, o trabalho decente traduzir-se-á num crescimento económico significativo (United Nations, 2017b).

8. Indústria, Inovação e Infraestrutura

Este objetivo realça a importância de construir uma infraestrutura resiliente (transportes, irrigação, energia, tecnologias de informação e comunicação), de promover a sustentabilidade industrial e de promover a inovação. Isto porque o investimento em infraestruturas traduzir-se-á no desenvolvimento sustentável, no empoderamento de comunidades, no aumento da produtividade e consequentes rendimentos, e na melhoria da saúde e educação. Desse modo, o desenvolvimento industrial nos parâmetros da sustentabilidade e da inclusão permitem o aumento da qualidade de vida, assim como oferece soluções tecnológicas para atingir os objetivos ambientais (United Nations, 2017b).

Em suma, ao existirem infraestruturas de qualidade, os objetivos sociais, económicos e políticos são facilmente alcançados, uma vez que as infraestruturas inadequadas constituem uma barreira ao mercado, emprego e informação. Desse modo, para que o objetivo seja alcançado, é necessário garantir uma gestão sustentável de projetos e iniciativas através de regulamentação, e promover o crescimento sustentável (United Nations, 2017b).

9. Reduzir a desigualdade

O décimo objetivo passa por reduzir a desigualdade entre países e nos mesmos que se verifica ao nível do género, idade, incapacidade, na orientação sexual, na etnia, no acesso a serviços de saúde e de educação, e nos rendimentos (United Nations, 2017b).

A desigualdade traz impactos negativos a longo prazo ao nível do desenvolvimento social e económico, causa obstáculo à redução da pobreza, e provoca desvalorização nas pessoas. Estes impactos traduzem-se no aumento da criminalidade e de doenças e na degradação do ambiente (United Nations, 2017b).

Para contrariar as tendências verificadas nos países é necessário atender às necessidades das populações marginalizadas e em desvantagem através da eliminação de políticas discriminatórias e da promoção de legislação e ações apropriadas e universais. Para contrariar as tendências verificadas entre países é necessário garantir que os países em desenvolvimento se encontram bem representados aquando os processos de tomada de decisão relativamente a questões globais (United Nations, 2017b).

10. Cidades e comunidades sustentáveis

Pretende-se tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, pois porque uma cidade com estas características permite um grande avanço social e económico. O maior desafio a este objetivo é manter o crescimento e a prosperidade das cidades onde se pretende ter acessos a todos os serviços básicos, ao mesmo tempo que se garante a redução da poluição e o melhor uso de recursos. Isto porque a rápida urbanização impacta negativamente os recursos de água e de energia, a saúde pública e o ambiente caso não se verifiquem medidas sustentáveis e inclusivas. E esses impactos negativos traduzem-se em insegurança, poluição, fraca saúde, e baixa produtividade (United Nations, 2017b).

Para tal, deve-se, por exemplo, preservar o património cultural e natural, garantir o acesso a serviços básicos, reforçar relações positivas ao nível económico, social e ambiental entre áreas urbanas, suburbanas e rurais, assim como também se deve apoiar os países em desenvolvimento a construírem edifícios sustentáveis e resilientes (United Nations, 2017b).

11. Consumo e produção responsáveis

Garantir padrões sustentáveis no consumo e na produção é outro dos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável. Este objetivo passa por promover a eficiência energética e dos recursos, infraestruturas sustentáveis, e garantir o acesso a serviços básicos, emprego decente e melhor qualidade de vida de modo que não se prejudique irreversivelmente ao ambiente. Ao se cumprir este objetivo, os objetivos gerais de desenvolvimento são apoiados, os custos económicos, ambientais e sociais futuros são reduzidos, a competitividade económica é fortalecida e a pobreza reduz. Isto porque, ao reduzir o uso de recursos, a

degradação e a poluição, enquanto se aumenta a qualidade de vida, verifica-se um aumento dos ganhos obtidos através de atividades económicas (United Nations, 2017b).

Para que o objetivo seja alcançado e se obtenha benefícios, é fundamental que os consumidores, produtores, legisladores, investigadores, e vários outros, se encontrem envolvidos e adotem práticas sustentáveis. Também é necessário uma abordagem sistemática e que exista cooperação entre os diversos atores, assim como um aumento da consciencialização dos consumidores e promoção de práticas públicas igualmente sustentáveis (United Nations, 2017b).

12. Ação climática

O décimo terceiro objetivo relaciona-se com a urgência em combater as alterações climáticas e os seus impactos, uma vez que as alterações climáticas se encontram a afetar negativamente as diversas comunidades nos mais diversos níveis uma vez que afeta negativamente o desenvolvimento dos vários países ao diminuir a competitividade e crescimento de empresas, assim como prejudica as fontes de alimento e de água e que daí advirão conflitos (United Nations, 2017b).

Para alcançar este objetivo, soluções ecológicas e resilientes devem ser adotadas. Estas soluções devem estar coordenadas a nível internacional, e passam por alterar políticas e estratégias, aumentar a consciencialização e a educação relativamente a este tópico e, de modo geral, aumentar o uso de energias renováveis e reduzir as emissões de gases poluentes (United Nations, 2017b).

13. Vida debaixo de água

Conservar e utilizar de forma sustentável os recursos marinhos, os oceanos e os mares é outro objetivo a concretizar de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável. Isto porque o clima, a água potável, o oxigénio, e a alimentação encontram-se dependentes dos oceanos, assim como empregos, negócios, trocas comerciais e os transportes também se encontram dependentes dos oceanos (United Nations, 2017b).

É necessário minimizar os impactos negativos, reduzir a poluição marítima, regulamentar devidamente as práticas piscatórias, aumentar as investigações científicas e desenvolver tecnologias que melhorem a qualidade dos oceanos, e conservar os oceanos e seus recursos (United Nations, 2017b).

14. Vida em terra

O décimo quinto objetivo encontra-se relacionado com as florestas, desertificação e biodiversidade. Pretende-se aplicar uma gestão sustentável nas florestas, combater a desertificação, parar e reverter a desertificação dos solos, e parar a perda da biodiversidade. É crucial proteger as florestas porque estas oferecem segurança alimentar, ajudam a combater as alterações climáticas, protegem a biodiversidade, e são a casa de povos indígenas. A desflorestação e desertificação dos solos afetam negativamente o combate para a diminuição da pobreza e o desenvolvimento sustentável pretendido uma vez que a agricultura se encontra diretamente dependente das terras, as florestas são o habitat de várias espécies de animais, insetos e plantas, assim como são estas que fornecem oxigénio e água fundamentais à vida, e porque a biodiversidade ao ser negativamente afetada verificam-se impactos negativos no ecossistema (United Nations, 2017b).

Para que este objetivo seja alcançado, é necessário que a consciência relativamente a este problema aumente de modo que as ações tomadas defendam as florestas e a biodiversidade, assim como permitam a redução da desertificação dos solos. São exemplos de ações a tomar a reciclagem, a adoção de uma dieta com base em produtos locais e que seja proveniente de uma fonte sustentável, a limitação do uso de energia desnecessária, respeitar a vida selvagem, e envolver as comunidades no desenvolvimento e na gestão de áreas protegidas (United Nations, 2017b).

15. Paz, justiça e instituições fortes

Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas é outro objetivo a concretizar de modo a verificar-se um desenvolvimento sustentável. Também se pretende providenciar acesso à justiça para todos, assim como construir instituições de confiança a todos os níveis de modo a lutar contra a corrupção verificada nas mais diversas instituições, assim como fugas ao fisco que prejudicam o desenvolvimento de países, principalmente de países em desenvolvimento. Através da promoção da paz, justiça e da construção de instituições fortes, o abandono escolar diminuirá e haverá uma contribuição positiva ao nível da educação; haverá uma melhor qualidade nos serviços de saúde; assim como haverá um maior desenvolvimento sustentável ao nível nacional e internacional ao serem aplicadas leis justas que permitam um desenvolvimento positivo que vá de encontro aos objetivos necessários

concretizar para que se verifique um desenvolvimento dentro dos padrões da sustentabilidade (United Nations, 2017b).

Para tal, é necessário que se verifique um trabalho conjunto entre o governos, sociedade civil e comunidades de modo a reduzir drasticamente as taxas de criminalidade (violência e homicídios), erradicar a exploração, o tráfico e a violência e tortura de crianças, promover legislação que garanta o acesso igualitário à justiça, reduzir a corrupção, desenvolver instituições transparentes, garantir a participação inclusiva e representativa nos processos de tomada de decisão nos mais diversos níveis, fortalecer a cooperação entre instituições, e promover leis não discriminatórias e políticas sustentáveis (United Nations, 2017b).

16. Parcerias para os objetivos

O último objetivo, mas não menos importante, relaciona-se com a revitalização de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. Para que se verifique um desenvolvimento sustentável, é crucial que haja parcerias entre os diversos governos, o setor privado e a sociedade civil. As parcerias devem ser construídas com base nos princípios e valores, e numa visão e objetivos partilhados, ao nível local, regional, nacional e global (United Nations, 2017b).

Através destas parcerias, é possível investir nos mais diversos âmbitos, de modo a concretizar os diversos objetivos de desenvolvimento sustentável. Os investimentos podem ser ao nível da energia sustentável, de infraestruturas, de transportes, de tecnologias de informação e de comunicação, entre outros. Para tal, é necessário existir uma mobilização de esforços e de recursos tecnológicos, financeiros, deve verificar-se capacitação e parcerias *multistakeholder*. Também é fundamental avaliar os progressos de modo a perceber se os recursos estão a ser eficazmente mobilizados e monitorizados (United Nations, 2017b).

1.4. Contribuição do Turismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Existem diversas iniciativas que podem contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O turismo tem potencial para contribuir em cinco áreas fulcrais: no crescimento económico sustentável e inclusivo; na inclusão social, no emprego e na redução da pobreza; na eficiência dos recursos, na proteção ambiental e nas alterações climáticas; nos valores culturais, na diversidade e no património; e na compreensão mútua, na paz e na segurança.

No contexto dos ODS, o turismo tem um importante papel no cumprimento destes objetivos estabelecidos ao contribuir direta e indiretamente em todos os 17 objetivos devido ao potencial para: criar trabalho decente; promover o empreendedorismo; apoiar o empoderamento de grupos discriminados; promover trocas entre culturas diferentes e fortalecer a compreensão entre culturas; e promover a paz entre comunidades e nações (UNWTO, 2016; UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain, 2016).

Nas metas estabelecidas para os objetivos 8 - Trabalho decente e crescimento económico (meta 8.9) -, 12 - Consumo e produção responsáveis (meta 12.b) -, e 14 - Vida debaixo de água (meta 14.7) -, o turismo é mencionado, ressaltando o papel importante do setor para a concretização dos objetivos definidos. As metas diretamente direcionadas ao turismo são as seguintes:

- Meta 8.9: “Até 2030, elaborar e implementar políticas que promovam o turismo sustentável que crie trabalho e que promova a cultura e os produtos locais”;
- Meta 12.b: “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que crie trabalho, e promova a cultura e produtos locais”;
- Meta 14.7: “Até 2030, aumentar os benefícios económicos dos pequenos estados insulares em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos através do uso sustentável de recursos marinhos, assim como através da gestão sustentável da pesca, aquacultura e turismo”.

Porém, não é só nestes objetivos e nestas metas que se devem concentrar esforços. O setor do turismo pode contribuir para todos os 17 objetivos de forma considerável devido ao grande impacto que este setor tem na economia, na sociedade e no ambiente, atualmente. As possíveis contribuições para cada um dos objetivos, segundo a UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain (2016), serão mencionadas seguidamente.

1. Erradicar a pobreza

O setor consegue contribuir para a erradicação da pobreza devido ao potencial que o setor do turismo tem em criar postos de trabalho decentes, principalmente para mulheres, jovens e para grupos discriminados. Desse modo, contribui para o crescimento económico e para o desenvolvimento local, verificando-se um impacto direto no bem-estar das populações a

nível local uma vez que obterão rendimentos através do setor do turismo, e obterão também segurança, proteção social, desenvolvimento pessoal, e melhor integração na sociedade.

2. Erradicar a fome

Através da oferta de formas alternativas de turismo (agroturismo, por exemplo), o setor demonstra respeito pelo ambiente e pelos costumes locais, ao mesmo tempo que estimula a atividade agrícola e o uso e a venda de produtos locais que trarão rendimentos para as populações locais, tendo grande impacto principalmente nas áreas rurais onde os níveis de pobreza são maiores. Dessa forma, o turismo contribui para a erradicação da fome, para a segurança alimentar, para a melhoria ao nível da nutrição, e para a promoção da agricultura sustentável.

3. Boa saúde e bem-estar

O setor do turismo apoia a qualidade da saúde e o bem-estar não só da comunidade local, mas também dos turistas e dos empregados no setor, através da implementação de planos e medidas de saúde e de segurança de modo a prevenir acidentes e problemas de saúde.

4. Educação de Qualidade

O setor do turismo contribuirá positivamente para o objetivo que consiste em alcançar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos, assim como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida de todos, uma vez que o setor é capaz de transmitir valores éticos e a responsabilidade ambiental, económica e social, não só para a população, mas também para os turistas. A transmissão dos valores éticos e da responsabilidade ambiental, económica e social é conseguida através da implementação de programas educacionais para os empregados do setor e para os turistas, de projetos de desenvolvimento comunitário, e ao consciencializar a sociedade sobre a importância de praticar turismo de forma responsável. O setor contribuirá ainda mais positivamente ao prestar maior atenção a grupos e indivíduos desfavorecidos, como jovens, mulheres, idosos, indígenas e pessoas com necessidades especiais.

5. Igualdade de Género

O setor do turismo, ao oferecer postos de trabalho decentes para mulheres e, conseqüente, melhorar as condições de vida e aumentar a autonomia das mesmas, contribui para o empoderamento das mulheres, ajudando a alcançar o objetivo da igualdade de género.

Portanto, o setor deve promover emprego de qualidade para mulheres e garantir que estas consigam aceder a programas de treinamento, assim como se consigam integrar nas comunidades locais sem desigualdades sociais.

6. Água limpa e Saneamento

No turismo é possível verificar-se um grande uso de recursos, e de forma que os impactos negativos do uso de recursos de água sejam minimizados, a indústria do turismo deve gerir de forma sustentável tais recursos, assim como deve garantir uma eficaz gestão ao nível do saneamento. Desse modo, deve providenciar aos residentes locais, acesso a água limpa, assim como deve contribuir para a redução da poluição e para a preservação dos recursos.

7. Energia acessível e limpa

Para alcançar a sustentabilidade do turismo, e o desenvolvimento sustentável pretendido, o setor deve aplicar esforços no desenvolvimento de medidas de eficiência energética, aumentar o uso de energia renovável de forma a diminuir a dependência de fontes de energia não renováveis.

8. Trabalho decente e crescimento económico

O setor do turismo tem grande potencial em promover o crescimento económico que seja sustentável e inclusivo, assim como em oferecer trabalho decente para todos como já mencionado anteriormente. Tal objetivo é alcançado quando o setor oferece trabalho decente a locais, assim, quando fomenta o desenvolvimento de diversas atividades locais auxiliares ao turismo, como a agricultura (aspeto esse também já mencionado anteriormente).

9. Indústria, Inovação e Infraestrutura

Aquando o desenvolvimento turístico, é fundamental ter em consideração aspetos como os processos industriais, a inovação e as infraestruturas para que se alcance a sustentabilidade. Desse modo, é crucial que se verifiquem investimentos em facilidades e infraestruturas sustentáveis que garantam acesso a uso a todos, assim como é essencial que se verifique uma melhoria na capacidade tecnológica dos vários destinos, principalmente nos destinos rurais onde as tecnologias de informação e comunicação necessitam de ser melhoradas.

10. Reduzir a desigualdade

Como também já mencionado anteriormente no objetivo relacionado com a igualdade de género e empoderamento das mulheres, o setor do turismo tem potencial para diminuir a desigualdade entre géneros. De igual forma, também tem capacidade para reduzir a desigualdade verificada na sociedade, uma vez que o desenvolvimento do turismo necessita do envolvimento de todos para que seja sustentável. Ou seja, o setor do turismo contribui para o desenvolvimento rural, assim como para a renovação urbana, ao permitir o envolvimento de todos nos processos de desenvolvimento, o que se traduz numa redução da desigualdade a nível local e numa oportunidade para as comunidades prosperarem.

11. Cidades e comunidades sustentáveis

O turismo é capaz de contribuir para a construção ou adaptação de infraestruturas acessíveis para todos, para o desenvolvimento de serviços locais, assim como para a preservação e conservação do património e para a regeneração de áreas marginais. Desse modo, contribui para transformar as cidades em espaços inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, melhorando não só a qualidade da experiência do turista, mas melhorando consideravelmente a qualidade de vida da população local.

12. Consumo e produção responsáveis

O setor consegue contribuir para este décimo segundo objetivo ao promover práticas de consumo e produção sustentáveis aos empregados, turistas e residentes locais. A promoção é conseguida através da implementação de medidas para o uso eficiente dos recursos naturais, através da gestão sustentável da comida e do desperdício, da seleção adequada de fornecedores e produtos, e da promoção da cultura e produtos locais.

13. Ação climática

O setor encontra-se dependente dos recursos naturais e afeta negativamente o ambiente através da poluição e das transformações do meio que implementa. Para tal, e devido à grande dimensão do setor, o turismo contribuirá positivamente na ação climática, através da luta contra as alterações climáticas, ao reduzir o consumo de energia, promover o uso de energias renováveis, e ao criar alianças para combater as alterações climáticas.

14. Vida debaixo de água

Ao promover uma gestão integrada das zonas costeiras, o setor contribui para a preservação e conservação dos ecossistemas marinhos, assim como contribui para a promoção de uma economia amiga do ambiente e para o desenvolvimento turístico sustentável uma vez que o setor pode apoiar através da redução da poluição marinha e do uso sustentável de recursos marinhos nas atividades turísticas.

15. Vida em terra

O setor do turismo também tem grande potencial para ajudar a concretizar o décimo quinto objetivo de desenvolvimento sustentável. Isto porque ao investir em medidas de combate à desflorestação e desertificação, não só está a ajudar o meio ambiente, como também está a contribuir positivamente para o desenvolvimento do setor devido à proteção dos destinos. Portanto, o turismo contribui para a proteção sustentável dos ecossistemas terrestres através da criação de programas vocacionados para os turistas que têm como intuito educar os turistas sobre a preservação do ambiente e, dessa forma, possibilitar visitas turísticas com menores riscos de impacto negativo nos ecossistemas, na biodiversidade e na vida selvagem.

16. Paz, justiça e instituições fortes

O turismo é um veículo para a instituição da paz e da compreensão mútua entre as mais diversas culturas, para a inclusão social, e para a proteção dos direitos fundamentais das comunidades locais, caso seja planeado e desenvolvido de forma sustentável. Para tal, deve envolver as comunidades locais nas diversas atividades, deve oferecer postos de trabalho decentes para todos, deve tomar medidas relativamente ao uso de recursos locais, deve ser transparente e garantir e proteger os direitos dos locais, turistas e empregados.

17. Parcerias para os objetivos

O setor tem capacidade de fortalecer as parcerias entre o setor público e o setor privado, assim como tem capacidade de envolver múltiplos *stakeholders* de nível local, regional, nacional e internacional. De modo a alcançar os ODS, deve-se verificar cooperação entre os mais diversos atores, como o setor terciário, a sociedade civil, os governos e as instituições de ensino.

Desafios do setor do turismo para o desenvolvimento sustentável

Apesar do grande potencial que o setor do turismo detém para a concretização dos objetivos estabelecidos pelas Nações Unidas com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável global, existem potenciais desafios que o setor pode enfrentar na tentativa de contribuir positivamente para a sustentabilidade da atividade turística e para a sustentabilidade a nível global.

Os desafios foram identificados num estudo conduzido pela UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain (2016) a empresas espanholas no setor do turismo, e encontram-se classificados em seis áreas prioritárias:

- Emprego – desafio em garantir que todas as empresas do setor do turismo ofereçam trabalho decente a todos, principalmente a mulheres e pessoas com incapacidades;
- Ambiente – desafio em implementar uma gestão eficiente dos recursos e medidas que lutem contra as alterações climáticas;
- Produção e consumo sustentáveis – desafio em promover o consumo sustentável junto dos turistas, e desafio ao nível da cadeia de oferta do setor;
- Parcerias – desafio em criar parcerias e oportunidades de diálogo entre os vários *stakeholders* (empresas, governos, sociedade civil, e instituições de ensino);
- Transparência – desafio em implementar processos que garantam a transparência nas organizações do setor do turismo;
- Cidades sustentáveis – desafio em preservar e promover cidades sustentáveis de modo a beneficiar os locais e os turistas;
- Cadeia de oferta – desafio em garantir a sustentabilidade relacionada aos fornecedores e a avaliação e contratação dos mesmos.

1.5. Conclusão

O setor do turismo impacta a economia, a sociedade e o ambiente, e desse modo é essencial que seja gerido de forma sustentável de forma a contribuir positivamente para aspetos importantes como a preservação ambiental, a promoção cultural e a compreensão mútua (UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain, 2016).

O conceito de turismo sustentável encontra-se bastante generalizado, sendo necessário desenvolver instrumentos que possibilitem a medição dos níveis de sustentabilidade de forma que o turismo sustentável deixe de ser uma estratégia genérica e passe a ser adaptado consoante circunstâncias específicas que variam de lugar para lugar, ou seja, de destino para destino (Torres-Delgado & Palomeque, 2014).

Para que o setor continue a crescer e que o crescimento seja sustentável, e de modo a obter benefícios para a sociedade, é necessário tomar medidas responsáveis. Para tal, o turismo deve ser inclusivo e oferecer condições de trabalho decentes para todos, promover a cultura e os produtos locais, assim como deve proteger os recursos naturais e preservar as atrações únicas de cada destino. Portanto, é fundamental que os impactos negativos sejam minimizados através da adoção de medidas responsáveis e do desenvolvimento de formas de turismo alternativas e sustentáveis (UNESCO, 2010; UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain, 2016).

Formas de turismo alternativo possuem o potencial para ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para cinco áreas fulcrais: crescimento económico sustentável e inclusivo; inclusão social, emprego e redução da pobreza; eficiência dos recursos, proteção ambiental e alterações climáticas; valores culturais, diversidade e património; e compreensão mútua, paz e segurança. Uma das formas de turismo alternativo capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável é o turismo de base comunitária devido ao envolvimento e empoderamento da comunidade, e à distribuição de benefícios pela comunidade, aspetos esses que apoiam o desenvolvimento sustentável.

Em suma, assume-se o turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável das comunidades e das regiões nas dimensões económica, ambiental e sociocultural, ao mesmo tempo que oferece, aos turistas, experiências únicas que vão de encontro à procura. Isto porque o turismo envolve várias áreas de tamanhos e natureza distintas, e em todas essas áreas podem ser implementadas medidas que contribuam para o desenvolvimento

sustentável. Porém, para contribuir para a sustentabilidade do setor e sustentabilidade global, é fulcral que todos os *stakeholders* estejam conscientes das oportunidades e das responsabilidades, e tomem ações que maximizem os impactos positivos e minimizem os impactos negativos do setor (Eusébio, Kastenholz, & Breda, 2014; Pawson, D'Arcy, & Richardson, 2017; Sutawa, 2012; UNESCO, 2010; UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain, 2016).

Para tal é necessário estar consciente relativamente à realidade atual e ao que é necessário fazer para garantir a sustentabilidade global. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável identificam as áreas nas quais é fundamental aumentar a consciencialização e as medidas a tomar para garantir a sustentabilidade nas várias vertentes. Nesse seguimento, o turismo ao abordar uma metodologia consciente que vise a sustentabilidade, contribui positivamente para a sustentabilidade não apenas do setor, mas para a sustentabilidade global que se pretende alcançar.

Assim, com este capítulo, conhecem-se as bases nas quais o projeto a desenvolver deverá assentar, isto porque pretende-se que o projeto turístico de base comunitária no espaço rural contribua para o desenvolvimento sustentável da região Terras de Sicó. Assim, o projeto deverá ter como premissas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abordados neste primeiro capítulo. Também permitiu concluir que a abordagem do turismo de base comunitária seria uma mais valia para o projeto uma vez que formas de turismo alternativo têm um impacto bastante positivo no desenvolvimento sustentável não só do turismo, como dos locais e comunidades.

Capítulo II - Turismo de Base Comunitária

2.1. Introdução

O presente capítulo pretende analisar a temática do Turismo de Base Comunitária (TBC) com o intuito de compreender as premissas desta forma de turismo, assim como de que forma contribui para o desenvolvimento sustentável local. Para tal, este segundo capítulo encontra-se dividido em duas secções.

Na primeira secção, é feito um enquadramento conceptual, no sentido de compreender o seu conceito, os modelos que permitem analisar o envolvimento de uma comunidade no turismo, assim como os processos de parceria. Ainda nesta secção são identificados os impactos desta forma de turismo no destino, assim como é realizada uma caracterização dos turistas que procuram o turismo de base comunitária de modo a compreender o que estes valorizam. Finalmente, é realizada uma análise geral da evolução e tendências.

Na segunda secção, pretende-se identificar a forma como o Turismo de Base Comunitária contribui para o desenvolvimento sustentável local e para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU, analisados no capítulo anterior. Deste modo, será possível orientar o projeto a criar, de forma a que este possibilite o apoio à concretização dos ODS e, simultaneamente, permita o desenvolvimento sustentável local.

2.2. Enquadramento do Turismo de Base Comunitária

2.2.1. Conceptualização do Turismo de Base Comunitária

As definições atribuídas ao turismo de base comunitária divergem de autor para autor no que se concerne ao âmbito da participação da comunidade na condução do mesmo. Portanto, não existe uma definição universal, porém existem aspetos comuns às várias definições, assim como aspetos diferenciadores. Por um lado, alguns autores afirmam que a comunidade deve ser a proprietária e a gestora, por outro lado, outros autores aceitam a participação de externos, aceitando, assim, diferentes níveis de envolvimento e acordos de parcerias (Giampiccoli & Kalis, 2012; Pawson et al., 2017). Desta flexibilidade do conceito, Goodwin & Santilli (2009) ressaltam a falta de rigor na definição de turismo de base comunitária.

Giampiccoli & Kalis (2012) descreve o TBC como sendo uma estratégia para o desenvolvimento comunitário que deve ser atingido através do aumento da autoconfiança e empoderamento dos membros da comunidade, por medidas de sustentabilidade, e por medidas de promoção e conservação da cultura. Porém aceita a participação de atores externos para que estes providenciem plataformas facilitadoras para que a comunidade seja capaz de tomar decisões e colocar em prática ações independentemente, e que seja capaz de controlar o próprio desenvolvimento.

Para Asker et al. (2010), o TBC é uma forma de turismo de escala reduzida que tem como premissa a gestão integral por parte da comunidade e em prol da mesma, sendo essencial que a comunidade sinta que possui e se encontra envolvida na condução do TBC, tanto na fase de planeamento, como nas tomadas de decisão e no desenvolvimento de operações. Porém, devem ser os locais os principais a ditarem a forma como o turismo é gerido no local de residência destes (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.).

Nessa sequência, autores como Goodwin & Santilli (2009), Kayat (2014) e a WWF Internacional (2001) também definem esta forma de turismo alternativo como um turismo gerido pela comunidade e/ou de propriedade comunitária que tem como intuito distribuir benefícios pela comunidade envolvida. O planeamento ao nível da comunidade também é defendido por Simmons (1994) que ressalta este aspeto como um aspeto essencial para garantir a satisfação dos visitantes e a obtenção de benefícios para os residentes.

Coriolano, Araújo, & Vasconcelos (2009) salientam que o turismo de base comunitária deve-se caracterizar não só pela participação comunitária, mas também por uma gestão integrada

de combinações produtivas locais que fortalecerão as atividades económicas pré-existentes, como a agricultura, a pesca e o artesanato, por exemplo.

Brohman (1996, p. 60) talvez apresente a definição de turismo de base comunitária mais completa ao defender que:

O desenvolvimento do turismo de base comunitária procuraria fortalecer as instituições destinadas a aumentar a participação local e promover o bem-estar económico, social e cultural da maioria popular. Também procuraria buscar uma abordagem equilibrada e harmoniosa do desenvolvimento que enfatize considerações como a compatibilidade de várias formas de desenvolvimento com outros componentes da economia local; a qualidade do desenvolvimento, tanto cultural como ambiental; e as necessidades, interesses e potenciais divergentes da comunidade e seus habitantes.

Assim, esta forma de turismo alternativo tem como base a premissa do envolvimento da comunidade residente e a participação da comunidade no planeamento e gestão das atividades turísticas. Esta premissa é essencial para a indústria do turismo uma vez que são os residentes que, ao se envolverem, permitem o desenvolvimento de projetos e a geração de benefícios para a comunidade (Blackstock, 2005; Goodwin & Santilli, 2009; Kayat, 2014). Murphy (1985, 1987, cit in Blackstock, 2005), ressalta a importância do envolvimento da comunidade ao defender que os valores e visões dos membros da comunidade devem ser incorporados nos processos de planeamento em turismo e na fase de implementação.

Blackstock (2005) aponta que a literatura, na perspetiva do turismo de base comunitária, falha quando adota uma abordagem funcional para o envolvimento da comunidade, quando trata a comunidade local como um grupo homogéneo, e quando negligencia as restrições estruturais ao controlo local da indústria turística.

Segundo Blackstock (2005), verifica-se uma falha ao adotar uma abordagem funcional para o envolvimento da comunidade, porque o turismo de base comunitária procura garantir a longevidade da indústria do turismo e não procura a justiça social. Por outras palavras, procura obter principalmente benefícios económicos descartando a importância do empoderamento local. Em certos casos, a comunidade ao ter uma ilusão de empoderamento,

aceita e apoia o turismo, porém não possuem poder para rejeitar o turismo como uma forma de desenvolvimento local.

Verifica-se outra falha ao tratar genericamente a comunidade local como um grupo homogêneo, assumindo que os interesses são partilhados e que existe um consenso entre todos os membros da comunidade. Porém, não se deve generalizar uma vez que existem comunidades heterogêneas e estratificadas. Outro aspeto mencionado por Blackstock (2005), é que o controlo local não se traduz automaticamente na participação nos processos de tomada de decisão uma vez que essa participação encontra-se dependente de quem se encontra em poder ao nível local. Portanto, desse modo, o turismo de base comunitária não salienta as diferenças estruturais existentes nas comunidades que influenciam os processos de tomada de decisão ao nível local.

Por fim, Blackstock (2005) também identifica a negligência das restrições estruturais ao controlo local da indústria turística como uma falha na literatura. Esta autora defende que é necessário compreender as divisões estruturais internas às comunidades, assim como é necessário compreender as barreiras externas à participação e controlo locais.

Vários são os obstáculos ao sucesso do TBC. Segundo Giampiccoli & Kalis (2012), esses obstáculos podem passar pela atuação de estruturas de poder de características tradicionais que promovam o poder desequilibrado, podendo esse desequilíbrio de poder verificar-se ao nível do género e/ou da etnia. Também a nível interno, a inconsciência e a falta de conhecimento relativamente ao setor do turismo prejudica o desenvolvimento positivo de projetos, e o acesso desigual às oportunidades locais. A deficiência na capacidade de comercialização e a natureza periférica das comunidades também constituem obstáculos ao sucesso e à obtenção de benefícios através da aplicação do TBC.

Desenvolver empresas que ofereçam benefícios à comunidade local enquanto protegem o ambiente e cultura indígenas ao mesmo tempo que são economicamente viáveis, segundo Simpson (2009), é um desafio chave para esta forma de turismo que procura promover a sustentabilidade.

2.2.2. Modelo de Desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária

Um dos obstáculos ao turismo de base comunitária são as estruturas de poder tradicionais que promovem um poder desequilibrado (Giampiccoli & Kalis, 2012). Blackstock (2005) defende que é necessário dismantelar as barreiras impostas à participação comunitária, assim como é necessário permitir respostas coletivas aos problemas que surjam no seio local. Para tal, deve existir apoio por parte dos governos, do setor privado e de organizações não-governamentais, para que a comunidade local se torne num participante ativo (Kayat, 2014).

Nessa sequência, salientando a importância da comunidade para a indústria do turismo, Okazaki (2008) apresenta um modelo de Turismo de Base Comunitária que tem como base o modelo *Ladder of citizen participation* de Arnstein (1969) e o *Evolutionary model of tourism partnerships* de Selin & Chavez (1995).

No modelo apresentado pelo autor, encontram-se incluídos aspetos como a participação, redistribuição de poder, processo de colaboração e capital social. Este modelo tem como intuito apoiar a avaliação da participação de uma comunidade no processo de planeamento em turismo, e ajudar a compreender as ações necessárias a tomar para que o envolvimento comunitário no turismo aumente.

Antes de se analisar o modelo elaborado por Okazaki (2008), é necessário analisar os dois modelos originais e distintos nos quais este modelo final se baseia.

***Ladder of citizen participation* de Arnstein (1969)**

O *Ladder of citizen participation* de Arnstein (1969) é um modelo que apresenta três categorias nas quais se encontram distribuídos oito degraus que são considerados os níveis de participação (Figura 2). Através deste modelo é possível identificar o nível de participação de uma comunidade na indústria do turismo, assim como é possível definir quais as ações a tomar para que a participação comunitária aumente.

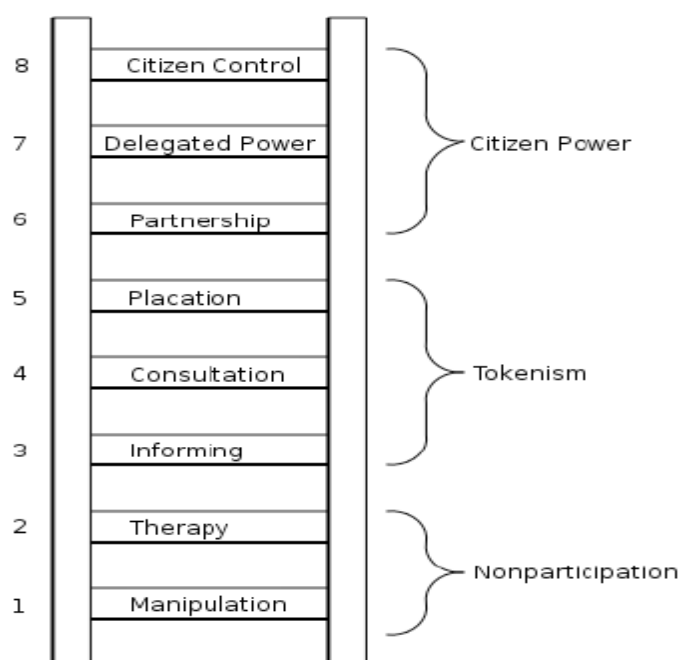


Figura 2 - Oito degraus da escada da participação cidadã
Fonte: Arnstein (1969)

As três categorias denominam-se por *Nonparticipation* (não-participação), *Tokenism*¹ e *Citizen Power* (poder dos cidadãos). A categoria na base da escada é a categoria *Nonparticipation* que é composta pelos primeiros dois degraus: Manipulação e Terapia. A categoria acima – *Tokenism* – é composta por três degraus: Informação, Consultoria e Aplacação. Por fim, a categoria *Citizen Power* integra os últimos três degraus da escada que são Parceria, Poder Delegado e, no topo da escada, Controlo Cidadão. Os degraus que compõem esta escada que avalia o grau de participação de uma comunidade nos processos de planeamento e de tomada de decisão encontram-se descritos na Tabela 1 abaixo.

¹ Denomina-se por *tokenism* uma ação simbólica que tem como intuito ocultar discriminação relativamente a um grupo minoritário, mantendo uma falsa aparência de integração desse grupo quando na realidade se pretende manter estruturas de poder com base na dominação (Direito Administrativo, n.d.).

Tabela 1 - Descrição dos oito degraus da escada da participação de Arnstein (1969).

Oito degraus da escada da participação	Descrição
1. Manipulação	Verifica-se uma participação ilusória e distorcida pelos detentores de poder. As pessoas encontram-se envolvidas em programas, porém estes podem não ter sido discutidos com as pessoas.
2. Terapia	Continua-se a verificar um envolvimento disfarçado onde os valores e atitudes dos cidadãos são ajustados de acordo com os interesses dos elementos da sociedade que têm maior poder.
3. Informação	Corresponde ao primeiro passo para o envolvimento dos cidadãos uma vez que estes são informados relativamente aos seus direitos, responsabilidades e opções. Canal de informação de uma direção apenas: de oficiais para cidadãos.
4. Consultoria	Verifica-se um encorajamento para que os cidadãos expressem opiniões que serão recolhidas através de questionários, reuniões e auscultação pública. Apenas combinado com outros modos de participação é que se verifica total envolvimento da comunidade.
5. Aplacação	Verifica-se uma integração de alguns cidadãos em placares de funções públicas, assim como a permissão dos cidadãos participarem no planeamento, porém as decisões finais continuam a ser tomadas pelos que detém poder.

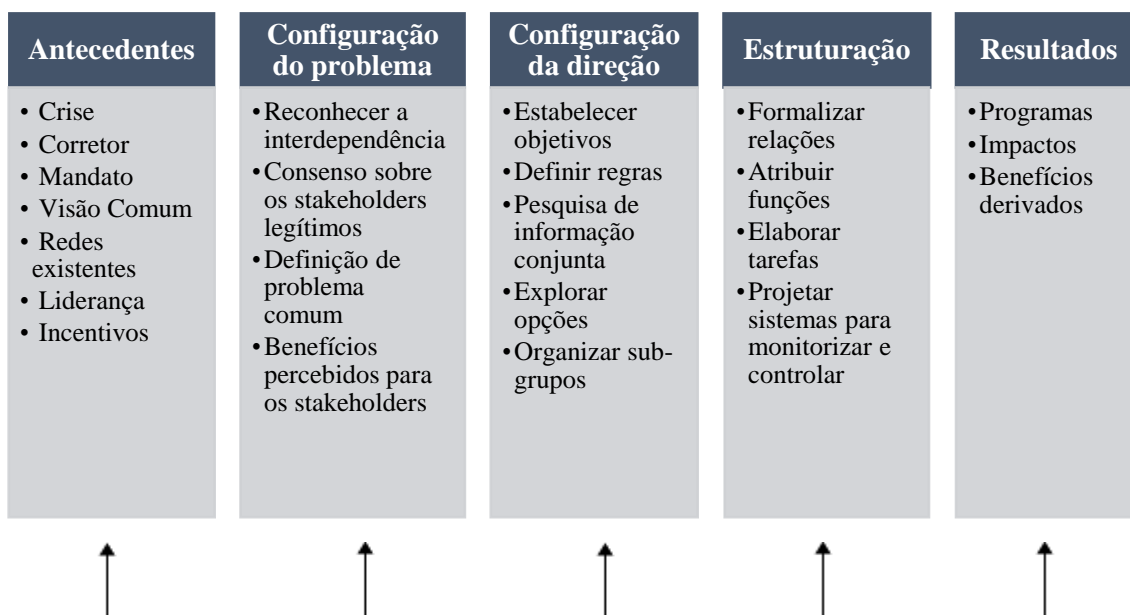
Oito degraus da escada da participação	Descrição
6. Parceria	Verifica-se uma redistribuição do poder e responsabilidade pelos cidadãos através de negociação. A comunidade participa nos processos de planeamento e de tomada de decisão.
7. Poder Delegado	Verifica-se a aquisição de poder superior por parte dos cidadãos através de negociações. A comunidade apresenta poder dominante nos processos de tomada de decisão.
8. Controlo Cidadão	Verifica-se total (mas não absoluto) controlo e maior poder por parte dos cidadãos no que diz respeito à política e gestão.

Fonte: elaborado com base em Arnstein (1969)

Evolutionary model of tourism partnerships de Selin & Chavez (1995)

Selin & Chavez (1995) desenvolveu um modelo que procurava avaliar as parcerias e os processos que ocorrem quando se verifica este tipo de interação. Este modelo denomina-se por *Evolutionary model of tourism partnerships* e consiste em cinco processos como se verifica na

Figura 3: antecedentes, definição de problema, definição de direção, estruturação e resultados.



*Figura 3 - Modelo evolucionário das parcerias em turismo.
Fonte: Elaborado com base em Selin & Chavez (1995)*

Diversos são os catalisadores de parcerias como as crises, a intervenção de intermediários, um mandato, o facto de existir uma visão comum, uma forte liderança que permite que os vários interesses se encontrem, e os incentivos existentes.

A evolução de natureza cíclica das parcerias é constituída pelas seguintes três fases:

- **Configuração do problema:** os *stakeholders* apreciam a interdependência e percebem que a solução dos problemas necessita de esforço conjunto, porém tal não é suficiente para que uma parceria se inicie uma vez que os proveitos resultantes da parceria apresentam um peso bastante relevante para a concretização da mesma.
- **Configuração da direção:** os *stakeholders* estabelecem os objetivos e regras que permitem examinar os problemas.
- **Estruturação:** as interações entre os *stakeholders* são geridas de forma sistemática e o grau de formalização diverge de parceria para parceria.

Uma vez que uma parceria é estabelecida, surgem resultados. Os resultados mais comuns são os programáticos que, segundo o estudo de Selin & Chavez (1995), podem ser centros de visita, brochuras e trilhos interpretativos, por exemplo. Resultados menos tangíveis podem ser a melhoria das relações nos grupos comunitários e o reconhecimento de um bom trabalho.

Posteriormente, a parceria sofre uma reavaliação cíclica que, caso uma parceria se encontre em prosperidade, pode resultar num alargamento do foco, porém, caso se verifique uma perda de interesse por parte dos parceiros, pode resultar na extinção da parceria.

Modelo de Turismo de Base Comunitária de Okazaki (2008)

O modelo de Okazaki (2008) é um gráfico de duas dimensões que, no eixo horizontal, inclui os processos de parceria de Selin & Chavez (1995) e a ponte do capital social e, no eixo vertical, inclui os níveis de participação da comunidade e de redistribuição do poder segundo o modelo de Arnstein (1969) e a ligação do capital social (Figura 4).

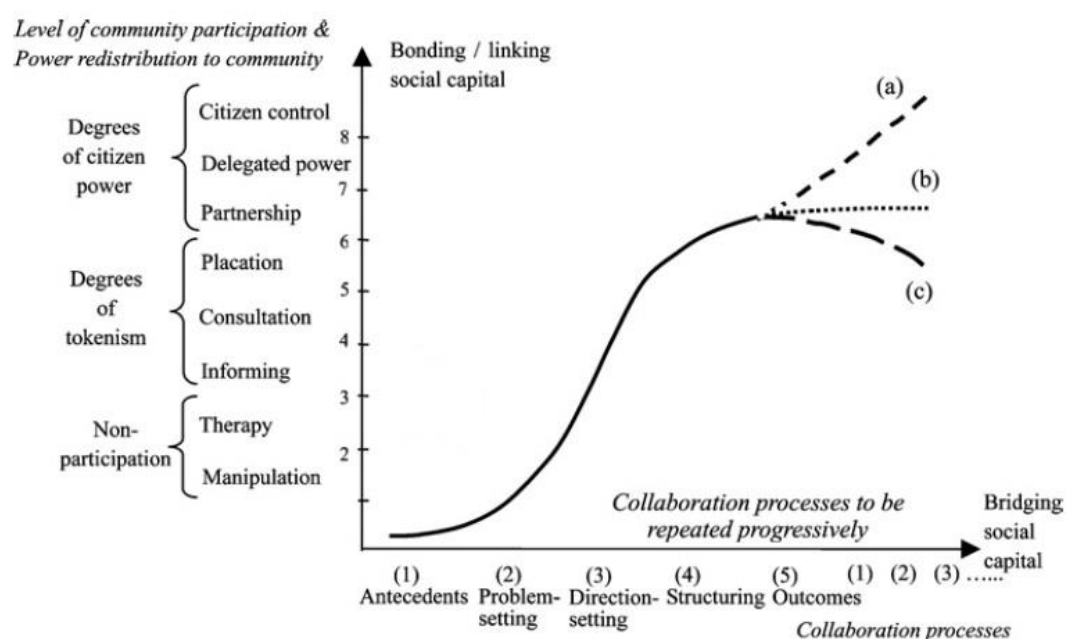


Figura 4 - Um modelo de turismo de base comunitária.

Fonte: Okazaki, 2008

No eixo horizontal, as cinco fases do processo de colaboração repetem-se progressivamente devido à natureza cíclica do processo. Contudo, pode-se saltar algumas dessas fases caso o processo envolva resolver um problema que já tenha surgido anteriormente (Okazaki, 2008; Selin & Chavez, 1995).

A curva de inclinação ascendente do gráfico é influenciada por cinco proposições que Okazaki (2008) enumera. A primeira diz que quando se verifica uma promoção da participação comunitária, a redistribuição do poder é facilitada. A segunda diz que se o processo de colaboração não continua, a participação comunitária e os progressos de redistribuição do poder também não têm futuro. A terceira diz que se não existir progressos ao nível da participação e da redistribuição do poder, não se verificará promoção da colaboração. A quarta diz que as diferenças verificadas no poder irão debilitar colaborações. Por fim, a quinta diz que o capital social é gradualmente estabelecido no processo e este contribui para o aumento da sustentabilidade ao criar sinergias não só dentro da comunidade, mas também entre a comunidade e outros *stakeholders* no turismo.

A forma do gráfico encontra-se dependente não só de fatores internos, mas também de fatores externos. A fase de desenvolvimento do turismo, as conjunturas económica, política, sociocultural e ambiental, a disponibilidade de recursos e o acesso aos mesmos, o nível de apoio dos residentes no desenvolvimento do turismo, a existência de conflitos e a existência de facilitadores de diálogo na comunidade são fatores que influenciam o gráfico.

A curva determina a interseção entre os eixos vertical e horizontal e, uma vez que a curva indique que a comunidade atingiu o degrau *Parceria* que se encontra no eixo vertical, existem três caminhos que se verificarão nas comunidades e que são ilustrados pelo modelo na Figura 4. Quando se verifica uma concordância entre os *stakeholders* em prosseguir com a participação comunitária e com a redistribuição do poder pela comunidade, a curva do gráfico ascenderá (a). A curva ficará estagnada (b), caso se verifique que os *stakeholders* se encontram satisfeitos com o nível de participação atingido e com a redistribuição do poder realizada. Se outros *stakeholders* rejeitarem o poder atribuído à comunidade, ou se a comunidade se encontrar internamente dividida, a curva mover-se-á de forma descendente (c).

Assim, este modelo permite conhecer o nível de envolvimento de uma comunidade no turismo e determinar as iniciativas que poderão beneficiar o turismo de base comunitária.

Okazaki (2008) ainda afirma que a aplicabilidade e a utilidade deste modelo em fases de desenvolvimento turístico mais avançadas encontram-se indeterminadas.

2.2.3. Impactos do Turismo de Base Comunitária

O turismo de base comunitária, em comparação ao turismo de massas, possui uma necessidade menor de infraestruturas e serviços, o que se traduz em diminutos impactos negativos a nível local uma vez que a modificação do espaço é menor e porque existe uma valorização dos recursos naturais e culturais (Bursztyn, Bartholo, & Delamero, 2009).

Quando o TBC é aplicado numa região e é um caso de sucesso, verificam-se vários e diferenciados impactos positivos, sendo estes diretos ou indiretos, e individuais ou aplicados à comunidade como um todo.

Primeiramente, para ser considerado um caso de sucesso, segundo Asker et al. (2010) no seu Manual de Melhores Práticas, deve-se verificar um apoio no desenvolvimento da economia local através da diversificação da oferta de emprego, ou seja, deve verificar-se uma diversificação dos setores económicos da região.

Esta forma de turismo deve ser financeiramente viável e demonstrar boas práticas no que se concerne à gestão da mesma. Apesar do desafio em garantir a viabilidade económica nesta forma de turismo, este aspeto é fundamental para que a comunidade consiga obter resultados positivos, contudo depende de vários fatores como o mercado, o produto e as relações com o setor privado (Goodwin & Santilli, 2009; Manyara & Jones, 2007; Pawson et al., 2017; Salazar, 2012; Simpson, 2009; Supriharjoa, Rahmawatia, Santoso, Setiawana, & Pradinie, 2016). Portanto, para que se consiga viabilidade económica e a extração de benefícios para a comunidade, o produto turístico deve ser competitivo (Kayat, 2014).

Para ser considerado um caso de sucesso, não deve apenas apresentar sucesso económico, pois também deve-se debruçar sobre o capital social e o empoderamento verificado na comunidade, onde se deve salientar o respeito e o encorajamento à participação igualitária dos membros da comunidade (Asker et al., 2010; Giampiccoli & Kalis, 2012; Goodwin & Santilli, 2009).

Para além disso, é essencial que seja assegurada a qualidade e segurança da experiência turística, assim como educar os visitantes relativamente à cultura e a aspetos naturais com

os quais estão a entrar em contacto, o que possibilita, entre outras medidas, a sustentabilidade ecológica, a minimização de impactos negativos ambientais, e a conservação e promoção do património (Asker et al., 2010; Goodwin & Santilli, 2009). Portanto, é fundamental que as atividades turísticas não causem impactos negativos não só a nível ambiental mas também a nível cultural, isto é, as atividades turísticas não devem prejudicar as tradições e o modo de vida da população local (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.).

Por outro lado, se o desenvolvimento do TBC não for avaliado, planeado e gerido de forma eficaz, poderá trazer impactos negativos para a sociedade e para o ambiente, assim como também serão observados impactos negativos quando se denotar que o TBC foi aplicado apenas como forma de obter rápidos benefícios económico-financeiros sem que tenham sido consideradas condições para a introdução do mesmo numa comunidade (Asker et al., 2010).

Após a boa aplicabilidade do TBC, verificam-se os impactos positivos não só na comunidade ao contribuir para o bem-estar comunitário e para a redistribuição dos benefícios económicos por grupos vulneráveis, mas também no espaço ambiental e cultural com a conservação e promoção (Asker et al., 2010; Brohman, 1996; CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.; Goodwin & Santilli, 2009; Supriharjo et al., 2016).

A melhoria do bem-estar da comunidade é conseguida através das potencialidades do turismo de base comunitária para o desenvolvimento da economia local através da criação de emprego diversificado para os locais, da maximização do uso de bens e serviços locais, e do desenvolvimento de infraestruturas (Asker et al., 2010; Simpson, 2009).

O espaço ambiental beneficia pelo aumento da consciencialização em prol de um desenvolvimento local ecologicamente sustentável que procura minimizar os impactos negativos através de políticas de apoio e estratégias ambientais (Asker et al., 2010; Simpson, 2009).

A cultura da comunidade também é beneficiada pela valorização acrescida que recai sobre a mesma, verificando-se uma promoção pela conservação e valorização do património cultural (Asker et al., 2010) sendo essencial a promoção do respeito pela cultura e estilo de vida locais (Giampiccoli & Kalis, 2012).

Simpson (2009) subdivide os benefícios obtidos em três categorias: benefícios financeiros, benefícios não financeiros e benefícios menos tangíveis. Os beneficiários são não apenas os indivíduos que diretamente influenciam ou são influenciados pela indústria do turismo, mas

também os indivíduos que indiretamente influenciam e são influenciados (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.; Giampiccoli & Kalis, 2012; Simpson, 2009). Desse modo, os beneficiários diretos são aqueles que obtêm emprego, que são produtores artesanais, guias ou outros que se envolvam diretamente na prestação do produto turístico, obtendo, nessa medida, rendimentos através da atividade que prestam; os beneficiários indiretos são os membros da comunidade como um todo que beneficiam da aplicação de lucros obtidos através do sucesso do TBC no desenvolvimento de projetos a nível educacional, de saúde, de segurança, de infraestruturas, e outros (Giampiccoli & Kalis, 2012).

Os benefícios financeiros obtidos com o desenvolvimento do TBC são a criação de emprego e o surgimento de oportunidades económicas diversas, que irão beneficiar não apenas os indivíduos diretos, mas consequentemente as famílias e a comunidade como um todo. Isto porque através destes benefícios, contribuições podem ser aplicadas no desenvolvimento de ativos comunitários, como escolas, clínicas de saúde ou até moinhos de moagem, por exemplo (Goodwin & Santilli, 2009; Simpson, 2009).

Os benefícios não financeiros encontram-se associados à diminuição da vulnerabilidade das comunidades, ao desenvolvimento de competências, à melhoria e aumento do acesso à informação, ao aumento da segurança alimentar, e ao fortalecimento das organizações comunitárias (Simpson, 2009).

Os benefícios menos tangíveis são o orgulho renovado, o empoderamento, a segurança física, os benefícios culturais, o otimismo, e o aumento na participação da comunidade nos processos de tomada de decisão (Simpson, 2009). O empoderamento da comunidade deve ser conseguido em quatro níveis: económico, psicológico, social e político (Scheyvens, 2002, cit in Goodwin & Santilli, 2009). O empoderamento é crucial para que os vários membros da comunidade se envolvam na participação, e os resultados dessa participação devem provocar um maior empoderamento comunitário (Kayat, 2014; Sutawa, 2012). Para além disso, Kayat (2014) também sugere que o empoderamento recairá sobretudo nas mulheres e nos jovens que diretamente se encontram envolvidos no desenvolvimento do turismo.

Porém, Goodwin & Santilli (2009) afirma que o sucesso de vários projetos aplicados não é devidamente monitorizado, o que impossibilita a quantificação de todos os benefícios desta forma de turismo alternativo para as comunidades locais. Tal acontece quando se verifica

poucos esforços na adoção de medidas de registo ou de medição dos benefícios gerados. Porém, conhecer os benefícios é fundamental aquando a integração da comunidade nos processos de planeamento do turismo uma vez que a integração da comunidade tem custos associados, e os próprios membros da comunidade não só gostam como também necessitam de conhecer quais os benefícios que retirarão do investimento do seu tempo e trabalho no desenvolvimento da indústria turística ao nível local.

2.2.1. Perfil dos turistas participantes no Turismo de Base Comunitária

Os participantes desta forma alternativa de turismo são, normalmente, pessoas com boa educação, com rendimentos elevados, e são viajantes experientes. Apesar de haver estes aspetos em comum, relativamente ao interesse que os turistas têm verificam-se dois tipos de turistas – viajantes *hard* e viajantes *soft* -, que integram três grupos – *older generation*, *younger generations*, e *families with children* – que, segundo CBI Ministry of Foreign Affairs, apresentam as seguintes características.

Os viajantes denominados por *hard travellers*, são um grupo reduzido que procura uma experiência cultural autêntica. Valorizam a sustentabilidade e não se importam com o desconforto uma vez que desejam experienciar ao máximo a vida dos locais independentemente do que isso possa implicar. Para cativar este segmento-alvo é importante enaltecer a experiência autêntica no marketing do produto.

Por outro lado, os viajantes categorizados na categoria de *soft travellers*, são um grupo mais vasto que valoriza a cultura e a interação com os locais, procurando, também, uma experiência única. No entanto, a questão do conforto é tida em consideração. Para cativar este segmento-alvo é importante oferecer conforto através da qualidade da prestação de serviços, principalmente no que se refere ao alojamento.

Estes dois tipos de turistas integram três grupos de turistas distintos, grupos esses denominados por geração idosa, geração jovem, e por famílias com crianças.

A geração idosa (*older generation*) é um grupo vasto, com idades compreendidas entre os 50 e os 70 anos, que tem tempo e dinheiro a investir em experiências turísticas. Estão propensos a viajar em época baixa, sendo que as atividades de aventura que procuram têm um cariz *soft* combinado com um certo luxo. Para cativar este segmento-alvo é necessário

oferecer uma experiência única e autêntica que inclua cultura e atividades de aventura soft, assim como é fundamental oferecer conforto.

A geração jovem (*younger generations*) é um grupo com elevada educação e que procuram destinos distantes. Este grupo encontra-se subdividido em duas categorias. A primeira categoria é composta por pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que, apesar de terem tempo para dedicar ao turismo, possuem limitados meios financeiros para investir em tal atividade, sendo esta categoria denominada por *Smaller budget, extensive time*. Marcam as atividades diretamente com os prestadores de serviços locais e os produtos turísticos de base comunitária são bastante atrativos para este grupo uma vez que são mais económicos que os produtos *standard*. Desse modo este grupo apoia bastante o desenvolvimento do local. A segunda categoria é denominada por *high income, little time* e é composta por pessoas com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos que normalmente viajam em casal e para os quais o conforto é uma variável importante. Para cativar este segmento-alvo é necessário promover uma experiência única e oferecer várias opções de alojamento e de atividades que possam ser combinadas (ou seja, para que possa ser criado um pacote turístico que vá de encontro ao orçamento dos visitantes). Também podem ser apresentados projetos de voluntariado ou projetos de estadia prolongada que envolva atividades junto da comunidade local.

Por fim, famílias com crianças (*families with children*) são um grupo em crescimento que viajam com o intuito que a viagem seja educativa para as crianças, portanto a interação com os locais é valorizada, assim como a segurança. Para cativar este segmento-alvo é necessário enaltecer a segurança do destino, oferecer atividades que consigam ser interessantes tanto para os adultos como para as crianças, promover o contacto entre as crianças e entre a cultura e estilo de vida dos locais através de visitas organizadas a escolas, da prática de desportos e de outras atividades entre as crianças.

2.2.2. Evolução e Tendências do Turismo de Base Comunitária

Segundo Sutawa (2012), a evolução do turismo deve-se não só ao crescimento económico, mas também ao desenvolvimento das tecnologias de informação e dos transportes que permitem o aumento das acessibilidades aos destinos, assim como também se deve ao aumento de uma procura de qualidade por atividades turísticas que incluam a comunidade e

o empoderamento da mesma nos destinos turísticos. Para Pawson et al. (2017), esta forma de turismo alternativo deve o seu crescimento ao movimento de turismo sustentável e à promoção de produtos relacionados com o ecoturismo com o intuito de combater o turismo de massas insustentável.

Esta evolução positiva verificada também se deve a tendências como o aumento do interesse pela interação com os locais, a combinação de turismo de base comunitárias com o turismo cultural e de aventura, assim como o aumento da pesquisa *online*, que constituem grandes oportunidades para o mercado de turismo comunitário (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.).

A interação com os locais é um aspeto em crescente valorização porque através da interação dos visitantes com as comunidades locais nos destinos turísticos, os visitantes obtêm uma experiência rica e autêntica, assim como aumentam a compreensão relativamente às diferentes culturas existentes, promovendo a compreensão mútua e o respeito (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.; United Nations, 2017a).

Programas culturais e de aventura cada vez mais envolvem atividades de turismo de base comunitária, o que se torna o turismo cultural e o turismo de aventura meios de promoção de turismo comunitário uma vez que estes tipos de turismo são bastante, e cada vez mais, procurados. Porém, o turismo de base comunitária não é por si só promovido, pois os operadores turísticos focam-se em termos de viagens culturais, de aventura, sustentáveis, familiares ou éticas (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.).

O aumento do uso de ferramentas *online* para recolher informação e para partilhar experiências influencia o turista na tomada de decisão. *Sites* como o TripAdvisor permite que sejam feitas avaliações sobre relativo produto ou serviço turístico, assim como as diversas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter e Youtube) permitem que haja uma maior promoção de um destino ou produto turístico. Portanto, como o uso da internet e destes meios encontra-se em crescimento, a pesquisa *online* tem um papel fulcral aquando o processo de tomada de decisão do consumidor (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.).

2.3. Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como mencionado no capítulo anterior, três metas foram estipuladas pela ONU para serem cumpridas pelo setor do turismo em concreto:

- Meta 8.9: “Até 2030, elaborar e implementar políticas que promovam o turismo sustentável que crie trabalho e que promova a cultura e os produtos locais”;
- Meta 12.b: “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que crie trabalho, e promova a cultura e produtos locais”;
- Meta 14.7: “Até 2030, aumentar os benefícios económicos dos pequenos estados insulares em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos através do uso sustentável de recursos marinhos, assim como através da gestão sustentável da pesca, aquacultura e turismo” (UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain, 2016).

Considerando o conceito de Turismo de Base Comunitária, verifica-se que esta forma de turismo alternativo tem um papel importante para o desenvolvimento sustentável e para a concretização dos ODS uma vez que vai de encontro às metas estabelecidas pela ONU.

Isto é, o Turismo de Base Comunitária implementa medidas de sustentabilidade e medidas de promoção e conservação da cultura (Asker et al., 2010; Giampiccoli & Kalis, 2012; Goodwin & Santilli, 2009), assim como fomenta as várias atividades económicas locais ao valorizar a interligação das mesmas com a atividade turística (Brohman, 1996; Coriolano et al., 2009), promovendo os produtos locais nas mais vertentes áreas (artesanato, pesca, gastronomia, outros). A premissa da participação comunitária no turismo permite gerar postos de trabalho para os residentes locais, o que traz, também, uma maior sustentabilidade económica local. Assim, a Meta 8.9 identificada acima, é cumprida tendo em consideração as premissas desta forma de turismo, ao verificar-se que são estabelecidas medidas que gerem postos de trabalho, assim como são estabelecidas medidas que promovam a cultura e os produtos locais.

A Meta 12.b é cumprida caso se verifique responsabilidade por parte dos envolvidos no setor turístico local que devem desenvolver e implementar ferramentas que permitam monitorizar

os vários impactos do Turismo de Base Comunitária a nível local. Essa monitorização é essencial não só para alcançar os objetivos pretendidos pela ONU em modo geral, mas em modo particular para compreender como se encontra o desenvolvimento do turismo a nível local e se este segue normas sustentáveis, e se os impactos estão a ser positivos ou negativos. Ou seja, implementar ferramentas de monitorização avalia a sustentabilidade do setor e a viabilidade do Turismo de Base Comunitária (Asker et al., 2010).

Relativamente à Meta 14.7, esta é cumprida ao verificar-se uma gestão sustentável do setor turístico. Esta gestão sustentável é alcançada pelo Turismo de Base Comunitária uma vez que esta forma de turismo tem como base a participação da comunidade no planeamento e desenvolvimento turístico, assim como valoriza a participação igualitária e o empoderamento e o aumento da autoconfiança da comunidade local (Giampiccoli & Kalis, 2012). Também procura promover o bem-estar económico, social e cultural, assim como o desenvolvimento de outras atividades económicas (Brohman, 1996), e a proteção ambiental (Asker et al., 2010).

No que diz respeito à contribuição do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Tabela 2), deve-se verificar, de modo geral: a criação de postos de trabalho decentes para todos; estimular o desenvolvimento de várias atividades locais, principalmente a agrícola, implementar medidas de segurança e saúde; implementar programas educacionais; garantir a participação igualitária da comunidade no planeamento e desenvolvimento turístico; consciencializar os turistas para as questões ambientais; gerir de forma sustentável os recursos naturais; promover o uso de energia renovável; apoiar na melhoria das infraestruturas e das tecnologias; preservar e conservar o património; garantir e proteger os direitos dos locais, turistas e empregados.

Tabela 2 - Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)		
ODS		Papel do Turismo de Base Comunitária
1 Erradicar pobreza	a	• Criar postos de trabalho decentes para todos, principalmente para mulheres, jovens e para grupos discriminados.

Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
ODS	Papel do Turismo de Base Comunitária
2 Erradicar a fome	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a produção agrícola
3 Boa saúde e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar planos e medidas de saúde e de segurança de modo a prevenir acidentes e problemas de saúde.
4 Educação de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar programas educacionais para os empregados do setor e para os turistas; • Implementar projetos de desenvolvimento comunitário; • Consciencializar a sociedade sobre a importância de praticar turismo de forma responsável.
5 Igualdade de género	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer postos de trabalho decentes para mulheres; • Garantir a participação igualitária no planeamento e desenvolvimento do turismo.
6 Água limpa e saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir de forma sustentável os recursos aquíferos; • Garantir uma eficaz gestão ao nível do saneamento.
7 Energia acessível e limpa	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar esforços no desenvolvimento de medidas de eficiência energética; • Aumentar o uso de energia renovável.
8 Trabalho decente e crescimento económico	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer trabalho decente para todos; • Promover o desenvolvimento de diversas atividades locais auxiliares ao turismo.
9 Indústria, inovação e infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Investir em facilidades e infraestruturas sustentáveis;

Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)		
ODS		Papel do Turismo de Base Comunitária
		<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a capacidade tecnológica dos destinos, principalmente destinos rurais ao nível das tecnologias de informação e comunicação.
10 Reduzir desigualdade	a	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir o envolvimento de todos nos processos de planeamento e desenvolvimento turístico.
11 Cidades comunidades sustentáveis	e	<ul style="list-style-type: none"> • Construir e adaptar infraestruturas acessíveis para todos; • Preservar e conservar o património; • Apoiar na regeneração de áreas marginais.
12 Consumo produção responsáveis	e	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar medidas para o uso eficiente dos recursos naturais, através da gestão sustentável da comida e do desperdício, da seleção adequada de fornecedores e produtos, e da promoção da cultura e produtos locais.
13 Ação climática		<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o consumo de energia e promover o uso de energias renováveis.
14 Vida debaixo de água		<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma gestão integrada das zonas costeiras, apoiando a redução da poluição marinha e o uso sustentável de recursos marinhos nas atividades turísticas.
15 Vida em terra		<ul style="list-style-type: none"> • Implementar medidas de combate à desflorestação e desertificação através de criação de programas educacionais para os turistas sobre a preservação do ambiente.
16 Paz, justiça instituições fortes	e	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver as comunidades locais nas diversas atividades; • Oferecer postos de trabalho decentes para todos; • Tomar medidas relativamente ao uso de recursos locais;

Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
ODS	Papel do Turismo de Base Comunitária
	<ul style="list-style-type: none"> • Ser transparente; • Garantir e proteger os direitos dos locais, turistas e empregados.
17 Parcerias para os objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a cooperação entre os mais diversos atores, como o setor terciário, a sociedade civil, os governos e as instituições de ensino.

Fonte: Elaboração própria com base em UNWTO & United Nations Global Compact Network Spain (2016)

Assim, conclui-se que o turismo de base comunitária contribui para o desenvolvimento sustentável do setor e da região, e contribui para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em suma, esse contributo é demonstrado quando:

- Apoia o desenvolvimento económico local através da diversificação do emprego;
- Respeita e encoraja uma participação igualitária da comunidade local;
- Minimiza os impactos negativos no ambiente;
- Conserva e promove a património cultural e o bem-estar;
- Educa os visitantes relativamente à cultura e à natureza;
- Demonstra boas práticas de gestão;
- Garante a qualidade e a segurança da experiência turística para todos os indivíduos envolvidos (Asker et al., 2010).

2.4. Desenvolvimento de um projeto de Turismo de Base Comunitária

O desenvolvimento de um projeto de TBC descrito abaixo seguirá o Manual das Boas Práticas de Asker et al. (2010). Neste manual são considerados os elementos fulcrais a considerar na fase de planeamento de um projeto de modo que este siga os princípios do TBC e garanta a sustentabilidade.

Numa fase inicial do desenvolvimento do projeto, e de acordo com os autores, é fulcral implementar a participação da comunidade no planeamento do mesmo. Desse modo, terá de ser a própria comunidade a decidir qual o tipo e qual o nível de envolvimento que pretende ter com o projeto.

Após esta fase de definição do envolvimento comunitário, é também essencial definir um projeto que vá de acordo com os projetos de desenvolvimento já existentes no território das Terras de Sicó. Assim, este projeto permitirá complementar e apoiar os projetos anteriormente planeados.

Identificar uma estrutura organizacional e de gestão apropriada e garantir sistemas de gestão apropriados são outros dos primeiros passos a tomar. Isto porque possuir uma equipa de gestão efetiva, manter padrões e controlo de qualidade, operar de acordo com o regulamentado, aumentar a resiliência, e garantir monitorização e avaliação constante, são uma mais valia para o sucesso do projeto.

Após estas considerações nas fases iniciais do processo, será necessário definir os mecanismos de financiamento e de gestão do património. Ou seja, dever-se-á definir as fontes de financiamentos e as estruturas apropriadas, partilhar os benefícios de forma equitativa, gerir os recursos, gerir a oferta e procura de forma a garantir a sustentabilidade, preparar a comunidade para gerir a oferta turística e capacitar e formar a mesma de modo a motivar para a gestão e entrega eficazes do projeto.

Outro aspeto fulcral e necessário passa pelo desenvolvimento e marketing do produto. Numa primeira estância, é necessário definir o produto e conhecer o mercado-alvo de modo a adaptar as estratégias de marketing e adicionar valor a outras atividades turísticas.

Construir relações com vários *stakeholders* do setor do turismo é também outro aspeto de relevância de apoio ao projeto de TBC, uma vez que solidificar fortes relações com *stakeholders* chave são um passo importante para o desenvolvimento de uma base forte para o desenvolvimento do projeto. Das relações estabelecidas, é essencial valorizar as relações entre as comunidades e o setor privado, assim como a colaboração entre as comunidades e as autoridades do turismo.

2.4.1. Envolvimento comunitário e projetos de desenvolvimento regionais

Envolvimento comunitário

O tipo e o nível de envolvimento comunitário no projeto devem ser definidos pela própria comunidade, simplesmente porque o sucesso, a eficácia e a sustentabilidade de um projeto de TBC depende do apoio e envolvimento de todos os membros de uma comunidade a um nível confortável para os mesmos. Porém, aquando a definição do tipo e nível de envolvimento, as comunidades e os *stakeholders* envolvidos devem considerar se a comunidade apresenta uma organização, forças e bases necessárias (Asker et al., 2010).

Projetos de desenvolvimento regionais

Outro aspeto fulcral é adaptação do presente projeto a projetos e planos de desenvolvimento já existentes na região. Isto porque o projeto ao oferecer experiências locais deve ir de encontro aos métodos de desenvolvimento preferidos a nível local, assim como deve considerar os contextos a nível regional e nacional também. Desse modo, e para que o projeto seja uma mais valia não só a nível de desenvolvimento local, mas também regional, deve-se:

- Identificar e avaliar políticas e apoio a nível local, nacional e internacional;
- Criar mudança aquando a existência de obstáculos ao TBC através do apoio à criação de políticas de desenvolvimento que potenciem o TBC a nível rural e regional (Asker et al., 2010).

2.4.2. Sistemas e estrutura organizacionais e de gestão

Identificar estruturas de gestão e organizacional adequadas

Cada contexto necessita de uma estrutura organizacional e de gestão adequada, e existem certos aspetos que devem ser considerados para a viabilidade de um projeto de TBC:

- a equipa de gestão de um projeto de TBC deverá ser constituída por elementos qualificados e motivados que valorizem e compreendam valores importantes como a transparência, equidade e a prestação de contas;

- cada aspeto de uma operação deve encontrar-se sob um sistema de controlo de qualidade, sendo necessário alcançar e ultrapassar os padrões locais para gestão turística;
- os *stakeholders* devem estar cientes do ambiente legal e institucional no qual o projeto é desenvolvido;
- deve existir planeamento a longo-prazo e deve-se aumentar a resiliência através da gestão para a mudança a longo prazo;
- deve existir processos de monitorização e avaliação em sistemas de gestão, pois estes processos permitirão obter informação relevante para responder adequadamente às necessidades e expectativas dos *stakeholders* (Asker et al., 2010).

Desse modo, deve-se escolher as estruturas organizacionais, e tal tarefa dependerá dos *stakeholders* envolvidos e das motivações dos mesmos. A estrutura poderá ser completamente operada e constituída por membros da comunidade, ou poderá haver uma *joint venture* na qual a comunidade deverá estar envolvida nos processos de tomada de decisão e o envolvimento da mesma deve estar bem definido à *priori*, assim como a estrutura organizacional da *joint venture* deve adequar-se às estruturas já existentes na comunidade e aos objetivos da mesma.

Definir uma equipa de gestão

Nesta fase, dependendo do grau de envolvimento da comunidade, serão definidas as várias equipas, e deve-se salientar a transparência e a participação comunitárias nos processos de tomada de decisão. Ao definir a equipa deve-se:

- Garantir que a equipa de gestão apoia os princípios do TBC e que apresente competências de liderança (trabalho de equipa, prestação de contas, profissionalismo, equidade, segurança e transparência), pois assim promove-se a resiliência a capacidade de adaptação e de mudança sempre como foco nos valores e objetivos estabelecidos;
- Manter canais de comunicação eficazes de modo que os membros da comunidade e os *stakeholders* se vejam como colaboradores e participantes nos processos de tomada de decisão, e a aumentar a probabilidade de resultados equitativos, o que trará resultados a longo-prazo como a confiança transmitida aos *stakeholders*;

- Atribuir funções e responsabilidades (Asker et al., 2010).

Manter os *standards* e o controlo de qualidade

Manter os *standards* e garantir o controlo de qualidade terá impactos na experiência do visitante, assim como terá impacto no mercado e na capacidade de atração e de gestão das expectativas dos visitantes. Desse modo, para que os impactos sejam positivos, deve-se:

- Identificar as áreas chave de controlo de qualidade tanto nas operações do projeto como no produto oferecido ao visitante, sendo que se deve verificar segurança, higiene e qualidade em todas as áreas da experiência do visitante;
- Garantir a qualidade, sendo que os *standards* de qualidade dependerão dos recursos existentes, e, desse modo, deve-se adequar o número de membros de staff responsabilizados pelo controlo da qualidade, assim como se deve inquirir os visitantes relativamente à experiência oferecida;
- Manter os *standards* através do conhecimento dos standards tanto a nível nacional como a nível internacional, e procurar superá-los (Asker et al., 2010).

Operar com uma estrutura regulamentada

Deve-se operar de acordo com o regulamentado a nível local, nacional e internacional e, para tal, a equipa de gestão deve estabelecer contacto com as autoridades locais e/ou regionais, assim como com as entidades de turismo regional, de modo a compreender os requisitos legais e os limites dentro dos quais se deve operar (Asker et al., 2010).

Aumentar a resiliência ao gerir para a mudança

Também se devem estabelecer sistemas de gestão de mudança de modo a aumentar a resiliência e a antecipar riscos futuros para a comunidade. O sistema de gestão de mudança deve:

- Gerir a experiência do visitante através da implementação de procedimentos que visem minimizar os possíveis impactos negativos na comunidade;

- Desenvolver um código de conduta para o visitante de modo a guiar o comportamento dos visitantes e garantir que as interações entre visitantes e comunidade são positivas;
- Gerir as expectativas do visitante através do conhecimento dos *standards* e necessidades dos visitantes, e informar os visitantes sobre quais os aspetos a não esperar das experiências de modo a diminuir a frustração;
- Gerir as equipas com políticas adequadas de modo a garantir boas condições de trabalho (concordância nas horas de trabalho, condições de segurança e higiene, garantia de igualdade de oportunidades para todos, formação), valorização e distribuição dos benefícios do projeto pelos participantes, assim como também se deve verificar uma gestão das equipas com base na rotatividade de tarefas de modo a tornar a equipa flexível e polivalente;
- Definir códigos de proteção ambiental e de responsabilidade social de modo a gerir os recursos naturais positivamente;
- Definir um plano de gestão de risco em caso de emergências médicas ou de desastres naturais, e deve-se comunicar o mesmo aos visitantes, assim como formar todos os membros da equipa em primeiros socorros e noutros conhecimentos úteis (Asker et al., 2010).

Monitorização e avaliação

Outro aspeto também crucial é a constante monitorização e avaliação do projeto de modo a identificar problemas, medir progressos e obter informação útil para o processo de tomada de decisão e para identificar áreas em que é necessário desenvolver as capacidades dos membros das equipas. Para tal, deve-se identificar quais os indicadores a medir para avaliar o impacto aos níveis ambiental, social e económico, sendo que os indicadores devem ser relevantes, qualitativos ou quantitativos e específicos, assim como se deve implementar sistemas de monitorização constante (Asker et al., 2010).

2.4.3. Mecanismos de financiamento e de gestão do património

Para a viabilidade económica do projeto e para que este vá de encontro aos princípios do TBC é necessário, numa fase de planeamento, selecionar a estratégia adequada de financiamento, assim como garantir que os benefícios são equitativamente distribuídos pela

comunidade, gerir e conservar o património natural e cultural da comunidade, e gerir a oferta e procura para a sustentabilidade.

Identificar fontes de recursos e estruturas adequadas

De modo a identificar as fontes de recurso e estruturas adequadas deve-se:

- Encontrar o ajuste financeiro certo através da consideração do tipo de financiamento mais adequado às necessidades e objetivos. De salientar que a participação da comunidade na tomada de decisão relativamente aos tipos de empréstimos ou subsídios é fulcral para a minimização de conflito futuro relativo à dispersão de benefícios no seio da comunidade;
- Procurar financiamento que é essencial para o sucesso de um projeto de TBC, sendo que a proposta de financiamento deve-se encontrar descrita no plano de negócios;
- Ter conhecimento relativamente às fontes de financiamento inicial que podem ser instituições governamentais, setor privado e/ou ONG, ou até mesmo instituições a nível internacional como o Banco Mundial ou a União Europeia. Este financiamento externo é útil para cobrir os custos relacionados com a criação de parcerias, desenvolvimento de competências dos membros da equipa, e construção de infraestruturas
- Considerar o apoio por parte das entidades de turismo e órgãos do governo de modo a facilitar o marketing e comunicações, assim como facilitar o desenvolvimento de mecanismos políticos ou financeiros;
- Considerar os tipos de financiamento existentes e avaliar as condições dos mesmos;
- Desenvolver um plano financeiro que considere a sazonalidade do turismo, desse modo deve-se encorajar a diversificação sem comprometer a sustentabilidade;
- Garantir lucro para a comunidade ao reinvestir na comunidade em que se atua, seja por participação de lucros diretos, com a contratação de empregados pertencentes à comunidade, e adquirindo bens e serviços locais;
- Celebrar e comunicar o sucesso de modo a angariar financiamento adicional ou futuro ao demonstrar às entidades que o financiamento inicial recebido foi direcionado para alcançar as metas de desenvolvimento comunitário e para tornar o projeto financeiramente autossuficiente (Asker et al., 2010).

A partilha equitativa de benefícios

A partilha equitativa de benefícios é um aspeto essencial num projeto de TBC visto que a equidade e a transparência são valores importantes nesta vertente de modo a evitar conflitos e tensões. A formação ao nível da contabilidade é essencial de modo a fazer compreender aos vários elementos da comunidade que os benefícios económicos não são imediatamente aparentes. E para garantir a equidade na partilha de benefícios deve-se monitorizar os fluxos ao seleccionar grupos alvos ou beneficiários mais vulneráveis e ao implementar mecanismos de gestão que garantam a distribuição dos benefícios equitativamente, assim como se deve focar na qualidade ao invés da quantidade tendo em mente que a qualidade dos empregos é mais importante que o número de empregos criados, e que por vezes é mais consciente envolver os grupos mais pobres da comunidade indiretamente no projeto através, por exemplo, do fornecimento de bens agrícolas (Asker et al., 2010).

Gestão de ativos

A gestão do património de forma sustentável é um ponto importante e deve-se garantir que todos os elementos do património da comunidade são geridos com base nos princípios da sustentabilidade para não se colocar em causa a sustentabilidade do projeto. Por isso, deve-se:

- Elaborar um inventário de todos os ativos patrimoniais;
- Utilizar a proteção desses ativos no marketing do projeto;
- Direcionar as finanças para a melhoria da qualidade de vida, como focar no consumo e desperdício de energia, por exemplo, que terá impactos na qualidade de vida da comunidade local e no fortalecimento do turismo na região;
- Construir uma estrutura para o turismo sustentável (Asker et al., 2010).

Gestão da oferta e procura para a sustentabilidade

Outro aspeto essencial num projeto de TB é gerir a oferta e a procura de modo a garantir a sustentabilidade através de políticas de consumo sustentáveis (produtos básicos e serviços contratuais deve ser locais, sempre que possível) e através da imposição de um número limite

de visitantes de modo a demonstrar mais positivamente a hospitalidade da comunidade e de modo a que a procura não ultrapasse a oferta da comunidade (Asker et al., 2010).

2.4.4. Capacitação local

Uma vez que o TBC se encontra dependente de recursos humanos e que a experiências dos visitantes depende da qualidade do produto oferecido, o desenvolvimento dos recursos humanos deve encontrar-se incluído no plano do projeto porque a comunidade deve-se encontrar preparada para gerir a oferta turística, deve procurar melhorar a sua performance através da aquisição de competências, deve estar motivada e confiante, e deve procurar alcançar os objetivos do projeto de modo a alcançar resultados positivos.

Preparar e fortalecer a comunidade

É possível preparar e fortalecer a comunidade de modo que esta se encontre preparada para gerir a oferta turística através da condução de um inventário de competências e de uma análise de lacunas de modo a destacar as áreas que necessitam de ser capacitadas. A capacitação é alcançada através de:

- Membros da comunidade capacitados que podem transmitir conhecimento pelos demais membros;
- Liderança a partir da comunidade;
- Apoio à capacitação proveniente de ONGs;
- Redes e sinergias com principais doadores;
- Assistência à capacitação por parte de agências voluntárias especializadas;
- Assistência à capacitação por parte de instituições de turismo e organizações no destino;
- Treino formal e informal, e canais de capacitação;
- Abordagens com base na força (uso de capacidades, experiências e tecnologias já existentes na comunidade) (Asker et al., 2010).

Algumas das melhores práticas e processos podem ser:

- Aprender fazendo como sessões curtas de formação;

- Ligar conhecimento com oportunidades de emprego;
- Utilizar materiais relevantes culturalmente, isto é, considerar a língua local, ser acessível, e comunicar de forma relevantes e interessante de modo a cativar;
- Criar espaço para o desenvolvimento das mulheres;
- Evitar falhas ao nível da formação na área da gestão financeira;
- Avaliações periódicas de capacidades/habilidades;
- Estabelecer diversidade de habilidades através da rotatividade dos membros da equipa nas tarefas (Asker et al., 2010).

Adaptação e capacitação da comunidade

Permitir que a comunidade se adapte e que construa competências, de forma confortável, de modo a melhorar a performance, é fulcral. Tal é conseguido através de:

- Uma expansão de ritmo com base na capacidade de carga do destino, no desenvolvimento de habilidades, e na visão do projeto de modo a garantir que a expansão se encontra alinhada com os objetivos da comunidade;
- Construção e manutenção do *momentum* com a celebração de pequenas vitórias e atração dos *media* que pode ser uma oportunidade de marketing;
- Benefícios de qualificação equitativa através da rotatividade de tarefas (Asker et al., 2010).

O desenvolvimento de capacidades e treinos são fulcrais aquando a oferta da experiência por parte da comunidade ao visitante, e, portanto, é necessário providenciar oportunidades de desenvolvimento aos membros das comunidade, implementar estratégias de retenção dos membros, criar oportunidades para construir confiança nas mulheres, e identificar oportunidades do estilo “vê e aprende” (Asker et al., 2010).

Capacitar para sustentar o projeto e deixar um legado positivo (fornecer um meio de revigorar a cadeia de oferta e procura a nível local, facilitar o comércio de produtos de origem local, projetar a sustentabilidade ambiental e cultural) são aspetos a considerar no projeto e que são conseguidos através:

- Da gestão de risco;
- Do *design* para a sustentabilidade ambiental, social e económica;

- Do *design* para comercialização com base na atratividade;
- Da propriedade e legado (integração de ligações institucionais fortes com o governo local e regional e ONG).

2.4.5. Desenvolvimento e marketing do produto

Outro passo aquando o desenvolvimento do projeto envolve a definição do produto e do mercado-alvo, adaptação das estratégias de marketing, assim como considerar a forma como as experiências de TBC complementam as outras atividades locais ou regionais.

Definição do produto

Aquando a definição do produto, deve-se atender à visão e aos objetivos da comunidade, assim como se deve integrar a participação da mesma no produto. Assim, deve-se:

- Desenvolver o produto iniciando-se com a inventariação dos ativos naturais, culturais e sociais do destino potenciais a formar o produto turístico;
- Alinhar os ativos com os objetivos da comunidade, considerando o tipo de experiência que a comunidade oferecerá e identificando os objetivos da comunidade (gerar rendimento, conservar, desenvolver habilidades, troca cultural, por exemplo), respondendo a questões como “o que é que a comunidade quer vender?” e “como é que o produto oferecido ajuda a comunidade a alcançar os objetivos do TBC?”;
- Contruir produtos através dos ativos pois os ativos por si só não constituem o produto (por exemplo, a tradição por si só não é um produto turístico, mas quando se oferece esta como uma experiência, torna-se um atrativo turístico);
- Garantir uma participação comunitária significativa no desenvolvimento do produto;
- Gerir as expectativas do produto turístico pois alguns visitantes podem possuir expectativas não realistas, o que se deve evitar de modo a garantir a satisfação das expectativas dos visitantes;
- Construir aliados com agências de viagens, o Governo e outras entidades, não só de modo a utilizar os recursos que estes possam oferecer, mas também para diminuir a competitividade através da colaboração;
- Considerar as infraestruturas de apoio ao turismo (Asker et al., 2010).

Conhecer o mercado-alvo

Caracterizar o mercado alvo é importante uma vez que desse modo é possível comercializar eficazmente a experiência oferecida e garantir que os visitantes partilham a mesma filosofia (em termos de respeito com a cultura local e interesse no apoio ao desenvolvimento local sustentável e equitativo) com os operadores da comunidade. Para definir o mercado-alvo deve-se:

- Compreender o mercado-alvo e trabalhar no desenvolvimento do produto em paralelo;
- Investir tempo em compreender as tendências de mercado;
- Caracterizar o mercado-alvo pelo tipo de visitante;
- Observar tanto localmente como internacionalmente, ou seja, selecionar um mercado alvo local e nacional, assim como captar visitantes internacionais de modo a minimizar aspetos negativos como a sazonalidade;
- Investir tempo a desenvolver um produto que ofereça autenticidade;
- Motivar os turistas ao planear para mudanças inesperadas nas tendências e preferências de mercado (Asker et al., 2010).

Adaptação de estratégias de marketing

De forma que o projeto de TBC seja sustentável, é necessário que as estratégias de marketing sejam adequadas, e, para tal, é necessário:

- Considerar os 5P's do marketing
- Construir parcerias para promover o projeto de TBC;
- Criar um *website* que promova o destino;
- Ser claro relativamente ao que se venda e ao que os visitantes devem esperar;
- Ser criativo;
- Colocar o projeto *online* e em redes sociais;
- Oferecer pacotes de experiências;
- Monitorizar a forma como os visitantes conhecem o projeto (Asker et al., 2010).

Adicionar valor a outras atividades turísticas

Um projeto de TBC tem mais oportunidades de ser bem-sucedido se for desenvolvido numa área que ofereça experiências turísticas complementares, isto porque ao demonstrar que o TBC funciona como complemento a outras atividades pode trazer vantagens para o marketing do produto. Adicionar valor a outras atividades turísticas é, desse modo, essencial e é conseguido ao:

- Analisar destinos turísticos próximos de modo a conhecer a competição direta ou indireta;
- Investigar tendências e cenários futuros;
- Identificar o TBC como “valor acrescentado”;
- Procurar colaborar em vez de competir (Asker et al., 2010).

2.4.6. Relação entre *stakeholders*

Como forma de viabilidade a longo-prazo, é necessário desenvolver parcerias e redes que permitam construir resiliência e criar apoio. Estas relações devem ser positivas como forma de construir uma base sólida para o projeto de TBC, e devem ser estabelecidas entre as comunidades e o setor privado, as autoridades de turismo, setor governamental e ONGs.

Desenvolver relações positivas para uma base sólida do projeto

Para que sejam criadas relações que tragam benefícios ao projeto é necessário identificar os *stakeholders* potenciais com os quais estabelecer ligações através de um mapeamento dos mesmos (identificação do nome, localização, contactos e interesses e relevância para com o TBC). Assim como também é necessário sustentar as relações através da gestão das mesmas e permitir que estas se alterem ao longo do tempo. É importante relembrar que os membros da comunidade são os *stakeholders* centrais do projeto, membro esses que atuam direta ou indiretamente (Asker et al., 2010).

Relações entre a comunidade e o setor privado

Este tipo de relações traz uma mais valia ao projeto uma vez que a comunidade pode não disponibilizar de todos os recursos e competências necessárias, sendo que essas falhas podem ser atenuadas com a participação do setor privado, assim como é criado um nível mais elevado de segurança para a comunidade. Trabalhar com agências comerciais para promoção do destino é uma mais valia uma vez que oferece mais oportunidades de tornar o projeto sustentável a longo-prazo. Para estabelecer relações entre a comunidade e este setor, é importante ser claro relativamente à relação que se pretende estabelecer e ao nível e tipo de serviço esperado (Asker et al., 2010).

Colaboração entre a comunidade e autoridades do turismo

Relações com autoridades do turismo são também uma mais valia na medida em que estas fornecem informação útil e apoio à comunidade no posicionamento e na definição da marca. Para estabelecer relações com autoridades do turismo é necessário, numa primeira estância, identificar as autoridades do turismo existentes na área e contactá-las previamente, de modo a que se possa adequar o projeto de acordo com os conselhos e *input* que estas entidades têm a oferecer, e contar com o apoio ao marketing que estas entidades podem oferecer (Asker et al., 2010).

2.5. Conclusão

O termo Turismo de Base Comunitária surgiu na década 90 na sequência da adoção de boas práticas para o desenvolvimento do turismo sustentável que assentavam no conceito de *triple bottom line*, ou seja, com foco em três vertentes, sendo essas vertentes o aspeto ambiental, o aspeto social e o aspeto económico da sustentabilidade. Desse modo, devem surgir benefícios ao nível da economia, da sociedade e do ambiente em que a comunidade se encontra envolvida (Asker et al., 2010; Blackstock, 2005; Pawson et al., 2017).

Uma vez que o TBC procura transformar o turismo numa indústria mais sustentável, no contexto do desenvolvimento do turismo sustentável, esta forma de turismo alternativo tem um papel relevante cujo valor tem vindo a ser reconhecido há décadas (Goodwin & Santilli, 2009; Kayat, 2014; Salazar, 2012). A necessidade que as pequenas comunidades sentem em ultrapassar adversidades, faz com que o turismo de base comunitária seja a forma de turismo sustentável que traz benefícios mais permanentes e de maior duração (Parent, Klein, & Jolin, 2009).

Esta forma de turismo alternativo ao turismo de massas tem como principal foco a comunidade que é constituída por membros que partilham a mesma cultura e que se encontrem interligados a nível económico e social, encontrando-se, também, geograficamente circunscrita (Giampiccoli & Kalis, 2012). Assim como também tem como principal objetivo o envolvimento da comunidade no turismo (CBI Ministry of Foreign Affairs, n.d.; Goodwin & Santilli, 2009).

Os objetivos defendidos pelo TBC têm como base os objetivos de sustentabilidade que, de forma geral, implicam a conservação da biodiversidade ambiental e a redução da pobreza nos espaços e nas comunidades em que é aplicado. Por ser tão adequado ao Turismo no Espaço Rural, os termos TBC e TER, juntamente com Turismo Sustentável e Ecoturismo, usualmente andam de mãos dadas devido aos objetivos semelhantes que são partilhados por estas tipologias de turismo. Para cumprir tais objetivos, é fundamental desenvolver e planear o turismo que siga linhas orientadoras para a proteção e valorização da natureza e da cultura da região, assim como para o benefício económico e do bem-estar dos residentes locais da região (Asker et al., 2010).

O desenvolvimento desta forma alternativa de turismo encontra-se direcionada para o fortalecimento económico local, a aliviação da pobreza, a conservação da natureza, do

ambiente e dos recursos, e o desenvolvimento cultural (Kayat, 2014; Sutawa, 2012). Apesar do TBC trazer benefícios a nível local, Giampiccoli & Kalis (2012) defende que este não deve ser entendido como um grande contribuidor para o desenvolvimento económico a nível nacional, pura e simplesmente porque o TBC é entendido, por estes autores, como tendo foco apenas à escala local, isto é, na comunidade na qual é exercido. Desse modo, depende da comunidade local e dos recursos endógenos dos locais onde é desenvolvido (Ismail, Hanafiah, Aminuddin, & Mustafa, 2016), pois são esses aspetos que atraem os turistas aos locais.

O crescente interesse dos turistas pelo Turismo de Base Comunitária permite, então, os crescentes benefícios para as comunidades nas quais o turismo é desenvolvido. Desse modo, esta forma de turismo alternativo tem impacto positivo na generalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para o alcance de metas estabelecidas e consequente concretização de objetivos. Para além disso, o turismo também contribui enquanto ferramenta para a consciencialização dos turistas relativamente a aspetos que necessitam de atenção, como a consciencialização ambiental e social.

De salientar que esta forma de turismo obtém lucros através do acolhimento de turistas no seio das comunidades, comunidades essas onde são partilhados benefícios e onde é aplicada parte das receitas com o intuito de desenvolver a comunidade e de oferecer manutenção e proteção tanto do património cultural como do património natural que a comunidade oferece aos turistas.

Porém, para que esta forma de turismo mais responsável e direcionada para a sustentabilidade apresente benefícios, necessita que o produto oferecido se encontre focado numa gestão competitiva, na conservação dos recursos – visto que são estes o atrativo turístico –, e na criação de benefícios para a comunidade. De salientar que estes três aspetos devem ser apoiados através do envolvimento e da participação da comunidade local. Isto porque a comunidade e o empoderamento da mesma são a chave principal para o desenvolvimento do turismo sustentável uma vez que será a comunidade que participará e contribuirá para a sustentabilidade a nível cultural e natural aquando o desenvolvimento do turismo (Kayat, 2014; Sutawa, 2012).

Capítulo III - Turismo no Espaço Rural

3.1. Introdução

O presente projeto tem como intuito desenvolver de forma sustentável a região Terras de Sícó através de uma forma de turismo alternativo (Turismo de Base Comunitária). Devido às desigualdades entre o espaço urbano e o espaço rural, e o facto do novo turista procurar experiências autênticas e procurar cada vez mais o contacto com as comunidades locais, desenvolver o projeto orientado para o espaço rural e todos os elementos integrantes deste espaço, é uma mais valia para o desenvolvimento sustentável do projeto, e, consequentemente, da região e da comunidade. Desse modo, no presente trabalho será abordado o Turismo no Espaço Rural como forma de turismo complementar ao Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento sustentável.

Assim, neste terceiro capítulo, pretende-se delimitar o turismo no espaço rural através de um enquadramento teórico que terá foco na caracterização, desenvolvimento e evolução desta forma de turismo; assim como se pretende definir o potencial do turismo no espaço rural para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais nas quais este é desenvolvido. Desse modo, o presente capítulo encontra-se dividido em quatro secções.

Na primeira secção, pretende-se definir as áreas rurais ou a ruralidade de modo a compreender as características das áreas e o que é central no estabelecimento do turismo no espaço rural.

Na segunda secção, encontrar-se-á um breve enquadramento com foco na conceptualização do turismo no espaço rural e no desenvolvimento do mesmo de modo a compreender as premissas para um bom desenvolvimento turístico nas áreas rurais tendo como base as oportunidades e obstáculos ao desenvolvimento do turismo. Também será apresentada uma caracterização dos turistas que procuram esta forma de turismo de forma a conhecer o que motiva e interessa aos turistas e, assim, melhor orientar o projeto pretendido. Por fim, será analisada a evolução e distribuição do mercado em Portugal.

Na terceira secção, pretende-se analisar o potencial do turismo no espaço rural para o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais nas quais o turismo é potenciador de desenvolvimento. Para tal, será realizada uma análise à conjuntura geral do espaço rural e,

de seguida, identificadas as premissas para a implementação de medidas sustentáveis e os possíveis impactos da adoção de uma abordagem sustentável no desenvolvimento do setor turístico no espaço rural.

Na quarta e última secção deste capítulo, será apresentada a necessidade e importância das redes para o turismo no espaço rural, e os benefícios que as redes trazem para um destino rural.

3.2. Conceito de áreas rurais e ruralidade

Devido à heterogeneidade característica das áreas rurais, uma vez que estas áreas variam de características de região para região e de país para país, não é fácil definir um conceito universal no que diz respeito à ruralidade (Okech et al., 2012). No entanto, é necessário uma definição de ruralidade para perceber o que varia espacial e temporalmente de modo a adotar uma abordagem sustentável para garantir a ruralidade que é elemento identitário e atrativo para o turismo no espaço rural (Lane, 1994).

Para definir ruralidade de um modo sistemático, Lane (1994) identifica três critérios e os requisitos a considerar: a densidade populacional e a dimensão dos estabelecimentos; a economia, a utilidade dos terrenos, e o domínio da agricultura e de espaço florestal; e as estruturas sociais tradicionais, e o património e identidade comunitários.

Relativamente ao critério relacionado com a densidade populacional e dimensão dos estabelecimentos, este varia de país para país, principalmente de país desenvolvido para país em desenvolvimento. No que se concerne à densidade populacional, esta tem de ser baixa, porém, os valores que a classificam variam de país para país, contudo, e apesar das variações existentes, a população terá de ser inferior a dez mil habitantes. Relativamente à dimensão dos estabelecimentos, estes devem ter dimensões reduzidas (Lane, 1994).

Para a definir um espaço como rural, também se deve analisar a economia, a utilidade dos terrenos e verificar se existe domínio da agricultura e do espaço florestal. As atividades económicas devem ser, na sua maioria, atividades agrícolas e florestais, e os terrenos também devem ser destinados a estas atividades económicas, sendo que apenas 10% a 20% dos mesmos possam ser destinados à construção. Salienta-se, também, o requisito que as áreas devem ser repositórias de natureza e vida selvagem. Desse modo deve-se observar a dominância do espaço natural, florestal e agrícola em relação ao ambiente contruído (Lane, 1994).

É igualmente necessário avaliar as estruturas sociais tradicionais e analisar o património e identidade da comunidade local, e perceber se a urbanização que se desencadeou alterou, ou não, as estruturas sociais uma vez que é essencial que as estruturas sociais tradicionais se encontrem preservadas de modo a manter a identidade própria e característica da comunidade local. Contudo é difícil definir os elementos identitários e que devem ser preservados uma vez que estes variam de país para país, e de região para região. Também é

necessário que se verifique a conservação e preservação do património não só do património intangível, mas também do património tangível, englobando não só o património natural, mas também o património construído que, juntamente com os elementos intangíveis, constroem a identidade característica e atrativa do local (Lane, 1994).

3.3. Enquadramento do Turismo no Espaço Rural

3.3.1. Conceptualização do Turismo no Espaço Rural

No que diz respeito à conceptualização do turismo no espaço rural, não existe uma definição *standard* para esta forma de turismo, nem um consenso na literatura quando se refere à definição deste conceito (Lane, 1994; Okech et al., 2012; Silva & Leal, 2015).

Lane (1994) apresenta o conceito de Turismo no Espaço Rural como sendo turismo praticado no espaço rural. No entanto considera esta definição como inadequada afirmando, também, que a elaboração de uma definição mais complexa e de aplicação global para este conceito é igualmente inadequado, comprovando a dificuldade de existir uma definição global e única.

Primeiro, porque o turismo urbano ou os *resorts* urbanos não se limitam às áreas urbanas, podendo, nessa medida, localizarem-se em espaços classificados como rurais (Lane, 1994). Consequentemente, não se pode utilizar a definição que turismo no espaço rural engloba as atividades praticadas no espaço rural uma vez que se verificaria incoerência relativamente à realidade e à definição do conceito.

Segundo, porque existe dificuldade em definir as áreas rurais, não existindo um critério consensual para todos os países, assim como estas áreas encontram-se em constante processo de modificação (Lane, 1994).

Terceiro, porque algumas áreas rurais podem ser multifacetadas, o que tornará o Turismo no Espaço Rural em algo complexo e multifacetado pois pode integrar vários tipos de turismo, como o agroturismo, o turismo de aventura, o turismo de desporto, o turismo cultural, o turismo de saúde (Iorio & Corsale, 2010; Lane, 1994; Silva & Leal, 2015).

Desse modo, e tendo em consideração os critérios definidos por Lane (1994) para a definição de ruralidade, o mesmo autor define que o Turismo no Espaço Rural deve ser praticado em áreas classificadas como áreas rurais. Este tipo de turismo deve ter um funcionamento rural,

isto é, deve ser desenvolvido sob as características do espaço rural, ou seja, as empresas devem ser de pequena dimensão, os edifícios e estabelecimentos devem ser de pequena escala – escala rural -, o espaço deve ser aberto, e deve existir o contacto com a natureza, com o património e com as práticas e sociedades tradicionais. Esta forma de turismo deve, igualmente, demonstrar um carácter tradicional, ser caracterizada por um crescimento lento e desenvolvimento sustentável, assim como também deve ter uma forte conexão com as comunidades locais sendo controlado localmente, e representar o ambiente, economia e a cultura tradicional rurais.

O turismo no espaço rural abrange uma vasta gama de atividades turísticas características de diversas formas de turismo, como do agroturismo, turismo cultural, ecoturismo, turismo de natureza e turismo de desporto, daí não ser possível definir turismo no espaço rural apenas com base nas atividades (Iorio & Corsale, 2010; Lane, 1994; Silva & Leal, 2015), que podem ser aplicadas no espaço rural. Existem atividades exclusivas do turismo no espaço rural, enquanto outras podem ser aplicadas tanto em espaço rural como em espaço urbano.

Na Tabela 3, é feita uma distinção entre as atividades praticadas em turismo no espaço rural e as atividades em turismo no espaço urbano, concluindo-se que as atividades específicas do turismo no espaço rural são caracterizadas pela pequena dimensão e pelo contacto com a natureza.

Tabela 3 - Atividades turísticas características do espaço rural e do espaço urbano

Atividades específicas do espaço rural	Atividades aplicáveis nos espaços rural e urbano	Atividades específicas do espaço urbano e resorts
<ul style="list-style-type: none"> • Caminhada • Escalada • Aventura • Canoagem e rafting • Atividades de neve • Birdwatching e outras atividades de estudo da natureza • Equitação • Apreciação da paisagem • Estudo de património rural • Visitas a aldeias e vilas • Relaxamento • Conferências de pequena dimensão • Festivais rurais • Desportos de contacto com natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Natação • Praia (baixa ou média intensidade) • Desportos que requerem infraestruturas semi-construídas ou totalmente construídas pelo homem (golfe, por exemplo) • Património • Conservação • Educativo • Cultural • Acampamento • Visitas e sightseeing • Conferências de pequena ou média dimensão • Cruzeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Siteseeing pela cidade • Compras • Praia (alta intensidade) • Património e cultura urbana • Jardins zoológicos • Resorts de saúde • Turismo industrial • Conferências de grande dimensão • Entretenimento ou jogo • Resort • Desportos que requerem infraestruturas construídas pelo homem (eventos em arenas, por exemplo)

Fonte: Elaboração própria com base em Lane (1994)

Desse modo, o turismo no espaço rural deve também ser definido, para além da localização e das atividades, por aspetos como a gestão, integração da comunidade e outros que Lane (1994) apontou. Esses aspetos encontram-se listados, em comparação com aspetos característicos do turismo urbano, na Tabela 4.

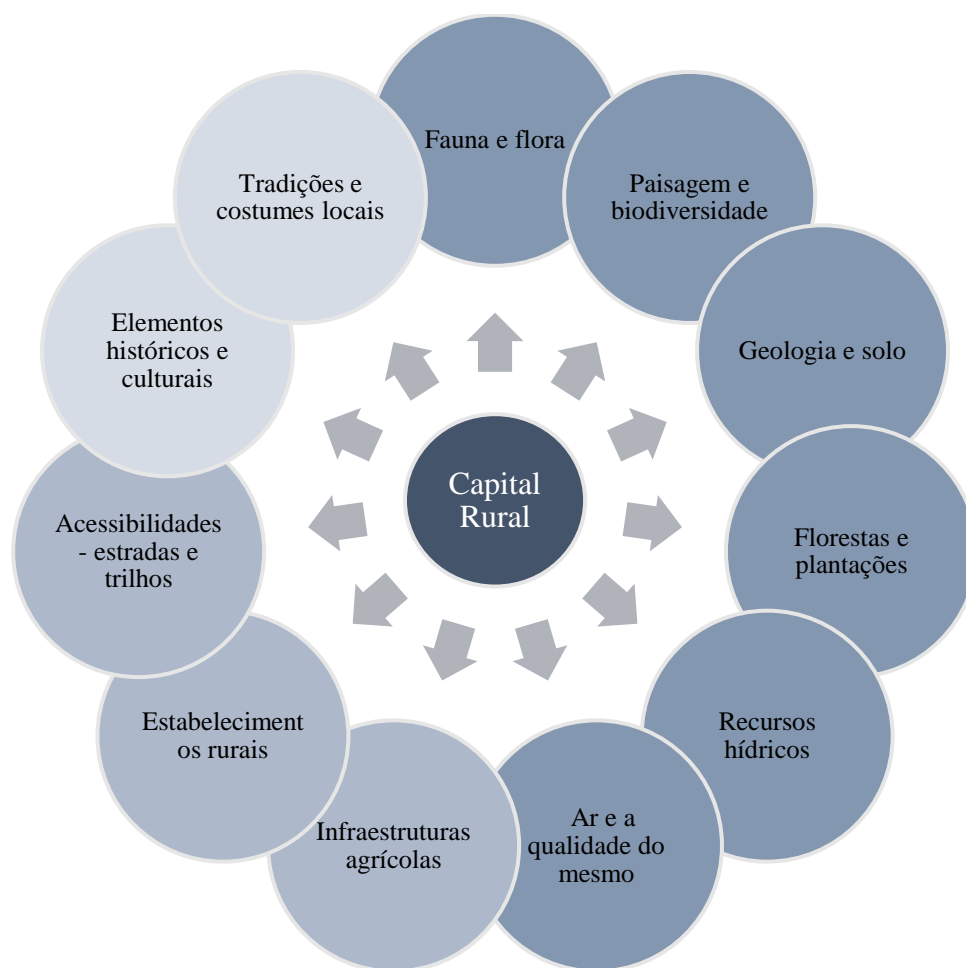
Tabela 4 - Características comparativas entre o Turismo no Espaço Rural e o Turismo Urbano

Turismo no Espaço Rural	Turismo Urbano
Muito espaço aberto	Pouco espaço aberto
Estabelecimentos abaixo dos 10.000	Estabelecimentos acima do 10.000
População dispersa	Densamente popularizada
Ambiente natural	Ambiente construído
Muitas atividades ao ar livre	Muitas atividades em espaço interior
Infraestruturas fracas	Infraestruturas intensivas
Forte atividade individual	Forte entretenimento / retalho
Estabelecimentos de pequenas dimensões	Estabelecimentos de grandes dimensões
Negócios locais	Empresas nacionais e internacionais
Envolvimento em <i>part-time</i> no turismo	Envolvimento em <i>full-time</i> no turismo
Envolvimento agrícola ou florestal	Inexistência de envolvimento agrícola ou florestal
Turismo apoia outros interesses diversos	Interesses turísticos apoiados pelo turismo
Empregados vivem perto do local de trabalho	Empregados podem viver longe do local de trabalho
Grande influência sazonal	Influência sazonal rara
Poucos visitantes	Muitos visitantes
Relações pessoais com os visitantes	Relações anónimas com os visitantes
Gestão amadora	Gestão profissional
Atmosfera local	Atmosfera cosmopolita
Muitos edifícios antigos	Muitos edifícios modernos
Limite ao crescimento ético	Crescimento ético
Atração especialista	Atração geral
Nicho de mercado	Larga operação de mercado

Fonte: Elaboração própria com base em Lane (1994)

Assim sendo, estamos perante turismo no espaço rural quando este é desenvolvido em espaços abertos, em ambiente natural, com fracas infraestruturas e edifícios antigos, estabelecimentos de pequena dimensão e população dispersa. As atividades oferecidas são ao ar livre na sua maioria, verificando-se envolvimento agrícola ou florestal. Quando se verifica forte atividade individual, negócios locais em que os trabalhadores residem perto do local de trabalho, havendo envolvimento no turismo em *part-time* e uma gestão amadora no setor. Neste caso, o turismo apoia outros setores diversos e é bastante influenciado pela sazonalidade. Outras características do turismo no espaço rural são o número reduzido de visitantes ao operar para um nicho de mercado, e o contacto dos visitantes com os locais.

Garrod, Wornell, & Youell (2006) introduzem o conceito de capital do espaço rural para a definição do turismo no espaço rural ao afirmarem que o turismo no espaço rural é a aplicação do capital local como forma de atração de visitantes ao local, e como forma de satisfação das expectativas desses mesmos visitantes. Ou seja, o capital do espaço rural é a base do turismo nestes locais ao surgir como forma de promoção de destinos turísticos rurais, englobando vários elementos naturais, culturais e construídos, como se pode verificar na Figura 5 abaixo onde se encontram sumariados os elementos do capital rural segundo os autores.



*Figura 5 - Elementos integrantes do capital rural.
Fonte: Elaboração própria com base em Garrod et al. (2006)*

A DGADR (n.d.) – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – apresenta a seguinte definição para o conceito:

O Turismo no Espaço Rural apresenta características próprias, pouco tendo em comum com as modalidades convencionais de turismo. Com efeito, esta atividade tem como objetivo essencial, oferecer aos utentes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem de um acolhimento personalizado (DGADR, n.d.-f).

3.3.2. Desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural

O interesse pelo turismo no espaço rural cresceu, a partir do século XIX, espelhado pela expansão do turismo para além das áreas popularizadas e urbanas (Lane, 1994), uma vez que se verificou o aumento da procura por modelos turísticos que privilegiam o contacto com a natureza em espaços rurais (Martínez-Roget et al., 2015).

As áreas rurais são relevantes para o desenvolvimento do turismo quando essas áreas são caracterizadas pela pobreza e falta de oportunidades económicas, pois ao existir uma combinação entre a natureza agrícola, cívica e/ou cultural dessas áreas, surge um ativo turístico atrativo que é enriquecido quando as características identitárias se encontram bem preservadas, uma vez que são capazes de atrair turistas provenientes de espaços urbanos (Lane, 1994; Okech et al., 2012).

Okech et al. (2012) referem, também, que as áreas rurais apresentam elevada carência de opções viáveis de atividades económicas que possam ser desenvolvidas uma vez que possuem poucos recursos. Por esse fator, o turismo é visto como uma opção fácil e viável, isto porque o turismo no espaço rural assenta em serviços e infraestruturas básicas e fáceis de desenvolver e ajustar.

Martínez-Roget et al. (2015) sugerem ainda que estas áreas possuem potencial turístico na medida em que possibilitam uma experiência turística de qualidade, devido, sendo esse um fator positivo para a atratividade do turismo no espaço rural.

A DGADR (n.d.) declara o turismo no espaço rural como:

[...] uma das atividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico rural, sendo tanto mais forte, quanto conseguir endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região.

Ao existir capacidade de atração de visitantes a essas áreas, o turismo rural é considerado um importante agente para o desenvolvimento rural ao possibilitar a geração de benefícios líquidos para os residentes locais, assim como o aumento de oportunidades aos mesmos residentes de participarem no próprio desenvolvimento do produto turístico (Iorio & Corsale, 2010; Okech et al., 2012).

O aumento da participação dos locais no desenvolvimento do turismo é conseguido através do desenvolvimento de negócios e empresas locais, pois no caso específico do turismo no

espaço rural, a natureza do produto turístico rural envolve os serviços ou bens provenientes de empresas de propriedade local não apenas agrícolas mas também de outras atividades económicas como o artesanato, a produção e venda de produtos tradicionais, serviços de transporte, animação, guias, e outras (DGADR, n.d.-f; Okech et al., 2012).

Okech et al. (2012) confirma que, ao observar e correlacionar as características-chave dos casos de sucesso de desenvolvimento do turismo em áreas rurais e as características dessas mesmas áreas, existem obstáculos que impossibilitem o desenvolvimento turísticos em certas regiões rurais.

Esses obstáculos passam pela fraca qualidade do produto que oferecem, pelas fracas e reduzidas acessibilidades e infraestruturas de apoio, e das capacidades insuficientes dos residentes locais a promoverem e desenvolver a região turisticamente, que quando sentidos em várias regiões podem ser agravados pelos interesses dos investidores e por questões políticas e institucionais. Porém, os obstáculos principais encontram-se ao nível comercial, económico e logístico e, desse modo, nem todos os espaços rurais se encontram com os requisitos preenchidos para o desenvolvimento do turismo (Lane, 1994; Okech et al., 2012; Silva & Leal, 2015).

No entanto, algumas áreas rurais mesmo apresentando obstáculos ao desenvolvimento do turismo, estes obstáculos podem vir a ser ultrapassados com a promoção de um produto forte e de qualidade que permita a resolução de problemas através da atração de turistas e do consequente e crescente incentivo ao desenvolvimento turístico na região. Em oposição, quando não existe um produto forte e de qualidade, o desenvolvimento turístico é mais complicado, sendo extremamente necessário o apoio por parte de entidades públicas e privadas que detenham recursos que permitam investir nestas áreas mais carentes de potencial endógeno (Okech et al., 2012).

3.3.3. Caracterização dos turistas em Turismo no Espaço Rural

Num estudo levado a cabo por Kastenholtz & Almeida (2008) relativamente ao turismo no espaço rural no norte de Portugal, estes autores caracterizaram o perfil dos turistas em turismo no espaço rural e concluíram que existem diferenças entre os turistas que viajam em época alta em relação aos que viajam em época baixa. Esta análise comparativa está descrita na Tabela 5, abaixo.

Tabela 5 – Caracterização de turistas em TER em época alta e baixa.

Características	Turistas em época alta	Turistas em época baixa
Sociodemográficas e comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> • 25-55 anos; • Mercado estrangeiro (maioritariamente); • Menor tendência em regressar ao destino; • Permanência longa; • Mais gastos per pessoa. 	<ul style="list-style-type: none"> • >55 anos; • Mercado nacional (maioritariamente); • Maior tendência em regressarem ao destino; • Permanência mais curta; • Gastos reduzidos
Motivacionais e ao nível da imagem	<ul style="list-style-type: none"> • Visitar amigos e familiares, ou apenas férias (mais frequentes); • Nadar (atividade mais frequente) e oferta vegetariana nos restaurantes (atração mais frequente) 	<ul style="list-style-type: none"> • Visita de negócios (mais frequente); • Atividades e atrações culturais e educacionais: excursões organizadas, visitas guiadas, museus, artesanato, <i>workshops</i> de arte e artesanato (mais frequentes)

Fonte: Elaborado com base em Elisabeth Kastenholz & Almeida (2008)

Os turistas em espaço rural que viajam em época alta são caracterizados por terem uma idade compreendida entre os 25 e os 55 anos, são na sua maioria estrangeiros que apresentam uma menor tendência de regressar ao destino que visitaram, porém permanecem no destino por um período mais longo, gastando (*per* pessoa) mais do que aqueles que visitam o destino rural em época baixa. Outro aspeto relevante, é que este tipo de turistas prefere os espaços rurais mais costeiros. As viagens nesta época são de férias ou de visita a amigos ou familiares, frequentemente.

Em contrapartida, os turistas que preferem viajar em época baixa apresentam uma idade superior a 55 anos, na sua maioria em turismo doméstico. Valorizam mais o campo como destino de férias em comparação com os turistas, e é mais recorrente que estes turistas

regressem ao destino visitado. Este tipo de turistas, em época baixa, mostra tendências em selecionar um destino rural em regiões interiores. Nesta época viajam maioritariamente por motivos de negócios. Porém, nesta época, os turistas apresentam uma maior valorização de atividades e atrações ao nível cultural e educacional, preferindo visitas organizadas e guiadas, visitas a museus, e participação em *workshops* de artesanato, assim como também demonstram valorizam o estilo de vida rural.

Yun, Hennessy, & Courtney (2016) identificam as motivações e as atividades procuradas pelos turistas em turismo no espaço rural de acordo com o local de residência, isto é, se os turistas são provenientes de áreas rurais ou de áreas urbanas. De forma geral, os turistas em turismo no espaço rural encontram-se motivados pela natureza, pela paisagem, e pela tranquilidade. Em contrapartida, a visita a familiares e amigos foi indicada como um motivo menos provável aquando a tomada de decisão de visitar um espaço rural. Porém, ambos os tipos de turistas procuram experiência e conhecimento cultural, histórico e sobre os vários estilos de vida. De forma particular, estes autores concluem que os turistas residentes em áreas rurais se encontram mais interessados em participar em atividades agrícolas, enquanto os turistas residentes em áreas urbanas se encontram mais interessados em participar em atividades de contacto com a natureza.

3.3.4. Evolução e Distribuição do Mercado

A evolução positiva do turismo em geral deveu-se à evolução do modelo de sociedade. O aumento do poder económico resultante do aumento dos rendimentos, o aumento dos tempos de lazer e a introdução de direitos como férias pagas, o aumento e melhoria na qualidade da educação, e o desenvolvimento de transportes e a melhoria de infraestruturas de acesso e de comunicação traduziram-se na crescente procura por atividades de lazer e recreio para além da área de residência habitual (DGADR, n.d.-c; Lane, 1994).

No caso específico do turismo no espaço rural, os seguintes fatores são chave para a crescente procura de destinos em espaço rural: o crescente interesse pelo património, pela gastronomia tradicional e pelo autêntico; a maior sensibilidade por questões relacionadas com a saúde, com contacto com a natureza, e com a tranquilidade; assim como o papel de entidades que visam a promoção do turismo para o desenvolvimento rural (DGADR, n.d.-c).

Apesar de se perceber um aumento do turismo no espaço rural, é difícil medir corretamente o crescimento desta forma de turismo por falta de dados específicos que distingam a oferta e procura por este tipo de turismo de todas as outras formas de turismo em vários países (Lane, 1994). Em Portugal, é possível analisar a evolução do turismo no espaço rural ao nível das NUTS II através das estatísticas do turismo disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e nos Anuários Estatísticos Regionais.

Tabela 6 – Evolução do número de estabelecimentos e capacidade de alojamento no TER e TH (continente)

Ano	Estabelecimentos de TER	Turismo de Habitação (TH)	Total (TER+TH)	Capacidade de alojamento total
1999	392	214	606	5776
2000	439	229	668	6293
2001	457	228	685	6476
2002	622	244	866	8533
2003	690	246	936	9337
2004	718	247	965	9815
2005	805	248	1053	10792
2006	778	232	1010	10842
2007	792	233	1025	11305
2008	814	233	1047	11692
2009	943	250	1193	13211
2010	944	243	1185	13267
2011	945	237	1182	13495
2012	645	183	828	11625
2013	554	160	714	11441
2014	599	161	760	12260
2015	962	201	1163	20144
2016	964	200	1164	20832

Fonte: Elaboração própria com base em Anuários Estatísticos da Região Centro (INE, 2017b)

No que diz respeito à evolução da oferta de estabelecimentos em TER de 1999 a 2016 (ano mais recente com dados estatísticos disponibilizados), esta aumentou 145,92% a uma taxa média de 7,04% (Tabela 6). Em 2012, verificou-se uma quebra na oferta que se prolongou a 2013. Porém, o crescimento verificado nesta última década deve-se ao apoio à oferta através

da formulação e implementação de políticas setoriais direcionadas ao aproveitamento e adaptação do património edificado para alojamento turístico em espaço rural (Martínez-Roget et al., 2015).

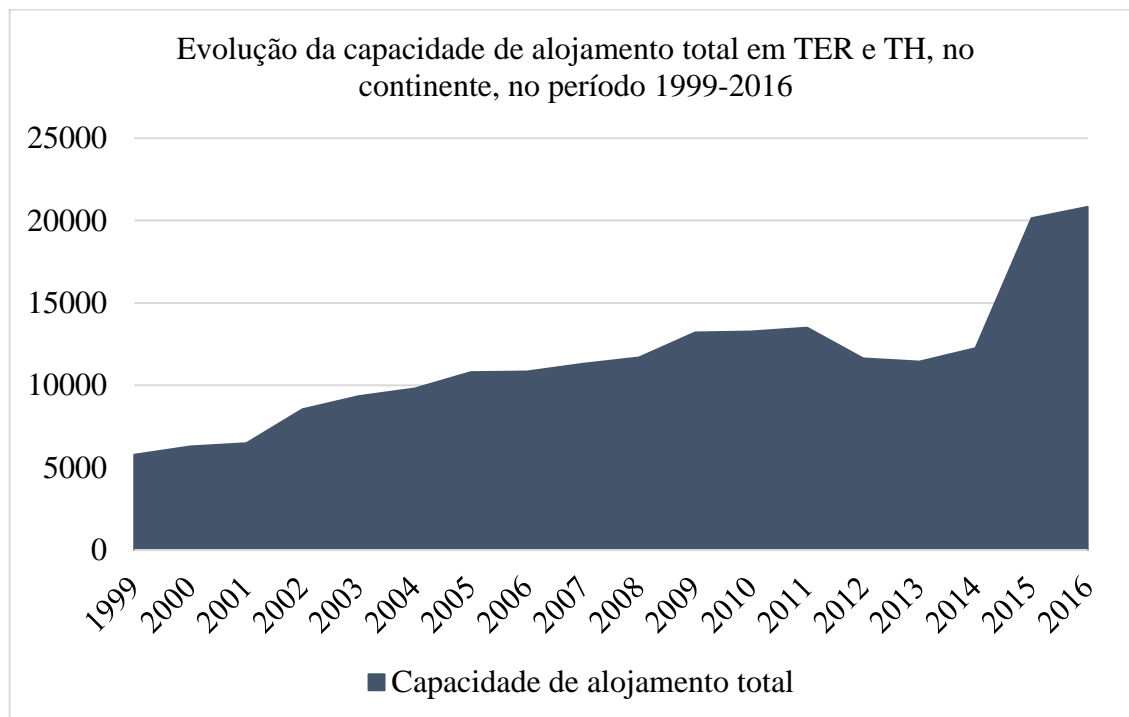


Gráfico 1 - Evolução da capacidade de alojamento total em TER e TH, no continente, no período 1999-2016

Fonte: Elaboração própria com base em Anuários Estatísticos da Região Centro (INE, 2017b)

Através do Gráfico 1, observa-se a evolução da capacidade de alojamento total em TER e em TH. Verifica-se um aumento gradual de 1999 a 2011, porém, nos anos posteriores verifica-se uma quebra que coincide com a diminuição da oferta. Contudo, de 2014 a 2015, verifica-se um crescimento exponente da capacidade de alojamento total. Sendo que no último ano da análise existiam 964 estabelecimentos de turismo no espaço rural e 200 de turismo de habitação, e uma capacidade de alojamento total para 20 832 hóspedes (Tabela 6).

Tabela 7 - Discriminação por regiões NUTII (continente) do TER e TH, 2016

Região	Total TER e TH	Estabelecimentos de TER				Turismo de Habitação	Capacidade de alojamento total
		Agroturismo	Casas de campo	Hotéis rurais	Outros TER		
Portugal	1 305	183	718	77	111	216	22 531
Norte	491	80	241	32	48	90	7 635
Centro	315	27	185	17	17	69	5 009
Lisboa	16	3	9	1	0	3	274
Alentejo	268	53	145	16	24	30	6 488
Algarve	74	13	38	7	8	8	1 426

Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico da Região Centro 2016 (INE, 2017a)

Distribuição por regiões do total de estabelecimentos em TER e TH, em Portugal, no ano 2016

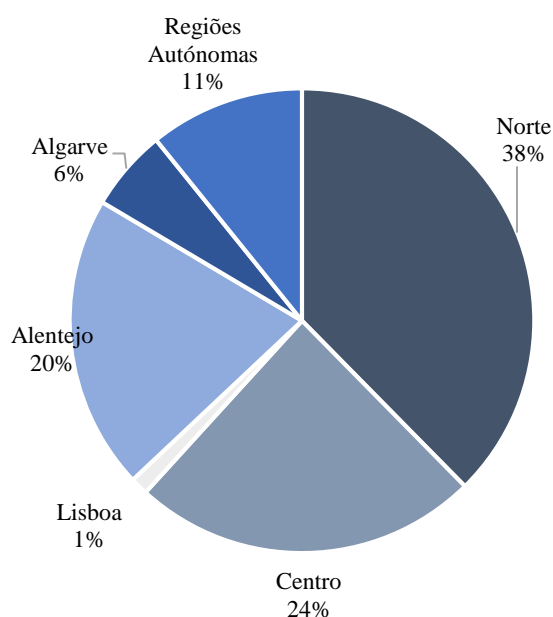


Gráfico 2 - Distribuição por regiões do total de estabelecimentos em TER e TH, em Portugal, no ano 2016

Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico da Região Centro (INE, 2017a)

Distribuição por regiões da capacidade total em TER e TH, em Portugal, no ano 2016

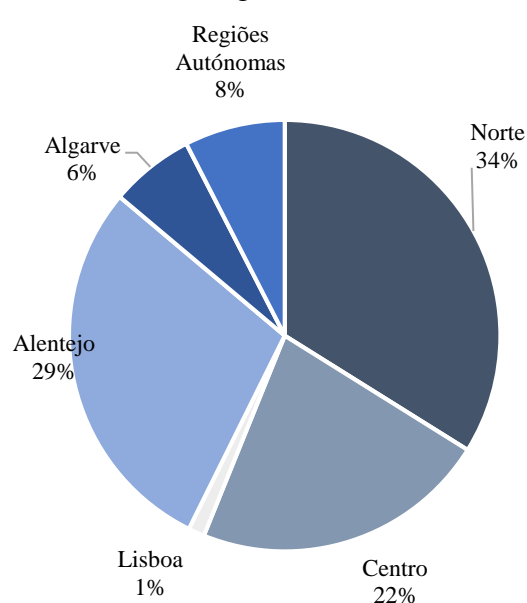


Gráfico 3 - Distribuição por regiões da capacidade total em TER e TH, em Portugal, no ano 2016

Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico da Região Centro (INE, 2017a)

Através da análise da Tabela 7 e do Gráfico 2, verifica-se que é a região Norte que mais estabelecimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação oferece. Da oferta global em Portugal, aproximadamente 38% dos estabelecimentos nestas tipologias localizam-se no norte de Portugal Continental. A região Centro é a segunda região com mais estabelecimentos, cerca de 24 % do total global (Gráfico 2), porém a capacidade de alojamento no Centro (aproximadamente 22%) é menor que aquela verifica no Alentejo (aproximadamente 29%) (Gráfico 3). Relativamente à oferta na região Centro no ano 2016, existiam 185 casas de campo, 27 agroturismos, 17 hotéis rurais e outros 17 tipos de alojamento em TER.

Tabela 8 – Evolução do número de dormidas segundo modalidade de TER e TH no continente (em milhares)

Anos	Total	TH	Agroturismo	Casas de campo	Hotéis rurais	Outros TER
2006	517	108,1	69,9	116,4	50,4	172,2
2007	664,5	138,1	91,6	130,2	115,9	188,7
2008	523,5	103,4	64,1	101,4	98,9	155,7
2009	827,1	114,7	116	172,5	188,1	235,8
2010	828	123,6	100,1	183,3	178,1	242,9
2011	948,7	123,4	123,5	210,8	184,1	306,9
2012	905,5	140	115	286	182	182,5
2013	636	105	85	224	159	63
2014	731	112	105	266	174	74
2015	1 134	150	182	483	235	84
2016	1 283	168	184	528	313	89

Fonte: Elaboração própria com base em Anuários Estatísticos da Região Centro (INE, 2017b)

No que diz respeito ao lado da procura turística, na Tabela 8 observa-se a evolução do número de dormidas em estabelecimentos de TER na última década (de 2006 a 2016). Verifica-se uma quebra na procura que corresponde ao mesmo período da quebra da oferta analisada anteriormente. Contudo, nos últimos dois anos em análise o número de dormidas aumentou, recuperando e ultrapassando os valores registados até 2012. De modo geral, a procura por estabelecimento de TER na tipologia casas de campo é maior, devido, também, a maior oferta de alojamento nessa tipologia. Em 2016, em Portugal Continental, registaram-se 528 mil dormidas em casas de campo, 313 mil em hotéis rurais

e 184 mil em agroturismos, tendo sido esses os três meios de alojamento rural mais procurados.

Tabela 9 – Evolução do número de dormidas em TER e TH segundo regiões (NUTS II de Portugal Continental) em milhares

Anos	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	Portugal
2006	151,8	94	33,6	115,5	37,5	517,1
2007	170,8	122,5	38,9	190,4	44,6	664,3
2008	159,1	108,1	26,5	124,6	27,6	525,5
2009	248,1	162,6	16	222,1	77,4	827,1
2010	252	149,2	19,9	234,4	63,1	828
2011	291,4	144,6	33,1	216	69,9	948,7
2012	332	176	56	203	77	905,5
2013	226	121	35	186	67	636
2014	240	146	37	234	74	856
2015	384	267	30	329	123	1272
2016	448	326	26	353	131	1453

Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos do INE

A procura turística por estabelecimentos de TER e TH é maior na região Norte onde a oferta também é mais considerável, verificando-se a grande importância do turismo no espaço rural nessa região. No que diz respeito à região Centro, ao longo da última década, o número de dormidas registadas nestas tipologias tem oscilado, porém a procura é consideravelmente maior em 2016 (326 mil dormidas) em comparação a 2006 (94 mil dormidas), concluindo-se que o turismo no espaço rural nesta região tem crescido e a sua importância tem vindo a aumentar (Tabela 9).

3.4. Potencial do Turismo no Espaço Rural para o Desenvolvimento Sustentável

A partir dos anos 70, os efeitos negativos provenientes do turismo no espaço rural começaram a ser percebidos. Em consequência, este tipo de turismo deixou de ser visto como uma atividade económica livre de malefícios para com o meio ambiente (Lane, 1994). Assim, o espaço rural, e consequentemente o turismo no espaço rural, encontram-se em risco devido a vários fatores ao nível ambiental, económico, social e cultural. Desse

modo, é fundamental que haja um bom planeamento e desenvolvimento para que não se verifiquem impactos negativos que provoquem conflitos e/ou destruição do ambiente em que o turismo é desenvolvido (Kayat, 2014).

O turismo aplicado no espaço rural tem grande potencial para estimular e revitalizar essas áreas a nível económico e social, permitindo o desenvolvimento do espaço e da economia rural que é expressa através do(a):

- diversificação das atividades ligadas à exploração agrícola;
- sustentação do rendimento dos agricultores;
- manutenção, criação e diversificação de emprego;
- desenvolvimento de novos serviços;
- conservação da natureza e da paisagem;
- apoio à arte e artesanato rural;
- dinamização de iniciativas culturais;
- recuperação do património histórico;
- incremento do papel das mulheres e dos idosos;
- revitalização das coletividades devido a novas dinâmicas, ideias e iniciativas (DGADR, n.d.-a)

No entanto, para que tal realmente se verifique, é necessário desenvolver um turismo sobre os princípios da sustentabilidade. Desse modo, Eusébio & Figueiredo (2014), listam alguns aspetos que se devem cumprir para se alcançar sustentabilidade num destino turístico rural (Figura 6).

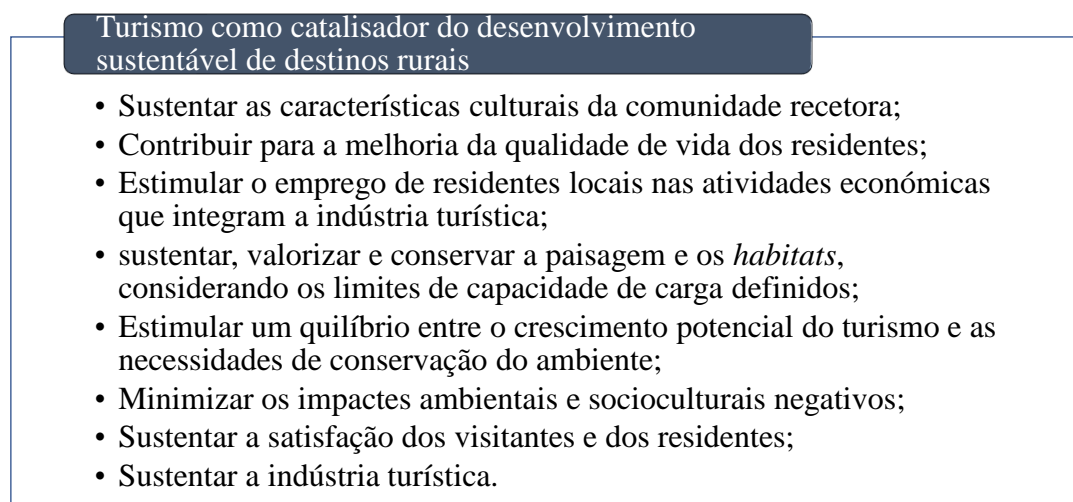


Figura 6 - Turismo como catalisador do desenvolvimento sustentável de destinos rurais
Fonte: Elaborado com base em Eusébio & Figueiredo (2014)

Aquando a definição de uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável em espaços rurais, é necessário que certos aspetos sejam tidos em consideração (Figura 7). Um dos aspetos a considerar é a avaliação da participação local na definição das estratégias e na tomada de decisão. Este aspeto refere-se à comunidade residente na área em desenvolvimento, ressaltando a necessidade do envolvimento da comunidade para que se verifique um desenvolvimento turístico sustentável.

Aspetos a considerar aquando a definição de uma estratégia de desenvolvimento turístico sustentável

- Analisar as necessidades económicas, culturais, sociais e ecológicas do destino rural em análise;
- Analisar os ativos e os constrangimentos do destino para o desenvolvimento turístico;
- Identificar o tipo de turismo mais adequado para que ocorra uma regeneração cultural, económica, social e ecológica do destino rural;
- Avaliar a participação local, tanto na definição de estratégias de desenvolvimento turístico como na tomada de decisão;
- Desenvolver atividades de cooperação a uma escala global;
- Identificar a capacidade de carga no destino;
- Desenvolver estudos de mercado para identificar oportunidades e definir a estratégia de marketing a adotar;
- Desenvolver planos de formação adequados;
- Implementar medidas para avaliar o nível de satisfação e fidelização dos visitantes;
- Monitorizar todos o processo de desenvolvimento turístico.

Figura 7 - Aspetos a considerar aquando a definição de uma estratégia de desenvolvimento turístico sustentável

Fonte: Elaborado com base em Eusébio & Figueiredo (2014)

Kayat (2014) apresenta um modelo que identifica os critérios a considerar para alcançar a sustentabilidade no turismo no espaço rural com foco e base na comunidade local. Esse modelo - Estrutura para compreender a sustentabilidade do Turismo Rural de Base Comunitária – encontra-se ilustrado na Figura 8 apresentada de seguida.

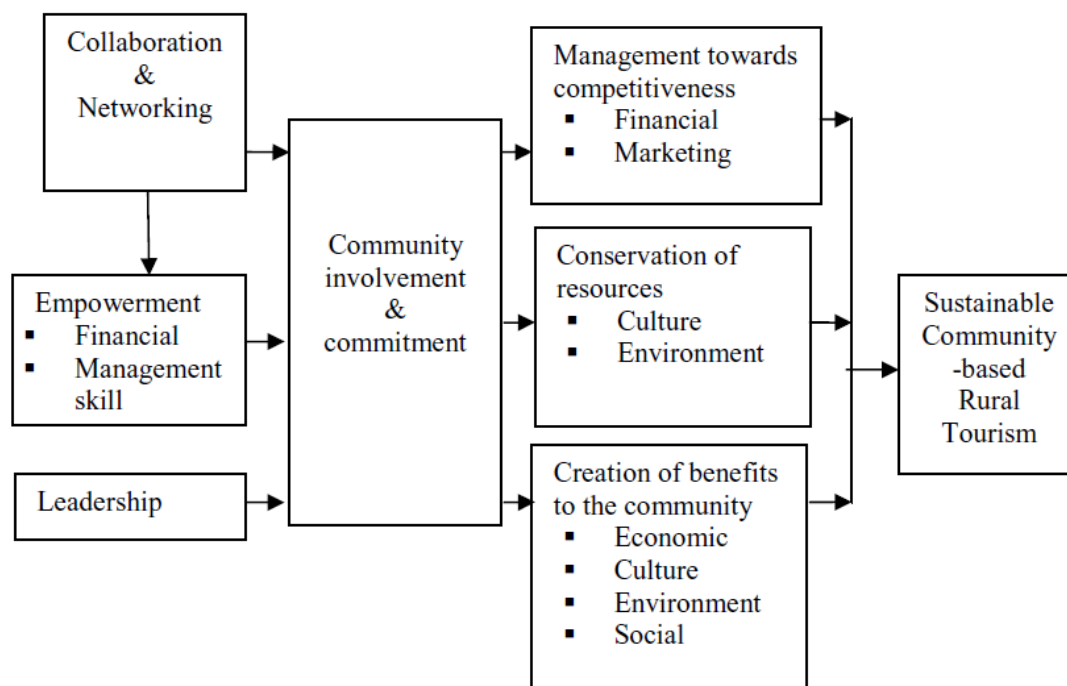


Figura 8 - Estrutura para compreender a sustentabilidade do Turismo Rural de Base Comunitária.

Fonte: Kayat (2014, p. 5)

O centro deste modelo é a comunidade local e o envolvimento e o compromisso da mesma. A comunidade deve ser apoiada através da colaboração e de parcerias, deve ser empoderada a nível financeiro e capacitada, assim como deve ser liderada. Desse modo, a comunidade consegue gerir, conservar e gerar benefícios para si mesma. Outros aspetos que Kayat (2014) considera como chave para alcançar a sustentabilidade são a necessidade do produto turístico rural comunitário apresentar uma gestão competitiva, a conservação dos recursos, e a criação de benefícios para a comunidade local (benefícios económicos, culturais, ambientais e sociais).

3.4.1. Conjuntura do Espaço Rural

Em países desenvolvidos, existem áreas rurais nas quais o turismo encontra-se integrado nas economias locais, porém existem outras áreas rurais cujo potencial turístico é descorado. É nessas áreas em que o turismo não é valorizado que é necessário verificar-se uma intervenção por parte do setor turístico. Desse modo, as economias locais serão

revitalizadas, e, conseqüentemente, o espaço rural é revitalizado igualmente (Okech et al., 2012).

Os recursos rurais encontram-se sob pressões crescentes de influências económicas, sociais, políticas e ambientais (Garrod et al., 2006). Verifica-se certa fragilidade do ambiente físico que diz respeito aos habitats naturais, por exemplo, uma vez que os visitantes conseguem chegar a todos os cantos do espaço rural, mesmo nas áreas mais remotas. Ao nível económico, existe certo risco de instabilidade económica devido a novos e maiores negócios que procuram obter benefícios a curto prazo e consideram, erradamente, o turismo no espaço rural como um bom meio para obter esses benefícios rapidamente. Ao nível cultural, o património rural encontra-se em risco devido à influência exercida por culturas externas, assim como por agentes externos que nem sempre valorizam a preservação e conservação do património rural. Também existem tensões entre forças que procuram reverter o declínio rural e forças que procuram a conservação rural (Lane, 1994).

Os espaços rurais apresentam vários aspetos negativos como os elevados níveis de pobreza registados em regiões rurais e os baixos níveis de atividades económicas que não tenham a agricultura como base, o fraco desenvolvimento infraestrutural assim como as reduzidas e fracas acessibilidades às regiões, a depopulação, e a falta de influência política positiva (Okech et al., 2012).

A desigualdade de género é acentuada no mundo rural e negativa, pois a discriminação das mulheres não as afeta unicamente, mas também afeta a comunidade como um todo. Ao resolver este problema, a influência das mulheres nas atividades produtivas trará benefícios na medida em que a produção aumentará e os rendimentos que sustentam a comunidade aumentarão paralelamente (Okech et al., 2012).

3.4.2. Potenciais impactos da adoção de uma abordagem sustentável no Turismo no Espaço Rural

Pelos desafios mencionados anteriormente, o turismo no espaço rural deve adotar uma gestão sustentável, promovendo o respeito pelas características distintivas da região, de modo a resolver os mesmos e de modo que os efeitos negativos sejam minimizados, que as tensões económicas e sociais sejam atenuadas ou até mesmo resolvidas, que a economia rural seja sustentável para garantir o equilíbrio no crescimento económico

através da atividade turística, e que as comunidades e comércios locais se envolvam nos processos de tomada de decisão e que obtenham benefícios (DGADR, n.d.; Garrod et al., 2006; Lane, 1994).

O próprio turismo no espaço rural procura manter relações sustentáveis com o espaço rural no qual é desenvolvido. Estas relações sustentáveis são essenciais para a viabilidade turística uma vez que o capital rural é o *input* central turístico. Portanto, ao se verificar declínio na qualidade do capital rural, verificar-se-á declínio na qualidade do produto turístico oferecido (Garrod et al., 2006), sendo, desse modo, crucial a adoção de uma abordagem sustentável.

Quando é adotada uma abordagem sustentável no turismo no espaço rural, os impactos positivos são maximizados e os impactos negativos são minimizados significativamente. Porém, apesar do turismo rural ser considerado um agente de desenvolvimento rural, existem algumas incertezas relativamente aos impactos económicos nas comunidades rurais locais e relativamente à melhoria da qualidade de vida providenciada pelo desenvolvimento turístico na região (Iorio & Corsale, 2010), até porque o turismo pode vir a ser prejudicial em certas áreas enquanto noutras pode ser uma mais valia para o desenvolvimento local positivo (Lane, 1994; Silva & Leal, 2015). De forma a garantir a mais valia, é necessário investir na conservação e manutenção do capital rural, investir em negócios de turismo no espaço rural, e deve-se verificar uma intervenção do governo (Garrod et al., 2006).

Vários estudos têm sido realizados com a intenção de enfatizar a forma como as áreas e as comunidades rurais podem retirar benefícios ao se envolverem na atividade turística (Iorio & Corsale, 2010). Os impactos sentidos nas comunidades e percecionados pelas mesmas serão tão mais positivos, quanto mais o turismo for desenvolvido em torno de recursos endógenos, integrando o património natural e cultura, assim como a comunidade local (Eusébio & Figueiredo, 2014). As comunidades serão beneficiadas pelas oportunidades recreativas e facilidades que surgirão, pelo investimento interno que pode beneficiar a economia e o ambiente (Garrod et al., 2006).

No turismo no espaço rural, ao existir uma promoção turística que vise o aumento da participação dos locais na gestão do produto turístico, na tomada de decisão e nos negócios turísticos na região, verificar-se-á um aumento dos benefícios económico-financeiros distribuídos pelos locais, o que terá efeitos positivos na atenuação da pobreza registada no espaço rural onde o turismo opera (Okech et al., 2012). Lane (1994), na sua

revisão de literatura, confirma o turismo como uma ferramenta de incrível potência para o crescimento económico na medida em que permite a transferência de capital, de receitas e de emprego das áreas industriais, urbanas e desenvolvidas para áreas não industriais.

A oferta turística rural ao ser de qualidade e com base na sustentabilidade, permite enriquecer a experiência dos turistas, gerando crescentes receitas que beneficiam os residentes locais, verificando, ao mesmo tempo, baixos impactos negativos ao nível ambiental e sociocultural (Velázquez et al., 2010). Com a adoção de medidas que promovam a sustentabilidade, verifica-se um combate aos aspetos negativos da conjuntura do espaço rural. De modo geral, o património natural e cultural é preservado e conservado, verifica-se uma maior estabilidade económica, permite a diversificação económica, a redução da pobreza, a melhoria das infraestruturas, permite a fixação da população, e o combate à desigualdade através da valorização de uma participação igualitária.

3.5. Conclusão

A crise do setor agrícola provocada pela industrialização e urbanização refletiu-se na conjuntura económica, política, social e ambiental das áreas rurais onde é possível observar os impactos negativos consequentes da diminuição da atividade agrícola e a dificuldade destas áreas em reter viabilidade (Lane, 1994; Moric, 2013). O desemprego e a fuga da população de áreas rurais para áreas urbanas à procura de melhores oportunidades de vida causou o abandono de terrenos e alterações ao nível paisagístico das regiões, assim como teve efeito no aumento de risco de incêndios e de outras formas de devastação (Moric, 2013). Em consequência, e na maioria das regiões rurais, verifica-se fraco desenvolvimento e declínio dessas áreas ao nível económico, social e ambiental (Lane, 1994).

Visto que o espaço rural tem encarado novos desafios - como a conservação do meio ambiente e paisagem, assim como dos edifícios históricos e culturas rurais locais, a depopulação e outros que causaram o declínio rural (Lane, 1994) -, Iorio & Corsale (2010) defende que o turismo é um meio eficaz não só para o desenvolvimento socioeconómico, mas também para a regeneração dos espaços rurais, principalmente nas áreas rurais afetadas pelo declínio no setor agrícola, isto porque segundo Lane (1994), começou a verificar-se uma crescente procura de destinos turísticos *non-resort based* e destinos rurais.

Uma vez que as áreas rurais são caracterizadas pela fragilidade económica, sociocultural e ecológica, e apresentam um grande potencial turístico, o desenvolvimento do turismo nestas regiões deve seguir, obrigatoriamente, os princípios de sustentabilidade. Isto é, deve atender ao bem-estar da população residente atual e futura, assim como deve envolver e permitir a participação da comunidade local (Eusébio & Figueiredo, 2014).

Nem todos os espaços rurais são indicados para o desenvolvimento do turismo (Lane, 1994; Silva & Leal, 2015). Em certas áreas é essencial a combinação entre o desenvolvimento de um produto de qualidade e com capacidade atrativa e a resolução de obstáculos existentes nessas áreas, como as questões de acessibilidade e as fracas capacidades dos residentes locais, ressaltando o papel fundamental de agentes institucionais e governamentais para o apoio através de investimentos, marketing e regulamentos apropriados (Okech et al., 2012).

Para o desenvolvimento de um produto de qualidade e que vá de encontro às expectativas do consumidor de modo que este seja consumido e gere retorno, é necessário conhecer as motivações dos turistas para que os vários *stakeholders* promovam estratégias e políticas que garantam a competitividade do destino rural (Yun et al., 2016) ao mesmo tempo que devem garantir a sustentabilidade do mesmo.

A questão da sustentabilidade no Turismo no Espaço Rural deve apresentar uma importância crescente na medida em que esta forma de turismo, ao nível dos dados nacionais, se encontra em crescimento que se comprova com o aumento da procura de estabelecimento de alojamento nesta tipologia.

Caso se verifique uma gestão sustentável da oferta em resposta à procura crescente, muitos são os benefícios que as áreas rurais poderão receber. A economia será diversificada e permitirá o desenvolvimento de comércio locais o que diminuirá os níveis de pobreza e possibilitará a estabilidade económica; verificar-se-á um aumento da valorização do património natural e cultural nos quais serão concentrados esforços para preservar e conservar; assim como se verificarão aspetos positivos ao nível da sociedade, como a fixação de população e participação da população no setor que permitirá o combate à desigualdade e o empoderamento das comunidades rurais.

De modo a responder positivamente à grande competitividade no mercado turístico, e obter tais benefícios, para além de uma abordagem sustentável, é necessário aplicar sistemas de gestão, de planeamento e de marketing que possibilitem obter vantagens competitivas. A criação de parcerias e redes desempenham um papel importante para o desenvolvimento de vantagens competitivas ao nível regional, uma vez que as redes têm o papel de facilitadores do acesso ao conhecimento, recursos, mercados e tecnologia, e ao incentivo à inovação. Assim, é crucial interligar o setor público, o setor privado e as comunidades aquando o planeamento e desenvolvimento turístico de modo a ganhar vantagem competitiva de modo sustentável e que permita um desenvolvimento integrado da região.

Capítulo IV Metodologia

4.1. Introdução

Neste presente capítulo, será abordada a metodologia de investigação de base para este projeto. Essa metodologia permitirá alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos definidos numa primeira fase.

A revisão da literatura de fontes bibliográficas criteriosamente selecionadas é a base do desenvolvimento do projeto uma vez que oferece informação relevante sobre o problema de investigação com a definição de conceitos e com a explicação da relação entre os mesmos. Também é uma fonte de informação relativamente aos métodos de investigação utilizados por outros investigadores sobre a temática do presente projeto.

Desse modo, o presente capítulo tem como intuito deixar definido o modelo de investigação e a técnica de recolha de dados primários a utilizar neste projeto de investigação. Para tal, serão analisadas as vantagens e desvantagens das várias técnicas de recolha de dados, e será selecionada a que melhor se adequa aos objetivos do projeto.

De salientar que, por ser um projeto de investigação e não uma investigação científica, não haverá lugar para a definição de hipóteses.

4.2. Processo de planeamento do projeto de investigação

Existem diversas definições para o termo investigação, mas existem termos comuns nas várias definições que permitem compreender de modo geral quais os objetivos de um projeto de investigação:

- Adquirir conhecimentos de forma própria;
- Descobrir a ordenação sistemática de eventos;
- Conhecer o desconhecido através do conhecido ao usar dados experimentais e as leis e princípios da razão;
- Discutir e aprofundar de forma consciente as realidades;
- Inquirir;
- Servir de base do conhecimento;
- Orientar o conhecimento para a elaboração de teorias e hipóteses;
- Pesquisar de forma empírica e crítica, sistemática e controlada, as relações entre fenómenos sociais (OMT, 2001).

Desse modo, a investigação em turismo é:

A formulação de perguntas, a coleta sistemática de informações para responder a essas questões e à organização e análise dos dados, a fim de obter diretrizes para comportamento, relacionamentos e tendências que ajudam a entender o sistema, tomar decisões ou construir previsões sob os cenários alternativos do futuro (OMT, 2001).

Segundo Bunge (1990, cit in OMT, 2001), um processo de investigação em turismo deve seguir um conjunto de etapas e regras de modo a desencadear uma investigação cujos resultados seja válidos para a comunidade científica. As etapas que, de modo geral, uma investigação deve seguir, e que o presente projeto de algum modo segue, são as seguintes:

1. Planeamento e justificação do problema;
2. Construção do modelo teórico;
3. Determinação da população objeto de estudo e a amostra correspondentes;
4. Codificação e obtenção de dados;
5. Análise dos resultados;
6. Aplicação da investigação aos fins propostos;
7. Conclusões do estudo (OMT, 2001).

4.3. Planeamento e justificação do problema

Aquando a primeira fase do processo de investigação, segundo a OMT (2001), é necessário abordar os seguintes tópicos de modo a definir e justificar o problema alvo da investigação:

- Reconhecer os factos e ideias da investigação;
- Identificar e formular o problema;
- Construir hipóteses;
- Estabelecer objetivos;
- Definir estratégias de pesquisa;
- Planear os tempos de execução;
- Clarificar a natureza dos resultados desejados obter;
- Medir os custos da pesquisa;
- Atender às habilidades e experiências dos investigadores.

O presente projeto teve como base de ideia de investigação o turismo de base comunitária e as potencialidades do mesmo para o desenvolvimento sustentável local no espaço rural. Devido a uma certa ligação e à questão da proximidade, as Terras de Sicó foi a região selecionada para que o desenvolvimento do projeto. Até porque após efetuar pesquisa, constatei que não existia nenhum projeto com as particularidades deste que tivesse sido realizado com foco as Terras de Sicó. Para além disso, nesta região há bastantes áreas rurais que se encontram em decadência devido à fuga das pessoas para áreas urbanas e mais desenvolvidas onde encontram melhores condições de vida. Em consequência, as áreas rurais não apresentam desenvolvimento apesar de serem procuradas atualmente como modo de escape ao quotidiano stressante das cidades, e como modo dos turistas conectarem com realidades rurais e com locais com o objetivo de conhecer culturas diferentes. Desse modo, o desenvolvimento de um projeto nos moldes de desenvolvimento turístico da região com base nas comunidades, isto é, com o envolvimento das mesmas no turismo, e com o aproveitamento das potencialidades e saber da população local, é possível oferecer um serviço turístico enriquecedor ao mesmo tempo que permite o desenvolvimento local sustentável.

Salienta-se que, por ser um projeto de investigação e não uma investigação científica, não foram definidas hipóteses e, portanto, o passo mencionado acima não foi desenvolvido.

Após a definição da ideia do projeto, como forma de o desenvolver, foi estabelecido, então, o objetivo geral e objetivos específicos que, ao serem desenvolvidos, permitem alcançar o objetivo geral estabelecido.

O objetivo geral é criar um projeto de turismo comunitário no espaço rural nas Terras de Sicó, que contribua para o desenvolvimento sustentável de acordo com os ODS. Os objetivos específicos definidos são:

1. Conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que podem ser atingidos através do turismo e o modo como o turismo permite atingir tais objetivos;
2. Conhecer e compreender as premissas do turismo comunitário no espaço rural através da revisão da literatura no âmbito do Turismo de Base Comunitária e do Turismo no Espaço Rural;
3. Compreender de forma geral como o turismo comunitário no espaço rural contribui para o desenvolvimento sustentável local;
4. Analisar a evolução da conjuntura económica e social das comunidades das Terras de Sicó;
5. Analisar a evolução do turismo na região das Terras de Sicó;
6. Avaliar as dinâmicas de envolvimento das comunidades locais no setor do turismo (rural) na região (níveis de envolvimento e benefícios);
7. Compreender em que medida o turismo nas Terras de Sicó é apoiado, desenvolvido e promovido, e como permite o desenvolvimento das comunidades locais;
8. Conhecer a perceção das organizações públicas e privadas, com intervenção no sector do turismo da região, relativamente à viabilidade de um projeto de turismo comunitário na região e seu desenvolvimento sustentável;
9. Criar as bases para o desenvolvimento e implementação de um projeto de turismo comunitário no espaço rural com vista ao desenvolvimento sustentável das Terras de Sicó.

Aquando a definição dos objetivos específicos, também ficou delineada a forma de pesquisa e recolha de informação. Para os três primeiros objetivos específicos, é essencial a revisão de literatura nas três áreas: Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Turismo de Base Comunitária, e Turismo no Espaço Rural. Para o quarto e quinto objetivos específicos, é necessária uma recolha de dados secundários através de bases de dados estatísticos. Para os restantes objetivos, é necessário um ponto de vista interno e, para tal,

é necessária uma recolha de informação primária, cujo planeamento se encontra mais adiante no presente capítulo.

4.4. Construção do modelo teórico

Na segunda fase do processo de investigação, e de acordo com o presente projeto de investigação, este pressupõe:

- a revisão da literatura;
- a seleção do processo de investigação (OMT, 2001).

Na fase do projeto que corresponde aos primeiros três objetivos específicos identificados em Objetivos na página 2, e como já referido no presente capítulo, foi necessário recorrer à revisão de literatura. A revisão da literatura trata-se de uma análise crítica de vários estudos e publicações sobre os temas da presente investigação que, neste presente projeto, são três temas divididos por três capítulos dedicados à revisão da literatura. Esses três capítulos são:

1. - Turismo e Desenvolvimento Sustentável (página 4)
2. - Turismo de Base Comunitária (página 25)
3. - Turismo no Espaço Rural (página 62)

Esta fase da investigação é fundamental para que os tópicos da investigação sejam conceptualizados, o que é imperativo aquando uma investigação científica. Desse modo, a literatura existente sobre os vários tópicos deve ser consultada (Finn, Elliott-White, & Walton, 2000). Aquando a consulta da literatura, é fundamental ter em atenção às fontes de informação consideradas na recolha da literatura a analisar. Para este estudo, foram utilizadas bases de texto integral que dão acesso aos artigos científicos na íntegra, como a b-on – Biblioteca do Conhecimento Online, e a Scopus. Para além de bases de texto integral que possuem títulos dos quais não são editoras, também foi utilizada a Science Direct que é uma plataforma que disponibiliza títulos da editora Elsevier.

A revisão da literatura permitiu elaborar o atual índice e perceber quais os subtópicos dos Capítulos I, II e III a abordar e desenvolver, assim como também permitiu compreender qual a metodologia de recolha de dados primários mais utilizada em investigações dentro dos moldes da presente investigação e, portanto, mais adequada para este estudo (Finn et al., 2000). Isto porque a análise de dados primários permite que a análise efetuada vá de

encontro aos objetivos do projeto. O problema da recolha de dados primários passa pelos custos financeiros e temporais elevados, assim como poderá existir uma adesão não favorável dos participantes para a investigação.

Porém, para selecionar o processo de recolha de dados primários mais adequado ao projeto, não foi tida apenas em consideração a análise metodologia utilizada nos artigos científicos analisados aquando a revisão da literatura, mas também uma análise das vantagens e desvantagens de cada método e técnica de recolha de dados, assim como foram considerados os objetivos específicos previamente definidos.

No que diz então respeito à metodologia utilizada nos artigos científicos previamente analisados, verificou-se que a técnica de recolha de dados mais utilizada era a entrevista - que permite a recolha de dados qualitativos. Para verificar se a utilização desta técnica é viável e justificável no presente projeto, foram analisadas as características de cada uma das técnicas. Esta análise é breve e necessária antes da tomada de decisão relativamente ao processo de recolha de dados.

Nas investigações analisadas que iam de encontro aos moldes deste projeto, não foram só realizados estudos qualitativos, mas também foram levados a cabo estudos de cariz quantitativo. Por um lado, os estudos qualitativos são uma mais-valia quando a informação disponibilizada é pobre em dados, mas, em contrapartida, rica em informação descritiva que não é identificável com dados estatísticos e que supõe uma análise intuitiva dos dados. Este tipo de estudos é utilizado para “responder questões sobre grupos, comunidades e interações humanos e tem um propósito descritivo (...) de fenómenos turísticos ou comportamento humano e sua relação com o turismo” (OMT, 2001, p. 12). Por outro lado, os estudos quantitativos têm como base a informação obtida através de dados e fontes de informação, portanto é necessário que se garanta a validade das informações utilizadas, que a amostra represente bem a população, e que os instrumentos de recolha de informação utilizados são os mais adequados. Os resultados obtidos da análise da informação obtida devem explicar o comportamento da população em estudo (OMT, 2001), assim como permitem identificar pontos de vista que poderão ser bastante úteis para a investigação.

De acordo com os objetivos e especificidades de cada um dos dois métodos, e de acordo com os objetivos do presente projeto, o projeto terá um estudo qualitativo que permita cumprir os objetivos específicos previamente definidos:

- Avaliar as dinâmicas de envolvimento das comunidades locais no setor do turismo (rural) na região (níveis de envolvimento e benefícios);
- Compreender em que medida o turismo nas Terras de Sicó é apoiado, desenvolvido e promovido, e como permite o desenvolvimento das comunidades locais;
- Conhecer a perceção das organizações públicas e privadas, com intervenção no sector do turismo da região, relativamente à viabilidade de um projeto de turismo comunitário na região e seu desenvolvimento sustentável.

Após a definição do método a abordar, é necessário definir qual a(s) técnica(s) de recolha de dados mais adequada a utilizar. As técnicas qualitativas usadas em investigação na área do turismo são a entrevistas em profundidade, *focus group*, observação participativa, análise textual, métodos biográficos, e etnografia (Veal, 2006). Contudo, de acordo com o pretendido, o inquérito por entrevista é a técnica mais indicada a utilizar.

As entrevistas são um método adequado quando aplicadas a um número limitado de entrevistados, através dos quais é possível obter informação rica sobre a temática estabelecida previamente pelo entrevistador, ou neste caso, pelo investigador (OMT, 2001).

As entrevistas em profundidade são caracterizadas por aspetos como a duração, profundidade e estrutura, distinguindo-se das entrevistas baseadas em questionários por serem mais longas e por procurarem informação a um nível mais profundo que aquele possível através de entrevistas baseadas em questionários por serem menos estruturadas (Veal, 2006).

Segundo Veal (2006), esta técnica de entrevista é usualmente utilizada e útil quando os sujeitos da pesquisa, isto é, os entrevistados selecionados são reduzidos em quantidade. Também são relevantes quando a informação que se pretende recolher não se cinge a comparações quantitativas ou até mesmo quando essa análise é irrelevante, isto porque a informação que se espera obter espera-se que seja complexa e que varie de entrevistado para entrevistado. Também são utilizadas aquando uma fase preliminar no planeamento de um estudo maior que possa vir a ser quantitativo.

A partir do estabelecimento que a entrevista não segue um questionário como base, estas entrevistas podem ser definidas como não estruturadas ou como semiestruturadas.

As entrevistas não estruturadas, segundo Jennings (2001), são entrevistas cujo controlo pelo entrevistador é mínimo e apenas necessário para redirecionar o entrevistado quando a entrevista se divergir do tópico em discussão. Desse modo, é o entrevistado que, com os seus pensamentos e respostas, orienta a entrevista, sendo fundamental que o entrevistador esteja atento e adicione questões pertinentes de forma que a interação seja fluída. Estas entrevistas ao não serem baseadas em questionários, o entrevistador deverá ter os temas e os tópicos que quer abordar em mente, ou numa lista que deverá utilizar apenas como um guia. Veal (2006) denomina essa lista como sendo um *check list* que deverá ser constituída por tópicos relevantes sobre a temática em estudo e sobre os quais se quer que o entrevistado expresse a sua opinião ou experiência.

Desse modo, não existe uma estrutura de entrevista fixa, sendo que o investigador que conduz a entrevista deve orientar as questões de acordo com a conversa que estabelece com o entrevistado, portanto, a ordem da entrevista será variável de entrevistado para entrevistado, porém deve-se sempre garantir que todos os tópicos seleccionados como relevantes são abordados (Veal, 2006).

Jennings (2001) aponta algumas desvantagens do uso desta técnica, como o facto dos dados recolhidos destas entrevistas não poderem ser extrapolados para uma população maior visto que se cingem apenas ao entrevistado. Surgem também dúvidas acerca da validade e confiabilidade devido à subjetividade da interação. Assim como este tipo de entrevista necessita de grandes investimentos em termos de tempo (podem variar de 2 a 10 horas ou serem necessárias outras seções consequentes) e pessoal.

As entrevistas semiestruturadas, segundo Jennings (2001), são uma opção para evitar alguns aspetos desvantajosos que advêm da aplicação de entrevistas não estruturadas. Estas entrevistas divergem das entrevistas não estruturadas na medida que na *check list* com os tópicos considerados relevantes, estes tópicos seguem uma ordem previamente definida e pode incluir questões já elaboradas, o que semiestrutura a entrevista. Porém, deve-se manter o pressuposto que é o entrevistado que orienta a entrevista, por tanto a ordem dos tópicos em discussão pode variar. Através deste tipo de entrevistas, múltiplas realidades podem ser determinadas, pois o entrevistado encontra-se livre de orientar a entrevista através do raciocínio do mesmo, e uma vez que é estabelecida uma harmonia na conversação, é possível extrair informação que não seria obtida com entrevistas baseadas em questionários. Essa comunicação positiva entre entrevistador e entrevistado é vantajosa na medida que possibilita extrair informação sobre questões complexas e

sensíveis, impossível de recolher através de um questionário que não permite o desenvolvimento de questões aplicadas por parte do entrevistado. Essa informação recolhida engloba atitudes, opiniões e valores do entrevistado que são facilmente expressas com uma conversa fluída, onde o entrevistador pode pedir esclarecimentos e informação adicional sobre um tópico, assim como colocar questões pertinentes, mas que não se encontravam previamente previstas, sem comprometer a qualidade dos dados recolhidos.

Por outro lado, entrevistas semiestruturadas apresentam alguns aspetos desvantajosos. Ao não seguirem um roteiro fixo, as entrevistas ao serem procedidas por entrevistadores diferentes, resultam num output diferente devido às interações que variam não apenas de entrevistado para entrevistado, mas também de entrevistador para entrevistador, o que faz com que as entrevistas sejam impossíveis de se replicarem. O facto de serem os entrevistados a guiar o seguimento da entrevista, pode ser visto como um aspeto negativo, e os dados da entrevista podem ser inúteis caso o entrevistador for incapaz de seguir a liderança do entrevistado e perder oportunidades de aprofundar questões mais relevantes. Assim como ao serem mais parecidas com as entrevistas não-estruturadas do que com entrevistas estruturadas, a questão da confiabilidade e subjetividade surge, e, à semelhança das entrevistas não estruturadas, necessitam de investimentos grandes ao nível do tempo (duração pode variar de 2 a 5 horas e podem ser necessárias novas sessões ao longo do período da pesquisa) (Jennings, 2001).

Outro aspeto relevante relacionado com a implementação de entrevistas como método de investigação é a gravação das mesmas. A gravação de entrevistas é comum e torna uma entrevista mais valiosa quando tal procedimento é realizado visto que a transcrição da mesma permite uma análise mais metódica do que uma análise da entrevista através de notas escritas posteriormente (Veal, 2006), até porque aspetos verbais e não-verbais podem ser incluídos na análise da entrevista (Jennings, 2001).

Assim, será utilizada a técnica de inquérito por entrevista, sendo que a entrevista semiestruturada seria o ideal a aplicar, isto porque existem questões previamente estruturadas e que serão adaptadas à entidade a entrevistar, assim como existe liberdade para aplicar questões que poderão surgir em sequência de respostas obtidas e que não se encontravam previamente definidas no guião da entrevista. Porém, como se verificará em 4.5, e justificado pela falta de disponibilidade das entidades inquiridas, a entrevista será estruturada e realizada via e-mail.

Para além da aplicação das entrevistas, de modo a melhor orientar o presente projeto e de modo a propor as melhores práticas, será realizada uma análise *benchmarking* competitiva de projetos com objetivos que vão de encontro aos propostos. Isto porque a análise *benchmarking* é uma ferramenta que permite a comparação das performances das organizações. Através dessa comparação de práticas, ideias são geradas de forma a melhorar práticas correntes quer de uma organização, serviços públicos ou intervenção (IAPMEI, 2016; Observatório do QREN, 2009).

Os projetos analisados são projetos de âmbito nacional e projetos de âmbito internacional que se encontram direcionados para o turismo de base comunitária, e serão selecionados tendo como base uma pesquisa num motor de busca. Com esta análise, pretende-se compreender como os projetos se envolvem com a comunidade, quais os impactos que causam nas comunidades em que atuam, e quais os produtos oferecidos aos visitantes.

4.5. Determinação da população e amostra em estudo

Na terceira fase do processo de investigação, é necessário determinar qual é a população que servirá de objeto ao estudo a desenvolver e, conseqüentemente, definir a amostra (OMT, 2001).

Para tal, são sugeridos os seguintes passos:

- Seleção e desenho da amostra;
- Processo de amostragem;
- Tamanho da amostra;
- Preparação de questionários (OMT, 2001).

Como forma de alcançar os três objetivos específicos do presente projeto mencionados em 4.4, os inquiridos foram selecionados através de uma amostragem não aleatória uma vez que o interesse era conhecer os pontos de vista de entidades públicas e privadas que atuem na região Terras de Sicó, ou junto da mesma, em termos de planeamento e desenvolvimento turístico.

Consideraram-se como entidades públicas a entrevistar as seis Câmaras Municipais dos seis concelhos que integram a região Terras de Sicó (Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure), bem como a Entidade Regional do Turismo do Centro; e como entidade privada o Grupo de Ação Local de Terras de Sicó.

Ao estabelecer contacto com as entidades e perceber a dificuldade de conseguir a colaboração das mesmas por falta de disponibilidade, foi proposto uma entrevista via e-mail cujas entrevista seguiu um guião estruturado que foi adaptado conforme a entidade a ser inquirida.

4.6. Codificação e obtenção de dados

Nesta quarta fase procede-se à elaboração de instrumentos para a recolha de dados primários para que, neste caso, sejam obtidos dados de natureza qualitativa que, posteriormente, sejam analisados e transformados em informação valiosa para o desenvolvimento do projeto.

O guião das entrevistas a realizada às entidades mencionadas em 4.5 foi elaborado e apesar de algumas questões serem de aplicação comum tanto às entidades públicas como à entidade privada a entrevistar, algumas variam de um tipo de entidade para outro, como se verifica nos guiões em **Erro! A origem da referência não foi encontrada..**

As questões definidas nos guiões têm como objetivo perceber de que forma o turismo na região de Terras de Sícó se encontra a ser planeado e desenvolvido, quer a nível regional quer municipal, e quais as maiores dificuldades sentidas no planeamento e desenvolvimento turístico. Também se pretende perceber qual o impacto do turismo a nível local e regional, e qual o papel da comunidade no turismo nas Terras de Sícó. Por fim, com a entrevista, também se pretende conhecer a perceção por parte de entidades públicas relativamente à viabilidade de um projeto de turismo comunitário na região e seu desenvolvimento sustentável, e recolher alguns conselhos e feedback sobre qual a melhor forma de planear o presente projeto de modo que vá de encontro aos interesses e necessidades da comunidade e, posteriormente, dos visitantes.

De forma a agendar as entrevistas às várias entidades, foi estabelecido contacto via *e-mail* e via chamada telefónica. Devido à falta de disponibilidade para agendar uma entrevista presencial, e de modo a agilizar o processo de entrevista, a mesma foi realizada via *e-mail* com entidades que aceitaram colaborar e que submeteram a resposta ao inquérito, entidades essas a Câmara Municipal de Alvaiázere, a Câmara Municipal de Ansião, a Câmara Municipal de Penela, e a Câmara Municipal de Soure. O Grupo de Ação Local Terras de Sícó afirmou não se encontrar com autoridade para responder a inquérito, tendo

submetido, em compensação uma compilação de informação relativamente à região em geral e relativamente a projetos desenvolvidos na região.

4.7. Análise dos resultados

Após a recolha dos dados primários, é essencial que os mesmos sejam analisados de modo a obter informação que permita melhor desenvolver o presente projeto de acordo com os valores e características da região em que é aplicado.

Dessa forma, as entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo de carácter mais qualitativo. A análise de conteúdo é uma técnica aplicada a dados não estatísticos e permite que os dados qualitativos recolhidos sejam analisados de forma sistemática, considerando qualidades, atributos e palavras do discurso em análise (Finn et al., 2000). Segundo Weber (1990) cit in Saldaña (2013), não existe uma única forma correta de analisar conteúdo.

Para este projeto, e para a análise das entrevistas, foram identificadas as principais categorias nas quais os dados podem ser categorizados:

- I. Planeamento e desenvolvimento turístico
- II. Relação entre a comunidade local e o turismo
- III. O projeto de Turismo Comunitário nas Terras de Sico

Posteriormente, no Capítulo VIII, em 8.2, o conteúdo das entrevistas é sintetizado por categoria, e analisado em geral e por entidade entrevista, sendo analisados padrões e diferenças no conteúdo, e, por fim, retiradas conclusões que apoiam o projeto.

4.8. Aplicação da investigação aos fins propostos

Na investigação levada a cabo, os dados primários recolhidos devem estar correlacionados com os fins propostos previamente, ou seja, com os objetivos específicos que permitem alcançar o objetivo geral definido.

As entrevistas realizadas visam cumprir alguns objetivos específicos que não seriam cumpridos sem a recolha de dados primários realizadas. São esses os objetivos (identificados em Objetivos, página 2):

- Avaliar as dinâmicas de envolvimento das comunidades locais no setor do turismo (rural) na região (níveis de envolvimento e benefícios);
- Compreender em que medida o turismo nas Terras de Sicó é apoiado, desenvolvido e promovido, e como permite o desenvolvimento das comunidades locais;
- Conhecer a perceção das organizações públicas e privadas, com intervenção no sector do turismo da região, relativamente à viabilidade de um projeto de turismo comunitário na região e seu desenvolvimento sustentável;
- Criar as bases para o desenvolvimento e implementação de um projeto de turismo comunitário no espaço rural com vista ao desenvolvimento sustentável das Terras de Sicó.

4.9. Conclusão

Neste capítulo, o plano metodológico foi definido e passa pela revisão da literatura, pela recolha de dados secundários e de dados primários, e pela posterior análise dos dados levantados. De salientar que, por ser um projeto de investigação e não uma investigação científica, não houve lugar para a definição de hipóteses.

Com base na revisão da literatura e nos objetivos definidos, o modelo de investigação e a técnica de recolha de dados primários foram selecionados. Com base numa análise geral aos vários métodos e técnicas de recolha de dados, com foco nas vantagens e desvantagens de cada um, a recolha de dados primários para o presente projeto será efetuada através de métodos qualitativos. Esses métodos qualitativos passam por análises de projetos nacionais e internacionais selecionados sobre critérios como a relevância para o presente projeto e a semelhança de conceitos (análise *benchmarking*), e através de inquéritos por entrevista estruturada via *e-mail* de modo a oferecer maior flexibilidade às entidades entrevistadas e combater a falta de disponibilidade de atendimento das mesmas. Seriam oito as entrevistas desejáveis a realizar: às seis Câmaras Municipais que integram o território em estudo, ao Grupo de Ação Local Terras de Sicó, e à Entidade Regional de Turismo do Centro. Porém, apenas se pode contar com a colaboração da Câmara Municipal de Alvaiázere, da Câmara Municipal de Ansião, da Câmara Municipal de Penela e da Câmara Municipal de Soure para a realização da entrevista.

Fica sublinhada a importância de inquirir a própria comunidade relativamente ao envolvimento desta no turismo na região num estudo futuro.

Capítulo V Análise *Benchmarking*

5.1. Introdução

De modo a desenvolver um projeto na vertente do turismo rural de base comunitária, é necessário, numa fase prévia, realizar uma análise *benchmarking* de projetos e organizações que ofereçam um produto na mesma vertente.

Para tal, neste capítulo, proceder-se-á a uma análise *benchmarking* competitiva uma vez que este tipo de análise permite uma comparação entre os produtos e o método de trabalho das organizações. Neste caso, analisar projetos nacionais e internacionais na vertente do turismo de base comunitária permite compreender como os mesmos se envolvem com a comunidade, quais os impactos que causam nas comunidades em que atuam, para além de conhecer quais os produtos oferecidos aos visitantes. Assim, serão conhecidas as melhores práticas a aplicar ao projeto a desenvolver.

Este capítulo encontra-se dividido em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo serão analisados três projetos que atuam em áreas internacionais de modo a compreender o que é realizado no estrangeiro na vertente do turismo de base comunitária. De salientar que nem todos os projetos têm como área de atuação o espaço rural, porém, também serão considerados os que atuam em espaços urbanos devido à importância que os projetos têm nas comunidades locais e ao facto de o modelo de negócio apresentar boas práticas. No segundo subcapítulo serão analisados projetos que são desenvolvidos em território nacional e que envolvem as comunidades locais portuguesas.

5.2. Projetos internacionais

No que diz respeito à análise *benchmarking* a nível internacional, uma matriz comparativa, que sem encontra em anexo (Tabela 38), foi elaborada com base nos seguintes projetos e organizações: Trilhas Griô, Reality Tours & Travel, e Burren and Cliffs of Moher Geopark.

5.2.1. Trilhas Griô

O projeto Trilhas Griô da Chapada Diamantina é um projeto de referência em educação e participação comunitária no Brasil, que tem como missão potenciar a educação, a cultura e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Como o nome do projeto indica, a área de atuação é na Chapada Diamantina que é uma região de serra protegida pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina no estado da Bahia, no Brasil (Trilhas Griô, 2015).

Oferecem roteiros organizados que variam em duração (de um a dois dias) e que englobam não só o património natural, mas também o património cultural da região e a educação, e o contacto com as comunidades, a troca de saberes e a gastronomia típica local cozinhada nas casas de famílias rurais. São exemplo os seguintes roteiros:

- Trilha Griô da Afro descendência: este roteiro de dois dias inclui várias experiências como visita a um museu, um *atelier* musical, caminhadas e banhos nos recursos aquíferos incluídos na rota, partilha de histórias em volta de uma fogueira à noite, e ainda inclui alojamento;
- Trilha Griô do Quilombo: a opção de um dia inclui o contacto com a comunidade jovem numa escola, oficinas de saberes tradicionais, passeio de barco, e partilha de histórias sobre a fauna e flora da região; a opção de dois dias inclui, para além do que se encontra incluído no roteiro de um dia de duração, danças com a comunidade e alojamento e jantar oferecido pela comunidade;
- Trilha Griô do Garimpo: este roteiro inclui partilhas de experiências e convívio com a comunidade local, uma trilha sobre formações geológicas, banhos nos recursos aquíferos, e visita a um museu;
- Trilha Griô das Ciências Tradicionais: este roteiro inclui deslocação até a uma comunidade com a qual será partilhada convivência, almoço com pratos

tradicionais locais, banho nos recursos aquíferos, e partilha de histórias e lendas sobre a região (Trilhas Grio, 2015).

Também existe a possibilidade de serem organizados roteiros personalizados de acordo com as preferências dos visitantes. Estes roteiros englobam seis municípios e onze comunidades da região.

5.2.2. Reality Tours & Travel

A Reality Tours & Travel (2018) tem como principal objetivo consciencializar sobre a vida das comunidades em favelas e recolher fundos para apoiar projetos na comunidade local. Desse modo, oferecem experiências locais autênticas, provocam a consciência dos visitantes, e usam os lucros para criar mudança nas comunidades locais. A organização também conta com mais de 50 membros de staff, dos quais a maioria são residentes locais que conhecem a realidade das favelas, verificando-se, assim, um grande envolvimento da comunidade local.

Seguem um modelo de negócio social que acredita no turismo como força de desenvolvimento local, e, portanto, utilizam 80% dos lucros para apoiar projetos nos âmbitos da saúde e bem-estar, e educação da organização irmã – Reality Gives. A Reality Gives projeta currículos, treina professores, e oferece educação de qualidade a jovens através de programas educacionais como aulas de inglês, de computadores e de *life skills*, e através de atividades de desporto e de arte, impactando positivamente a vida de milhares de jovens.

De modo a aumentar o impacto, trabalham com operadores turísticos a nível mundial. Valorizam de forma igualitária todos os stakeholders de modo a fortalecer a organização, sendo essa a chave do sucesso. Outros valores que defendem são: ajuda, confiança, valor, honestidade, comunidade e autenticidade. Também acreditam na transparência e, por isso, publicam relatórios nos quais o público pode analisar os resultados obtidos.

Ao longo dos anos, têm sido alvo de várias nomeações e foram até mesmo vencedores de vários prémios, como são exemplo o *Best for Poverty Reduction: Virgin Holidays Responsible Tourism Awards* (2012), o *TO DO! Socially Responsible Tourism Award* (2014), o *WTTC Tourism for Tomorrow Awards, Community Award* (2015).

Relativamente às experiências que oferecem estas são podem ser *city tours* ou *multi-day tours*. No que diz respeito às *city tours* estas permitem o conhecimento e consciencialização sobre o quotidiano das comunidades e o conhecimento da cultura local, assim como permite o relacionamento com a comunidade local uma vez que esta oferece alimentação aos visitantes em algumas das visitas organizadas. As visitas divergem de cidade para cidade, sendo algumas das opções as seguintes:

- *Slum tours*
- *Street food tour*
- Visitas de bicicleta
- Visitas noturnas
- Visitas em transportes locais
- *Sightseeing by car*
- *Walking tour*
- Visitas a aldeias
- Visitas especiais

5.2.3. Burren and Cliffs of Moher Geopark

Com uma parceria entre o setor privado, a comunidade local e as autoridades municipais, o projeto Burren and Cliffs of Moher Geopark, gerido por Clare County Council (2018) demonstra o bom planeamento e boa gestão turística, a melhoria da qualidade de vida dos locais, o aumento da qualidade da experiência do visitante, e a promoção da conservação do património natural. Isto porque os principais focos são a colaboração com os diversos *stakeholders*, a preocupação com a paisagem, a compreensão do património, gestão sustentável do turismo, as comunidades, e o fortalecimento da qualidade de vida através do desenvolvimento do produto e seu marketing e promoção, poupança de energia e redução de custos, e criação de emprego local.

As comunidades encontram-se bastante envolvidas neste projeto ao terem oportunidades de educação e formação, como educação ao nível da geologia, e o desenvolvimento de capacidades ao nível da compreensão, gestão e conservação do património cultural e natural. As mesmas também beneficiam deste projeto uma vez que as áreas e facilidades locais se encontram protegidas, existem mais atividades e eventos, o ambiente encontra-

se em melhoria, existe mais conhecimento e informação, existem mais oportunidades de aprendizagem, e existe um turismo melhor gerido no local.

Para além da comunidade em forma geral, os negócios locais também participam no projeto e beneficiam do mesmo. Ao nível dos benefícios, estes são: gestão estratégica do destino, marketing do destino, fortalecimento de relações com entidades do Estado, aumento da qualidade e dos *standards* para os negócios, mais colaboração, cooperação e *networking*, mais fundos e recursos, melhoria de capacidades e formação, conselho promocional, fortes relações e apoio dentro da comunidade empreendedora, redução de custos e de energia, e relações internacionais.

Através do trabalho conjunto, é possível oferecer aos turistas várias experiências e produtos:

- Festivais e eventos
 - “Burren Food Trail Mondays” que decorre todas as segundas feiras de maio a outubro e que permite aos visitantes se envolverem e participarem na tradição gastronómica;
 - “The Burren Rocks” que decorre em maio como celebração ao património geológico, através de vários eventos como palestras, caminhadas, atividades para crianças (por exemplo, a caça aos insetos), *birdwatching*, e outras atividades;
 - “The Burren Food Fayre” que inclui *workshops* sobre técnicas de preservação e fermentação, demonstrações gastronómicas, e várias competições;
- Guias para visitantes e publicações: mapa; *The Burren Explorer – a visitor guide to the Geopark*; *The Burren, Naturally Yours – a free visitor magazine*; *The Burren Outdoor Adventure and Activity Trail*; *The Burren Food Trail*; *Stone, Water and Ice – a guide to the geology of the Burren*;
- Percursos pedestres e de bicicleta com mapa das rotas;
- Aplicação que inclui locais para alojamento (hotéis, hostéis, *guesthouses*, e outros), para comer (cafés, pubs, restaurantes, e outros), atividades e atrações, artesanato local, mercados e feiras, serviços locais e de emergência (estações de serviço, médicos, outros), transportes públicos (percursos de autocarros, serviço de táxi, aluguer de bicicletas, e outros), e eventos, e que permite obter direções, planear a visita.

5.3. Projetos nacionais

No que diz respeito à análise *benchmarking* a nível nacional, uma matriz comparativa (Tabela 39 em anexo) foi elaborada com base nos seguintes projetos e organizações: Projecto Querença, In2south e Aldeia Viva.

5.3.1. Projecto Querença

O Projecto Querença (2014) surgiu como medida de apoio territorial contra a desertificação e abandono dos capitais (natural, produtivo e social) em territórios próximos do limiar de irreversibilidade de desenvolvimento. Nessa medida, atua em áreas rurais de baixa densidade na região algarvia como forma de promover o emprego de jovens licenciados que se encontram em situação profissional precária. Através de uma abordagem inovadora, criativa e dinâmica, procura soluções sustentáveis de dinamização dos recursos endógenos, assim como procura criar oportunidades de emprego.

Em 2011 este projeto foi implementado e contou com o apoio de dois promotores principais, sendo esses a Fundação Viegas Guerreiro de Querença (promotora direta), e a Universidade do Algarve. Também contou com o apoio das seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Loulé: apoio institucional, logístico e financeiro;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional: apoio financeiro e assegura o acompanhamento, avaliação, controlo e auditoria do estágio;
- Junta de Freguesia de Querença: apoio institucional e logístico;
- Caixa Geral de Depósitos: patrocinador financeiro;
- Portugal Telecom: Apoio à criação de um espaço de *coworking*, de plataforma *e-learning* e de um mercado on-line;
- Fundação Calouste Gulbenkian: apoio financeiro para a execução de material audiovisual, fotográficos e iniciativas ambientais;
- Honda S.A: patrocinador que cede vários equipamentos úteis à execução e manutenção;
- Governo de Portugal – Secretario de Estado Adjunto da Economia e do Envolvimento Regional: patrocinador que se compromete a participar e acompanhar o desenvolvimento do projeto;
- ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA: fornecedor de composto orgânico para os projetos desenvolvidos no âmbito agrícola;

- Tivoli Marina Vilamoura – promotor de iniciativas de animação, divulgação e apoio à comercialização de produtos;
- Crédito Agrícola – Caixa de Crédito Agrícola Algarve: atribuição de prémio monetário para a “realização de ações definidas no programa de intervenção para a dinamização de economia rural e gestão agrícola”;
- BUKRS – Consultoria e Programação Informática: apoio através da cedência gratuita do domínio, do alojamento e o desenvolvimento da programação do *website* (Projecto Querença, 2014b).

A equipa deste Projeto é formada por nove jovens licenciados e foi desafiada, numa fase inicial, a conhecer os recursos locais, tanto naturais, como rurais, culturais e sociais, para os utilizarem numa sob a perspetiva de valorização e rentabilização sustentável. Algumas das metodologias e técnicas utilizadas para tornar ideias em projetos economicamente viáveis foram: a agricultura biológica, o ecoturismo, a jardinagem sustentável, a utilização de novas tecnologias e a criatividade.

São organizados vários eventos, como *workshops* de pintura para crianças, *workshop* de chicharro, curso de observação e identificação de libélulas e libelinhas, e outros de temas diversos. O Projecto Querença promove, ainda, o Mercado de Querença que se realiza mensalmente com o intuito de dar a conhecer os locais, os produtos agrícolas e o artesanato de Querença, através de atividades como *workshops* de artesanato e gastronomia, passeios interpretativos e animação cultural.

5.3.2. In2south - Proactivetur

A In2south é uma marca gerida pela agência de viagens Proactivetur (2017) que tem como foco o turismo responsável, sendo especializada em ecoturismo e turismo criativo no Algarve, assim como em serviços de consultoria para o desenvolvimento local.

A agência desenvolve vários programas de caminhadas, observação de aves, experiências criativas em torno da cultura local e atividades de convívio com as aldeias. Estas atividades desenvolvidas procuram sempre apresentar uma relação sustentável com os valores do território e as comunidades locais, com foco na produção local, no empreendedorismo comunitário e na preservação do património.

Ao nível dos programas, estes encontram-se, então, divididos em quatro tipologias:

- Caminhadas – descobrir o Algarve natural e genuíno: promove o contacto com a biodiversidade, o património cultural, natural e arqueológico, e as comunidades locais através de um percurso de oito dias guiado ou autoguiado;
- Observação de aves – admirar espécies únicas através de programas de meio dia ou de dia completo;
- Turismo criativo – experimentar a cultural local: proporciona experiências ligadas às artes e tradições locais e à cultura mediterrânica através de *workshops* e caminhadas
- Turismo comunitário – conviver com a comunidade: proporciona experiências que vão de encontro ao quotidiano das comunidades rurais de modo a conhecer as aldeias, comunidades, práticas de agricultura de subsistência e a cultura local.

Para o desenvolvimento e apoio dos programas, a agência conta com uma rede de parceiros locais que se encontram envolvidos nas experiências turísticas, como alojamentos rurais, restaurantes, artesãos, comerciantes, táxis, mestres de tradições locais. A Proactivetur é parceira de vários agentes comerciais nacionais e internacionais, sendo esses Wikingen Reisen, Schulz Aktiv Reisen, SNP – Naturreizen Van Anwb, Aarts Wandelreizen, Topo-Aktief Wandervakanties, Associação Turismo do Algarve, PURA, Barrio-Life, e Tours For You. É ainda sócia e parceira de projetos regionais que promovem o desenvolvimento sustentável do território como a Via Algarvia e a Rota Vicentina. A Proactivetur é ainda membro fundador de uma organização sem fins lucrativos de apoio ao desenvolvimento do interior algarvio: QRER Cooperativa para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade. Para além destas parcerias, a agência ainda é certificada pelo Turismo de Portugal, Turismo de Natureza, NaturalPT, e pelo ICNF.

5.3.3. Aldeia Viva

Iniciado em 2011 pela Associação de Moradores da Ferraria de São João, tendo por base um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Penela, o projeto Aldeia Viva atua na aldeia de Ferraria de São João e encontra-se inserido no Plano de Animação das Aldeias do Xisto. Este projeto tem como intuito manter vivas as tradições da aldeia e as ligações com a comunidade (ADXTUR, 2013).

Os objetivos deste projeto encontram-se direcionados para três vertentes: educacional, desportiva e social. Ao nível do plano educativo, pretende recuperar e promover a cultura tradicional, educar para a ecologia e proporcionar momento de experimentação e exploração essenciais à aprendizagem. Ao nível do plano desportivo, procura promover a prática de atividade física em contacto direto com a natureza e associar a prática desportiva a atividades didáticas. E ao nível do plano social, pretende favorecer a interação entre os habitantes da aldeia e a população em geral, movimentar diferentes tipos de público do concelho e de outros concelhos do país, e promover intercâmbios.

As atividades que oferece passam por:

- Atelier da horta: atividades agrícolas (sementeiras, plantações, colheitas, rega, adubação, manutenção) e temáticas abordadas (ciclo de vida das plantas, preparação dos solos, colheitas, armazenamento) variam ao longo das épocas agrícolas;
- Visitas guiadas à aldeia: passeio por Ferraria de São João no qual são contadas histórias associadas a elementos encontrados durante o percurso, porém, no caso de visita de estudo, o tema da visita pode ser adequado a conteúdos que os visitantes acharem mais pertinentes;
- Atelier do queijo: o visitante tem a experiência completa da produção do queijo, desde a ordenha, produção artesanal do queijo, e prova final do produto;
- Ciclo do milho: neste atelier, o visitante tem a oportunidade de descamisar, debulhar, crivar, observar a moagem e peneirar a farinha do milho, e, posteriormente, têm a oportunidade de confeccionar uma broa num forno a lenha e prová-la;
- Atelier do pão: neste atelier, os visitantes têm a oportunidade de utilizar vários tipos de farinhas para confeccionar vários tipos de pão, assim como terão a oportunidade de trabalhar com o forno a lenha (ADXTUR, 2013).

5.4. Conclusão

Projetos desenvolvidos na vertente do turismo de base comunitária devem ter como premissa a melhoria da condição de vidas dos residentes locais onde o turismo é desenvolvido de acordo com aspetos que garantam a sustentabilidade do mesmo. Para além disso, os projetos devem ser economicamente viáveis a longo prazo, ou seja, devem gerar lucro suficiente para a manutenção e crescimento equilibrado, assim como para sustentar projetos relacionados com a melhoria da condição de vida dos residentes locais (Mielke & Pegas, 2013).

Através da análise *benchmarking* realizada, comprovou-se isso mesmo. Dos projetos internacionais analisados com as melhores práticas, destaca-se a Reality Tours & Travel. Isto porque demonstra que a maioria dos lucros gerados pelo serviço prestados aos visitantes é direcionado para uma organização que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das comunidades locais ao oferecer oportunidades de educação e formação, ao mesmo tempo que envolve a comunidade na prestação dos serviços turísticos e na própria organização da agência.

Para além disso, este capítulo permitiu gerar ideias para o desenvolvimento do projeto ao nível do produto, perceber formas de envolvimento comunitário a praticar, e conhecer os fatores críticos de sucesso dos vários projetos que devem ser considerados no planeamento do projeto.

Capítulo VI Caracterização Geral das Terras de Sicó

6.1. Introdução

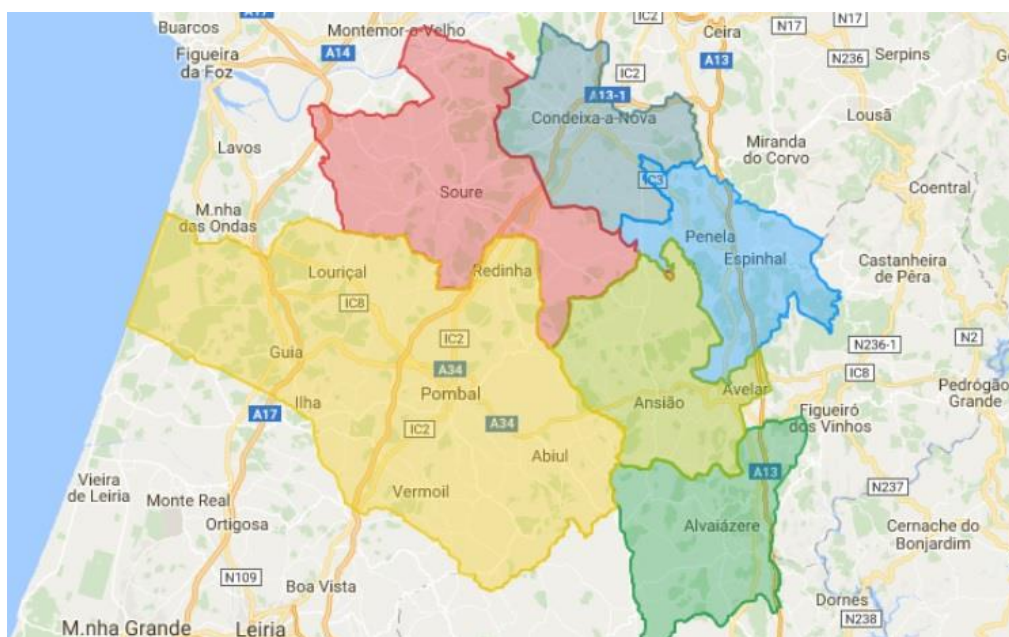
O projeto tem como foco as Terras de Sicó e as oportunidades existentes na região para que se verifique um desenvolvimento de turismo comunitário no espaço rural de forma sustentável. Desse modo, este presente capítulo serve de enquadramento à região, no qual será identificada a localização e a área em estudo, será feita uma caracterização do território, e aspetos como a história e cultura serão contextualizados, assim como será realizada uma contextualização ao nível sociodemográfico e económico. Também serão identificadas as infraestruturas e equipamentos, e as entidades e associações relevantes para o desenvolvimento do projeto.

Com a abordagem destes tópicos, é possível conhecer quais os elementos patrimoniais naturais e culturais com potencial para atrair visitantes, assim como quais as infraestruturas, equipamentos de apoio e associações que potencialmente poderão apoiar o desenvolvimento do projeto.

A breve abordagem à estrutura sociodemográfica e económica permitirá visualizar o panorama atual e a evolução dos vários indicadores nos últimos anos. Assim, obter-se-á informação relativamente ao desenvolvimento económico e social e sobre quais os pontos que o projeto deverá focar para reverter alguma situação menos positiva e garantir o desenvolvimento sustentável dos vários concelhos da região.

6.2. Localização e área

O território denominado por Terras de Sicó situa-se na região Centro de Portugal Continental. Este território engloba, como observado na Figura 9, a totalidade de seis municípios, sendo esses Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure. Todas as freguesias dos seis concelhos são classificadas como sendo freguesias rurais pelo PDR2020 (2014). Este território estende-se por 1 403,69km² e deve o seu nome à Serra de Sicó em torno da qual foi desenvolvido e cujo maciço é denominado, igualmente, por Sicó (Minha Terra, 2018; Terras de Sicó, 2017a).



*Figura 9 - Área geográfica das Terras de Sicó.
Fonte: Terras de Sicó (2017a)*

Alvaiázere

O concelho de Alvaiázere localiza-se na região Centro (NUT II), na sub-região Pinhal Interior Norte (NUT III), pertencendo ao distrito de Leiria. Alvaiázere estende-se por 160 km² e é composto por um total de cinco freguesias, sendo essas Almoster, Alvaiázere, Maças de Dona Maria, Pelmá e Pussos São Pedro (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018c).

Os concelhos limítrofes são Figueiró dos Vinhos, Ansião, Pombal, Ourém e Ferreira do Zêzere. É também limitado pelo Vale do Nabão a poente, e a nascente pela depressão de S. Pedro do Rego da Murta a Cabaços e Vale de Cabaços à depressão do Pontão e Chão-de-Couce. É atravessado pelo itinerário complementar IC3 e pela autoestrada A13 (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018c).

Dista 25 km de Tomar, 60 km de Coimbra e Leiria que são polos de desenvolvimento empresarial e de ensino (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018c), e ainda se encontra a 161 km de distância do aeroporto de Lisboa e a 185 km do aeroporto do Porto (Tabela 10 – Proximidade do Município de Alvaiázere a locais estratégicos.

Tabela 10 – Proximidade do Município de Alvaiázere a locais estratégicos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Vigo (Porto Marítimo)	A1 e A3	320 km	3 horas
Aeroporto do Porto	A1	185 km	1 hora e 45 minutos
Porto Marítimo de Aveiro	A1 e A13	127 km	1 hora e 20 minutos
Porto Marítimo da Figueira da Foz	IC8	90 km	1 hora
Aeroporto de Lisboa	A1 e A13	161 km	1 hora e 30 minutos
Vilar Formoso	IC8 e A23	242 km	2 horas e 30 minutos

Fonte: Elaboração própria com base em FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure (n.d.)

Ansião

O concelho de Ansião localiza-se na região Centro (NUT II), na sub-região Pinhal Interior Norte (NUT III), pertencendo ao distrito de Leiria. Numa área de 179,98 km², o concelho é composto por seis freguesias, sendo essas Alvorge, Ansião, Avelar, Chão de Couce, Pousaflores, Santiago da Guarda (Câmara Municipal de Ansião, 2016).

Os concelhos limítrofes são Alvaiázere, Pombal e Figueiró dos Vinhos pertencentes ao distrito de Leiria, e ainda por Penela e Souro que são concelhos do distrito de Coimbra. É servido pelo Itinerário Complementar IC8 e pela Autoestrada A13, também nas suas proximidades, é servido pelo IC1, IC2 e A1 (Câmara Municipal de Ansião, 2016).

Dista, aproximadamente, 45 km de Coimbra e de Tomar, 60 km de Pombal, e 110 km de Castelo Branco (Câmara Municipal de Ansião, 2016), e encontra-se a cerca de 181 km de distância do aeroporto do Porto e de 177 km do aeroporto de Lisboa (Tabela 11).

Tabela 11 - Proximidade do Município de Ansião a locais estratégicos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Vigo (Porto Marítimo)	A1 e A3	316 km	3 horas
Aeroporto do Porto	A1	181 km	1 hora e 45 minutos
Porto Marítimo de Aveiro	A1	123 km	1 hora e 15 minutos
Porto Marítimo da Figueira da Foz	IC8 e A17	70 km	50 minutos
Aeroporto de Lisboa	A13 e A1	177 km	1 hora e 40 minutos
Vilar Formoso	IC8 e A23	238 km	2 horas e 30 minutos

Fonte: Elaboração própria com base em FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure (n.d.)

Condeixa-a-Nova

O concelho de Condeixa-a-Nova localiza-se na região Centro (NUT II), na sub-região Baixo Mondego (NUT III), e pertence ao distrito de Coimbra. Estende-se por uma área de 138,68km² e é composto por sete freguesias: Anobra, União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, Ega, Furadouro, União das Freguesias de Sebal e Belide, União das Freguesias de Vila Seca e Bendafé, e Zambujal (Câmara Municipal de Condeixa, 2016).

Os concelhos limítrofes deste município são Coimbra, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, e ainda Penela e Soure que integram igualmente a região designada Terras de Sicó. Condeixa-a-Nova é servido pela autoestrada A1 que faz ligação Lisboa-Porto, pelas A13-1 e pela estrada nacional N347 (Câmara Municipal de Condeixa, 2016). Dista, aproximadamente, 141 km do aeroporto do Porto e 188 km do aeroporto de Lisboa (Tabela 12)

Tabela 12 - Proximidade do Município de Condeixa-a-Nova a locais estratégicos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Vigo (Porto Marítimo)	A1 e A3	276 km	2 horas e 55 minutos
Aeroporto do Porto	A1	141 km	1 hora e 20 minutos
Porto Marítimo de Aveiro	A1	84 km	55 minutos
Porto Marítimo da Figueira da Foz	A1 e A14	63 km	45 minutos
Aeroporto de Lisboa	A1	188 km	1 hora e 40 minutos
Vilar Formoso	A25	199 km	2 horas e 20 minutos

Fonte: Elaboração própria com base em FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure (n.d.)

Penela

O concelho de Penela localiza-se na região Centro (NUT II), na sub-região Pinhal Interior Norte (NUT III), e pertence ao distrito de Coimbra. Estende-se por uma área de 132,49 km² e é composto por quatro freguesias: Cumieira, Espinhal, Podentes, União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (Visitar Portugal, 2018).

Os concelhos limítrofes são Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos, e Ansião, Soure e Condeixa-a-Nova, sendo, estes três últimos, concelhos que compõe as Terras de Sico (Visitar Portugal, 2018). O concelho é acedido através da autoestrada A13 e pelo itinerário complementar IC3 e, nas proximidades, pelo IC8. Dista, aproximadamente 180 km do aeroporto de Lisboa e 162 km do aeroporto do Porto (Tabela 13).

Tabela 13 - Proximidade do Município de Penela a locais estratégicos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Vigo (Porto Marítimo)	A1 e A3	297 km	3 horas
Aeroporto do Porto	A1	162 km	1 hora e 30 minutos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Porto Marítimo de Aveiro	A1	104 km	1 hora
Porto Marítimo da Figueira da Foz	IC3 e N347	54 km	55 minutos
Aeroporto de Lisboa	A13 e A1	180 km	1 hora e 40 minutos
Vilar Formoso	A25	220 km	2 horas e 30 minutos

Fonte: Elaboração própria com base em FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure

(n.d.)

Pombal

O concelho de Pombal localiza-se na região Centro (NUT II), na sub-região Pinhal Litoral (NUT III); pertencendo ao distrito de Leiria. Estendendo-se por uma área de 626,23 km², agrega um total de treze freguesias: Abiul, Almagreira, Carnide, Carriço, Meirinhas, Vila Cã, Pelariga, Pombal, Redinha, Vermoil, Louriçal, e ainda a União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, e a União de Freguesias de Santiago e São Sião de Litém e Albergaria dos Doze (Câmara Municipal de Pombal, 2018a).

Os concelhos limítrofes são Ansião Alvaiázere, Ourém, Leiria, Soure e Figueira da Foz. Pombal encontra-se acessível através das autoestradas A1, A17 e A34, e pelos itinerários complementares IC1, IC2 e IC8. A cidade de Pombal – sede de concelho - dista, aproximadamente, 33 km de Coimbra, 26 km de Leiria e 50 km da Figueira da Foz, 172 km do aeroporto do Porto e 163 km do aeroporto de Lisboa (Tabela 14).

Tabela 14 - Proximidade do Município de Pombal a locais estratégicos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Vigo (Porto Marítimo)	A1 e A3	307 km	2 horas e 55 minutos
Aeroporto do Porto	A1	172 km	1 hora e 35 minutos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Porto Marítimo de Aveiro	A1	114 km	1 hora e 5 minutos
Porto Marítimo da Figueira da Foz	IC8 e A17	51 km	35 minutos
Aeroporto de Lisboa	A1	163 km	1 hora e 30 minutos
Vilar Formoso	A25	230 km	2 horas e 30 minutos

Fonte: Elaboração própria com base em FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure (n.d.)

Soure

O concelho de Soure localiza-se na região Centro (NUT II), na sub-região Baixo Mondego (NUT III), e pertence ao distrito de Coimbra. Numa área total de 265,1km², Soure encontra-se dividido em dez freguesias: Alfarelos, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha, Vila Nova de Anços, a União de Freguesias de Degraças e Pombalinho, e a União de Freguesias de Gesteira e Brunhós (Câmara Municipal de Soure, 2018b).

Os concelhos limítrofes são Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova, Penela, Ansião, Pombal e Figueira da Foz. Soure é acedido, nas suas proximidades, através dos itinerários complementares IC2, IC3 e IC8, e pela autoestrada A1. Dista, ainda, 180 km do aeroporto de Lisboa e 155 km do aeroporto do Porto (Tabela 15).

Tabela 15 – Proximidade do Município de Soure a locais estratégicos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Vigo (Porto Marítimo)	A1 e A3	291 km	3 horas
Aeroporto do Porto	A1	155 km	1 hora e 30 minutos
Porto Marítimo de Aveiro	A1	98 km	1 hora
Porto Marítimo da Figueira da Foz	A14	40 km	45 minutos

Locais estratégicos	Vias de acesso	Distância	Duração
Aeroporto de Lisboa	A1	180 km	1 hora e 40 minutos
Vilar Formoso	A1 e A25	215 km	2 horas e 30 minutos

Fonte: (FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure, n.d.)

6.3. Caracterização do território

Topografia e geomorfologia

A Serra de Sicó situa-se no bloco ocidental do Maciço de Sicó e apresenta 553 metros de altitude. Este Maciço também é constituído pela Serra de Mouro e pela Serra de Alvaiázere no bloco oriental, sendo, esta última, a serra mais elevada com 618 metros de altitude (Minha Terra, 2018).

O Maciço de Sicó que atribui nome à região em estudo localiza-se na Orla Mesocenozóica Ocidental e é caracterizado morfologicamente por rochas calcárias que, juntamente com os processos de evolução cárstica, formam a paisagem das Terras de Sicó e permite a manutenção da fauna e flora existente na região. Isto porque os importantes recursos aquíferos do Maciço de Sicó foram formados devido aos lapiás que permitem a infiltração de águas pluviais e, conseqüentemente, uma rede de grutas foi naturalmente formada. Esta zona é valorizada igualmente pelas dolinas que constituem espelhos de água essenciais não só para as atividades agrícolas e para a produção dos produtos regionais, mas também para a vida selvagem existente no maciço.

Relativamente às grutas formadas, todos os concelhos possuem cavidades. Estas cavidades do maciço são geralmente pequenas e de reduzido desenvolvimento, porém há cavidades que se destacam por vários fatores como a dimensão, beleza, valor geológico e arqueológico. Essas principais cavidades são: Gruta da Arrifana, Cova do Ladrão, Algar da Janeia, Sistema do Duença, Gruta de Santa Maria da Estrela, Algar das Quintas, Olhos d'Água do Anço, Algar do Burro, Algar da Ervilha, Algar da Lagoa, Abismo de Sicó, Algar do Sancho, Gruta de Cerâmica, Olhos d'Água de Ansião, Buraca Grande da Porta, Algar da Água, e Olho do Tordo (Terras de Sicó, 2017b).

A geomorfologia da região é vantajosa para a prática do geoturismo que é uma modalidade do turismo de natureza integrada no ecoturismo, que permite a conservação,

valorização e promoção do património geológico. Uma vantagem desta forma de turismo é o facto de não se encontrar sujeita à sazonalidade uma vez que pode ser praticada durante todo o ano (Forte, 2008)

Clima, temperatura e precipitação

Esta região apresenta características típicas do clima mediterrâneo, onde os verões são quentes e secos, principalmente nos meses de julho e agosto, e a precipitação apresenta valores muito reduzidos ou nulos, sendo que esses valores são mais elevados nos meses de inverno janeiro e dezembro (Forte, 2008).

Relativamente à temperatura, os valores médios oscilam entre os valores mínimos e máximos. No Gráfico 4 verifica-se que as temperaturas máximas médias rondam os 21°C e as temperaturas mínimas rondam os 10°C, não se verificando diferenças significativas nas médias das temperaturas registadas nos seis concelhos em análise.

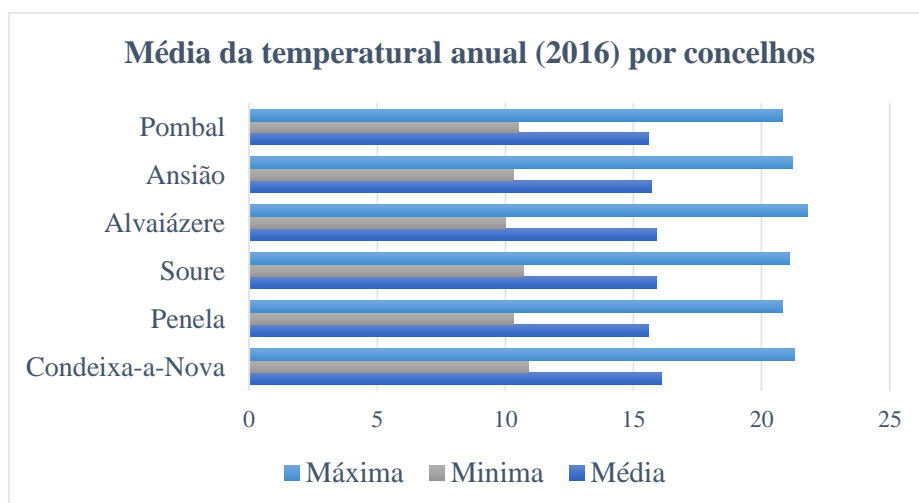


Gráfico 4 - Média da temperatura anual (2016) por concelhos
Fonte: Elaboração própria com base em (INE, 2017a)

O clima tem uma grande influência na modelação do relevo das Terras de Sicó. Assim, o clima pode funcionar como condicionante ou potenciador no que diz respeito à divulgação do património geológico e geomorfológico (Forte, 2008).

Áreas protegidas

Na zona de Terras de Sicó, existem três sítios e zonas classificados: Paul de Arzila, Sicó/Alvaiázere, Paul de Madriz (ICNF, 2016d, 2016c; Terras de Sicó, 2017g).

Paul de Arzila

O Paul de Arzila encontra-se classificado como Sítio de Importância Comunitária e como Zona de Proteção Especial segundo a Rede Natura 2000². Este Paul encontra-se classificado como Sítio Ramsar, ou seja, como zona húmida de importância internacional. Também se encontra classificado como Área Protegida da Rede Nacional de Áreas Protegidas de âmbito nacional segundo a tipologia de Reserva Natural³ do Paul de Arzila (ICNB, 2008a, 2012b, ICNF, 2016a, 2017).

Uma área de 666 há (Tabela 16) do Paul de Arzila que envolve os concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho, e que se encontra na região biogeográfica mediterrânea, foi classificado como Sítio de Importância Comunitária (SIC). Este Sítio é composto pela zona central de paul e por uma área envolvente que serve de faixa de proteção. 90% da área é considerada como sendo Rural Frágil, e o facto deste Sítio se encontrar alagado por um longo período durante o ano, é de elevada importância para espécies de flora ripícola e aquática (p.e. *Salix salvifolia* subespécie *salvifolia* - salgueiros) e para espécies de fauna aquática (*Lutra lutra*, - lontra -, *Lacerta schreiberi* – lagarto-de-água, *Rutilus macrolepidotus* – ruivaco) (ICNB, 2008a)

Tabela 16 - Principais usos e ocupação do território – SIC Paul de Arzila

Tipos de uso do solo	Área (ha)
Áreas agro/silvo/pastoris	0
Áreas agrícolas arvenses	131,60
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas	56,14
Matos e pastagens naturais	17,53
Floresta	248,72

² A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica definida para o espaço da União Europeia com a finalidade de garantir a conservação a longo-prazo de espécies e habitats, lutando contra a perda da biodiversidade. É composta por Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC) (ICNF, 2016b)

³ São classificadas segundo a tipologia de Reserva Natural, áreas com características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro atributo que possua valor científico, ecológico ou educativo. Essas áreas não se devem encontrar habitadas de forma permanente ou significativa (ICNF, 2014).

Tipos de uso do solo	Área (ha)
Zonas húmidas	85,96
Outros (áreas urbanas e industriais, áreas em coberto vegetal)	126,05

Fonte: Elaboração própria com base em ICNB (2008a)

Para além disso, os sistemas dominantes deste Sítio é o Espaço Florestal com grandes povoamentos de Carvalhos e Pinheiros Bravos, e os sistemas agrícolas associados à produção de leite – policultura. Encontra-se inserido na área geográfica de produção “Carne Marinhola”, assim como está incluído nas áreas beneficiadas pelos seguintes Planos de Ação:

- Plano de Ação para a reestruturação do setor leiteiro da Beira Litoral;
- Plano de Ação para a organização e dinamização da produção de hortícolas tradicionais;
- Plano de Ação de dinamização do modo de produção biológico (ICNB, 2008a).

Uma área de 482 ha do Paul de Arzila (Tabela 17), da qual 87% da área é considerada como Rural Frágil, também se encontra classificado como Zona de Proteção Especial (ZPE) por ter elevada importância para a fixação e desenvolvimento de diversas comunidades (especialmente, aves) que, devido a fatores geográficos e à extensão e cobertura vegetal, aqui nidificam (p.e. *Ixobrychus minutus* – garça-pequena -, *Locustella luscinioides* – felosa-unicolor), se refugiam no inverno, ou repousam e se alimentam durante as migrações (p.e. *Phylloscopus trochilus* – felosa-musical -, *Acrocephalus scirpaceus* – rouxinol-dos-caniços) (ICNB, 2012b).

Tabela 17 - Principais usos e ocupação do território – ZPE Paul de Arzila

Tipos de uso do solo	Área (ha)
Áreas agro/silvo/pastoris	0
Áreas agrícolas arvenses	131,60
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas	70,78
Matos e pastagens naturais	12,05

Tipos de uso do solo	Área (ha)
Floresta	134,98
Zonas húmidas	85,96
Outros (áreas urbanas e industriais, áreas em coberto vegetal)	46,66

Fonte: Elaboração própria com base em ICNB (2008b)

O Paul de Arzila encontra-se ameaçado pela poluição de vários tipos (agrícola, industrial e doméstica), pela drenagem, pela presença de espécies de flora infestante, pela florestação de espécies de rápido crescimento (p.e. eucalipto), e pela implantação de vias de comunicação. De modo a diminuir os impactos negativos, é essencial orientar a gestão do Sítio para a manutenção da zona húmida e para a conservação de habitats e das várias espécies da flora e da fauna, incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação, condicionar a expansão urbano-turística a nível da construção e infraestruturas, e ordenar as atividades de recreio e lazer (ICNB, 2008a; ICNF, 2016d).

Sicó/Alvaiázere

Outro SIC na região é Sicó/Alvaiázere, que numa extensa área de 31 678 há (Tabela 18), envolve oito concelhos, sendo esses, Ansião, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere, Ourém, Penela, Pombal, Soure e Tomar. Este Sítio tem maior área nos concelhos de Ansião (23%), Alvaiázere (24%) e Pombal (17%) (ICNB, 2008b).

Tabela 18 - Principais usos e ocupação do território - Sítio Sicó/Alvaiázere

Tipos de uso do solo	Área (ha)
Áreas agro/silvo/pastoris	4 008,303
Áreas agrícolas arvenses	2 155,93
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas	9 544,537
Matos e pastagens naturais	6 858,467
Floresta	5 758,467
Zonas húmidas	4,564

Tipos de uso do solo	Área (ha)
Outros (áreas urbanas e industriais, áreas em coberto vegetal)	1 138,829
Sem cartografia	2 208,6

Fonte: Elaboração própria com base em ICNB (2008b)

Este Sítio encontra-se igualmente na região biogeográfica mediterrânea e é caracterizado por possuir uma grande diversidade de habitats que se encontram associados ao substrato calcário, e por possuir áreas de carvalhal-cerquinho que são consideradas como sendo das maiores e das melhores conservadas áreas a nível nacional. Também é caracterizado por afloramentos rochosos onde residem comunidades casmofíticas, prados como comunidades de plantas suculentas, e por cascalheiras calcárias pobres em vegetação devido ao substrato e ausência de solo à superfície. De salientar, também, que este Sítio é uma das áreas mais importantes para a conservação da flora calcícola (p.e. *Juncus valvatus*), assim como tem relevância a nível nacional por ser abrigo de várias espécies de morcegos (p.e. *Myotis* – morcego-rato-grande -, *Miniopterus schreibersii* – morcego-de-peluche) (ICNB, 2008b).

70% da área do Sítio é considerada como sendo Rural Frágil e 17% do total da área é destinada ao uso agrícola de várias culturas, como, principalmente, o olival e a vinha, assim como a pastorícia de ovinos e caprinos. Desse modo, os produtos de qualidade relevante são o Queijo do Rabaçal e o Azeite do Ribatejo.

O Sítio Sicó/Alvaiázere encontra-se incluído em áreas beneficiadas por Planos de Intervenção de Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos núcleos Populacionais em Meio Rural:

- Plano de Intervenção do Rabaçal (Ansião, Soure e Penela);
- Plano de Intervenção de Pousaflores (Ansião);
- Plano de Intervenção de Almoester (Alvaiázere);
- Plano de Intervenção de Vila Chã (Pombal) (ICNB, 2008b)

Este Sítio encontra-se ameaçado pela construção urbana e industrial, pelo corte do carvalho cerquinho e de vegetação ribeirinha, pela extração de inertes, pelos incêndios, pela poluição dos cursos de água, pela florestação com espécies alóctones, pela pressão turística, e pela perturbação das grutas. Para diminuir os impactos positivos e possibilitar a sustentabilidade do Sítio, é necessário tomar algumas medidas, como por exemplo

medidas orientadas para a conservação, ordenamento e gestão florestal, ordenar as atividades de extração de inertes, ordenar atividades de recreio e lazer e a prática de desportos da natureza, incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação da natureza (ICNB, 2008b).

Paul da Madriz

Para além do Paul de Arzila, o Paul da Madriz também se encontra classificado como Zona de Proteção Especial (ZPE). Com uma área 89,348 ha (Tabela 19), este paul localiza-se no concelho de Soure. O Paul de Madriz, é uma das últimas zonas húmidas de uma imensa zona húmida que existiu ao longo de milénios e que permitiu o desenvolvimento de inúmeras comunidades de fauna e de flora, encontrando-se também classificado como Sítio Ramsar (ICNB, 2012a; ICNF, 2016a).

À semelhança do Paul de Arzila, esta ZPE permite a fixação e desenvolvimento de diversas comunidades, como aves que nidificam nesta região, se refugiam no inverno e que aqui repousam e se alimentam durante as migrações. Algumas das espécies de aves que são possíveis de encontrar nesta Zona são a andorinha-das-barreiras, a andorinha-das-chaminés, o pato-real, o rouxinol-grande-dos-caniços, entre outros (ICNB, 2012a).

Tabela 19 - Principais usos e ocupação do território - Paul da Madriz

Tipos de uso do solo	Área (ha)
Áreas agro/silvo/pastoris	0
Áreas agrícolas arvenses	0
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas	6
Matos e pastagens naturais	0
Floresta	30
Zonas húmidas	42,8
Outros (áreas urbanas e industriais, áreas em coberto vegetal)	10,55

Fonte: Elaboração própria com base em ICNB (2012a)

A totalidade da área é classificada como Rural Frágil, da qual 20% é destinada à atividade agrícola e 78% da área é espaço florestal dominado por pinheiro bravo. Assim, como o

Paul de Arzila, esta Zona encontra-se inserida na área geográfica de produção de “Carne Marinhoa”. Encontra-se incluído nas áreas beneficiadas pelos seguintes Planos de Ação:

- Planos de Ação para a reestruturação do setor leiteiro da Beira Litoral;
- Planos de Ação para a organização e dinamização da produção de hortícolas tradicionais;
- Plano de Ação de dinamização do modo de produção biológico (ICNB, 2012a).

A ZPE de Paul da Madriz encontra-se ameaçada pela drenagem, pela poluição química de origem agrícola. Desse modo, a gestão da Zona encontra-se direcionada para a conservação das aves aquáticas e passeriformes migradores de caniçais, para a melhoria da qualidade da água, para a manutenção da floresta envolvente, e para a viabilidade e disponibilidade de mecanismos que permitam o desenvolvimento rural com base em atividades agrícolas e florestais. Portanto, são tomadas várias medidas que permitam a sustentabilidade do Paul da Madriz como o condicionamento da expansão urbana-turística, ordenar e regulamentar a atividade de observação de espécies da fauna, e ordenar atividades de recreio e de lazer, e outras (ICNB, 2012a).

Fauna e flora

Devido a características presentes na região, como os locais rochosos e secos, zonas húmidas, áreas florestais, territórios abertos, cavidades, ou até mesmo pelas zonas agrícolas e pelas culturas agrícolas que são cultivadas, e pelas características climáticas de influência mediterrânea, as Terras de Sicó são habitat ideal para várias espécies de fauna. Destacam-se vinte espécies, entre aves, anfíbios, mamíferos: águia-cobreira, águia-de-asa-redonda, bufo-real, cobra-rateira, geneta, gralha, javali, lagartixa-do-mato, milhafre-preto, morcego-d'água, morcego-de-ferradura-grande, osga-comum, peneireiro-comum, perdiz-vermelha, poupa, rã-verde, raposa, salamandra-comum, sapo-comum, e tritão-marmorado (Terras de Sicó, 2017c).

Algumas das espécies são pouco numerosas em território nacional, sendo importante a conservação dos habitats dessas espécies, uma vez que a população de algumas espécies tem vindo a diminuir graças à ação do homem. A poluição devido ao uso de químicos na agricultura, a desflorestação e incêndios, a espeleologia mal planeada afeta negativamente o morcego-de-ferradura-grande. O bufo-real, sendo raro em território nacional, é considerado uma espécie-chave que indica qualidade ecológica de um ecossistema, isto

porque é uma espécie particularmente sensível às ações do homem. Outra espécie considerada rara é o peneireiro-comum que é observado em território das Terras de Sicó (Terras de Sicó, 2017c).

Relativamente à flora, várias são as espécies que se desenvolvem nesta região, destacando-se as seguintes: acácia dealbata, acácia longifolia, alecrim, azinheira, carrasco, carvalho-português, choupo-negro, dedaleira, erva-de-santa-maria, erva-de-são-roberto, folhado, freixo, gilbardeira, hipericão, loureiro, madressilva, medronheiro, oliveira, pinheiro-bravo, pinheiro-manso, rosa-albardeira, roselha grande, rosmaninho, salgueiro, sanguinho-das-sebes, sobreiro, urze, e zambujeiro. Estas espécies predominam por se adaptarem a vários aspetos característicos do solo e clima da região, como o solo calcário, pedregoso, seco, ou fresco e húmido (Terras de Sicó, 2017d).

6.4. Contexto histórico e cultural

Nas Terras de Sicó, mais precisamente em Santiago da Guarda, Ansião, é possível conhecer os primórdios da história da região através de um espólio paleontológico existente na Casa-Museu de Fósseis de Sicó.

Nesta região também se encontram vários e importantes vestígios de ocupação romana, como a Villa Romana do Rabaçal, em Penela, ou as ruínas de Conímbriga em Condeixa-a-Nova que distam 12 quilómetros das primeiras (Minha Terra, 2018). Nestas últimas, é possível confirmar que a região foi habitada por romanos entre o século IX a.C. e os séculos VII e VIII d.C. e, posteriormente. Atualmente, devido à importância de Conímbriga a nível nacional, em 1910 esta área de ruínas foi consagrada como monumento nacional (Museu Monográfico de Conímbriga, 2002).

Alvaiázere

O município de Alvaiázere deve o seu nome aos árabes que se fixaram na região aquando a invasão dos mesmos à Península Ibérica. Ao longo dos séculos de povoação, Alvaiázere entrou em declínio até que em 1200 foi repovoado e, séculos mais tarde, em 1435, a vila de Alvaiázere passou a pertencer à coroa (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018b). Da longa história, foram deixadas edificações, como solares e quintas senhoriais, assim como pelourinhos, que marcam o longo passado da região (Tabela 20).

Tabela 20 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Alvaiázere

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Fonte do Pereiro em Maças de Dona Maria	Em vias de classificação	Arquitetura Civil / Fonte
Pelourinho de Maças de Dona Maria	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Cruzeiro Filipino de Maças de Dona Maria	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Cruzeiro
Pelourinho de Alvaiázere	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Castro da Serra de Alvaiázere	N.A.	Arqueologia / Castro
Hospital Sub-Regional de Alvaiázere	N.A.	-
Fonte e Lavadouro de Ferrarias	N.A.	-

Fonte: Elaboração própria com base em Direção-Geral do Património Cultural (2018)

Para além do Património Cultural Classificado, também existem vários sítios arqueológicos que marcam a história da região, como o complexo Megalítico do Ramalhal, o povoado da Idade do Bronze na Serra de Alvaiázere, e a Villa Romana da Rominha (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018d).

A entidade Turismo Centro de Portugal (2017), na qual o concelho se insere no polo de marca turística Coimbra, destaca o Museu Municipal de Alvaiázere. Este Museu apresenta exposições temporárias diversas e organiza ateliers junto de crianças e idosos sobre as mais variedades temáticas, como a agricultura, a inclusão social, a arte, e outros (Museu Municipal de Alvaiázere, 2018).

A economia de Alvaiázere dependeu sempre da agricultura devido às características favoráveis da região para a prática desta atividade económica, como os solos férteis e irrigados, e a abundância de vinhas e oliveiras também ajudaram a economia do concelho. Esta longa ligação às terras é marcada pela existência de várias estruturas de arqueologia industrial como lagares de azeite, azenhas, moinhos de vento e ainda fornos de cal (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018b, 2018d).

Da forte ligação à agricultura, a gastronomia local é influenciada. Alguns dos pratos típicos são as petingas, a sopa dos pobres, os enchidos, o serrabulho, a carne de rebolão, e as migas de chicharro (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018d). Alvaiázere é reconhecido como a Capital do Chicharro, sendo o chicharro uma leguminosa que é cultivada de forma intercalar entre oliveiras e outras árvores de produção. Esta leguminosa foi considerada um dos *Produtos Tradicionais Portugueses* pela Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses. Em comemoração, foram realizadas 15 edições do Festival Gastronómico do Chicharro, que se iniciou no ano 2003, e que conta com várias atividades culturais e de animação nos seus programas, e que tem vindo a contar com programas de duração mínima de 3 dias e com programas que excedem uma semana de atividades e de animação. Atualmente, o Festival realiza-se no mês de junho.

Ainda no que diz respeito aos produtos tradicionais do concelho, em Alvaiázere também é produzido o famoso Azeite do Ribatejo DOP (Denominação de Origem Protegida), azeite controlado e certificado pela CERTIS -Controlo e Certificação, Lda. Este azeite é caracterizado pela baixa acidez, pela espessura, cor amarelo ouro e por serem frutados. Estas características devem-se às propriedades do solo da região e ao clima mediterrânico (DGADR, n.d.-d).

Partes do concelho também são área de produção do Queijo Rabaçal DOP, queijo distinto devido a uma planta denominada por Santa Maria que alimenta as ovelhas e cabras que produzem o leite utilizado na produção do queijo. Este queijo característico tem vindo a ser referenciado em várias obras de literatura, como *A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós (DGADR, n.d.-e). Para além destes produtos endógenos de destaque do concelho, outros produtos também são relevantes, como Chicharro, Licor de Chicharro D'Alvaiázere, Vinho tinto e branco “Rosa da Graça”, Vinho tinto “Sicó Gourmet”, Vinho tinto “Desafio”, Azeite “Lagar Velho”, Azeite Virgem de Alvaiázere, Tomilho, Orégãos, Alecrim, Louro, Camomila, Carqueja, Erva Príncipe, Estragão, Hortelã-pimenta, Hortelã vulgar, Limonete, Manjerona, Poejo, Segurelha, e Tília.

Alvaiázere tem presente tradições culturais como o cantar dos reis, o cantar às almas, o desfile de carnaval, o dia da espiga, o Dia de Todos os Santos (também conhecido pelo Dia do Bolinho) (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018d), assim como festas religiosas, feiras e romarias.

A religiosidade do concelho não está apenas presente no património edificado cultural existente, mas também nas festas e romarias realizadas ao longo do ano. O concelho encontra-se integrado no Caminho de Santiago, existindo catorze placas de sinalização ao longo do município (Região de Leiria, 2013).

Outros eventos culturais decorrem no município, nomeadamente no Museu Municipal de Alvaiázere, na Biblioteca Municipal e na Casa Municipal da Cultural, como *workshops*, exposições, palestras e colóquios, cinema, e outros (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018a).

Ao nível do artesanato, a tradição no concelho passa pela tecelagem, rendas e bordados, assim como a vime e a cana são trabalhadas à mão e transformadas em peças de cestaria (Turismo Centro de Portugal, 2017) .

Ansião

A primeira referência a Ansião data 1175, porém apenas séculos mais tarde, em 1514, é que Ansião é elevada a vila. Porém, a história desta região remonta a milénios antes tendo sido deixados vários vestígios de povoamento, como a Anta na Atalaia e outra em Alto do Pisca, a existência de um castro da Idade do Ferro no Escampado de S. Miguel (Câmara Municipal de Ansião, 2018e).

No que diz respeito ao património cultural edificado, vários encontram-se classificados ou em vias de classificação, como são exemplo a residência senhorial do Castelo Melhor e vários pelourinhos (Tabela 21) espalhados pelo concelho que marcam a história da região. A residência senhorial dos Castelo Melhor, também denominado por Complexo Monumental Santiago da Guarda, é considerado, desde 1978, Monumento Nacional composto por uma oficina de arqueologia e um centro de documentação (Câmara Municipal de Ansião, 2018c). As ruínas da Torre da Ladeira remontam ao século XV e esta Torre tinha como objetivo proteger uma faixa de terra despovoada durante a Reconquista Cristã e na defesa da cidade de Coimbra (Câmara Municipal de Ansião, 2018g).

Tabela 21 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Ansião

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Residência senhorial dos Castelo Melhor	Monumento Nacional	Arquitetura Civil / Palacete
Pelourinho de Ansião	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Padrão Seiscentista	N.A.	Arquitetura Civil / Padrão
Pelourinho de Pousaflores	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Pelourinho de Avelar	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Capela de Nossa Senhora da Paz	Monumento de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Pelourinho de Chão de Couce	Em vias de classificação	-
Ponte da Cal	Em vias de classificação	-

Fonte: Elaboração própria com base em Direção-Geral do Património Cultural (2018)

A entidade Turismo Centro de Portugal (2017), na qual o concelho se insere no polo de marca turística Coimbra, destaca a Casa-Museu de Fósseis de Sicó que oferece um espólio paleontológico, dando a conhecer a pré-história da região (Câmara Municipal de Ansião, 2018b).

No concelho existem várias rotas de percursos pedestres que permitem conhecer o lado cultural e o património de Ansião, sendo essas rotas a Rota Terras de Sicó (que envolve os seis concelhos que integram a região Terras de Sicó), a Rota do Bonfim, a Rota Romana, a Rota dos Pinhais, a Rota das Picotas, a Rota da Vilas, a Rota do Vento, e a Rota da Ladeia.

No que diz respeito ao artesanato, à semelhança do município de Alvaiázere, neste município também se ressalta a cestaria, a tecelagem, as rendas e os bordados. Para além disso, a latoaria, a cantaria e a trapologia também constituem a tradição artesanal do concelho (Câmara Municipal de Ansião, 2018a; Turismo Centro de Portugal, 2017).

São vários os produtos endógenos característicos de Ansião, como a aguardente de Medronho, a azeite Serras de Sicó, doces e compotas, várias ervas aromáticas, o mel

Serras de Sicó, o queijo fresco, o queijo Rabaçal DOP, o queijo Rabaçal em azeite, e os vinhos Terras de Sicó (Câmara Municipal de Ansião, 2018f; DGADR, n.d.-e).

São várias as feiras por todo o concelho que são compostas por produtos e artesanato regional que se realizam semanal, quinzenal, mensal e anualmente. Outros eventos são as várias festas e romarias que transmitem a ligação religiosa da região e que se realizam ao longo do ano pelas várias freguesias de Ansião.

Condeixa-a-Nova

O concelho de Condeixa-a-Nova apresenta uma realidade sociocultural característica devido à conjugação de dimensões distintas fruto de ação de civilizações distintas.

A partir do século II a.C., inicia-se a história de Conímbriga com a construção da cidade luso-romana de Conímbriga. As Ruínas de Conímbriga são o maior marco da civilização romana a nível nacional, sendo considerado o ex-líbris do concelho. Foram classificadas, devido à importância histórica e cultural, como Monumento Nacional (Tabela 22) e, juntamente como o Museu Monográfico de Conímbriga, encontram-se abertas ao público (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2018a, 2018c).

Posteriormente à presença romana na região, as invasões bárbaras e o domínio muçulmano da Península Ibérica e a consequente Reconquista, influenciaram a cultural de Condeixa-a-Nova, cuja cidade surgiu e foi pela primeira vez documentada no ano 1219. Em 1541, devido à importância crescente de Condeixa-a-Nova, esta foi constituída freguesia e nela foram construídos vários palácios e solares, como o Palácio dos Figueiredos e o Palácio Lemos, classificados como Imóvel de Interesse Público (Tabela 22). No século XIX, a freguesia sofreu com a terceira invasão francesa que causou a destruição do património edificado até então. Posteriormente, em 1838, Condeixa-a-Nova alcança a emancipação administrativa ao ser elevada a concelho, e, em 1845, à categoria de vila (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2018c).

Para além das Ruínas de Conímbriga e dos palácios mencionados, existem outros exemplos de património imóvel cultural que merecem destaque e que foram reconhecidos e se encontram sob proteção, como é exemplo o Paço dos Comendadores de Ega, várias igrejas e o pelourinho de Ega (Tabela 22). A proximidade do concelho a Coimbra e à Universidade de Coimbra, classificada pela UNESCO como Património Mundial,

também influencia a cultura da região (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2018a; DGADR, n.d.-g).

Tabela 22 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Condeixa-a-Nova

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Ruínas de Conímbriga	Monumento Nacional	Arqueologia / Cidade
Conjunto dos restos do aqueduto romano de Conímbriga e do <i>castellum</i> de Alcabideque, abrangendo todo o sistema de captação de águas	Monumento Nacional	Arquitetura Civil / Aqueduto
Casa de São Tomé	Interesse Municipal	Arquitetura Civil / Casa
Casa Museu Fernando Namora	N. A	Arquitetura Civil / Casa
Igreja Matriz de Ega	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Pelourinho de Ega	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Palácio dos Figueiredos	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Palácio
Palácio Lemos	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Palácio
Capela da Nossa Senhora da Lapa (Capela da Lapinha)	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Casa da Colunas	Interesse Municipal	Arquitetura Civil / Casa
Paço dos Comendadores da Ega	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Paço
Igreja de São Pedro, matriz do Sebal	Monumento de Interesse Público	-
Núcleo constituído pela casa principal, capela, celeiro e jardins da Quinta da Melhora de Baixo	N.A.	-

Fonte: Elaboração própria com base em Direção-Geral do Património Cultural (2018)

Do património cultural identificado, o Turismo Centro de Portugal (2017) ressalta o valor cultural das Ruínas de Conímbriga e do Museu Monográfico, e ainda salienta a importância cultural do PO.RO.S – Museu Portugal Romano em Sicó, e da Casa Museu Fernando Namora.

No concelho existem várias tradições que com o passar do tempo, perderam vitalidade. Das tradições que sobrevivem são o período pascal e quaresmal, demonstrando a forte ligação à religião. Neste período celebra-se a Quarta-feira de Cinza, o Canto das Almas, a Função dos Passos e o Enterro do Senhor. Outra festa religiosa de relevância é a Festa de Santa Cristina (Turismo Centro de Portugal, 2017).

As Alminhas também constituem a cultural local, que sendo encontradas, maioritariamente, no espaço rural em encruzilhadas ou em situações de fronteira, estas são assumidas como mediadoras entre o terreno e o extraterreno (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2018d).

A literatura oral, também conhecida por lendas, também caracteriza a cultural da região. Existe a Lenda dos Ferreiros que conta que dois ferreiros irmãos viviam no cimo do monte Melo e do monte Gerumelo, montes esses que foram denominados com os nomes dos dois irmãos. Estes ferreiros irmãos trabalhavam apenas com um martelo comum que usavam alternadamente, atirando-o de um monte para o outro. Porém, certo dia, Gerumelo atirou o martelo de forma violenta e mal-humorada, provocando a quebra do martelo no ar. Desse modo, diz-se que a maça de ferro do martelo caiu no sopé do monte Melo e formou uma fonte de água férrea (a Fartosa), e o cabo caiu mais longe e originou um bosque de zambujeiros onde surgiu a aldeia de Zambujal (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2018d).

No que diz respeito aos ofícios artesanais, em Condeixa-a-Nova ressalta-se o papel dos alfaiates, do cabouqueiro de mós, dos moleiros, das tecedeiras e dos sapateiros que, atualmente, ainda têm um papel ativo na produção artesanal local (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2018d). Desse modo, e à semelhança de Ansião e Alvaiázere, as rendas, os bordados e a tecelagem marcam a tradição secular do concelho. Para além disso, o concelho também apresenta ligações à faiança, ou seja, à pintura à mão de cerâmica em cores tradicionais azul e branca (Turismo Centro de Portugal, 2017).

Relativamente à gastronomia, esta é marcada pela Chanfana assada em caçarola de barro e em forno de lenha, e pelo cabrito assado no forno de lenha. Ao nível da doçaria, a

Escarpiada é um doce típico que vai ao forno cujo base é massa de pão com açúcar amarelo, canela e azeite (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2018b; Turismo Centro de Portugal, 2017). O Queijo Rabaçal DOP também é produzido em parte do concelho de Condeixa-a-Nova, assim como o Vinho Terras de Sícó e o Mel Terras de Sícó também são produtos endógenos do concelho (DGADR, n.d.-e; Villa Sícó, 2015)

De forma a demonstrar a cultura do concelho, vários eventos são realizados. O evento gastronómico Sabores de Condeixa – Semana do Cabrito é destacado pelo Turismo Centro de Portugal (2017). Os eventos Exposicó/Feira do Queijo Rabaçal e o Trail de Conímbriga Terras de Sícó englobam a participação dos vários concelhos integrantes da região Terras de Sícó.

Penela

O concelho de Penela é um dos mais antigo do país, tendo sido fundado antes de Portugal se fundar, em 1137. A história do concelho conta com a passagem dos Vândalos que destruíram património romano, com a passagem dos Mouros que tomaram o Castelo de Penela, e com a passagem das tropa de Fernando Magno, Rei de Leão (Câmara Municipal de Alvaiázere, 2018b).

Do património cultural ressalta-se o Castelo de Penela, classificado como Monumento Nacional (Tabela 23), cuja origem pode estar num Castro lusitano aproveitado pelos Romanos aquando a permanência dos mesmos na Península Ibérica, encontra-se inserido na Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego (Câmara Municipal de Penela, 2018d; Turismo Centro de Portugal, 2017) O ex-líbris do concelho de Penela é a Torre de Menagem do Velho Castelo (Câmara Municipal de Penela, 2018d). O Pelourinho de Penela e a Igreja de Santa Eufémia também são património classificado como Monumento Nacional (Tabela 23).

Tabela 23 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Penela

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Pelourinho de Penela	Monumento Nacional	Arquitetura Civil / Pelourinho
Castelo de Penela	Monumento Nacional	Arquitetura Militar / Castelo

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Igreja de Santa Eufémia	Monumento Nacional	Arquitetura Religiosa / Igreja
Convento de Santo António	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Convento
Pelourinho de Podentes	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Sítio Arqueológico do Castelo de Germanelo	Sítio de Interesse Público	Arquitetura Militar / Castelo

Fonte: Elaboração própria com base em Direção-Geral do Património Cultural (2018)

O Turismo Centro de Portugal (2017) ressalta o Espaço-Museu e Villa Romana do Rabaçal como local de valor cultural onde é possível observar uma exposição ilustrativa da importância da ocupação romana em Penela, e visitar a estação arqueológica. A Igreja Matriz do Rabaçal de arquitetura dos finais do século XVIII também é de elevado valor cultural.

Ressalta-se a integração do concelho na Rede Aldeias de Xisto com a aldeia Ferraria de São João, da freguesia de Cumeeira, a ser integrada no grupo Serra da Lousã devido à localização e às construções à base de xisto existentes neste local (Aldeias do Xisto, 2018a).

Penela tem como produtos endógenos o Queijo Rabaçal DOP, o Mel Serra da Lousã DOP, o vinho protegido nas Terras de Sicó, e a noz que é homenageada na grande Feira e Feriado Municipal a 29 de setembro. Outro produto endógeno que não se enquadra na categoria da gastronomia mas na categoria do artesanato, são os cestos de vime e o mobiliário de corda os produtos artesanais que caracterizam o artesanato do concelho (Câmara Municipal de Penela, 2018f; DGADR, n.d.-e, n.d.-b).

Várias festas e romarias são realizadas pelas freguesias de Penela, principalmente festas religiosas de homenagem a vários santos. Para além das festas religiosas, também é realizada a Feira do Mel na freguesia de Espinhal, no início do mês de setembro, e o Mercado do Queijo e dos Romanos Rabaçal que tem como objetivo promover o queijo Rabaçal e os produtos tradicionais de Penela (Câmara Municipal de Penela, 2018e). O evento Inverno Cultural é realizado com a colaboração de diversas associações concelhias

e tem o intuito de oferecer um programa de animação cultural que decorre de janeiro a abril pelas aldeias de vilas do concelho (Notícias de Coimbra, 2015).

Outros eventos realizados no concelho e destacados pelo Turismo Centro de Portugal (2017) são:

- a Feira Medieval, realizada em Maio no Castelo de Penela, que conta com recriações históricas e animação ao vivo alusivas à época medieval (Câmara Municipal de Penela, 2018b);
- a VINALIA – O Sabor de Podentes, conta com nove edições e realiza-se em junho com o intuito de dar a conhecer os vinhos endógenos e a arte por detrás dos mesmos (Câmara Municipal de Penela, 2018g);
- a Feira de São Miguel que se realiza entre setembro e outubro e que integra a FAGRIP – Feira Agrícola, Comercial e Industrial, feira esta que é “um momento único de afirmação da vitalidade social, económica e cultural do território de Penela e das suas gentes” (Aldeias do Xisto, 2014), assim como integra a Feira das Nozes e a feira dos Produtos Endógenos e da Gastronomia (Câmara Municipal de Penela, 2018c);
- o Penela Presépio, em dezembro e início de janeiro, e que é considerado um dos maiores eventos de natal a nível regional e nacional. Conta com exposição de presépios pelo concelho, e com o Mercadinho de Natal, e animação infantil e diversa (Aldeias do Xisto, 2018b).

Pombal

No concelho de Pombal foram encontrados vestígios de ocupação romana na qual foram deixadas moedas que comprovam a passagem e povoação da região por parte dos romanos. Porém, a região do concelho de Pombal já tinha sido previamente povoada durante o período neolítico (Câmara Municipal de Pombal, 2018k).

A cultura e história de Pombal é marcada pela passagem dos Templários no início do século XII, por uma povoação que em tempos existiu no lugar de Chões. Esse local, por se encontrar na fronteira das batalhas contra os sarracenos, foi local estratégico para a construção de uma fortaleza militar (Câmara Municipal de Pombal, 2018k).

Pombal foi beneficiado pelo processo de promoção de fixação da população ao ter recebido um foral em 1131, renovado em 1176, e, pelo povoamento positivo, em 1509, foi ordenada a recuperação do Castelo de Pombal e atribuído um novo foral. Posteriormente, no século XVIII, o Marquês de Pombal influenciou o ordenamento da vila e a construção da cadeia e do celeiro na Praça Velha, e do Jardim Botânico. Nesse mesmo século a estrada real foi desviada para dentro de Pombal, demonstrando a importância da região, porém foi destruída, assim como várias construções, aquando as invasões francesas. Porém a renovação urbana aconteceu na segunda metade do século XX, o que permitiu o desenvolvimento do concelho (Câmara Municipal de Pombal, 2018k; Turismo Centro de Portugal, 2017).

A história de Pombal ficou marcada no vasto património cultural existente no concelho, património esse que mereceu a classificação como Monumento Nacional, como é o caso do Castelo de Pombal que pertence à Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego (Turismo Centro de Portugal, 2017), a Torre do Relógio Velho, e a Igreja do Convento do Louriçal. Outros monumentos como Pelourinhos, Igrejas, a Casa Arte Nova, o Celeiro do Marques de Pombal, também são de elevada importância cultural e encontram-se classificados como Imóveis de Interesse Público ou Imóveis de Interesse Municipal (Tabela 24).

Tabela 24 - Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Pombal

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Igreja do Convento do Louriçal	Monumento Nacional	Arquitetura Religiosa / Igreja
Torre do Relógio Velho, da Vila de Pombal	Monumento Nacional	Arquitetura Civil / Torre
Castelo de Pombal	Monumento Nacional	Arquitetura Militar / Castelo
Abrigo com gravuras rupestres no Vale do Polo Novo	Interesse Municipal	Arqueologia / Arte Rupestre
Nicho seiscentista (pertencente à antiga Capela dos Duques de Aveiro)	Em vias de classificação	Arquitetura Religiosa / Nicho

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Capela da Quinta de São Lourenço	N.A.	Arquitetura Religiosa / Capela
Ermida de Nossa Senhora da Guia	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Ermida
Pelourinho do Louriçal	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Pelourinho
Capela da Misericórdia do Louriçal	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Castelo da Redinha (Antigo)	N.A.	Arquitetura Militar / Castelo
Casa Arte Nova	Monumento de Interesse Público	Arquitetura Civil / Casa
Pelourinho de Pombal	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Celeiro do Marques de Pombal (antigo) (Celeiro da Quinta da Gramela)	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Celeiro
Pelourinho de Redinha	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Igreja Matriz de Redinha	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Arco Manuelino (pertencente ao antigo Paço dos Duques de Aveiro)	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Arco
Igreja de Nossa Senhora das Neves, matriz de Abiúl, incluindo todo o seu património integrado	Monumento de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Igreja de Albergaria dos Doze	N.A.	-
CTT de Pombal	N.A.	-
Igreja de São Tiago, matriz do Louriçal	Monumento de Interesse Público	-
Vivenda Sofia	N.A.	-

Fonte: Elaboração própria com base em Direção-Geral do Património Cultural (2018)

O Museu Marques de Pombal, localizado na antiga Cadeia Velha de Pombal, apresenta peças de valor histórico e artístico do concelho que pretendem divulgar uma época, valores históricos, culturais e socioeconómicos. O Museu de Arte Popular Portuguesa pretende expor peças de artesanato de relevância, diversas e de enorme valor, que são oriundas de várias regiões do país, (Câmara Municipal de Pombal, 2018m, 2018n).

Para além do património imóvel, a cultura de Pombal é também marcada por várias lendas que surgiram ao longo dos tempos e que têm sido passadas de geração em geração, como a rivalidade entre o Marquês de Pombal e o Conde de Castelo Melhor, a Lenda do Mouro Al-Pal-Omar, a Lendas das Festas do Bodo, a Lenda do Osso da Baleia, a Lenda de Nossa Senhora das Neves (Câmara Municipal de Pombal, 2018l, 2018c).

Ao nível da gastronomia, ressalta-se o carneiro guisado ou cozido, as migas, os Fornilhos, os Bolos de Redilha, os Tortulhos, o Bacalhau à Poios, Tigeladas, borrego, Biscoitos do Louriçal, Leitoa do Louriçal (Câmara Municipal de Pombal, 2018b, 2018c, 2018d, 2018h, 2018i, 2018j).

No que diz respeito ao artesanato, a cestaria, sapataria, olaria vermelha, tapeçaria, bordados, tecelagem, tanoaria, cerâmica, escultural, e trabalhos em madeira são atividades tradicionais no concelho de Pombal (Câmara Municipal de Pombal, 2018c, 2018d, 2018e, 2018f, 2018i, 2018g, 2018b, 2018h).

No concelho são realizados vários eventos que transmitem a cultura da região ao nível religioso, artesanal e gastronómico, como as várias festas e romarias em homenagem a vários santos ao longo do ano, a Feira Nacional de Artesanato, e as Festas do Bodo.

Soure

A região que atualmente constitui o concelho de Soure tem vindo a ser ocupada desde o período neolítico, também existindo evidências de ocupação romana. Apesar da longa ocupação desta região, o documento escrito mais antigo que se refere a Soure data de 1043 (FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure, n.d.).

Após a ocupação árabe, Soure foi a primeira sede dos Templários que deixaram marcas que atualmente se evidenciam nas tradições agrícolas e nos vestígios culturais. De ressaltar, que este concelho teve elevada importância a nível militar aquando o processo de conquista de Portugal. Porém, a função militar foi desaparecendo e, a partir da Idade

Média, a região ficou marcadamente rural sendo valorizada pela apetência agrícola devido às terras ricas para a prática agrícola (FNWAY Consulting; & Câmara Municipal de Soure, n.d.).

Tabela 25 – Listagem do Património Cultural Classificado do concelho de Soure

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/Tipologia
Castelo de Soure	Monumento Nacional	Arquitetura Militar / Castelo
Igreja da Misericórdia	Monumento de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Pelourinho de Vila Nova de Anços	Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Casas, capela e vestígios arqueológicos de villa romana na Quinta de São Tomé	Conjunto de Interesse Público	Arquitetura Civil / Quinta

Fonte: Elaboração própria com base em (Direção-Geral do Património Cultural, 2018)

Relativamente ao património edificado relevante no concelho, existe o Castelo de Soure de arquitetura militar, classificado como Monumento Nacional e integrado na Rede dos Castelos e Muralhas do Mondego (Turismo Centro de Portugal, 2017), a Igreja da Misericórdia de Soure, a Quinta de São Tomé, e o Pelourinho de Vila Nova de Anços (Tabela 25), e Igreja de São Tiago, esta última destacada pelo Turismo Centro de Portugal (2017).

No que diz respeito à gastronomia típica, no concelho os pratos tradicionais variam de freguesia para freguesia, destacando-se as enguias de Vila Nova de Anços, o javali de Tapéus, a chanfana de Brunhós, e o leitão de Vinha da Rainha (Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha, 2018).

No concelho são realizados vários eventos que transmitem a cultura local. O evento Artesanato, Gastronomia e Cultura conta com a participação das várias freguesias de Soure, e apresenta a gastronomia tradicional do local, demonstra o artesanato característico, e encontra-se cheia de animação cultural com a participação dos Grupos de Folclore, Filarmónicas e grupos Musicais do concelho (Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha, 2018; Câmara Municipal de Soure, 2018a). Por todo o concelho existem mais eventos cujo tema central é a cultura

musical do concelho, como Festivais de Folclore pelas várias freguesias, e o Encontro de Bandas do Concelho de Soure.

A maioria dos eventos realizados no concelho de Soure são festividades em honra a santos religiosos, porém existem outros eventos diferenciados que também transmitem a cultura local: a Semana do Livro e da Cultura, que se realiza no mês de maio e que integra um conjunto de atividades não só para a população escolar mas também para o público em geral (Câmara Municipal de Soure, 2018d); e as Festas São Mateus – FATAACIS – Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio, Indústria de Soure, realizadas em setembro e destacadas pelo Turismo Centro de Portugal (2017), que para além da conotação religiosa, promove e divulga um conjunto de atividades económicas do concelho (Câmara Municipal de Soure, 2018c).

6.5. Estrutura sociodemográfica

A análise da estrutura demográfica é essencial para compreender as evoluções decorridas ao longo dos anos em termos quantitativos e compreender as mudanças do paradigma demográfico em termos causais. Para analisar a evolução, é necessário recorrer a indicadores demográficos que auxiliem o estudo da população dos seis municípios da região Terras de Sícó. De relembrar que os municípios de Condeixa-a-Nova, Penela e Soure pertencem à região de Coimbra, e os municípios de Alvaiázere, Ansião e Pombal pertencem à região de Leiria; assim como os municípios limítrofes que são Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Coimbra, Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos, Ferreira do Zêzere, Ourém e Leiria. Os indicadores demográficos utilizados nas análises seguintes foram recolhidos através do portal do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Caracterização da população

A população a caracterizar será a que reside na região Terras de Sícó, sendo, para isso, analisada a população dos municípios que integram esta região, assim como também será feita uma comparação com os municípios limítrofes, nos anos 2011 e 2016 (anos mais antigo e recente com dados disponibilizadas).

Numa primeira análise mais abrangente, que recaía sobre a população residentes nos municípios de Terras de Sícó e nos municípios limítrofes (Gráfico 5), verifica-se que, de

modo geral, a evolução da população residente nestes municípios de 2011 para 2016 foi negativa. Ou seja, verificou-se um decréscimo populacional nestes municípios com exceção de Condeixa-a-Nova onde se verificou um crescimento da população residente por volta dos 1,39% entre 2011 e 2016. Os municípios com maior quebra registada são Soure (-6,48%), Alvaiázere (-6%), Penela (-5,99%), Figueiró dos Vinhos (-5,65%), Ferreira do Zêzere (-5,09%), Coimbra (-4,96%), Ansião (-4,5%) e Pombal (-3,72%). Assim, verifica-se que cinco dos seis municípios integrantes da região Terras de Sícó compõem os oito dos treze municípios com decréscimo da população residente.

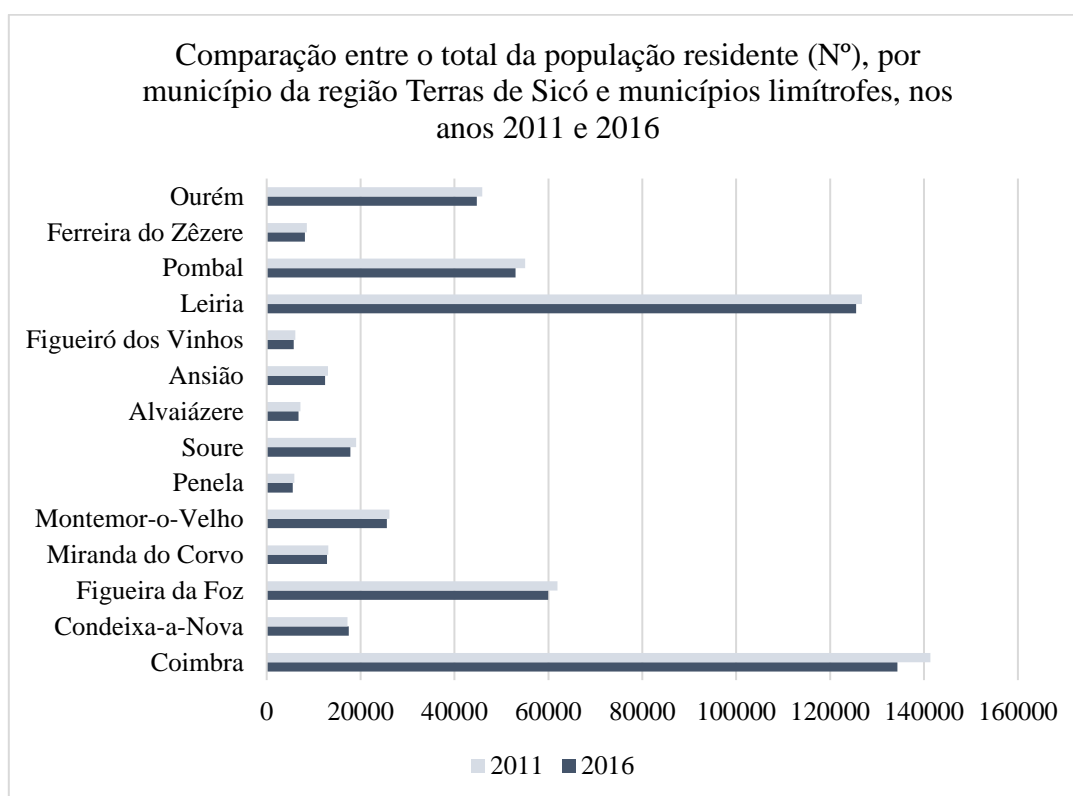


Gráfico 5 - Comparação entre o total da população residente (Nº), por município da região Terras de Sícó e municípios limítrofes, nos anos 2011 e 2016

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018)

Ainda em análise ao Gráfico 5, mas desta vez focada na região de Terras de Sícó, verifica-se que, em 2016, a população residente nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure era 6 789, 12 449, 17 473, 5 556, 52 971, e 17 799, respetivamente. O município com maior número de população residente é Pombal, seguido de Soure que, apesar da quebra verificada no número de população residente, ainda apresenta uma maior população que Condeixa-a-Nova. Por outro lado, os

municípios com menor população residente são Alvaiázere e Penela que, juntamente como Soure, se encontram no top 3 dos municípios em análise que mais perda de população sofreu.

No que diz respeito ao género da população residente nos concelhos em análise, verifica-se que, em todos os seis concelhos, a maioria da população residente no ano 2016 enquadra-se no género feminino, assim como acontecia em 2011 (Tabela 26).

Tabela 26 – Comparação da população residente (Nº) nos municípios, por género, no ano 2016

Concelho	Género Masculino		Género Feminino	
	2016	2011	2016	2011
Condeixa-a-Nova	8 140	8 046	9 333	9 188
Penela	2 596	2 788	2 960	3 122
Soure	8 382	9 037	9 417	9 996
Alvaiázere	3 150	3 374	3 639	3 848
Ansião	5 849	6 138	6 600	6 897
Pombal	25 285	26 275	27 686	28 743

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018a)

No que diz respeito ao grupo etário da população residente (Gráfico 6) nas Terras de Sícó, verifica-se que Condeixa-a-Nova é o município com maior proporção de população residente com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos que corresponde a 15%, aproximadamente. Em contrapartida, o município com maior proporção de residentes com idades iguais ou superiores 75 anos é Alvaiázere (20%, aproximadamente, da população residente). De modo geral, a maioria da população residente dos concelhos em análise, apresenta idades compreendidas entre os 25 e os 64 aquando o ano de referência (2016).

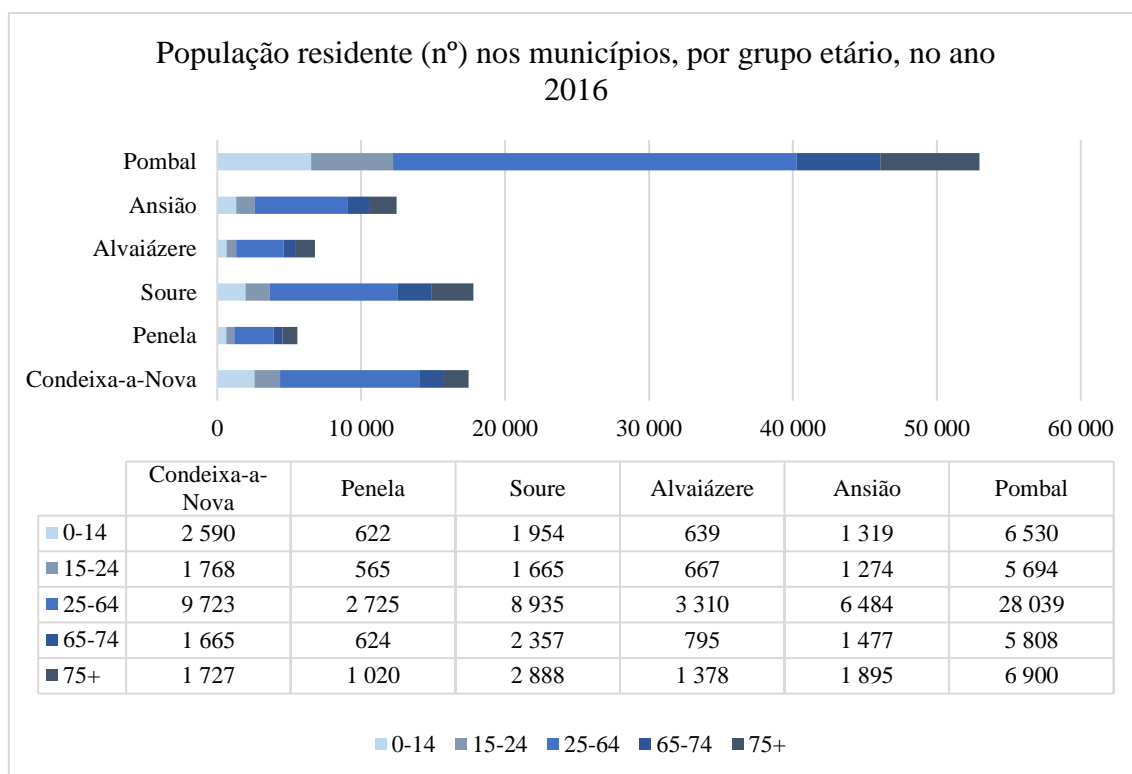


Gráfico 6 - População residente (Nº) nos municípios, por grupo etário, no ano 2016

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018a)

Através da Tabela 40 em anexo, pode-se verificar a relação dos grupos etários com os géneros masculino e feminino. Com a análise dessa tabela, verifica-se que, no ano 2016, a maioria da população residente com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos pertencem ao género feminino. Assim como a população com idades iguais ou superiores a 75 anos enquadram-se no género feminino. Em contrapartida, a população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos é, na sua maioria, do género masculino.

Saldo natural e saldo migratório

O saldo natural é obtido através da subtração entre o número de nados vivos e o número de óbitos (INE, 2018j), obtendo-se, assim, informação relativa ao crescimento da população se não existissem movimentos migratórios.

Através da análise do Gráfico 7, verifica-se que em 2016, nos seis municípios das Terras de Sicó, registou-se um decréscimo geral do saldo natural. Este decréscimo no saldo

natural significa que o número de óbitos prevalece sobre o número de nascimentos, explicando-se, assim, o decréscimo da população total residente em Ansião, Alvaiázere, Penela, Pombal e Soure analisado através do Gráfico 5. Condeixa-a-Nova é o município excecional que mesmo apresentando um decréscimo do saldo natural, ainda apresentou um aumento da população residente (Gráfico 5), o que se deve explicar pela existência de movimentos migratórios. Conclui-se, também, que o decréscimo do saldo natural também já era notado em 2011, porém, no concelho de Condeixa-a-Nova, verifica-se um saldo natural positivo.

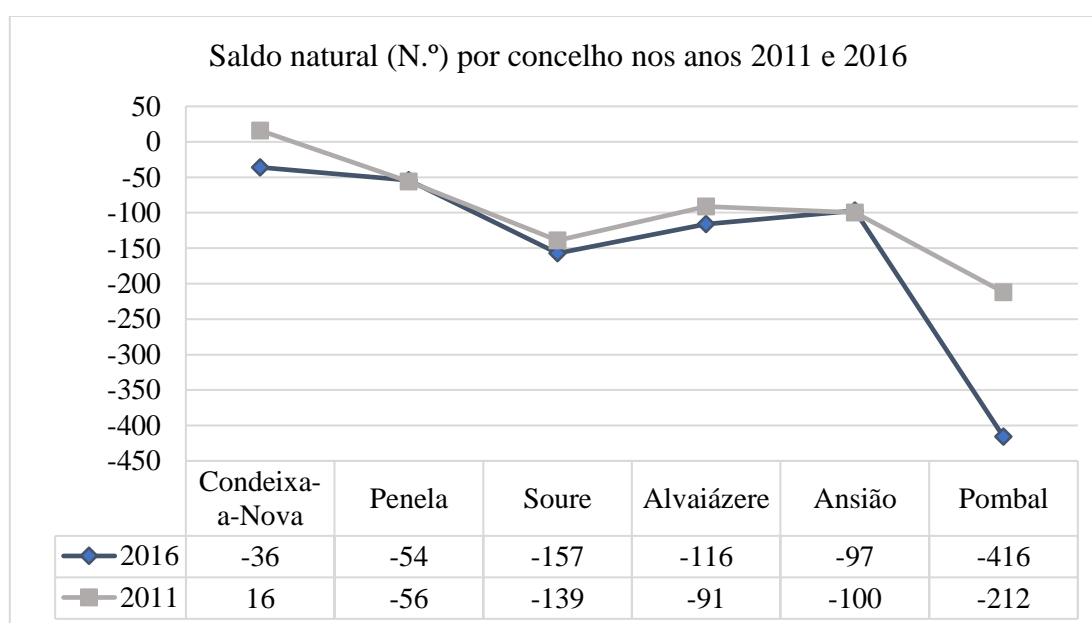


Gráfico 7 - Saldo natural (N.º) por local de residência (NUTS - 2013); 2011 e 2016

Fonte: Elaboração própria com base em (INE, 2018j)

Através do indicador denominado por saldo migratório, é possível constatar o número de entradas e saídas migratórias para um determinado país ou região, num dado período. Este indicador obtém-se a partir da diferença entre o número de entradas e o número de saídas por migração, seja ela internacional ou interna (INE, 2018i).

Através do Gráfico 8, verifica-se que Condeixa-a-Nova apresenta um saldo migratório positivo tanto em 2011 como em 2016, o que realmente justifica o facto do número de população residente ter aumentado de 2011 para 2016 (Gráfico 5), apesar do saldo natural

ser negativo em 2016 (Gráfico 7). Isto porque o número de entradas migratórias foi maior que o número de saídas migratórias neste concelho.

Alvaiázere, apesar do saldo migratório registado em 2011 ter sido negativo, conseguiu alcançar um saldo positivo em 2016. Porém, os restantes concelhos em análise registaram um saldo migratório negativo em 2016. De ressaltar que o concelho de Pombal é o que apresenta um saldo mais negativo. Também se destaca o facto que Penela, Soure e Ansião apresentam, atualmente, um saldo menos negativo que anteriormente em 2011, em oposição Pombal.

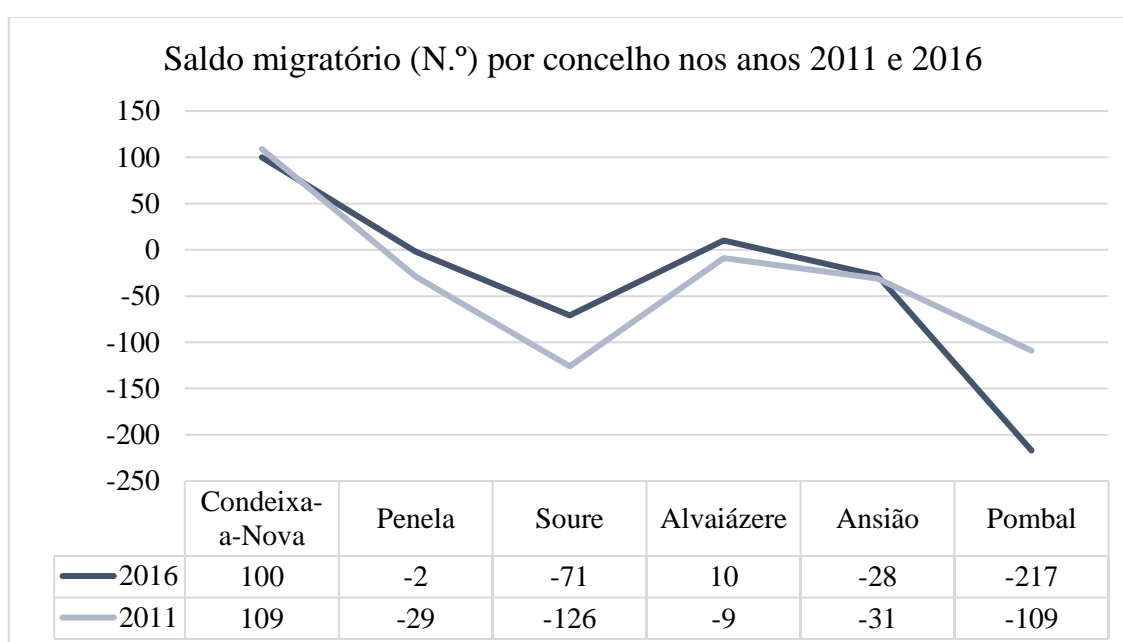


Gráfico 8 - Saldo migratório (N.º) por local de residência (NUTS - 2013); 2011 e 2016

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018c)

Conclui-se, também, que a população residente em Ansião, Penela, Pombal e Soure se encontra a diminuir não só pelo decréscimo do saldo natural, mas também pelo decréscimo do saldo migratório.

População estrangeira com estatuto de residente

Através da Tabela 41 em anexo, é possível avaliar a evolução da população estrangeira com estatuto residente entre 2011 e 2016. Este nicho da população é composto por

peessoas de nacionalidade não portuguesa que conseguiram obter autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor, e que residem nos concelhos em estudo. A nacionalidade dos estrangeiros residentes encontra-se agrupada em dois grupos: o grupo “União Europeia 28” (UE 28) e o grupo “Extra UE – 28 Estados-Membros” (Extra UE). Identifica-se que o grupo “União Europeia 28” é composto por Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia (União Europeia, 2018).

O concelho de Pombal é o concelho com mais população estrangeira com estatuto de residente em 2016 (1 443), apesar de se ter verificado uma quebra desde 2011 (1 618). Dessa população estrangeira, aproximadamente 63% é originária de países fora da União Europeia de 28 países-membros-Contudo a tendência é para que o número de estrangeiros residentes oriundos dos 28 países membro da União Europeia ultrapasse o número de estrangeiros oriundos de outros países.

O concelho de Penela é um dos três concelhos em análise cuja população estrangeira residente aumentou de 2011 (173) para 2016 (206), e 65% dessa população tem nacionalidade de um dos 28 países membros da União Europeia. Outro concelho é Alvaiázere que em 2011 registou 166 residentes estrangeiros, e em 2016 o registo foi de 211 residentes de nacionalidade estrangeira, dos quais, aproximadamente 79% tem origem dos 28 países membros da União Europeia. Ansião também apresenta um aumento no número de residentes de nacionalidade não portuguesa, uma vez que em 2011 registaram-se 215 estrangeiros residentes, e, em 2016, registaram-se 271, dos quais 68% (aproximadamente) é oriunda dos 28 países membros da União Europeia.

Verifica-se, assim, que os concelhos onde a população estrangeira residente aumentou em 2016, são os concelhos que registam maior proporção de estrangeiros residentes de nacionalidade de um dos 28 países membros da União Europeia.

Para finalizar, o concelho de Soure é o concelho com menos estrangeiros residentes em 2016 (199), tendo-se também verificado uma quebra desde 2011 (243) até 2015 (198).

Índice de envelhecimento e índice de longevidade

O índice de envelhecimento demonstra a relação existente entre o número de idosos e o número de jovens, isto é, entre a população com idade igual ou superior a 65 anos, e a população com idade inferior a 15 anos.

Através da análise do Gráfico 9, verifica-se que, de forma geral, o índice de envelhecimento nos seis concelhos em análise tem vindo a aumentar de forma gradual de 2011 a 2016, ou seja, o número de população idosa nos concelhos tem vindo a aumentar.

O concelho com um índice de envelhecimento mais reduzido é Condeixa-a-Nova, com um índice de 131 em 2016. Em oposição, o concelho de Alvaiázere é o que apresenta um índice de envelhecimento mais elevado em 2016 (340,1) e em modo geral no período em análise.

Penela é o único concelho que apresentou uma diminuição, apesar de ligeira, no índice no período de referência. Em 2012, apresentou uma ligeira quebra deste índice ao ter registado um índice de 230 em 2011 e de 229,7 no ano seguinte.

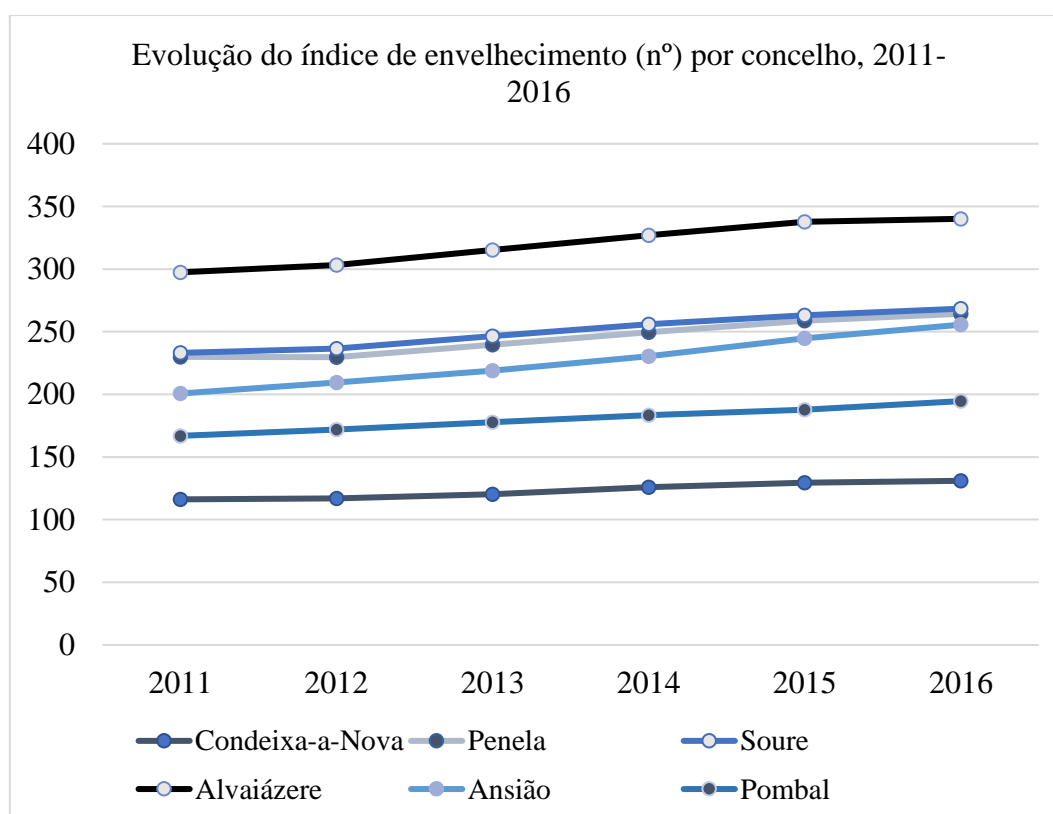


Gráfico 9 – Evolução do índice de envelhecimento (N.º) por concelho, 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018a)

Outro indicador também relevante analisar em complementaridade ao índice de envelhecimento, é o índice de longevidade. Com a análise deste indicador compreende-se a relação entre a população mais idosa (com idade igual ou superior a 75 anos) e a população idosa (com idade compreendida entre os 65 e 74 anos) (INE, 2018e).

A partir do Gráfico 10, verifica-se que, de modo geral nos seis concelhos, o índice de longevidade cresceu no período de 2011 a 2016. O concelho de Alvaiázere é o que apresenta, em 2016, um valor mais elevado, verificando-se que 63,4% da população tem idades iguais ou superiores a 75 anos. Por outro lado, Condeixa-a-Nova apresenta um índice mais reduzido, com 50,9% da população idosa com idades superiores a 74 anos.

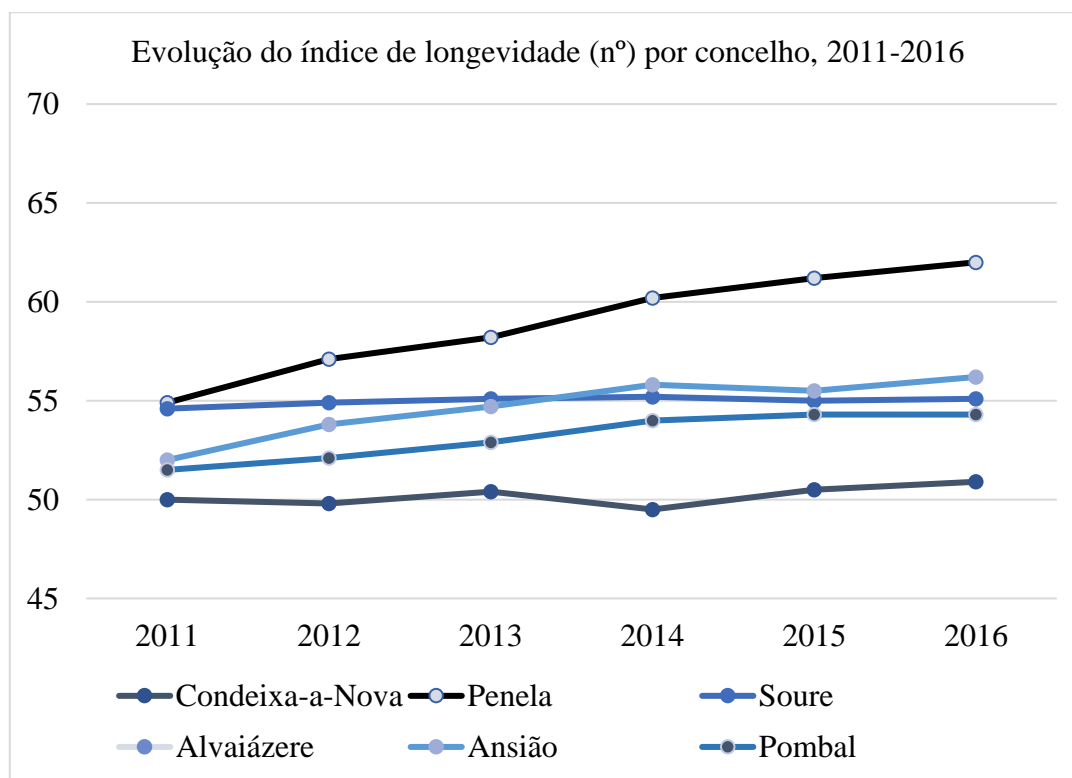


Gráfico 10 – Evolução do índice de longevidade (nº) por concelho, 2011-2016

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018b)

Taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo corresponde ao número de pessoas que não sabe ler nem escrever relativamente à população total, tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e

escrever. Desse modo, um dado individuo é considerado analfabeto se, aos 10 anos de idade, não souber ler nem escrever (INE, 2018l).

Para a análise deste indicador, os dados levantados e tratados na Tabela 27 referem-se ao ano de 2011, ano mais recente com informação ao nível municipal.

Tabela 27 - Taxa de analfabetismo (%) por concelho e género à data dos Censos 2011

Concelho	Taxa de analfabetismo (%) por concelho e género, 2011		
	Género		
	Masculino e Feminino	Masculino	Feminino
Condeixa-a-Nova	6,61	2,83	9,86
Soure	10,25	5,46	14,56
Pombal	10,31	5,96	14,24
Penela	8,38	6,04	10,51
Alvaiázere	10,76	5,24	15,55
Ansião	8,52	5,01	11,62

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018)

O concelho de Alvaiázere é o que apresenta maior taxa de população analfabeta, sendo que o género feminino é o género que maior percentagem de analfabetismo regista, com cerca de 15,55% da população feminina apresentando analfabetismo. Em contrapartida, o concelho de Condeixa-a-Nova apresenta uma taxa de analfabetismo mais reduzida da região Terras de Sícó, com um total de 6,61% da população analfabeta. Conclui-se, também, que é o género feminino que apresenta maior taxa de analfabetismo nos seis concelhos em análise.

Incapacidades da população residente

Uma vez que o objetivo do presente estudo é desenvolver um projeto na área do turismo que conte com a participação das comunidades, é necessário atender às dificuldades ou incapacidades da população que reside nesse local padece. Os tipos de dificuldades sentidas são: ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, e compreender os outros ou fazer-se compreender.

Através do Gráfico 11 que demonstra a proporção da população residente com pelo menos um dificuldade, verifica-se que Condeixa-a-Nova e Ansião são os concelhos em análise

cuja proporção é mais reduzida, com 20, 75% e 21,03% respetivamente. Por outro lado, os municípios de Alvaiázere e Soure são os que apresentam uma proporção mais elevada, com 28,82% e 27,12% da população a apresentar pelo menos uma dificuldade, respetivamente.

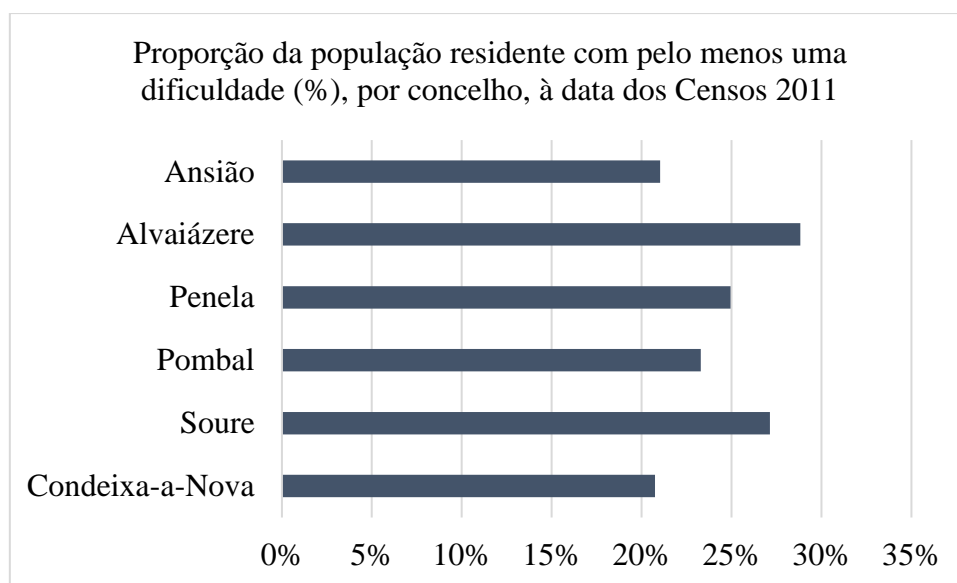


Gráfico 11 - Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%), por concelho, à data dos Censos 2011

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2013)

Através da análise da Tabela 42, em anexo, é possível verificar o tipo de dificuldade mais sentida nos concelhos em consideração e o grau da dificuldade sentida.

No que diz respeito aos concelhos com menos proporção de população residente que apresente alguma dificuldade, verifica-se que no concelho de Condeixa-a-Nova, as dificuldades mais sentidas ao ponto de 413, 294 e 293 residentes não conseguirem efetuar as ações são *tomar banho ou vestir-se sozinho*, *andar ou subir degraus*, e *memória ou concentração*, respetivamente. Para além disso, 1 690 residentes apresentam muita dificuldade em *ver*, e 1 591 residentes apresentam muita dificuldade em *andar ou subir degraus*. No que diz respeito ao concelho de Ansião, as dificuldades mais sentidas também são *tomar banho ou vestir-se sozinho*, *andar ou subir degraus*, e *memória ou concentração*, sendo que 281, 220 e 138 residentes não conseguem efetuar a ação, respetivamente.

No que se refere aos concelhos com maior proporção de população residente que apresentam alguma dificuldade, verifica-se que a população residente de Alvaiázere e Soure apresentam maior incapacidade em *tomar banho ou vestir-se sozinho, andar ou subir degraus, e memória ou concentração*.

6.6. Estrutura económica

Analisar a estrutura económica é uma mais valia para compreender qual a base da economia dos concelhos em estudo e como esta tem evoluído nos últimos anos. Para tal, a análise de indicadores como o número de empresas por atividade económica é importante para perceber a evolução empresarial na região e quais as atividades económicas de maior relevância. A empregabilidade na região também é importante considerar numa análise da estrutura económica, isto porque permite conhecer as tendências dos concelhos em termos de população ativa, taxa de emprego e taxa de desemprego, bem como perceber qual o setor económico mais predominante e qual apresenta uma mais valia na economia municipal.

Empresas

Por falta de dados recentes a nível municipal sobre o número de empresas existentes por atividade económica, este indicador será analisado a nível regional – regiões Leiria e Coimbra, regiões essas nas quais os concelhos integrados na região Terras de Sícó se localizam, e relativamente às quais se consegue obter dados estatístico referentes ao ano 2016.

Através da análise da Tabela 43 em anexo, verifica-se que no período em análise (2012-2016) existiu um aumento do número total de empresas tanto na região de Leiria como na região de Coimbra, sendo que a primeira região apresenta um número total de empresas mais elevado em 2016 (52 269 empresas) em comparação à região de Coimbra (35 022 empresas).

A maioria das empresas da região de Leiria, em 2012, são: *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (9 661 empresas); *atividades administrativas e dos serviços de apoio* (6 491 empresas); *atividades de saúde humana e apoio social* (5 568 empresas); e *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*

(5 450 empresas). Nesta região, existem 3 492 empresas que prestam serviço de alojamento, restauração e similares.

No que diz respeito à região de Coimbra, o *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* é a atividade económica com mais empresas existentes no ano 2016 (7 772 empresas). As *atividades administrativas e dos serviços de apoio* conta com 3 993 empresas, a *construção* com 3 958 empresas, e as *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* conta com 3 360 empresas. Existem 2 234 empresas que prestam serviço de alojamento, restauração e similares.

A nível municipal, a análise do número de empresas por atividade económica recai sobre o ano 2012, sendo esse ano o mais recente em termos de dados estatísticos ao nível dos municípios.

Desse modo, através da Tabela 44 em anexo, verifica-se que o concelho de Pombal, em 2012, é o concelho que mais empresas possui (6 082). As três atividades económicas com mais peso empresarial são o *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (1 480 empresas), a *construção* (1 369 empresas) e o *comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos* (914 empresas). A atividade económica referente ao *alojamento, restauração e similares* conta com 366 empresas, sendo que 347 empresas se referem à prestação de serviços de *restauração e similares*.

No concelho de Condeixa-a-Nova, o *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* é que mais peso apresenta com 307 empresas existentes, seguido de *atividades administrativas e dos serviços de apoio* (215 empresas). O *alojamento, restauração e similares* conta com 100 empresas, 94 das quais referentes à *restauração e similares*.

No concelho de Soure, também são o *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (362 empresas) e o *comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos* (260 empresas) que mais peso empresarial apresentam. O *alojamento, restauração e similares* conta com 90 empresas, 88 das prestam serviço de *restauração e similares*.

No que diz respeito ao concelho de Alvaiázere, é igualmente o *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos*, juntamente com a *construção* que mais peso apresentam, existindo 207 e 163 empresas, respetivamente. Das empresas

sediadas neste concelho, 53 empresas enquadram-se na categoria *alojamento, restauração e similares*, das quais 49 se referem à *restauração e similares*.

O concelho de Ansião apresenta um maior peso empresarial na atividade económica *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* com 376 empresas, e no *comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos* com 252 empresas, logo seguida pela *construção* que conta com 251 empresas. No que diz respeito à atividade económica *alojamento, restauração e similares*, existem 84 empresas, das quais 77 se referem à *restauração e similares*.

O concelho de Penela é o concelho que menos empresas sede, contando com apenas 547 empresas, das quais 130 dizem respeito ao *comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos*, 90 à *construção*, 46 ao *alojamento, restauração e similares*, e 39 à *restauração e similares*.

Indicadores económicos

Através da Tabela 45 em anexo, é possível analisar a evolução de 2001 para 2011 (ano mais recente com informação estatística a nível municipal) de indicadores como *população ativa, taxa de emprego, população empregada por setor económico, e taxa de desemprego*.

Verifica-se que apenas no concelho de Condeixa-a-Nova a população ativa apresentou um aumento, que se deve ao facto de ter sido o único concelho cuja população residente apresentou uma tendência em aumentar.

No que diz respeito à taxa de emprego, esta apresenta uma evolução positiva em todos os concelhos, tendo sido mais significativa no concelho de Condeixa-a-Nova com um aumento de 4,3 pontos percentuais, tendo sido Pombal que apresentou uma evolução menos significativa (aumento de 0,2 pontos percentuais).

A população empregada nos setores primários e secundários diminuiu consideravelmente de 2001 para 2011 e, em contrapartida, a taxa da população empregada no setor terciário aumentou. Este aumento da participação do setor terciário foi mais acentuado no concelho de Penela com um aumento de 16,7 pontos percentuais. Neste concelho a quebra da população empregada no setor primário diminuiu de 6,3% para 2,3%, e a população empregada no setor secundário diminuiu de 41,4% para 28,8%. Em Condeixa-a-Nova

esta diferença foi menos acentuada, tendo-se verificado um aumento de 8,5 pontos percentuais no que diz respeito à população empregada no setor terciário uma vez que a população empregada no setor primário já era bastante reduzida em 2001 (2,2%) e tendo diminuído para 0,9% em 2011.

No que diz respeito à taxa de desemprego, esta aumentou na sua generalidade em todos os concelhos integrantes da região Terras de Sico, verificando-se uma quebra mais acentuada no município de Alvaiázere (quebra de 6,9 pontos percentuais).

6.7. Infraestruturas e equipamentos

Acessibilidades e infraestruturas

Através do subcapítulo *Localização e área* e das Tabela 10, Tabela 11, Tabela 12, Tabela 13, Tabela 14 e Tabela 15 nele inseridas, verifica-se que a região Terras de Sico é bastante acessível através não só de estradas nacionais, mas também através de itinerários complementares (IC3 e IC8) e autoestradas (A1, A3, A13, A14, A17, A23 e A25).

Os concelhos de Terras de Sico não possuem infraestruturas nem aéreas nem portuárias, existindo infraestruturas ferroviárias. Os aeroportos mais próximos são o Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto) e o Aeroporto Humberto Delgado (Lisboa). Os portos marítimos da Figueira da Foz, de Aveiro são os mais próximos, sendo o porto marítimo de Vigo o porto marítimo estrangeiro mais próximo (Tabela 10, Tabela 11, Tabela 12, Tabela 13, Tabela 14 e Tabela 15).

No que diz respeito às infraestruturas ferroviárias, os concelhos de Pombal e Soure dispõem de uma estação ferroviária de plataforma de passageiros da Linha do Norte, linha esta que faz ligação de Lisboa-Santa Apolónia a Porto-Campanhã. Os serviços da CP - Comboios de Portugal (2018) disponibilizados na Estação de Pombal são o Alfa Pendular, o Intercidades, o Regional e Inter-regional, o Sud Expresso Lisboa-Hendaye, e o Lusitânia Comboio Hotel (Lisboa/Madrid). Para além dessa, no concelho de Pombal ainda existe a Estação de Vermoil que apenas faz percursos regionais e inter-regional também na Linha do Norte. No concelho de Soure, a Estação de Soure apenas disponibiliza serviços regionais e inter-regionais. No que diz respeito às condições das estações, as três não apresentam barreiras arquitetónicas. Na estação de Pombal existem ainda casas de banho adaptadas, assim como serviços de táxi e ligações a autocarros.

Equipamentos coletivos

Os equipamentos coletivos apresentam um papel importante no tecido social, sendo também elementos polarizadores do espaço envolvente.

Em termos gerais, os equipamentos mais importantes encontram-se na sede dos municípios, como as Bibliotecas Municipais, os Bombeiros Voluntários, os Postos da GNR e o Tribunal Judicial.

Em termos mais pormenorizados, os equipamentos coletivos são de elevada importância não só pelo carácter social, mas também por satisfazerem algumas das necessidades das comunidades locais.

De seguida, serão considerados os equipamentos escolares e os equipamentos de saúde dos vários concelhos em análise, tendo por base os dados estatísticos disponibilizados pelo INE.

Tabela 28 - Estabelecimentos de ensino não superior, nas Terras de Sicó, por nível de ensino e natureza institucional

Estabelecimentos de ensino não superior nas Terras de Sicó							
Nível de ensino	Natureza institucional	Concelho					
		Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
		Período de referência 2015 / 2016 N.º					
Total	Total	14	24	63	4	16	5
	Público	12	18	50	3	11	4
	Privado	2	6	13	1	5	1
Ensino pré-escolar	Total	8	17	39	2	10	4
	Público	6	12	31	2	7	4
	Privado	2	5	8		3	
Ensino básico - 1.º ciclo	Total	6	11	33	2	7	3
	Público	6	11	32	2	7	3
	Privado			1			
Ensino básico - 2.º ciclo	Total	1	2	7	1	3	1
	Público	1	1	3	1	2	1
	Privado		1	4		1	
	Total	2	2	9	1	4	1

Estabelecimentos de ensino não superior nas Terras de Sicó							
Nível de ensino	Natureza institucional	Concelho					
		Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
		Período de referência					
		2015 / 2016					
		N.º					
Ensino básico - 3.º ciclo	Público	2	1	4	1	2	1
	Privado		1	5		2	
Ensino secundário	Total	1	2	6	2	2	1
	Público	1	1	2	1	1	
	Privado		1	4	1	1	1

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018)

Ao nível dos estabelecimentos de ensino, verifica-se que os seis concelhos das Terras de Sicó não oferecem estabelecimentos de ensino superior. Relativamente aos estabelecimentos de ensino não superior (Tabela 28), aproximadamente 78% do total dos estabelecimentos nas Terras de Sicó são de natureza institucional pública. O concelho de Pombal (63 estabelecimentos), seguido de Soure (24 estabelecimentos), são os concelhos que mais estabelecimentos de ensino não superior possuem, com maior número de estabelecimentos relativos ao ensino pré-escolar (31 e 12 estabelecimentos respetivamente) e 1º ciclo do ensino básico (33 e 11 estabelecimentos respetivamente).

Todos os concelhos apresentam estabelecimentos que lecionam nos vários níveis de ensino, porém, Condeixa-a-Nova apenas apresenta um estabelecimento dedicado ao 2º ciclo do ensino básico e outro de ensino secundário. Alvaiázere também só apresenta um estabelecimento do 2º ciclo do ensino básico, e outro do 3º ciclo do ensino básico. E Penela também só apresentam um estabelecimento do 2º ciclo e outro do 3º ciclo do ensino básico, assim como possui um único estabelecimento de ensino superior (Tabela 28).

Tabela 29 – Equipamentos coletivos nos concelhos das Terras de Sico: Saúde

Ano	Tipo	Equipamentos coletivos - saúde					
		Concelho					
		Alvaiázere	Ansião	Condeixa -a-Nova Nº	Penela	Pombal	Soure
2012	Centro de saúde (total)	1	1	1	1	1	1
	Com internamento	0	0	0	0	0	0
	Sem internamento	1	1	1	1	1	1
2016	Hospital (total)	1	1	1	0	1	0
	Geral	0	1	0	0	1	0
	Especializado	1	0	1	1	0	1
	Farmácias e postos farmacêutico (total)	4	5	5	2	21	8
	Farmácias	3	5	5	2	20	8
	Posto farmacêutico móvel	1	0	0	0	1	1

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018j)

No que diz respeito aos estabelecimentos de saúde (Tabela 29), consideraram-se os centros de saúde, os hospitais e as farmácias e postos farmacêuticos móveis existentes nos concelhos em análise. Todos os concelhos da região Terras de Sico apresentam apenas um centro de saúde sem internamento. Relativamente aos hospitais, Penela e Soure não possuem este tipo de unidade de saúde, sendo que Ansião e Pombal possuem um hospital geral cada, e os restantes municípios possuem um hospital especializado cada. Por fim, apenas Alvaiázere, Pombal e Soure possuem um posto farmacêutico móvel cada, sendo que é Pombal que mais farmácias tem (20 farmácias), em comparação com Alvaiázere (3 farmácias) e Penela (2 farmácias).

6.8. Associativismo e intermunicipalismo

O associativismo, quer cultural e recreativo, quer desportivo ou social, é fundamental na “afirmação de identidades coletivas, na formação artística e desportiva, no

desenvolvimento e capacitação das pessoas enquanto cidadãos ou na prestação de serviços de proximidade” (Poder Local - Revista de Administração Democrática, 2018).

O concelho de Alvaiázere apresenta grande presença de associativismo ao existirem várias associações culturais, recreativas e desportivas, associações de desenvolvimento económico, associações cinegéticas e associações regionalistas.

O concelho de Ansião possui várias associações culturais e desportivas. Ao nível cultural, a etnografia e folclore na região são um aspeto relevante. A grande presença da tradição do folclore, traduz-se nos grupos e ranchos folclóricos existentes no concelho, como o Grupo Folclórico Danças e Cantes de S. Tiago, o Rancho Folclórico Cantes da Primavera, o Rancho Folclórico Danças e Cantares de São Domingos, o Rancho Folclórico de Pousaflores, o Rancho Folclórico Flores da Serra, o Rancho Folclórico Infantil das Serras de Ansião, o Rancho Folclórico Margaridas da Serra, e o Rancho Típico do Alvorge (Aldeias do Xisto, 2018a; Câmara Municipal de Ansião, 2018d).

Condeixa-a-Nova, à semelhança dos anteriores concelhos referidos, apresenta um forte associativismo com associações de diversos carizes que atuam junto da comunidade local, como uma associação de desenvolvimento local, diversas associações sociais, culturais, recreativas, e de proteção ambiental, sendo que a música folclórica também é motivo de união com a existência de grupos folclóricos.

O concelho de Penela é fortemente marcado por associações recreativas sediadas nas diversas freguesias do concelho. Associativismo social também é demarcado, assim como o desportivo, existindo também associações centradas em atividades agrícolas importantes a nível local.

No concelho de Pombal existem imensas associações que permitem a formação, a capacitação e a união das comunidades locais. O associativismo é forte a nível cultural, recreativo, desportivo, e social. Existem diversos ranchos folclóricos nas freguesias que integram o concelho, assim como um grupo de teatro.

Por fim, o concelho de Soure também rico em associativismo no âmbito cultural, desportivo e de ação local. Ao nível cultural, conta com grupos de folclore, de teatro, e filarmónicas (Câmara Municipal de Soure, 2018b).

Relativamente ao intermunicipalismo, os seis concelhos que integram a região Terras de Sico são ricos em associativismo que demonstra o carácter cultural, desportivo e social dos concelhos. De salientar que Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e

Soure, encontram-se integrados pelos Grupo de Ação Local (GAL) Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento (Terras de Sicó, 2017f).

Penela, Pombal e Soure também integram a Rede de Castelos e Muralhas do Mondego devido ao património imóvel cultural que possuem (Castelos e Muralhas do Mondego, 2018). Assim o município de Penela se encontra ligado à ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto uma vez que a aldeia Ferraria de São João, da freguesia de Cumeeira, se encontra integrada no projeto Rede das Aldeias do Xisto (Câmara Municipal de Penela, 2018a).

6.9. Conclusão

A Região Terras de Sicó situa-se na região Centro de Portugal com grande proximidade a locais estratégicos como aeroportos, e é servida por várias autoestradas e itinerários complementares que permitem o fácil e rápido acesso à região, assim como usufrui de algum apoio ao nível das infraestruturas ferroviárias.

A Região é caracterizada pela morfologia calcária e pela existência de grutas que potenciam o geoturismo (turismo de natureza integrado no ecoturismo não sujeito à sazonalidade), que pode ser potenciado para a conservação e valorização do património geológico.

Para além disso, possui três áreas protegidas (Paul de Arzila, Sicó/Alvaiázere, Paul de Madriz) que são ricas em fauna e flora, e potenciam a produção de produtos gastronómicos reconhecidos na região. De salientar que estas áreas se encontram ameaçadas pela poluição (agrícola, industrial e doméstica), pela presença de espécies de flora infestante, pela florestação de espécies de rápido crescimento, pela implantação de vias de comunicação, pela construção urbana e industrial, pelos incêndios, pela pressão turística, e pela perturbação das grutas, sendo, portanto necessária intervenção para a conservação da natureza.

Os concelhos integrantes são ricos em história e cultura, com Património Cultural Classificado, forte ligação à religião e integrada no Caminho de Santiago, e vários vestígios de ocupação romana.

A forte ligação à agricultura, influencia a gastronomia local da qual se ressalta o chicharro (considerado um dos *Produtos Tradicionais Portugueses*), o Azeite do Ribatejo DOP, o Queijo Rabaçal DOP, e outros produtos endógenos. Por consequência da gastronomia rica e identitária da região, são realizados vários eventos gastronómicos.

Ao nível sociodemográfico, de modo geral na região, a evolução da população residente (que é maioritariamente feminina e cada vez mais envelhecida) foi negativa, sendo os municípios de Alvaiázere, Soure e Penela os que se encontram mais fragilizados no âmbito populacional. Tal justifica-se pelo decréscimo geral do saldo natural e do saldo migratório em vários. Porém, de modo geral, a população estrangeira com estatuto legal de residente tem aumentado na região. A taxa de analfabetismo e a proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade, poderão ser obstáculos ao desenvolvimento regional.

Ao nível da estrutura económica, o número de empresas nas regiões Leiria e Coimbra aumentou, sendo que as empresas de atividade económica relacionada com o alojamento, restauração e similares têm algum peso na economia regional, apesar de não ser muito relevante em comparação com outras atividades como a indústria e o comércio, por exemplo. A taxa de emprego tem sido positiva, sendo que a população empregada no setor terciário aumentou consideravelmente, porém a taxa de desemprego aumentou na generalidade.

Por fim, o associativismo é forte na região, existindo várias associações diversas de âmbito cultural, recreativo e desportivo nos vários concelhos em estudo.

Capítulo VII Análise de Mercado das Terras de Sicó

7.1. Introdução

Este capítulo tem como objetivo principal, efetuar uma análise de mercado com base em indicadores turísticos disponibilizados on-line com modo de avaliar a evolução e o potencial turístico da região em estudo.

Numa primeira parte, caracterizar-se-á a oferta turística com base nos moldes de análise de mercado desenvolvida na empresa em que se realizou o estágio curricular, isto é, com base na oferta ao nível de empreendimentos turísticos e alojamento local registados nos concelhos em análise. Em adição a esta análise, serão considerados, também, os agentes de animação turística igualmente registados e sediados nos concelhos da região Terras de Sicó de modo a conhecer as atividades turísticas desenvolvidas pelas empresas de animação turística que atuam na região.

Na segunda parte, caracterizar-se-á a procura turística igualmente com base nos moldes de análise de mercado desenvolvida no estágio curricular. No entanto, verificando-se que os dados estatísticos para vários concelhos da região Terras de Sicó em diversos indicadores turísticos são confidenciais e, portanto, não são possíveis de analisar, optou-se por fazer uma análise mais geral à região centro como modo de combater a falta de dados disponibilizados.

No final do capítulo, será possível concluir sobre a evolução turística na região, conclusão essa que será considerada e necessária aquando a orientação do projeto a desenvolver no capítulo seguinte, assim como será possível compreender quais as atividades de animação turística oferecidas que, desse modo, são possíveis de desenvolver na região.

7.2. Caracterização da oferta turística

A oferta turística não é apenas o conjunto de fatores naturais, mas também engloba equipamentos, bens e serviços que provocam o deslocamento de visitantes, bem como aqueles que satisfazem necessidades de deslocamento e de permanência no local visitado pelos turistas (Cunha, 2006). Para o desenvolvimento positivo de um destino, assim como para o desenvolvimento de um projeto em turismo, é necessário conhecer a oferta existente. Desse modo, para a caracterização da oferta de alojamento nas Terras de Sícó, recorreu-se aos dados disponibilizados no Registo Nacional de Turismo relativamente a empreendimentos turísticos e alojamento local.

Tabela 30 – Oferta de empreendimentos turísticos nas Terras de Sícó

ET	Ansião			Condeixa-a-Nova			Penela			Pombal			Soure		
	Qtd.	U. A	Hósp.	Qtd.	U. A	Hósp.	Qtd.	U. A	Hósp.	Qtd.	U. A	Hósp.	Qtd.	U. A	Hósp.
Estabelecimentos Hoteleiros (EH)															
Hotéis															
4*							1	42	84				1	136	272
3*										2	77	144			
2*										2	53	102			
Total EH							1	42	84	4	130	246	1	136	272
Turismo de Habitação															
				1	10	17									
Pousada															
				1	43	86									
Parque de campismo 3*															
										1	0	165			
Turismo no Espaço Rural															
Agroturismo										1	9	18			
Casas de Campo	3	16	24				5	16	31	2	8	17	1	5	10
Total TER	3	16	24				5	16	31	3	17	35	1	5	10
Total Empreendimentos Turísticos (ET)															
	3	16	24	2	53	103	6	58	115	8	147	446	2	141	282

U.A Unidade de alojamento

Fonte: Elaboração própria com base em Turismo de Portugal (2018b)

Tabela 31 – Oferta em alojamento local nas Terras de Sicó

Concelho	Moradia			Apartamento			Estabelecimento de hospedagem			Hostel			Total AL		
	Qtd	U. A	Hósp.	Qtd	U. A	Hósp.	Qtd	U. A	Hósp.	Qtd	U. A	Hósp.	Qtd	U. A	Hósp.
Alvaiázere	11	32	78	2	6	17	3	23	64				16	61	159
Ansião	23	70	161	2	6	12	3	26	60				28	102	233
Condeixa-a-Nova	8	24	53	1	1	8	5	48	87				14	73	148
Penela	12	30	91				1	9	26	1	6	28	14	45	145
Pombal	13	41	94	3	8	26	10	83	182				26	132	302
Soure	5	13	32				1	9	30				6	22	62

U.A Unidade de alojamento

Fonte: Elaboração própria com base em Turismo de Portugal (2018a)

Nas Tabela 30 e Tabela 31, acima, encontra-se a oferta de alojamento global incluindo todos os concelhos das Terras de Sicó. Nestas tabelas encontra-se informação relativamente aos modos de hospedagem, assim como a quantidade de estabelecimentos existem registados, bem como a quantidade de unidades de alojamento (quartos) e a capacidade de alojamento (número de hóspedes), no total, desses mesmos estabelecimentos.

Verifica-se que Alvaiázere, porém, não apresenta oferta de alojamento turístico em empreendimentos turísticos, desse modo não se encontra discriminado na Tabela 30. Em contrapartida, Pombal é o concelho que mais variedade de oferta de alojamento em empreendimentos turísticos possui ao existirem, na totalidade, 8 empreendimentos com capacidade de alojar 51,5% do total de hóspedes possíveis de alojar em empreendimentos turísticos na região Terras de Sicó. Ansião, por outro lado, apenas tem capacidade para alojar 0,27% do total global da região, sendo que apresenta apenas oferta na tipologia de Casas de Campo (Turismo no Espaço Rural).

Relativamente ao Turismo no Espaço Rural, é no concelho de Penela que se encontra mais variedade de alojamento nesta tipologia, com a existência de cinco Casas de Campo registadas. Da totalidade da oferta em Turismo no Espaço Rural, esta apresenta capacidade para alojar 11,55% do total global dos hóspedes em empreendimentos turísticos.

No que diz respeito à oferta em alojamento local (Tabela 31), Ansião detém 26,9% do total da oferta (28 empreendimentos), porém Pombal apresenta um maior número de

quartos disponibilizados (132 quartos), conseguindo, desse modo, alojar 28,79% do total de hóspedes em alojamento local. Em contrapartida, é o município de Soure que menos oferta em alojamento local apresenta, com apenas cinco moradias e um estabelecimento de hospedagem. Ainda da análise da oferta em alojamento local, verifica-se que apenas existe um Hostel (concelho de Penela), e que a maioria da oferta se limita a Moradias.

Para além da análise da oferta de alojamento, também será abordada uma breve análise à oferta de agentes de animação turística, também mediante a consulta ao Registo Nacional de Turismo do Turismo de Portugal (2018a). Desse modo, na Tabela 32, encontra discriminada a oferta de agentes de animação turística por concelho, assim como o tipo de atividades oferecidas.

Tabela 32 – Agentes de animação turística nas Terras de Sico

Agentes de animação turística	Concelho					
	Alvaiázere	Ansião	Condeixa-a-Nova	Penela	Pombal	Soure
Nº de empresas						
Animação turística	1	1	1	3	3	
Operador marítimo turístico						1
Tipo de atividade						
Atividades Ar Livre/ Natureza e Aventura	x	x		x	x	
Atividades Marítimo-Turísticas	x					x
Atividades Cultural/ Tour. Paisagem e Cultural	x	x	x	x	x	
Atividades reconhecidas turismo de natureza	x			x		

Fonte: Elaboração própria com base em Turismo de Portugal (2018a)

Soure é o único dos seis concelhos com um operador marítimo turístico. Este operador presta serviço de aluguer e de utilização de motas de água, bem como de pequenas

embarcações dispensadas de registo, como surf, bodyboard, windsurf, kitesurf, skimming, standup paddle boarding e similares.

A empresa de animação turística registada no concelho de Alvaiázere é a única da região de Terras de Sico que oferece as quatro tipologias de atividades de animação turística:

- atividades ao ar livre de natureza e aventura: arborismo e outros percursos de obstáculos, atividades de orientação, atividades de sobrevivência, atividades de *teambuilding*, escalada, outras atividades de turismo de ar livre (paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares), passeios e atividades equestres, e passeios em todo o terreno;
- atividades marítimo-turísticas: aluguer e utilização de motas de água e outras pequenas embarcações dispensadas de registo, serviços de reboque de equipamentos de carácter recreativo, tais como bananas, paraquedas, esqui aquático, e passeios marítimo-turísticos;
- atividades culturais: atividades e experiências de descoberta do Património Etnográfico (participação em atividades agrícolas, pastoris, artesanais, enogastrónomicas e similares – por exemplo: vindima, pisar uva, apanha da azeitona, descortçar do sobreiro, plantação de árvores, ateliers de olaria, pintura, cestaria, confeção de pratos tradicionais, feitura de um vinho), jogos populares e tradicionais;
- atividades reconhecidas como turismo de natureza: aluguer e utilização de motas de água e outras pequenas embarcações dispensadas de registo, arborismo e outros percursos de obstáculos, atividades de orientação, atividades de sobrevivência, atividades de *teambuilding*, escalada, outras atividades de turismo de ar livre (paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares), passeios e atividades equestres, e passeios em todo o terreno (Turismo de Portugal, 2018a).

As empresas de animação turística de Penela, para além de oferecerem atividades ao ar livre de natureza e aventura, e atividades reconhecidas como turismo de aventura semelhantes às da empresa de Alvaiázere, também oferece atividades culturais que se desenvolvem em ambiente urbano de percursos pedestres e visitas a museus, palácios e monumentos.

As atividades oferecidas pelas empresas sediadas em Pombal passam por:

- Atividades ao ar livre de natureza e aventura: atividades de orientação (percursos, geocaching, caças aos tesouros e similares), atividades de *Teambuilding*, caminhadas e outras atividades ao ar livre
- Atividades culturais: Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património (por exemplo, Rota do Megalitismo, do Romano, do Românico, do Fresco, Gastronómicas, de Vinhos, de Queijos, de Sabores, de Arqueologia Industrial), atividades e experiências de descoberta do Património Etnográfico, e atividades que se desenvolvam exclusivamente em ambiente urbano de percursos pedestres e visitas a museus, palácios e monumentos (Turismo de Portugal, 2018a).

A empresa de Ansião oferece atividades e experiências de descoberta do património etnográfico, assim como atividades ao ar livre de natureza e aventura, destacando-se a observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves, observação de cetáceos e similares), balonismo, asa delta e parapente, mergulho, espeleologia, e o montanhismo.

O agente de animação turística sediado no concelho de Condeixa-a-Nova apenas oferece atividades culturais como percursos pedestres e visitas a museus, palácios e monumentos.

7.3. Caracterização da procura turística

No que se refere aos dados disponibilizados pelo INE (2018b) relativamente aos indicadores de turismo que serão analisados de seguida, os dados em análise referem-se ao ano de 2016, sendo esse o ano mais recente com dados disponibilizados.

Tabela 33 – Análise de indicadores de procura turística, 2016

Regiões/Municípios	Taxa Líquida de Ocupação-cama	Taxa Líquida de Ocupação-quarto	Estada Média	% de Hóspedes Estrangeiros
Região Centro (NUTS II)	30,90%	36,94%	1,7	38,10%
Região Coimbra	34,40%	41,13%	1,7	43,70%
Condeixa-a-Nova	17,10%	20,44%	1,5	58,90%
Penela	43,70%	52,24%	1,9	20,60%

Regiões/Municípios	Taxa Líquida de Ocupação-cama	Taxa Líquida de Ocupação-quarto	Estada Média	% de Hóspedes Estrangeiros
Soure	...	-
Região Leiria	31,80%	38,02%	1,9	31,50%
Alvaiázere	...	-
Ansião	21,10%	25,23%	1,4	16,50%
Pombal	31,70%	37,90%	1,5	20,60%

... dado confidencial; - dado nulo ou não aplicável

Fonte: Elaboração própria com base no INE (2018b)

Na região Centro (NUTS II), em 2016, a taxa líquida de ocupação cama e quarto foi de 30,9% e 36,94% respetivamente. Essa taxa média da região registou-se inferior às taxas obtidas no global tanto na região de Coimbra (34,4% e 41,13% respetivamente) como na região de Leiria (31,8% e 38,02% respetivamente). Sendo que quando se analisa a região de Coimbra que engloba os município de Condeixa-a-Nova e Penela com dados disponibilizados, Penela apresenta taxa bastante superior à média do região Centro e da região de Coimbra, com uma taxa líquida de ocupação-cama a rondar os 44% aproximadamente, e com uma taxa líquida de ocupação-quarto a rondar os 52% (Tabela 33).

No que diz respeito à estada média obtida na região Centro, esta foi de 1,7 noites, média também obtida na região de Coimbra. Porém, Penela apresenta uma estada média superior de 1,9 noites, média essa também registada na região de Leiria, sendo que os municípios dessa região em análise e com dados disponibilizados apresentaram uma estada média mais reduzida.

Relativamente à proporção de hóspedes, 38,1% dos hóspedes alojados na região Centro em 2016 são estrangeiros. Essa proporção é inferior na região de Leiria (31,5%), em contrapartida, na região de Coimbra, a proporção (43,7%) é superior à registada na NUT II em análise. O município com dados disponibilizados cuja proporção é mais significativa é Condeixa-a-Nova, com 58,9% dos hóspedes a serem estrangeiros (Tabela 33). Analisando a Tabela 34, é possível verificar quais os países de origem da maioria dos hóspedes estrangeiros da região Centro. Assim, conclui-se que Espanha, França e Brasil são os TOP 3 países emissores de turistas para a região centro, seguidos de Itália e

Alemanha que completam o TOP 5, e Estados Unidos da América e Reino Unido que se encontram nos últimos lugares do TOP 7.

Tabela 34 – Proporção de hóspedes por país na região Centro, 2016

Hóspedes por país na Região Centro 2016 (%)	
Portugal	61,90%
Estrangeiros	38,10%
Espanha	25,40%
França	14,90%
Brasil	8,40%
Itália	6,70%
Alemanha	5,60%
EUA	3,90%
Reino Unido	3,10%
Outros	32,00%

Fonte: Elaboração própria com base no Turismo de Portugal (2016)

Analisando os Gráfico 12, Gráfico 13 e Gráfico 14, é possível avaliar a evolução do número de quartos, do número de hóspedes, da estada média, e da taxa de ocupação-quarto no período de 2010 a 2016 na região Centro.

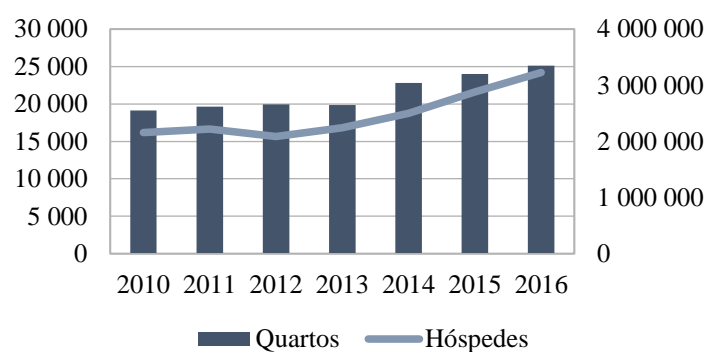


Gráfico 12 – Evolução do número de quartos e hóspedes na região Centro, 2010-2016

Fonte: Elaboração própria com base no INE (2018b)

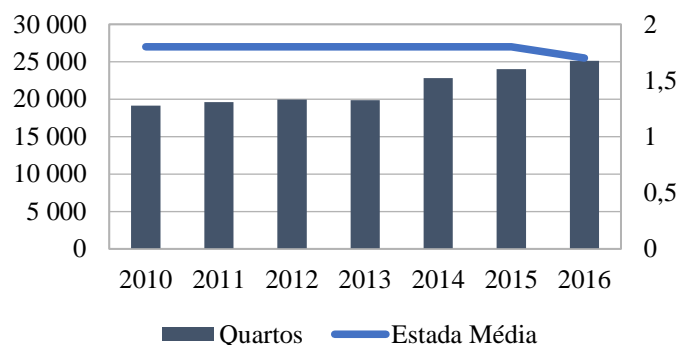


Gráfico 13 - Evolução do número de quartos e estada média na região Centro, 2010-2016

Fonte: Elaboração própria com base no INE (2018b)

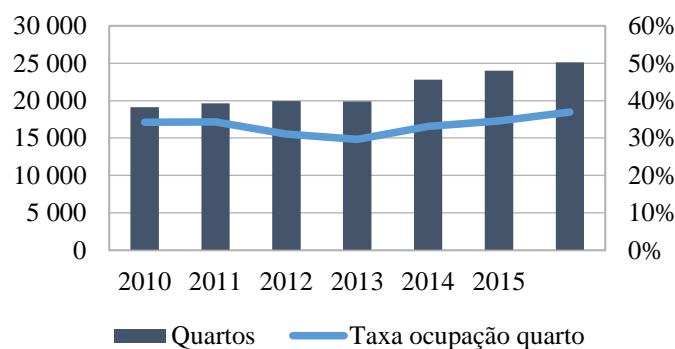


Gráfico 14 - Evolução do número de quartos e taxa de ocupação-quarto na região Centro, 2010-2016

Fonte: Elaboração própria com base no INE (2018b)

Verifica-se que o número de quartos disponibilizados em estabelecimentos hoteleiros na região Centro (NUTS II) tem vindo a aumentar gradualmente, tendo sofrido apenas uma ligeira quebra em 2013 (19 877 quartos) face a 2012 (19 948 quartos), sendo que de 2010 a 2016 se verificou um aumento do número de quartos disponíveis em 31,34% aproximadamente (Gráfico 12).

O número de hóspedes alojados em estabelecimentos hoteleiros apresentou uma quebra em 2012 (2 086 996 hóspedes) face a 2011 (2 217 210 hóspedes), porém, de forma geral, tem-se verificado um crescimento positivo. Em 2010 registaram-se 2154941 hóspedes, sendo que esse valor cresceu em 49,76%, registando-se 3 227 138 hóspedes em 2016

(Gráfico 12). No que diz respeito à estada média registada na região Centro, esta em 2016 foi de 1,7 noites, porém nos anos transatos em análise, a estada média encontrava-se em 1,8 noites (Gráfico 13).

Por fim, relativamente à taxa de ocupação-quarto (Gráfico 14), em 2011 registou-se uma taxa de 34,31%, ano em que a taxa aumentou 0,12 pontos percentuais face a 2010. Porém, no período de 2012 a 2014, as taxas registadas foram inferiores ao ano de 2010. Só em 2015 (34,55%) é que a taxa de ocupação-quarto superou o valor registado em 2011, sendo que em 2016 a taxa de ocupação apresentou o maior crescimento relativamente ao período em análise, tendo sido alcançada uma taxa de 36,94%.

Tabela 35 – Evolução de indicadores turísticos da região Centro, 2010-2016

Região Centro	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Proveitos Totais (€)	187 689	187 233	167 298	161 280	189 026	222 524	256 514
Proveitos Alojamento (€)	115 164	117 821	109 229	107 781	129 978	150 887	176 178
Nº de Quartos	19 130	19 626	19 948	19 877	22 805	24 014	25 126
Potencial de quartos ocupados	6 657	6 810	7 002	6 954	7 830	7 360	8 552
Taxa de ocupação: cama	28,60%	28,70%	26,00%	24,80%	27,70%	28,90%	30,90%
Taxa de ocupação: quarto	34,19%	34,31%	31,08%	29,65%	33,12%	34,55%	36,94%
Quartos ocupados (noites/ano)	2 276	2 337	2 176	2 062	2 593	2 543	3 159
RevPar (INE)	17,3 €	17,3 €	15,6 €	15,5 €	16,6 €	20,5 €	20,6 €
RevPar (calculado)	17,3 €	17,3 €	15,6 €	15,5 €	16,6 €	20,5 €	20,6 €
TrevPar	28,2 €	27,5 €	23,9 €	23,2 €	24,1 €	30,2 €	30,0 €
ADR	50,6 €	50,4 €	50,2 €	52,3 €	50,1 €	59,3 €	55,8 €

Fonte: Elaboração própria com base no INE (2018b) e no Turismo de Portugal (2016)

Através da Tabela 35 verificam-se algumas oscilações na evolução dos vários indicadores em análise ao longo do período de 2010 a 2016. De acordo com dados divulgados pelo Turismo de Portugal e pelo INE, verifica-se que os proveitos totais e de aposento, após a quebra verificada em 2012 e 2013, aumentaram, aproximadamente, 37% e 53% respetivamente, em 2016 face a 2010. O RevPar cresceu 19% em 2016 face a 2010, o que significa que se praticam valores mais elevados por quarto/noite na região.

Sazonalidade ao nível municipal, 2016

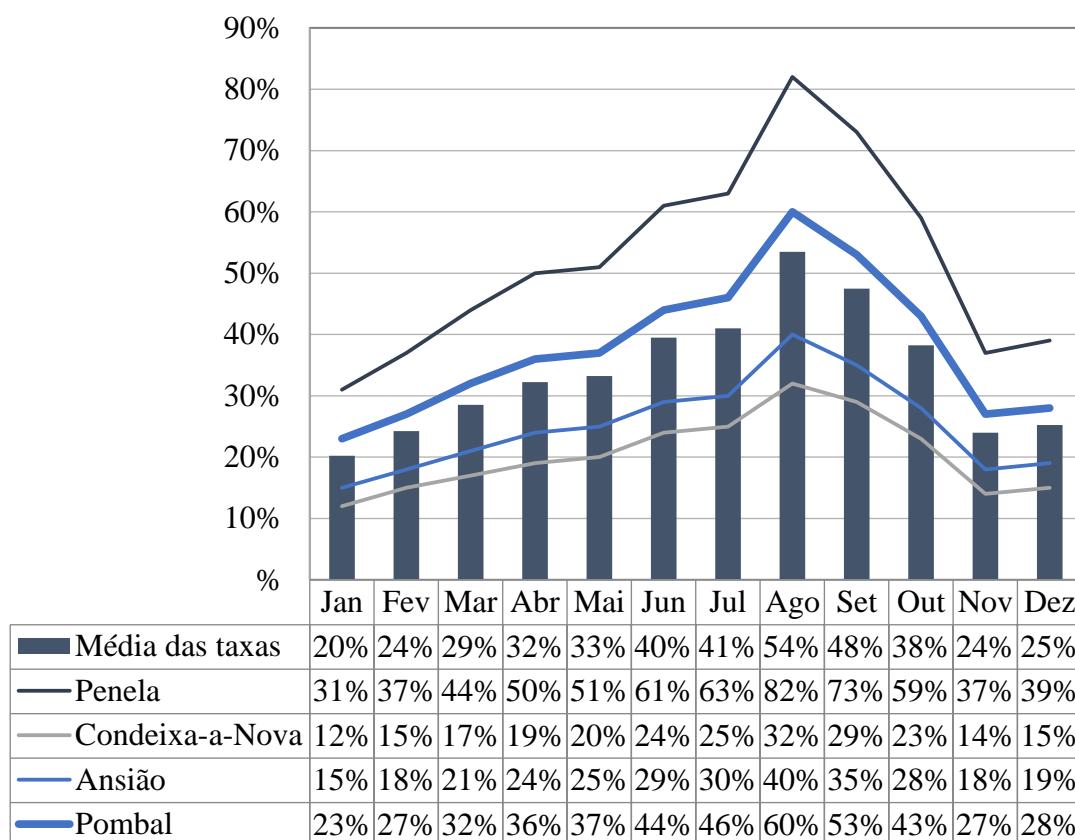


Gráfico 15 – Sazonalidade ao nível municipal no ano de 2016

Fonte: Elaboração própria com base no INE (2018b) e no Turismo de Portugal (2016)

Para a análise da sazonalidade nos alojamentos hoteleiros dos municípios das Terras de Sícó, não foi possível considerar os municípios de Alvaiázere e de Soure por indisponibilidade de dados estatísticos. Desse modo, a média das taxas representada no Gráfico 15 refere-se à média das taxas dos municípios considerados para a análise: Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela e Pombal. Através desse mesmo gráfico, é possível verificar facilmente que a sazonalidade é bastante acentuada, verificando-se uma procura média mais acentuada nos meses de agosto (54%) e setembro (48%), sendo que a procura é menor nos meses de janeiro (20%), fevereiro e novembro (24%). Os concelhos de Pombal e Penela são os que apresentam uma sazonalidade mais acentuada, sendo que são dos concelhos mais procurados nos meses de verão.

7.4. Conclusão

Nas Terras de Sicó, a oferta turística ao nível de empreendimentos e alojamento local é diversificada, porém não se apresenta em grandes números, e encontra-se desequilibrada pelos vários concelhos. No entanto, é capaz de dar resposta positiva à procura verificada na região.

Contudo, deve-se apresentar esforços com o intuito de aumentar a procura turística nos vários concelhos em análise de modo a diminuir a sazonalidade fortemente marcada com uma fraca procura nos meses de inverno em comparação com os meses de verão, assim como de modo a aumentar os indicadores turísticos de forma que se aproximam o mais possível das médias da região Centro, ou mesmo de modo a ultrapassar estes valores como é exemplo o concelho de Penela que apresenta taxas de ocupação superiores às médias registadas na região Centro, assim como uma estada média mais elevada, e uma maior proporção de hóspedes estrangeiros. O que será possível devido à evolução positiva da região Centro no que se refere à procura, o que demonstra que esta região se encontra a ser promovida e a cativar o interesse dos visitantes, não só nacionais, mas também internacionais.

Ao nível da oferta de atividades por parte de agentes de animação turísticos sediados nos concelhos de Terras de Sicó e registados no Registo Nacional de Turismo, verifica-se que as atividades vão de encontro à natureza e ao património cultural, bem como o envolvimento dos turistas em atividades de carácter tradicional regional desenvolvidas pela comunidade local. Assim, verifica-se uma forte ligação da oferta com o espaço rural e atividades desenvolvidas no mesmo (Turismo no Espaço Rural), bem como se verifica uma forte ligação aos valores das comunidades locais, permitindo a valorização e preservação dos mesmos.

Com este capítulo, é possível orientar ainda melhor o projeto de acordo com as atividades que são possíveis desenvolver e que são procuradas pelos visitantes, uma vez que são oferecidas por empresas de animação turística em ativo nos vários concelhos integrantes das Terras de Sicó, assim como é possível conhecer a oferta de alojamento na modalidade de Turismo no Espaço Rural, assim como em alojamento local, de modo a integrar ainda mais o espaço rural e o contacto com as comunidades locais no projeto, e promover estas formas de alojamento como forma de desenvolvimento local.

Capítulo VIII Plano de desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em espaços rurais: aplicação em Terras de Sicó

8.1. Introdução

O presente projeto propõe a criação de uma organização na vertente do Turismo de Base Comunitária que procure alcançar o desenvolvimento sustentável da região Terras de Sicó ao aplicar ações em espaços rurais da região.

Numa primeira fase, neste capítulo, serão analisadas as entrevistas realizadas com o intuito de obter dados primários para sustentar o plano de desenvolvimento e melhor orientá-lo de acordo com as necessidades e com a situação atual da região.

Na fase seguinte, o desenvolvimento do projeto seguirá os moldes propostos por Asker et al. (2010) apresentados em 2.4, página 46, na medida em que se baseará nos pontos-chave a considerar para o desenvolvimento de um projeto deste conceito. Contudo, a estrutura de apresentação que se segue não se encontra orientada pela estrutura definida pelos autores.

8.2. Análise das entrevistas

A análise das entrevistas realizadas divide-se em três assuntos que são essenciais que sejam analisados para levar a cabo o planeamento e desenvolvimento do projeto. Esses assuntos são o planeamento e desenvolvimento turístico, a relação entre a comunidade local e o turismo, e o projeto de Turismo Comunitário nas Terras de Sicó.

8.2.1. Planeamento e desenvolvimento turístico

Através da análise e cruzamento do conteúdo das entrevistas, o turismo ainda não é considerado um dos setores económicos principais de modo global, na região, apesar de ser considerado importante.

(...) é realmente um setor de atividade que muito contribui para o desenvolvimento e que contribuirá para aumentar os negócios locais e para desenvolver a economia da região (Entrevista CM Alvaiázere).

A atividade turística (...) encontra-se numa fase de consolidação e qualificação do produto e serviços. Apesar de estar em franco crescimento, não é, ainda, uma das principais atividades económicas (Entrevista CM Penela).

É necessário potenciar o mesmo através de um desenvolvimento integrado de modo a aumentar os negócios locais e desenvolver a economia da região, e promover a proteção do património.

Os Municípios devem perspetivar o desenvolvimento do Turismo de forma cada vez mais integrada, não só no que diz respeito aos produtos e serviços, como também no que se refere ao território (Entrevista CM Ansião).

[O turismo] tem, por isso, potencial para promover o desenvolvimento económico, a criação de emprego, promovendo o equilíbrio social, a proteção ambiental e a promoção da defesa do património cultural (Entrevista CM Soure).

Pois, o “território Terras de Sicó é extremamente rico quer ao nível do património natural quer ao nível do património cultural (etnografia, identidade territorial, costumes, tradições) ou até ao nível do património edificado. Contudo este tem sido um setor que

ainda não se desenvolveu, dada a necessidade sentida ao longo dos anos, de investir em outras áreas mais prementes para a nossa população” (Entrevista a CM Alvaiázere).

De modo a potenciar o turismo, é necessário abater algumas necessidades ao nível das acessibilidades e infraestruturas, pois o território em estudo apresenta algumas necessidades ao nível das unidades de alojamento, de restauração e ao nível de empresas de animação turística, assim como também são necessárias infraestruturas de apoio às atividades de animação turística, sendo estes investimentos justificados pelo aumento da procura turística.

Ao nível das infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito ao alojamento, Ansião tem dado alguns passos no sentido de aumentar a oferta neste sector, reconhecendo, no entanto, que haverá ainda espaço para crescer nesta área até porque o aumento da procura deste destino turístico o justifica (Entrevista a CM Ansião).

Seria necessário fomentar a melhoria das necessidades básicas de equipamentos e infraestruturas, que pudessem ser utilizadas pela comunidade local e pelas pessoas que visitam o concelho (Entrevista a CM Soure).

Existem vários programas, projetos e ações municipais a decorrer ou a serem desenvolvidos:

- Alvaiázere: Casa do Pai Natal, Museu de Duas Rodas, Parque Ecológico Sensorial, construção de infraestruturas de apoio aos desportos de aventura, requalificação do espaço público, aumento da rede de alojamento.
- Ansião: Estratégia de desenvolvimento sob o mote “Ansião Coração de Sicó”, musealização do Complexo Monumental de Santiago da Guarda, e valorização do rio Nabão e da Serra de Portela.
- Penela: Programas de valorização dos recursos locais na vertente do turismo cultural, turismo de natureza, gastronomia e vinhos. Exemplos de programas: Estratégia de Eficiência Coletiva do iNnature, Rede de Aldeias de Calcário, Rede Aldeias do Xisto.

No território de Terras de Sicó deverá existir uma maior coordenação entre o setor público e o setor privado, pois em alguns municípios essa coordenação é fraca e poderá ser fortalecida através de programas municipais e intermunicipais turísticos.

No município de Alvaiázere, infelizmente, ainda não existe um setor privado forte que desenvolva atividades turísticas, existem sim alguns alojamentos locais que promovem algumas iniciativas (Entrevista a CM Alvaiázere).

Deveria ser reforçada a coordenação entre o setor público e privado, particularmente nas atividades e serviços complementares ao turismo (Entrevista CM Penela).

Por outro lado, no município de Ansião, a colaboração entre o setor privado e produtores locais é forte.

O Município de Ansião tem desenvolvido um conjunto de ações e atividades com o objetivo de promover os produtos endógenos, em estreita colaboração com o setor privado e produtores locais (Entrevista a CM Ansião).

O Turismo do Centro de Portugal promoveu a criação de “Roteiros Walking & Cycling” que visa a valorização dos recursos endógenos, a realização de experiências gastronómicas e artísticas, a visitação do património religioso, natural, cultural e prática de atividades desportivas (Entrevista a CM Ansião).

  aconselhado que o comércio e as indústrias tenham uma relação estreita com o turismo. O turismo e a agricultura devem fortalecer a ligação uma vez que a gastronomia e os vinhos são aspetos importantes no território.

(...) existem outros setores que se estão a destacar, nomeadamente a agricultura. (...) Para já não têm qualquer ligação ou complementaridade com o setor turístico, mas podem vir a ter, isto porque podem ser promovidas um conjunto de atividades onde se envolvam as empresas locais e que potenciem essas dinâmicas empresariais e que criem até novos negócios e parcerias (Entrevista a CM Alvaiázere).

O aproveitamento e a valorização dos recursos locais e dos produtos da terra, bem como a oferta de serviços nas áreas da educação, saúde, desporto e cultura devem complementar a atividade turística (Entrevista a CM Soure).

Para o planeamento turístico ser positivo e promover o desenvolvimento sustentável da região,   necessário verificar-se uma aposta no planeamento integrado.

(...) uma maior aposta no planeamento integrado para o desenvolvimento do turismo, na medida em que é imperativo entender o turismo de uma forma

mais ampla e abrangente, pelo que o caminho a traçar deve envolver necessariamente todos os agentes locais, não só ao nível da restauração e alojamento, mas também dos promotores culturais e desportivos, numa dimensão abrangente e integradora da totalidade do território da região de Sicó (Entrevista a CM Ansião).

Em Alvaiázere, no processo de planeamento turístico são considerados os fluxos turísticos promovidos pelos Caminhos de Santiago e de Fátima, e a promoção de produtos endógenos de época específica, assim como são considerados os fluxos promovidos pelos emigrantes.

O Município de Penela desenvolveu um Programa Municipal de Turismo que fez o mapeamento dos recursos turísticos e dos serviços numa lógica de criar e qualificar produtos e serviços (Entrevista CM Penela).

A principal dificuldade sentida é a necessidade de apoio financeiro para desenvolver turisticamente o território, pois é necessário “recorrer também a apoios financeiros comunitários que por vezes emperram naquilo que são o cumprimento de prazos e burocracia” (Entrevista CM Ansião). Outras dificuldades mencionadas são a falta de infraestruturas de apoio (alojamento, restauração e empresas de animação turística), a falta de recursos humanos qualificados, a burocracia, e a falta de estratégia regional que apoie os fortes produtos locais (Entrevista CM Soure, Entrevista CM Alvaiázere, Entrevista CM Penela).

8.2.1. Relação entre a comunidade local e o turismo

Ao inquirir os entrevistados sobre a participação da comunidade local no turismo, verificou-se a necessidade em envolver a comunidade no turismo. A comunidade, apesar de, em modo geral, começar a considerar o turismo como um setor económico de relevância, ainda não está muito envolvida e a participação não está consolidada.

(...) ainda não existe muita envolvimento, mas a comunidade está cada vez mais desperta para o turismo e começa a organizar-se por forma a tirar partido de alguns fluxos (Entrevista CM Alvaiázere).

É importante envolver a população local no planeamento estratégico da região com vista a adoção de práticas de sustentabilidade que valorizem a região e que permitam a competitividade da oferta turística, sem que esta cause

impacto negativo para os locais e sem comprometer as gerações futuras (Entrevista CM Soure).

(...) é, no entanto, um processo que tenderá a ser consolidado à medida que a mesma [comunidade] reconheça a importância económica e social do Turismo (Entrevista CM Penela).

O envolvimento aumentará com o reconhecimento, por parte da comunidade, da importância do turismo a nível económico e social, com o convite à comunidade a participar e a colaborar em diversas iniciativas, e com a qualificação da participação comunitária. Para que o envolvimento comunitário seja positivo é “fundamental estruturar e qualificar a participação da comunidade” (Entrevista CM Penela).

Por consequente, o envolvimento comunitário no turismo trará impactos positivos na comunidade da região de Terras de Sícó, uma vez que “o envolvimento da população local poderia gerar emprego local, quer diretamente no sector turístico, quer indiretamente nos diversos serviços sectoriais de apoio à atividade económica.

Poderia, ainda, estimular a criação de pequenas indústrias locais, tais como, pequenos hotéis e outras formas de alojamento de pequena e média dimensão; restaurantes típicos, de gastronomia local; redes de transportes e comunicações, artesanato, pequenas empresas que promovessem os produtos locais” (Entrevista CM Soure).

Assim como “a dinâmica imprimida na promoção dos produtos endógenos, também contribui para a sua valorização e consequentemente aposta no aumento de produção, com óbvios reflexos nas populações envolvidas” (Entrevista CM Ansião).

8.2.2. O projeto de Turismo Comunitário nas Terras de Sícó

De modo a melhor desenvolver o projeto a propor, as entrevistas abordaram alguns aspetos fulcrais, como a disponibilidade e capacitação da comunidade para a participação no desenvolvimento do projeto e na prestação de serviços turísticos, a viabilidade do projeto, o apoio do setor público, e a forma de garantir um impacto positivo junto da comunidade.

O envolvimento comunitário foi considerado como sendo “essencial porque é altamente diferenciador e gerador de riqueza” (Entrevista CM Penela). O envolvimento comunitário

será alcançado tendo em considerações abordagens positivas como as sugeridas pelos entrevistados:

A comunidade estaria disposta a participar se acreditasse no projeto e se lhe reconhecesse mérito (Entrevista CM Alvaiázere).

Apresentando-se os objetivos de forma clara e a importância da realização dos mesmo para o desenvolvimento do concelho, poderia haver abertura nesse sentido, se não em todos os sectores da sociedade, pelo menos nos mais sensíveis a estas questões (Entrevista CM Ansião).

O desenvolvimento de um projeto turístico planeado e desenvolvido com os parceiros de uma comunidade, cujo fim teria de ser absorvido por todos, teria interesse e seria naturalmente acolhido e promovido por toda a comunidade (Entrevista CM Soure).

A viabilidade do projeto será alcançada ao:

(existir) o envolvimento de patrocínios que gerassem receita que permitisse a gratuitidade da participação (Entrevista CM Alvaiázere).

envolver a comunidade e represente alguma forma de sustentabilidade. Será entendimento geral pensar-se o desenvolvimento do turismo de uma forma cada vez mais integrada e sustentável, aproveitando os recursos sem comprometer o futuro dos territórios e dos seus recursos naturais (Entrevista CM Ansião).

A viabilidade financeira do projeto seria alcançada com o envolvimento de patrocínios que garantissem a gratuitidade da participação, pois os programas que envolvem custos de bilheteira, ou de participação, apresentam fraca adesão. Outra forma de viabilidade é adquirir apoio do setor público, apoios esses através da administração central ou de financiamentos comunitários, que apoiem a dinamização e preservação da identidade territorial. O projeto terá competências para ser apoiado pelo setor público porque:

projetos a implementar nas áreas do turismo poderão sempre ter presente que existem apoios que poderão vir através da administração central ou de financiamentos comunitários (Entrevista CM Ansião).

O desenvolvimento de um projeto turístico planeado e desenvolvido com os parceiros de uma comunidade, cujo fim teria de ser absorvido por todos, teria

interesse e seria naturalmente acolhido e promovido por toda a comunidade e, por isso, apoiado pelo setor público (Entrevista CM Soure).

A participação comunitária no projeto é considerada como sendo a base para gerar um maior impacto positivo no território de Terras de Sicó. O projeto terá um impacto positivo no desenvolvimento regional se tiver/existir:

(...) como objetivos estimular, promover e melhorar a economia local e a qualidade de vida dos seus habitantes e, ao mesmo tempo, conseguir assegurar a conservação dos recursos naturais locais, visando a potencialização dos recursos endógenos, englobando a participação e consciencialização da comunidade (Entrevista CM Soure).

(...) apresentação assertiva junto da comunidade, apresentando-o numa perspetiva integradora, onde todos serão envolvidos e ouvidos e importantes na resolução dos problemas, como fazendo parte integrante do mesmo (Entrevista CM Ansião).

(...) envolvimento da comunidade, se existir uma participação ativa e se a comunidade sentir o programa como seu (...) (Entrevista CM Alvaiázere).

8.3. Proposta de plano de desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em espaços rurais: aplicação em Terras de Sicó

Como forma de desenvolvimento sustentável dos espaços rurais em Terras de Sicó através do turismo de base comunitária, apresenta-se uma proposta de plano com base na criação de uma organização que visa o desenvolvimento sustentável da região de acordo com os ODS.

8.3.1. Descrição da organização

Comunturismo de Sicó será a denominação da Organização de Turismo Comunitário que irá ter como premissas o envolvimento comunitário, a geração de lucros para investir na capacitação local e no desenvolvimento dos municípios. As ações terão como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de modo a garantir a sustentabilidade da região Terras de Sicó, e de modo a contribuir para as metas estabelecidas pela ONU.

O objetivo principal desta Organização é oferecer benefícios à comunidade local ao mesmo tempo que preserva e valoriza aspetos culturais e naturais de elevada estima na região, oferecendo experiências únicas aos visitantes.

8.3.2. Definição da estratégia organizacional

Missão

Mais do que uma visita pelo desconhecido do Centro de Portugal, oferecemos uma experiência no seio de uma comunidade enraizada nas tradições e costumes locais, cujas receitas são direcionadas para desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Visão

Queremos ser uma Organização de Turismo Comunitário, de referência a nível nacional, que seja responsável pelo desenvolvimento sustentável local, visando a melhoria da qualidade de vida na região. Queremos criar metas a curto e longo prazo, tendo em conta o desenvolvimento da comunidade local e a satisfação do cliente, e apostar na divulgação nacional e internacional da organização.

Valores

Apresentamos um conjunto de valores que refletem a imagem da Organização que é constituída por valores próprios, ética e responsabilidade para com a comunidade local, para com os clientes, e para com a região em que atuamos:

- **Responsabilidade e Sustentabilidade:** cuidado pelo meio ambiente e pelo espaço cultural, e abordagem sustentável, nas mais vertentes áreas, no desenvolvimento e oferta dos produtos turísticos.
- **Excelência com Autenticidade:** conhecer os nossos clientes de modo a oferecer uma experiência de qualidade que vá de encontro aos desejos e ao conforto dos clientes, sem comprometer a autenticidade da experiência.
- **Diversidade:** oferta diversificada de bens e serviços de modo a alcançar vários segmentos de mercado, e de modo a demonstrar a diversidade cultural da região

- **Comunidade:** apoio à comunidade com redistribuição de receitas para ações e infraestruturas que melhorem a qualidade de vida da comunidade residente.
- **Cooperação, Comunicação e Transparência:** fortalecer as relações entre a comunidade e os diversos *stakeholders* e criar parcerias entre os mesmos nas quais vigore uma relação próxima e de confiança direcionada aos valores organizacionais através de canais de comunicação que dispõe de informação clara e verdadeira

Melhores práticas

De modo a garantir que os produtos turísticos oferecidos respeitem não só a comunidade, mas também os espaços ambiental e cultural da região, e que visem a sustentabilidade, desenvolveu-se uma série de melhores práticas que devem ser consideradas pelos produtores e consumidores:

- **Envolvimento da comunidade:** a comunidade encontrar-se-á envolvida nas mais diversas áreas da Organização que é construída pela e para a comunidade.
- **As receitas permanecem na comunidade:** as receitas de atividades turísticas revertem na totalidade para a comunidade, sob forma de investimento para ações e infraestruturas locais que visem a melhoria da qualidade de vida, ou sob a forma de remunerações; as receitas da venda de bens locais (agrícolas, artesanato, outros) revertem na totalidade para os produtores locais que fornecem os mais diversos bens.
- **Prestadores de serviços locais:** a comunidade local será capacitada para oferecer as mais diversas atividades turísticas aos clientes. Assim sendo, os guias e os formadores de *workshops* serão locais, assim como o alojamento e alimentação também serão serviços prestados por elementos da comunidade.
- **Sustentabilidade económica e agrícola:** os produtos agrícolas alimentícios utilizados na confeção das refeições terão origem local, assim como será promovida a utilização de produtos de fornecedores locais em unidade hoteleiras e outros estabelecimentos de alojamento da região.
- **Foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** a Organização, os projetos da Organização, e todos os aspetos e interações consequentes do projeto

presente, deverão ter como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a vontade de cumprir tais metas e objetivos definidos.

Objetivos estratégicos

Foram definidos alguns objetivos estratégicos que visam alcançar a Visão estabelecida para a Organização de Turismo Comunitário. Desse modo, os objetivos estratégicos passam por:

- apoiar o desenvolvimento económico local através da diversificação do emprego;
- respeitar e encorajar a participação igualitária da comunidade local;
- minimizar os impactos negativos no ambiente;
- conservar e promover o património cultural;
- promover o bem-estar da comunidade;
- educar os visitantes relativamente à cultura e à natureza;
- demonstrar boas práticas de gestão;
- garantir a qualidade e a segurança da experiência turística para todos os indivíduos envolvidos.

Objetivos táticos

Para alcançar os vários objetivos estratégicos propostos, foram definidos vários objetivos táticos que devem ser concretizados a curto prazo para que a Organização alcance a Visão pretendida e para que a Missão e Valores não sejam comprometidos.

Portanto, foram estipulados objetivos orientados pelos ODS definidos pela ONU, que permitem concretizar os objetivos estratégicos e, conseqüentemente, alcançar a Visão estabelecida para a Organização. A definição dos objetivos táticos (Tabela 36) teve como base a Tabela 2 de modo a garantir a contribuição do projeto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 36 – Objetivos estratégicos da Organização com base nos ODS

ODS	Objetivos estratégicos
1 Erradicar a pobreza	• Integração de mulheres, jovens e grupos discriminados no planeamento, desenvolvimento do projeto;

ODS	Objetivos estratégicos
	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuir postos de trabalho decentes para todos os elementos da comunidade (sem discriminação relativamente a género, idade ou deficiência);
2 Erradicar a fome	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulação da produção agrícola e consciencialização dos visitantes sobre a atividade agrícola através da permissão em participar nas atividades de cariz agrícola junto da comunidade de agricultores da região;
3 Boa saúde e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de planos e medidas de saúde e de segurança de modo a prevenir acidentes aquando a realização das várias atividades;
4 Educação de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de programas educacionais relacionados com a prestação de serviço turístico para a comunidade envolvida no setor; • Consciencialização dos visitantes relativamente à importância de praticar turismo de forma responsável de modo a garantir o desenvolvimento sustentável;
5 Igualdade de género	<ul style="list-style-type: none"> • Integração das mulheres no planeamento e desenvolvimento do projeto, e oferta de postos de trabalho decentes;
6 Água limpa e saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão sustentável dos recursos aquíferos a utilizar; • Consciencialização dos participantes na comunidades e visitantes sobre a importância da gestão sustentável dos recursos aquíferos;
7 Energia acessível e limpa	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de energias renováveis e limpas;
8 Trabalho decente e crescimento económico	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de trabalho decente para todos os membros das comunidades;

ODS	Objetivos estratégicos
	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do desenvolvimento de diversas atividades locais auxiliares ao turismo, como o artesanato e agricultura, por exemplo;
9 Indústria, inovação e infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento em facilidades e infraestruturas sustentáveis; • Melhoria da capacidade tecnológica dos espaços rurais ao nível das tecnologias de informação e comunicação.
10 Reduzir a desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Integração de todos os membros das comunidades, sem discriminação ou preconceito, nos processos de planeamento e desenvolvimento turístico;
11 Cidades e comunidades sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação de infraestruturas acessíveis para todos; • Promover a preservação e conservação do património através da aplicação de melhores práticas e da consciencialização dos visitantes e das comunidades;
12 Consumo e produção responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a gestão sustentável da comida e do desperdício, da seleção adequada de fornecedores e produtos, e da promoção da cultura e produtos locais;
13 Ação climática	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do consumo de energia e promoção do uso de energias renováveis;
14 Vida debaixo de água	-
15 Vida em terra	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de programas educacionais para os turistas sobre a preservação do ambiente de modo a combater a deflorestação e desertificação;
16 Paz, justiça e instituições fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento das comunidades locais nas diversas atividades; • Transparência como elemento fulcral do modelo de negócio;

ODS	Objetivos estratégicos
	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção dos direitos dos locais, turistas e empregados através de melhores práticas;
17 Parcerias para os objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação entre o setor terciário, a sociedade civil, os governos e as instituições de ensino.

Fonte: Elaboração própria com base na Tabela 2 - Papel do Turismo de Base Comunitária para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

8.3.3. Envolvimento comunitário

Sendo uma Organização de Turismo Comunitário, deverá prevalecer a participação comunitária nas várias fases do projeto. Para tal, valoriza-se uma estrutura de poder que diverge das estruturas de poder tradicionais.

O envolvimento comunitário deve ser discutido, numa primeira estância, com os próprios elementos da comunidade de modo a compreender as capacidades, vontades e desejos dos mesmos e, assim, estabelecer um nível de participação confortável. Contudo, é idealizado que se verifique um dos últimos três degraus da escada da participação cidadã (Figura 2 - Oito degraus da escada da participação cidadã: parceria, poder delegado ou controlo cidadão).

A situação ideal para o presente projeto passará pelo Governo, setor privado e ONGs providenciarem plataformas facilitadoras que permitam que a comunidade tome decisões e aja independentemente.

Para além do planeamento, a comunidade participará ativamente na oferta do produto turístico. Como na gestão do alojamento local e dos negócios locais de artesanato, gastronomia, animação e atividades turísticas, assim como no contacto direto com os turistas.

Projetos de desenvolvimento regionais

Adaptar o presente projeto a projetos e planos de desenvolvimento existentes nas Terras de Sicó é importante de modo a ir de encontro aos métodos de desenvolvimento em prática na região.

Nessa sequência, são identificados e avaliados os planos e projetos de desenvolvimento aprovados na vertente do DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) e divulgados pela Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (2017e):

- TERRAS DE SICÓ 2020: uma parceria, um compromisso – contribui para a criação de condições para dinamizar económica e socialmente o espaço rural através de mecanismos de acompanhamento e execução do PDR 2020.
- Assistência Técnica RRN - Área 2 (Divulgação e informação com vista à execução do PDR 2020) - pretende dar resposta às necessidades de qualificação identificadas pelos associados da Federação Minha Terra.
- Quinta do Freixo - aquisição de equipamentos para exploração agrícola e instalação de pastagem.
- Plantação de olival, em Ansião, Alvaiázere, Penela.
- Produção Queijo de Terras de Sicó – contribui para a modernização e capacitação na transformação e comercialização de produtos agrícolas endógenos.
- Modernização do processo produtivo e comercial - informatização do processo produtivo e comercial da queijaria orientado para a poupança de energia.
- Produção Enológica – construção de um edifício único para a produção de vinho e posterior engarrafamento e embalamento.
- Albergue para peregrinos, turismo rural e loja da quinta - aproveitamento e adaptação de instalações agrícolas da Quinta da Cortiça, em Alvaiázere, de modo a acolher peregrinos de Santiago num TER com dois apartamentos e loja para venda de produtos próprios e endógenos.

A Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (2017e) ainda apresenta projetos imaginados para o novo horizonte temporal:

- a. Parceria com o Museu Monográfico de Conímbriga;
- b. Projeto “Villas Romanas”;
- c. Guias de visita portáteis;
- d. Grande Rota 26 (GR 26);
- e. Edição de Arquivo Fotográfico Digital;

- f. Lojas Sicó Gourmet;
- g. Formação de Guias Turísticos;
- h. Parque temático do Eixo Romanização;
- i. Jurássico Pombal e Parque Temático;
- j. Termalismo no Sicó;
- k. Sicó por Artes Mágicas;
- l. Plano Integrado de Valorização Agrícolas para o Vale do Arunca no Eixo Baixo-Mondego-Sicó;
- m. Criação de Zonas de Pastagens para o Maneio de Rebanhos para Produção de Leite para o queijo Rabaçal DOP;
- n. Projeto Agrosicó;
- o. Promoção da Ementa Turística “Sicó Rural” na Restauração;
- p. Centro de Interpretação da Flora da Serra de Sicó;
- q. Revitalização da Fileira Florestal da Serra de Sicó;
- r. Protocolo de Quioto – Sequestro de Carbono;
- s. Promoção das Zonas Industriais dos Municípios de Sicó na Plataforma Innovation Point;
- t. Business Plan para o novo Programa Leader;
- u. Centro de Informação Sicó (CIS);
- v. A Marca “Sicó” num Plano de Negócios;
- w. SICÓGEST – Gestão, Garantia e Crédito da Serra de Sicó;
- x. Formação Profissional para o Desenvolvimento;
- y. Cooperação Interterritorial e Transnacional;
- z. Sistemas de Avaliação.

Verifica-se que existem planos/projetos que visam a formação de membros da comunidade de modo a capacitá-las para o envolvimento turísticos, como a Formação de Guias Turísticos (g) e Formação Profissional para o Desenvolvimento (x). Desse modo, no que diz respeito à formação para guias turísticos e formação a nível da enologia, hotelaria e restauração, seriam assegurados por estes projetos.

Para além de formação para a oferta turística, também é necessário formar os elementos da comunidade envolvidos na Organização para áreas como gestão, marketing, finanças, tecnologias de informação e comunicação, primeiros socorros, e outros. Para colmatar

essa inexistência de formação nessas diversas áreas de forma acessível à comunidade, o presente projeto oferecerá oportunidades a esse nível.

8.3.4. Sistemas e estrutura organizacional

Identificar estruturas de gestão e organizacional adequadas

As estruturas de gestão e organizacional devem ser definidas em conjunto com os vários *stakeholders*. Porém, como é necessário que a equipa de gestão seja qualificada e que valorize e compreenda valores como a transparência, equidade e prestação de contas, é proposta uma *joint venture* na qual a comunidade deverá estar envolvida nos processos de tomada de decisão e o envolvimento da mesma deve estar bem definido à *priori*.

O propósito de um *joint venture*, ao invés da estrutura ser totalmente constituída e operada pela comunidade, não é o de desvalorizar o envolvimento comunitário, mas sim garantir que boas práticas de gestão e organização são implementadas numa fase inicial, e permitir que a comunidade adquira conhecimentos vários através desta estrutura, sem nunca deixar estar presente nos momentos de planeamento e tomada de decisão.

Caso comprovado o contrário junto da comunidade e o desejo maioritário dos membros da comunidade seja diferente, a estrutura de gestão e organizacional sofrerá alterações. Contudo, primeiramente, é necessário discutir junto dos vários *stakeholders* e garantir que a comunidade apresente as capacidades necessárias para adquirir o controlo total.

Ainda no que diz respeito à estrutura organizacional e de gestão, esta, obrigatoriamente, será constituída por elementos qualificados e motivados, terá um sistema de controlo de qualidade para avaliar cada operação, haverá conhecimento relativamente ao ambiente legal e institucional, haverá planeamento a longo-prazo, e serão executados processos de monitorização e avaliação de modo a ser obtida informação necessário para responder às expectativas e necessidades de todos os *stakeholders*.

8.3.5. Mecanismos de financiamento

Identificar fontes de recursos e estruturas adequadas

Para que este projeto seja viável, não apenas em termos financeiros, mas também a nível de sustentabilidade e que não se afaste dos objetivos, a estratégia de financiamento deve ser selecionada, assim como se deve estabelecer a garantia de que os benefícios são

distribuídos pela comunidade de forma equitativa, e de que o património natural e cultural sobre o qual o projeto se debruça é conservado e gerido de forma sustentável.

Financiamento externo inicial é essencial para arrancar com o projeto de modo a cobrir custos com a criação de parcerias, desenvolvimento de competências dos membros da equipa, e construção de infraestruturas.

Será uma mais valia obter apoio por parte de entidades de turismo, pois desse modo o marketing e comunicações, assim como o desenvolvimento de mecanismos políticos e financeiros são facilitados.

Aquando a candidatura a financiamento externos é fundamental avaliar as condições dos apoios existentes e desenvolver um plano financeiro que considere pontos fulcrais, como a sazonalidade do setor do turismo e, desse modo, apresentar uma proposta que sustente o projeto. Também é de grande valor estabelecer claramente que o emprego gerado será preenchido pela comunidade local, assim como os bens e serviços com os quais o projeto se envolverá proveem da região.

Existem vários financiamentos através de vários programas que poderão financiar este projeto em vários aspetos.

O Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - Compete 2020 -, tem como objetivo a competitividade e a internacionalização da economia portuguesa, encontrando-se orientado para as regiões menos desenvolvidas de Portugal Continental. Um dos eixos do programa – o Eixo 3 Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego -, concentra apoios atribuídos no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE) para a formação de ativos das empresas. Desse modo, são financiadas ações no Centro de Portugal, por “empresas e seus trabalhadores e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que promovem projetos coletivos dirigidos às empresas e seus colaboradores” (Compete 2020, 2015). Os tipos de Ações sujeitas a financiamento são ações que visam:

- O “desenvolvimento de ações de formação e de capacitação de empresários, gestores e trabalhadores das empresas para a inovação e gestão empresarial e *e-skills*, integradas na estratégia de inovação e no modelo de negócios das empresas”;
- A “participação de empresários, gestores e trabalhadores de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a operações de investimento (operações integradas),

enquadradas nos instrumentos financiados no âmbito do “Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação” e “Reforço da competitividade das pequenas e médias empresas” (Compete 2020, 2015).

O Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego (PO ISE) possui quatro eixos prioritários, sendo os seguintes eixos os que se adequam ao projeto:

- Eixo Prioritário 1 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, de abrangência a regiões menos desenvolvidas de Portugal continental. Este eixo tem como prioridade de investimento ao acesso ao emprego, à integração profissional, à igualdade de oportunidades, à adaptabilidade de trabalhadores, e à modernização do mercado de trabalho. Deste modo, este eixo visa integrar desempregados e inativos no mercado de trabalho, integrar os jovens no mercado de trabalho, reforçar a conciliação entre a vida familiar e profissional, apoiar a criação do próprio emprego por mulheres, melhorar a empregabilidade da população ativa, modernizar as instituições no mercado de trabalho, e modernizar a capacitação institucional dos Parceiros Sociais.
- Eixo Prioritário 2 - Iniciativa Emprego Jovem, “visa a intensificação dos esforços para aumentar o emprego dos jovens podendo tais medidas ser apoiadas pelo FSE”, jovens esses denominados de NEET, ou seja, que não trabalham, nem estudam e nem possuem qualquer formação. Abrangência a regiões com taxa de desemprego jovem igual ou superior a 25%. O objetivo é integrar os jovens NEET no mercado de trabalho.
- Eixo Prioritário 3 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, de abrangência às regiões menos desenvolvidas de Portugal continental. Este eixo tem como prioridade de investimento a inclusão ativa, a igualdade de oportunidades, o acesso a serviços sustentáveis, o empreendedorismo. Deste modo, este eixo visa promover competências a grupos potencialmente vulneráveis, reforçar a coesão social, promover a igualdade de oportunidades e género, alargar a oferta de serviços sociais e de saúde, e promover o empreendedorismo e a inovação social (Portugal 2020, n.d.-e).

O Programa Operacional Capital Humano (POCH), no Eixo 3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforços da empregabilidade -, adequa-se ao projeto apresentado na medida que apoiaria a qualificação da população através de ações como: centro para a qualificação e o ensino profissional (CQEP) e processos de

reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC); cursos de aprendizagem; cursos de ensino recorrente; cursos de educação e formação de adultos (EFA). Este programa tem como fontes de financiamento o FSE e a contrapartida nacional (Portugal 2020, n.d.-d).

O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) é um instrumento da Estratégia Europa 2020 de abrangência nacional que visa um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial. Um dos eixos prioritários, o Eixo 3 – Proteger o ambiente e promover a eficiência na utilização de recursos -, tem como uma prioridade a biodiversidade e ecossistemas, com objetivos como a gestão dos valores naturais protegidos e da biodiversidade, conhecimento e monitorização da biodiversidade, promover a proteção e o ordenamento dos recursos geológicos e das águas minerais, e recuperação de passivos ambientais (Portugal 2020, n.d.-b).

O Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020), alinhado com o Programa Portugal 2020, é financiado pelo FSE e pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), e a dimensão territorial na Política de Coesão da União Europeia tem acolhimento neste Programa Operacional através de abordagens como o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) que visa promover o desenvolvimento e a diversificação das economias locais de territórios específicos, assim como Estratégias Territoriais Específicas (PROVERE) que visa promover a competitividade dos territórios de baixa densidade, valorizando economicamente os recursos endógenos de âmbito regional com capacidade de diferenciação. Os Eixos Prioritários do Centro 2020 são vários e diversos, sendo os seguintes eixos os que se adequam ao presente projeto:

- Eixo 3 – Desenvolver o potencial humano - tem como objetivo investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, e, desse modo, o investimento é direcionado para o “desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos vários níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida”. Alguns dos objetivos específicos são promover a realização de cursos técnico superiores profissionais e qualificar e modernizar as instalações escolares e de formação;

- Eixo 4 – Promover e dinamizar a empregabilidade -.que visa integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho, apoiar a criação do próprio posto de trabalho e de empresas, o empreendedorismo social e a economia social, e desenvolver o potencial endógeno regional através de dinamização de estratégias territoriais específicas;
- Eixo 5 – Fortalecer a coesão social e territorial -, cujos objetivos específicos são promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais em especial de desempregados e desenvolver iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a inclusão social, promover o desenvolvimento socioeconómico de base local, e reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde;
- Eixo 7 – Afirmar a sustentabilidade dos territórios -, cujos objetivos específicos são promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência, e promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo (Portugal 2020, n.d.-a).

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020) tem como objetivo concentrar “apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais assente numa gestão eficiente dos recursos”. Os objetivos estratégicos passam pelo crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura; pela promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos; e pela criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural. Este terceiro objetivo estratégico surge da necessidade de “diversificação da atividade económica, nomeadamente pelo aproveitamento de áreas de negócio relacionadas com a agricultura, como sejam o turismo rural e os produtos de qualidade de base local, cuja comercialização em mercados locais e promoção de cadeias curtas”. Outras necessidades são a criação de condições de viabilidade da pequena agricultura e a melhoria da qualidade de vida nos espaços rurais, sendo importante “atuar face à tendência crescente de desertificação das zonas rurais associada ao envelhecimento da população rural, criando respostas às necessidades de restauração, preservação e valorização dos recursos naturais, paisagem e património local” (Portugal 2020, n.d.-c).

Por fim, a Linha de Apoio à Qualificação da Oferta é um apoio que surge em parceria com o Turismo de Portugal e que visa o financiamento a médio e longo prazo de projetos de investimento, como a criação de empreendimentos turísticos inovadores, a requalificação de empreendimentos turísticos, assim como o desenvolvimento de projetos na área da animação turística e da restauração (Portal dos Incentivos, 2019).

De salientar que é necessário verificar os requisitos de cada programa de modo a verificar se os mesmos são cumpridos e, desse modo, candidatar-se a apoios financeiros para as várias vertentes do projeto.

Após o financiamento inicial, é essencial obter financiamentos adicionais. Para tal, é necessário comunicar o sucesso do projeto e divulgar os impactos positivos que este tem na comunidade e na região, assim como é necessário demonstrar que o financiamento inicial foi direcionado para alcançar as metas e objetivos propostos e, desse modo, demonstrar confiança para que o projeto seja financiado e se torne viável a longo prazo.

A partilha equitativa de benefícios

Posteriormente, a partilha dos benefícios de forma equitativa pela comunidade é alcançada com a monitorização dos fluxos e com a implementação de mecanismos de gestão que devem garantir a qualidade dos empregos e o envolvimento dos grupos mais pobres e idosos da comunidade, assim como grupos que não demonstram predisposição para se envolverem diretamente no turismo. Várias formas de incluir esses grupos são:

- Fornecimento de bens agrícolas através de parcerias com produtores locais, sendo que esses produtos teriam como fim a revenda direta aos turistas, ou o fornecimento de estabelecimento de alojamento que oferecem pratos gastronómicos confeccionados pelos locais;
- Contratação de serviços prestados por membros da comunidade locais, como por exemplo aquisição de produtos artesanais para divulgação do artesanato local e venda de peças artesanais junto dos turistas; *workshops* gastronómicos e artesanais; envolvimento de associações folclóricas para entretenimento e ensinamento sobre a cultural local, assim como através do envolvimento de membros da comunidade para divulgarem outros aspetos culturais como lendas e histórias sobre a região.

Gestão de ativos

O património sobre o qual o projeto se debruça deve ser gerido de forma sustentável. Portanto, junto da comunidade e de entidades municipais e regionais, deve-se elaborar um inventário de todos os ativos patrimoniais para que a proteção dos mesmos seja incluída no marketing do produto. Alguns ativos encontram-se mencionados no Capítulo VI Caracterização Geral das Terras de Sicó.

Gestão da oferta e procura para a sustentabilidade

A sustentabilidade do turismo na região deve ser garantida. Essa sustentabilidade é alcançada através de várias medidas, como garantir que os produtos e os serviços contratuais são locais sempre que possível, e limitar o número de visitantes de modo a realçar a hospitalidade da comunidade local, a diminuir os impactos negativos do turismo junto da comunidade, e de forma a garantir que a procura turística não é maior que a oferta.

8.3.6. Capacitação local

É desejável que o produto turístico de base comunitária e as experiências vivenciadas pelos visitantes sejam positivas, porém tal depende dos recursos humanos e da capacidade dos mesmos em oferecer uma experiência turística memorável. Para tal, é essencial que os membros da comunidade envolvidos no setor se encontrem capacitados e motivados para as várias funções a serem desempenhadas.

Após se analisar quais as áreas que necessitam de ser capacitadas, e obtendo apoios financeiros provenientes de programas de apoio, governo, empresas de turismo ou de outras áreas de relevância, a capacitação dos membros da comunidade envolvidos no projeto é alcançada através de métodos como:

- Assistência à capacitação por parte de instituições de turismo e organizações públicas ou privadas na Região de aplicação do projeto;
- Treino formal e informal, e através de canais de capacitação;
- Capacitação através de sessões de formação de curta e média duração;
- Transmissão de conhecimentos entre os membros da comunidade em workshops;

- Fomentar o interesse dos membros da comunidade pela formação através do uso de materiais relevantes para os mesmos (p.e. comunicação clara, ser acessível, linguagem adequada);
- Permitir o acesso à formação por todos os interessados, sem preconceito ou obstáculos à aquisição de conhecimento pela comunidade;
- Programas de treino em contexto real, permitindo a consolidação de conhecimento e o aperfeiçoamento de competências;
- Oferecer diversidade de competências através da rotação de membros da comunidade nas funções.

Através da capacitação dos membros da comunidade, verificar-se-á melhoria da oferta turística devido à melhoria na prestação de serviços turísticos e do marketing dos mesmos, na melhoria da produção agrícola e artesanal e da comercialização dos produtos. Dessa forma, não se verifica, apenas, a melhoria da experiência do turista, mas também se verifica benefícios na comunidade a nível económico e social.

Também se pretende, com a capacitação da comunidade local, que a comunidade se adapte e evolua de modo a que seja possível que o projeto se torne, no seu todo, pertencente da comunidade da região.

8.3.7. Desenvolvimento e marketing dos produtos

Definição do produto

De modo a definir os produtos turísticos a desenvolver ou melhorar, e após uma breve caracterização geral das Terras de Sicó (Capítulo VI), verifica-se que os produtos turísticos a focar, numa primeira estância do desenvolvimento do projeto, devem encontrar-se relacionados com a tradição, cultura, gastronomia e território, e fazer com que estes ativos ofereçam uma experiência turística enriquecedora.

Após a inventariação dos ativos existentes na região com potencial para se tornarem produto turístico, é fundamental que alinhar os mesmos com os objetivos da comunidade e a experiência que a comunidade irá oferecer. Para tal é necessário responder às duas questões seguintes.

O que é que a comunidade quer vender?

Para responder a esta questão de forma correta, é necessário abordar a comunidade sobre esta mesma questão. É necessário saber o que esta deseja oferecer e de que modo.

Porém, tendo conhecimento geral do potencial da região a nível do património natural, cultural, tradição e gastronomia, coloca-se em sugestão vários produtos turísticos.

Património natural

- Passeios interpretativos guiados abrangendo grutas e áreas protegidas
- Percursos sem guia através de mapas com rotas abrangendo grutas e áreas protegidas, e através de painéis interpretativos nos locais
- Workshop de observação e identificação de espécies de fauna (p.e. aves)
- Workshop de fotografia de natureza
- Atividades de desporto de natureza (p.e. escalada, BTT, outros desportos de natureza e radicais)
- Eventos (p.e. exposições temáticas na área do património natural)

Património cultural

- Passeios interpretativos guiados pelas aldeias
- Percursos sem guia através de mapas com rotas pelo território
- Percursos guiados pelo território com visitas a museus e outros centros culturais
- Eventos e festivais (p.e. exposições, festivais temáticos culturais)
- Estadas em casas de membros da comunidade que visam envolver os hóspedes no estilo de vida local

Tradição e gastronomia

- Workshop de artesanato (p.e. tecelagem, rendas e bordados, cestaria, olaria, cerâmica, tapeçaria)
- Workshop gastronómico temático (p.e. pratos gastronómicos - enchidos, chicharro, chanfana, etc. -, e produtos - azeite, vinho, queijo e mel)
- Workshop de atividades agrícolas
- Produção de produtos artesanais para venda em lojas de museus, hotéis e outros espaços de abrangência turística que possuam espaço para venda de produtos
- Festivais e eventos

Figura 10 - Sugestão de produtos turísticos a desenvolver Fonte: elaboração própria

Como é que o produto oferecido ajudará a comunidade a alcançar os objetivos do TBC?

Os objetivos do TBC em geral, de acordo com a revisão de literatura desenvolvida no Capítulo II, passam pelo(a): desenvolvimento comunitário através da autocofiança e empoderamento dos membros da comunidade; medidas de sustentabilidade, medidas de promoção e conservação da cultura e património; fortalecimento das atividades

económicas pré-existent, minimização dos impactos negativos ambientais; criação de emprego diversificado para os membros das comunidades locais; maximização do uso dos bens e serviços locais; desenvolvimento de infraestruturas; promoção e respeito pela cultura e estilo de vida local.

O desenvolvimento dos produtos turísticos sugeridos vão de encontro a esses objetivos, bem como vão de encontro à concretização dos ODS (Tabela 36), quando possibilitam o desenvolvimento económico local através da diversificação do emprego, o respeito e o encorajamento da participação local, a minimização dos impactos negativos no ambiente, a conservação e promoção do património cultural, a promoção do bem-estar da comunidade, a educação dos visitantes, a aplicação de boas práticas, a qualidade e a segurança da experiência turística para todos os indivíduos envolvidos.

De modo a perceber como os produtos turísticos sugeridos contribuem para alcançar os objetivos estratégicos do projeto, a Tabela 37 abaixo demonstra como os objetivos táticos - orientados pelos ODS e estabelecidos para alcançar os objetivos estratégicos – são concretizados.

Tabela 37 - Características do produto turístico com base nos ODS

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
1 Erradicar a pobreza	<ul style="list-style-type: none"> Integração de mulheres, jovens e grupos discriminados no planeamento, desenvolvimento do projeto; Atribuir postos de trabalho decentes para todos os elementos da comunidade (sem discriminação relativamente a 	Todos os elementos da comunidade que se encontram motivados para tal, serão incluídos no desenvolvimento do produto turístico e na oferta do mesmo aos turistas. Estes poderão dar workshops, serem formados para fazer visitas guiadas, ajudarem no desenvolvimento do guias e painéis interpretativos, organizarem eventos, exercer funções que garantam a segurança nas atividades desportivas. O emprego aumentará e será diversificado, permitindo bem-estar económico à comunidade.

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
	género, idade ou deficiência);	
2 Erradicar a fome	<ul style="list-style-type: none"> Estimulação da produção agrícola e consciencialização dos visitantes sobre a atividade agrícola através da permissão em participar nas atividades de cariz agrícola junto da comunidade de agricultores da região; 	Produtos turísticos como “Workshop gastronómico temático” e “Workshop de atividades agrícolas” permitem a estimulação da atividade económica agrícola pré-estabelecida na região. Os produtos agrícolas serão valorizados através da promoção dos mesmos nestas atividades. Por conseguinte, a produção agrícola será estimulada pelo crescente uso e venda dos bens agrícolas, e novas oportunidades de negócio (subjacentes ou não ao setor do turismo) surgirão. A economia do setor agrícola sofrerá impactos positivos.
3 Boa saúde e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de planos e medidas de saúde e de segurança de modo a prevenir acidentes aquando a realização das várias atividades; 	Aquando o planeamento dos produtos, quer envolvam atividades físicas ou não, planos e medidas de segurança serão, obrigatoriamente, desenvolvidos de modo a garantir a segurança, saúde e bem-estar não só dos participantes, mas também dos membros da comunidade envolvidos na oferta turística. Desse modo, cursos de primeiros socorros serão lecionados aos membros da comunidade, panfletos informativos sobre boas práticas serão elaborados e distribuídos pelos participantes, bem como painéis

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
		informativos obrigatoriamente serão colocados em locais onde a informação é necessária e possa ainda não estar disponível.
4 Educação de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> Oferta de programas educacionais relacionados com a prestação de serviço turístico para a comunidade envolvida no setor; Consciencialização dos visitantes relativamente à importância de praticar turismo de forma responsável de modo a garantir o desenvolvimento sustentável; 	<p>Produtos turísticos como os vários workshops em diversas áreas e vertentes permitem a consciencialização sobre várias temáticas e sobre a prática do turismo sustentável como forma de desenvolvimento sustentável. Esta consciencialização não alcança apenas os visitantes, mas também os membros mais jovens da região (ou de outras regiões) que participem nas mesmas através das visitas de estudos ou de outras ações.</p> <p>Para além disso, para a prestação da oferta turística, os diversos membros da comunidade envolvidos serão integrados em planos de formação que têm com intuito formarem os mesmos para a prestação dos diversos serviços.</p>
5 Igualdade de género	<ul style="list-style-type: none"> Integração das mulheres no planeamento e desenvolvimento do projeto, e oferta de postos de trabalho decentes; 	Todos os elementos da comunidade que se encontram motivados para tal, serão incluídos no desenvolvimento do produto turístico e na oferta do mesmo aos turistas.

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
6 Água limpa e saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão sustentável dos recursos aquíferos a utilizar; • Consciencialização dos participantes na comunidades e visitantes sobre a importância da gestão sustentável dos recursos aquíferos; 	<p>Aquando a oferta turística, haverá consciencialização sobre a importância da gestão sustentável dos recursos aquíferos utilizados e em geral.</p> <p>Os visitantes e os membros da comunidade também devem ser consciencializados sobre a temática aquando a realização de atividades relacionadas com o património natural, como passeios interpretativos e em eventos realizados sobre a temática ou que envolva a temática de alguma forma.</p>
7 Energia acessível e limpa	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de energias renováveis e limpas; 	<p>Aquando a oferta turística, haverá consciencialização sobre a importância da utilização de energias renováveis e limpas.</p> <p>Os visitantes e os membros da comunidade também devem ser consciencializados sobre a temática aquando a realização de atividades relacionadas com o património natural, como passeios interpretativos e em eventos realizados sobre a temática ou que envolva a temática de alguma forma.</p>
8 Trabalho decente e crescimento económico	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de trabalho decente para todos os membros das comunidades; • Promoção do desenvolvimento de 	<p>Workshops, eventos e festivais de agricultura, gastronomia e artesanato, assim como passeios interpretativos pelas aldeias e que abordem atividades locais auxiliares ao turismo, permitem a promoção e desenvolvimento de atividades</p>

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
	diversas atividades locais auxiliares ao turismo, como o artesanato e agricultura, por exemplo;	económicas locais pré-existentes na região, com foco na agricultura e artesanato. O desenvolvimento do turismo na região com a oferta de produtos turísticos diversificados (como os sugeridos), permitem a criação de novos postos de trabalho diversos que fomentam a economia e o bem-estar da comunidade.
9 Indústria, inovação e infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Investimento em facilidades e infraestruturas sustentáveis; Melhoria da capacidade tecnológica dos espaços rurais ao nível das tecnologias de informação e comunicação. 	<p>De modo a potenciar a oferta turística, facilidades e infraestruturas, assim como tecnologias de informação e comunicação, poderão necessitar de melhorias e investimento. Aquando as ações de melhoria e investimento, é essencial garantir que as mesmas são sustentáveis.</p> <p>Com os rendimentos turísticos, uma porção dos mesmos podem, e devem ser investidos na melhoria de facilidades e infraestruturas comunitárias, bem como na melhoria das tecnologias e, assim, o turismo beneficiar toda a comunidade e não apenas os membros que direta ou indiretamente se relacionam com o turismo.</p>
10 Reduzir a desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> Integração de todos os membros das comunidades, sem discriminação ou preconceito, nos processos de 	Todos os elementos da comunidade que se encontram motivados para tal, serão incluídos no desenvolvimento do produto turístico e na oferta do mesmo aos turistas.

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
	planeamento e desenvolvimento turístico;	
11 Cidades e comunidades sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação de infraestruturas acessíveis para todos; • Promover a preservação e conservação do património através da aplicação de melhores práticas e da consciencialização dos visitantes e das comunidades; 	<p>Aquando as ações de melhoria e investimento nas infraestruturas, é essencial garantir que as mesmas são sustentáveis e acessíveis para todos.</p> <p>Aquando o planeamento e oferta do produto turístico, devem ser aplicadas boas práticas de gestão e sustentabilidade de modo a promover e conservar o património natural e cultural. As boas práticas para cada atividade/produto desenvolvido e comercializado devem estar estabelecidas e devem ser dadas a conhecer aos membros da comunidade e aos visitantes de modo a todos contribuírem para a sustentabilidade do turismo e da comunidade e região em geral. As boas práticas deverão abranger o respeito pela cultura e natureza, a segurança e bem-estar, a sustentabilidade ambiental, e os direitos humanos.</p>
12 Consumo e produção responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a gestão sustentável da comida e do desperdício, da seleção adequada de fornecedores e 	Workshops de gastronomia e agricultura, eventos e festivais sobre a temática agrícola e alimentar, deverão abordar e consciencializar todos os participantes sobre a importância da gestão sustentável da comida e do desperdício. Ao adquirir

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
	produtos, e da promoção da cultura e produtos locais;	produtos alimentares a agrícolas que serão promovidos nas diversas atividades, ou que serão complementares, deve-se passar por um processo criterioso de modo a selecionar fornecedores e produtos que garantam o selo de sustentabilidade do projeto.
13 Ação climática	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do consumo de energia e promoção do uso de energias renováveis; 	<p>Aquando a oferta turística, haverá consciencialização sobre a importância da utilização de energias renováveis e limpas, e sobre a redução do consumo de energia-</p> <p>Os visitantes e os membros da comunidade também devem ser consciencializados sobre a temática aquando a participação em atividades relacionadas com o ambiente.</p>
14 Vida debaixo de água	-	-
15 Vida em terra	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de programas educacionais para os turistas sobre a preservação do ambiente de modo a combater a deflorestação e desertificação; 	<p>Os workshops, passeios interpretativos e eventos terão cariz educativo/informativo sobre várias temáticas abordadas, como clima, sustentabilidade, deflorestação, desertificação, incêndios e outros. Essa informação será transmitida aos participantes através de painéis informativos e oralmente por membros da comunidade envolvidos na oferta do produto turístico. Para tal, primeiramente, os membros da comunidade deverão ser formados relativamente a essas áreas.</p>

ODS	Objetivos estratégicos	Características do produto turístico
16 Paz, justiça e instituições fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento das comunidades locais nas diversas atividades; • Transparência como elemento fulcral do modelo de negócio; • Proteção dos direitos dos locais, turistas e empregados através de melhores práticas; 	<p>Os membros da comunidade serão envolvidos no planeamento e na oferta dos produtos turísticos sugeridos e outros que poderão sugerir em <i>brainstorming</i> com a comunidade e com o desenvolvimento do projeto.</p> <p>Os produtos turísticos desenvolvidos devem ir de encontro aos valores da organização, como a transparência e comunicação.</p>
17 Parcerias para os objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação entre o setor terciário, a sociedade civil, os governos e as instituições de ensino. 	<p>Procurar e desenvolver parcerias com outros setores económicos, com entidades públicas e privadas de modo a utilizar recursos que estes possam oferecer, e para diminuir a competitividade através da colaboração.</p>

Fonte: Elaboração própria com base na Tabela 36
Tabela 36 – Objetivos estratégicos da Organização com base nos ODS

O mercado-alvo

A segmentação do mercado é fulcral de modo a comercializar de forma mais eficaz o produto e experiência oferecida, garantir a sustentabilidade, e permitir que a experiência seja mais autêntica para o visitante.

De forma geral, a Organização pretende alcançar pessoas que procuram o autêntico e o cultural e natural, uma vez que essas pessoas se encontram mais predispostas a adquirir o produto turístico sugerido, e possuem expectativas mais realistas sobre o tipo de turismo que a Organização pretende oferecer.

Os participantes de formas alternativas de turismo, como neste caso – turismo de base comunitária -, são pessoas de educação elevada, com rendimentos elevados e experiência enquanto viajantes. Desse modo, é essencial desenvolver esforços que visem alcançar este tipo de turista uma vez que estes se encontram mais predispostos a ter uma experiência turística completa (alojamento, alimentação e atividades de lazer e recreio) e deixarem uma parte maior dos seus rendimentos na região, o que favorecerá económica e socialmente a comunidade de forma geral.

Como referido em 2.2.1, existem dois tipos de participantes de formas alternativas de turismo. De modo a cativar o segmento-alvo denominado por *hard travellers*, é fulcral ressaltar a experiência autêntica no marketing do produto uma vez que estes valorizam a sustentabilidade e autenticidades; e de modo a cativar o grupo *soft travellers*, é essencial oferecer conforto através da qualidade da prestação de serviços, pois apesar de este grupo valorizar a cultura e a interação com os locais, valorizam ainda mais o conforto.

Estes dois tipos de turistas integram outros três grupos: a geração idosa, a geração jovem e as famílias com crianças. A geração idosa tem tempo e dinheiro para investir em experiências turísticas, sendo um segmento de mercado bastante importante e que é cativado através da oferta de um produto autêntico e único que inclua atividades de aventura soft, e da oferta de conforto. A geração jovem procura destinos distantes e apesar de possuírem tempo, não possuem vastos rendimentos, portanto cativa-se geração jovem estrangeira através da oferta de produtos comunitários por serem mais económicos. A geração jovem noutra categoria (altos rendimentos, pouco tempo), para ser cativada, é necessário investir na promoção de várias opções de alojamento e de atividades que possam ser combinadas, ou seja, é necessário que seja possível criar um pacote turístico com os produtos desenvolvidos. As famílias com crianças viajam com objetivos

educacionais para as crianças, portanto é cativada através da promoção da interação com a comunidade local, da garantia de segurança no destino, e através da oferta de atividades turísticas aliciantes simultaneamente para as crianças e adultos.

O foco para a atração de visitantes deve ser exercido a nível local, regional, nacional e a nível internacional. A nível local e regional porque permite a troca de conhecimentos e a consciencialização da população local para se alcançar um desenvolvimento sustentável global. A nível nacional porque permite a troca de aspetos culturais, a promoção de produtos gastronómicos nacionais a vários pontos do país, e a educação da camada jovem da sociedade geral através de visitas de estudo à região. A nível internacional porque permite obter rendimentos externos, a promoção turística a uma escala global, e combater a sazonalidade do turismo, principalmente ao atrair o mercado sénior estrangeiro.

De modo a satisfazer a procura turística, é fundamental que todos os produtos desenvolvidos sejam autênticos e que não se afastem da realidade da região e do que é de valor para a comunidade das Terras de Sicó. Pois através da satisfação dos visitantes, a fidelização e promoção serão aspetos essenciais para o desenvolvimento turístico e para o desenvolvimento regional.

Adaptação de estratégias de marketing

De modo a garantir a sustentabilidade do projeto, é necessário adequar as estratégias de marketing ao considerar os 5 P's do marketing: produto, preço, promoção, *place* (lugar), pessoas.

➤ Produto

Os produtos a oferecer têm como base a comunidade e o território de Terras de Sicó e atrativos aos tipos de visitantes mencionados acima. Os produtos passam por bens gastronómicos e artesanais que demonstram a cultura e tradição da região, os valores, a arte e os sabores que a comunidade conhece e pretende transmitir aos que têm prazer pela expansão de conhecimentos. Os produtos também passam por serviços de lazer e recreio com vertente educacional e por oferta de alojamento, produtos esses que promovem relações interpessoais e o contacto com a comunidade local.

Pretende-se oferecer uma experiência turística única e autêntica que traz valores acrescentados para os participantes, que incentiva a tolerância, a abertura a realidades e culturas diversas e o respeito. Para além disso, os bens comercializados permitirão receitas que serão refletidas no desenvolvimento da comunidade e da região a nível geral, assim o turismo desenvolvido na região visa o desenvolvimento sustentável integral da mesma, valorizando o turista como um fator central para o desenvolvimento da comunidade.

➤ **Preço**

Ao ser um produto comunitário, por base o preço do produto é mais reduzido que no mercado turístico global. Os eventos realizados, como exposições e palestras, serão gratuitas, e os workshops terão um preço mínimo por pessoa ou grupo de participação, sendo que ficará mais económico a participação em grupo. As atividades de lazer inseridas num pacote que inclua alojamento na comunidade serão monetariamente mais apelativas, porém serão sempre a um preço mínimo de modo a garantir que receitas revertam para a comunidade e promoção e conservação do património.

➤ **Promoção**

Este projeto e seus produtos turísticos serão promovidos por meios digitais (website, redes sociais) de modo a alcançar o mercado-alvo de modo mais eficiente, e de modo a que o possível consumidor tenha toda a informação disponível a um clique e de forma instantânea. Os produtos turísticos serão divulgados sob os benefícios do turismo comunitário para a comunidade de uma região de forma a convidar o turista a participar positivamente no desenvolvimento sustentável da região. Outro objetivo é estabelecer parcerias e redes com entidades públicas e privadas do setor do turismo (principalmente) de modo a alcançar mais público, como empresas privadas de turismo, empresas de animação turística, entidades de alojamento, Câmaras Municipais, associações culturais e desportivas, Turismo de Portugal e Turismo do Centro de Portugal, entidades de ensino gerais e de formação em Turismo, entre outras.

Pretende-se criar uma relação forte com os visitantes de modo a fidelizá-los e a motivá-los a regressar e a promover o destino e os produtos turísticos a familiares, amigos e a terceiros através das redes sociais e de boca-a-boca. Também se pretende desenvolver um

Portal ou Caixa de Sugestões de modo a monitorizar a satisfação do cliente e conhecer as críticas dos consumidores, e, por consequente, desenvolver e melhorar os produtos oferecidos e cativar o visitante a consumir o produto e a divulgar o mesmo.

➤ **Lugar (*place*)**

Os produtos turísticos serão distribuídos em canais *online* e físicos. Os canais *online* serão o website que será desenvolvido e onde serão colocados todos os produtos em oferta e onde os visitantes poderão adquirir os mesmos, em pacotes ou individualmente; e a rede social Instagram. Os canais físicos serão os postos de turismo, hotéis e outras entidades de alojamento parceiras na região, empresas de animação turística, e todas as entidades parceiras que possuam espaço físico onde possa ser adquirido o produto turístico.

➤ **Pessoas**

As pessoas envolvidas na oferta dos produtos turísticos são membros da comunidade que se encontram envolvidos no planeamento, desenvolvimento e oferta dos vários produtos sugeridos, e na criação de novas ideias de produtos. Os membros da comunidade envolvidos encontram-se predispostos e motivados em conhecer outras pessoas com backgrounds diferentes e com as quais pretendem criar laços. As pessoas a cativar também possuem a mesma predisposição e desejo de convivência, de partilha e de desenvolvimento mútuo. Os visitantes cativados procuram uma forma alternativa de turismo com foco na sustentabilidade e nas comunidades, que demonstre autenticidade e que crie uma experiência única.

Adicionar valor a outras atividades turísticas

Com o presente projeto e com os produtos turísticos sugeridos, pretende-se colaborar (ao invés de competir) com as atividades turísticas de região ou de regiões próximas, assim como se pretende colaborar com os projetos de desenvolvimento regionais já implantados ou a implantar, mencionados anteriormente neste capítulo.

Desse modo, pretende-se criar parcerias de modo a adicionar valor não só ao produto turístico oferecido pelo projeto, mas também para a adicionar valor ao turismo da região ao focar na comunidade e na sustentabilidade.

Para que a oferta turística se encontre sempre aliciante aos visitantes, é necessário estar em constante atualização da realidade do mercado turístico através de pesquisas sobre tendências turísticas e possíveis cenários futuros no setor em geral, e na região em particular.

8.3.8. Relação entre *stakeholders*

Como referido anteriormente, é essencial, para a sobrevivência da Organização e para a viabilidade a longo-prazo do projeto proposto, a criação de parcerias e redes com entidades públicas, entidades privadas, e comunidade. Destas parcerias pretende-se recursos financeiros, recursos humanos, e recursos intangíveis (cultura organizacional, reputação), de modo a melhor desenvolver o projeto e de forma viável.

Os *stakeholders* centrais são os membros da comunidade que atuam direta ou indiretamente, e os *stakeholders* potenciais devem ser mapeados através da identificação do nome, localização, contactos e interesses e relevância para o projeto de TBC proposto.

As relações estabelecidas entre os *stakeholders* devem ser sólidas, transparentes e com base na confiança. Os membros da comunidade devem comunicar de forma clara o que pretendem oferecer, como pretendem oferecer e como pretendem se envolver. Os restantes *stakeholders* (entidades privadas, entidades públicas e autoridades do turismo) devem oferecer apoio à comunidade através de recursos e competências, e a promoção do projeto.

Em suma, pretende-se, com estas relações, alcançar a colaboração através de conselhos, input e *marketing*.

8.4. Conclusão

Primeiramente, enfatiza-se que o plano de desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em espaços rurais da região de Terras de Sicó que é proposto, necessita, na sua essência, do envolvimento da comunidade. Isto é, a comunidade necessita de ser escutada e o plano deverá ser reajustado e desenvolvido de acordo com o parecer dos membros da comunidade.

Porém, a proposta apresentada, com o desenvolvimento e oferta dos produtos turísticos sugeridos, visa a promoção e conservação do património das Terras de Sicó no seu todo, quer a nível da tradição como a nível do património natural, arquitetónico e cultural. Com atividades direcionadas ao património natural, como atividades relacionadas com o geoturismo e o turismo de natureza, visa-se a diminuição da sazonalidade do setor na região. Com as receitas turísticas geradas e através da promoção turística, é possível apostar na requalificação do património imóvel e arquitetónico; e com a consciencialização dos turistas e membros da comunidade e com a implementação de boas práticas de gestão, os impactos ambientais, sociais e económicos são reduzidos e é promovida a sustentabilidade ambiental, social e económica.

Mais uma vez se ressalta a necessidade do envolvimento comunitário para se alcançar o desenvolvimento sustentável da região Terras de Sicó. O envolvimento da comunidade neste projeto permite o aumento da qualidade de vida, o acesso à educação dos vários membros da comunidade, o apoio aos grupos sociais mais desfavorecidos, o empoderamento comunitário, a redução da criminalidade, redução do êxodo rural, e preservação do património.

Ao cumprir todos parâmetros, metas e objetivos, conclui-se que o turismo de base comunitária contribui para o desenvolvimento sustentável do setor e da região, e contribui para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Conclusão

Principais conclusões

Através da revisão da literatura, ficou comprovado que o TBC contribui para a sustentabilidade do setor e sustentabilidade global, e que, portanto, é a forma alternativa de turismo a apostar para desenvolver de forma sustentável uma região. Porém, para tal, é fulcral que todos os *stakeholders* estejam conscientes das oportunidades e das responsabilidades que advém desta forma alternativa de turismo, e tomem ações que maximizem os impactos positivos e minimizem os impactos negativos do setor.

A importância da aplicação do turismo de base comunitária em espaços rurais é justificada pelo facto do espaço rural se encontrar a encarar novos desafios que causaram o declínio rural. Estes novos desafios surgiram com a crise do setor agrícola que se refletiu na conjuntura económica, política, social e ambiental. Os desafios passam pela conservação do meio ambiente e paisagem, dos edifícios históricos e culturas rurais locais, o combate à depopulação, à diminuição da atividade agrícola e ao desemprego.

O turismo de base comunitária é um contributo para o desenvolvimento sustentável de espaços rurais uma vez que, intrinsecamente ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU, alcança-se o desenvolvimento local onde esta forma de turismo alternativa é aplicada sob as melhores práticas. Este contributo crescente por parte desta forma de turismo alcança-se devido à crescente procura, por parte dos visitantes, de uma experiência autêntica e única que permite a fuga ao quotidiano e aos espaços turísticos massificados que não oferecem a experiência que os visitantes cada vez mais valorizam.

A comunidade deve estar envolvida no planeamento, desenvolvimento e oferta dos produtos turísticos, e deve ser a principal beneficiadora do desenvolvimento de um projeto que vise o TBC. Isto porque os lucros são obtidos através do acolhimento dos turistas nas comunidades nas quais devem ser aplicadas parte das receitas de forma a desenvolver a comunidade e oferecer manutenção e proteção do património. Pois a comunidade - que é constituída por membros que partilham a mesma cultura e que se encontrem interligados a nível económico e social, encontrando-se geograficamente circunscrita -, é o principal foco e, juntamente com os recursos endógenos que devem ser protegidos, são os principais atrativos aos visitantes.

Assim, o produto turístico oferecido deve encontrar-se focado numa gestão competitiva, na conservação dos recursos, e na criação de benefícios para a comunidade. Para que o produto seja de qualidade e vá de encontro às expectativas do consumidor, é também necessário conhecer as motivações dos turistas para que os vários *stakeholders* promovam estratégias e políticas que garantam a competitividade do destino rural. A vantagem competitiva necessária para fazer valer o produto turístico, e para alcançar um desenvolvimento integrado da região, passa pela criação de parcerias com o setor público, o setor privado e as comunidades aquando o planeamento e desenvolvimento turístico.

A região selecionada para a implementação do projeto foi Terras de Sícó em geral, e os espaços rurais desta região em particular. A região é rica em história e cultura (com Património Cultural Classificado, forte ligação à religião e integrada no Caminho de Santiago, e vários vestígios de ocupação romana), e forte ligação à agricultura que influencia a gastronomia local e regional. Ou seja, tem grande potencial turístico e necessita do investimento sustentável nesse potencial uma vez que se verifica uma conjuntura sociodemográfica negativa de modo geral na região.

De modo a melhor orientar o projeto de investigação, a realização de uma análise benchmarking de projetos nacionais e internacionais permitiu aprender as melhores práticas necessárias aplicar num projeto deste âmbito. E conclui-se que os melhores projetos de turismo de base comunitária visam melhorar a qualidade de vida das comunidades locais ao oferecer oportunidades de educação e formação, ao mesmo tempo que envolvem a comunidade na prestação dos serviços turísticos e na própria organização.

Também se pode contar com a colaboração das seguintes entidades para a realização de entrevista: Câmara Municipal de Alvaiázere, da Câmara Municipal de Ansião, da Câmara Municipal de Penela e da Câmara Municipal de Soure. Através dos dados primários recolhidos, foi possível orientar a proposta de plano de desenvolvimento às necessidades e realidades da região de Terras de Sícó que necessita de um desenvolvimento integrado do setor do turismo uma vez que apesar de ser considerado importante, não têm sido aplicados todos os esforços necessários para o desenvolvimento do mesmo.

Com este trabalho, o objetivo de criar um projeto de turismo comunitário no espaço rural nas Terras de Sícó, que contribua para o desenvolvimento sustentável de acordo com os ODS, foi concluído. Assim, este projeto proposto pretende desenvolver os espaços rurais de Terras de Sícó através do potencial do turismo comunitário para o crescimento económico sustentável e inclusivo, para a inclusão social, para a redução do desemprego

e da pobreza, para aumentar a eficiência dos recursos e proteger o ambiente, e para a preservação dos valores culturais e do património. Em suma, pretende-se que a comunidade local como um todo beneficie dos impactos positivos que o turismo de base comunitária orientado pelos ODS oferece. Para tal, pretende-se garantir formação em diversas áreas para os membros da comunidade se possam envolver no projeto. Também se pretende desenvolver produtos turísticos que visem a sustentabilidade económica, social e ambiental, e pretende-se a colaboração com entidades e outros projetos que já desenvolvam produtos turísticos que se enquadrem no conceito de turismo de base comunitária e, assim, complementar e viabilizar a oferta turística da região de Terras de Sícó e permitir um desenvolvimento sustentável integrado.

Contributos

Este projeto de investigação permitiu salientar as potencialidades da região de Terras de Sícó para o turismo de base comunitária e, por consequente, da potencialidade que o turismo terá para o desenvolvimento sustentável da região de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O desenvolvimento e aplicação de projetos de âmbito do turismo de base comunitária aplicado a espaços rurais e com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, permitirá o desenvolvimento sustentável ambiental, social e económico local. Isto porque, através de boas práticas descritas ao longo do presente trabalho, contribuirá para o crescimento económico sustentável e inclusivo, para a inclusão social, para a redução do desemprego e da pobreza, para o aumento da eficiência dos recursos e proteção do ambiente, e para a preservação dos valores culturais e do património.

Portanto, espera-se que este projeto de investigação influencie positivamente o desenvolvimento de novos e mais planos de desenvolvimento deste género em âmbito nacional e, assim, combater a falta de projetos de investigação nesta área em território nacional.

Limitações e sugestões

Verificaram-se limitações e surgiram sugestões ao longo do desenvolvimento do presente projeto de investigação.

A limitação mais sentida e recorrente que condicionou o desenvolvimento do projeto, foi a dificuldade em inquirir as entidades selecionadas. Primeiro, por ter sido um processo longo e lento devido à falta de disponibilidade das entidades em agendar uma entrevista. Tentou-se combater essa limitação através da sugestão de inquirir as entidades via correio eletrónico, porém nem todas se mostraram disponíveis e não colaboraram. Portanto, input importante para o projeto não foi adquirido, uma vez que seria bastante importante contar com a colaboração da entidade regional de Turismo do Centro de Portugal, por exemplo.

Outra limitação resultou da necessidade de optar por inquirir as entidades por *e-mail*, uma vez que algumas entidades não responderam a algumas questões colocadas, assim como algumas não aprofundaram o assunto que era inquirido, tendo tal sido verificado em algumas, mas poucas, questões.

Ao contrário do que acontece a nível global em locais mais remotos do globo, neste tipo de estudos na área do turismo e direcionados ao território nacional, são poucos os estudos que abordam o conceito de turismo comunitário e a importância desta forma alternativa de turismo para o desenvolvimento rural em Portugal.

Desse modo, e de modo geral, sugere-se o desenvolvimento de mais estudos no âmbito do turismo de base comunitária aplicado em áreas rurais de Portugal de modo a promover o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento sustentável das regiões rurais portuguesas.

De modo particular e relacionado com o presente projeto de investigação, é de grande relevância que, num estudo futuro, a comunidade da região de Terras de Sícó seja inquirida relativamente ao envolvimento da mesma no planeamento e desenvolvimento turísticos que vise o desenvolvimento sustentável da região. Pois inquirir a comunidade seria um complemento a este projeto, pois desse modo, o plano sugerido já seguiria os moldes que a comunidade pretende implementar, e a comunidade encontrar-se-ia envolvida desde o primeiro momento.

Inquirir outras entidades também será uma mais valia, como por exemplo empresas privadas da área de turismo, e organizações e associações existentes na região de diversos âmbitos económicos que possam ser complementares ao turismo. Desse modo, obter-se-

á uma perspectiva de possibilidade de parcerias com essas entidades, e conhecer-se-á os projetos e ações que se encontram em vigor ou em desenvolvimento de modo a melhor orientar o projeto e as possíveis parcerias.

Referências Bibliográficas

- ADXTUR. (2013). Aldeia Viva na Ferraria de São João. Retrieved April 27, 2018, from <https://aldeiasdoxisto.pt/experiencia/4190>
- Aldeias do Xisto. (2014). FAGRIP - Feira agrícola, comercial e industrial. Retrieved April 7, 2018, from <https://aldeiasdoxisto.pt/evento/3289>
- Aldeias do Xisto. (2018a). Ferraria de São João. Retrieved April 7, 2018, from <https://aldeiasdoxisto.pt/aldeia/ferraria-de-sao-joao>
- Aldeias do Xisto. (2018b). Penela presépio. Retrieved April 7, 2018, from <https://aldeiasdoxisto.pt/evento/3981>
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216–224. Retrieved from <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiZlt2ul63ZAhVFPhQKHUefA7sQFggtMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.participatorymethods.org%2Fsites%2Fparticipatorymethods.org%2Ffiles%2FArnstein%2520ladder%25201969.pdf&usg=AOvV>
- Asker, S., Boronyak, L., Carrard, N., & Paddon, M. (2010). *Effective community based tourism: A best practice manual*. Sustainable Tourism Cooperative Research Centre 2010.
- Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha. (2018). O melhor da Gastronomia de Soure. Retrieved April 8, 2018, from <http://acdsfvr.pt/noticias/o-melhor-da-gastronomia-de-soure>
- Blackstock, K. (2005). A critical look at community based tourism. *Community Development Journal*, 40(1), 39–49.
- Brohman, J. (1996). New directions in tourism for the Third World. *Annals of Tourism Research*, 23(1), 48–70.
- Bursztyn, I. ., Bartholo, R. ., & Delamero, M. (2009). Turismo Para Quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 76–91). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Câmara Municipal de Alvaiázere. (2018a). Cultura e eventos. Retrieved April 5, 2018,

from <https://www.cm-alvaiazere.pt/index.php/participar/cultura-eventos>

Câmara Municipal de Alvaiázere. (2018b). História. Retrieved April 5, 2018, from <https://www.cm-alvaiazere.pt/index.php/conhecer/historia>

Câmara Municipal de Alvaiázere. (2018c). Mapas do concelho. Retrieved February 28, 2018, from <https://www.cm-alvaiazere.pt/index.php/conhecer/mapas-do-concelho>

Câmara Municipal de Alvaiázere. (2018d). Património. Retrieved April 5, 2018, from <https://www.cm-alvaiazere.pt/index.php/conhecer/turismo/patrimonio?start=3>

Câmara Municipal de Ansião. (2016). Localização - Concelho. Retrieved March 1, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/concelho-localizacao>

Câmara Municipal de Ansião. (2018a). Artesanato. Retrieved April 5, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/5/tradicao-e-arte>

Câmara Municipal de Ansião. (2018b). Casa-museu de fósseis de Sicó. Retrieved April 5, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/1/cultura-e-historia/4/lazer/104/casa-museu-de-fosseis-de-sico>

Câmara Municipal de Ansião. (2018c). Complexo Monumental Santiago da Guarda. Retrieved May 5, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/1/cultura-e-historia/27/complexo-monumental-de-santiago-da-guarda/98/complexo-monumental-santiago-da-guarda>

Câmara Municipal de Ansião. (2018d). Etnografia e folclore. Retrieved April 9, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/4/o-que-fazer/23/etnografia-e-folclore>

Câmara Municipal de Ansião. (2018e). História resumida do concelho de Ansião. Retrieved April 5, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/concelho-historia>

Câmara Municipal de Ansião. (2018f). Produtos regionais. Retrieved April 5, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/5/tradicao-e-arte/20/produtos-regionais>

Câmara Municipal de Ansião. (2018g). Ruínas da torre da Ladeira. Retrieved April 5, 2018, from <http://www.cm-ansiao.pt/PT/visitantes/1/cultura-e-historia/2/patrimonio-militar/99/ruinas-da-torre-da-ladeia>

Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova. (2018a). Apresentação. Retrieved April 6, 2018, from <http://cm-condeixa.pt/autarquia/concelho/apresentacao/>

Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova. (2018b). Gastronomia. Retrieved April 6, 2018,

from <http://cm-condeixa.pt/turismo/gastronomia/>

Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova. (2018c). História. Retrieved April 6, 2018, from <http://cm-condeixa.pt/autarquia/concelho/historia/>

Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova. (2018d). Usos e tradições. Retrieved April 6, 2018, from <http://cm-condeixa.pt/cultura/usos-e-tradicoes/>

Câmara Municipal de Condeixa. (2016). Localização. Retrieved March 8, 2018, from <http://cm-condeixa.pt/autarquia/concelho/localizacao/>

Câmara Municipal de Penela. (2018a). ADXSTUR. Retrieved April 9, 2018, from <http://www.cm-penela.pt/artigo-80-0>

Câmara Municipal de Penela. (2018b). Feira medieval de Penela. Retrieved June 7, 2018, from <http://www.cm-penela.pt/evento-51>

Câmara Municipal de Penela. (2018c). Festas de S.Miguel, FAGRIP, Feira das Nozes, dos Produtos Endógenos e da Gastronomia. Retrieved April 7, 2018, from <http://www.cm-penela.pt/noticia-6777>

Câmara Municipal de Penela. (2018d). História. Retrieved April 6, 2018, from <http://www.cm-penela.pt/turismo/historia.html>

Câmara Municipal de Penela. (2018e). Mercado do Queijo Rabaçal e dos Romanos. Retrieved April 7, 2018, from <http://www.cm-penela.pt/evento-52>

Câmara Municipal de Penela. (2018f). Produtos endógenos. Retrieved April 6, 2018, from <http://www.cm-penela.pt/turismo/produtos.html>

Câmara Municipal de Penela. (2018g). Vinália - O Sabor de Podentes. Retrieved April 7, 2018, from <http://www.cm-penela.pt/evento-90>

Câmara Municipal de Pombal. (2018a). Como chegar? Retrieved March 8, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/como-chegar/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018b). Freguesia da Redinha. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-da-redinha/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018c). Freguesia de Abiul. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-de-abiul/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018d). Freguesia de Almagreira. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-de-almagreira/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018e). Freguesia de Carnide. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-carnide/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018f). Freguesia de Meirinhas. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-de-meirinhas/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018g). Freguesia de Pelariga. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-de-pelariga/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018h). Freguesia de Vermoil. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-de-vermoil/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018i). Freguesia de Vila Cã. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-de-vila-ca/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018j). Freguesia do Lourical. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/freguesias/freguesia-do-lourical/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018k). História. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/historia/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018l). Lendas. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/lendas/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018m). Museu. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/museu/>

Câmara Municipal de Pombal. (2018n). Museu de Arte Popular Portuguesa. Retrieved April 7, 2018, from <https://www.cm-pombal.pt/viver/espacos-municipais-edificio-dos-pacos-do-concelho/espacos-municipais-espacos-culturais/museu-de-arte-popular-portuguesa/>

Câmara Municipal de Soure. (2018a). Artesanato Gastronomia Cultura. Retrieved April 8, 2018, from <http://www.cm-soure.pt/artesanato.html>

Câmara Municipal de Soure. (2018b). Concelho. Retrieved March 8, 2018, from <http://www.cm-soure.pt/concelho.html>

Câmara Municipal de Soure. (2018c). Festas de S. Mateus - FATAACIS.

Câmara Municipal de Soure. (2018d). Semana do livro e da cultura. Retrieved April 8, 2018, from <http://www.cm-soure.pt/livro.html>

Castelos e Muralhas do Mondego. (2018). Castelos. Retrieved April 9, 2018, from

- <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/monumentos>
- CBI Ministry of Foreign Affairs. (n.d.). *What are the opportunities for community-based tourism from Europe?*
- Clare County Council. (2018). Burren and Cliffs of Moher Geopark. Retrieved April 30, 2018, from <http://www.burrengeopark.ie>
- Compete 2020, Portugal 2020, & União Europeia. (2015). *Compete 2020 Programa operacional competitividade e internacionalização - Síntese do programa*. Lisboa. Retrieved from https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/ProgramasOperacionais/BROCHURAS PO/BrochuraCompete2020_versaofinal.pdf
- Coriolano, L. N., Araújo, A. M. M. de, & Vasconcelos, F. P. (2009). *Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudanças*. (EDUECE, Ed.).
- CP - Coimboios de Portugal. (n.d.). Estação de Soure. Retrieved April 14, 2018, from <https://www.cp.pt/passageiros/pt/consultar-horarios/estacoes/soure>
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editora Verbo.
- DGADR. (n.d.-a). Fator de desenvolvimento rural. Retrieved March 14, 2018, from <http://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/turismo-rural/fator-de-desenvolvimento-rural>
- DGADR. (n.d.-b). Mel da Serra da Lousã DOP. Retrieved April 7, 2018, from <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/mel/908-mel-da-serra-da-lousa-dop>
- DGADR. (n.d.-c). O interesse pelo Turismo no Espaço Rural. Retrieved December 10, 2017, from <http://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/turismo-rural/o-interesse-pelo-turismo-no-espaco-rural>
- DGADR. (n.d.-d). Produtos tradicionais portugueses - Azeites do Ribatejo DOP. Retrieved April 5, 2018, from <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/azeites-e-azeitonas/47-azeites-do-ribatejo-dop>
- DGADR. (n.d.-e). Produtos tradicionais portugueses - Queijo Rabaçal DOP. Retrieved April 5, 2018, from <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/queijos-e-produtos-lacteos/92-queijo-rabacal-dop>
- DGADR. (n.d.-f). Turismo no Espaço Rural. Retrieved December 9, 2017, from

- <http://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/turismo-rural>
- DGADR. (n.d.-g). Universidade de Coimbra - Alta e Sofia. Retrieved April 6, 2018, from <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/universidade-de-coimbra-alta-e-sofia/>
- Direção-Geral do Património Cultural. (2018). Património Cultural. Retrieved April 4, 2018, from <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/>
- Direito Administrativo. (n.d.). O que é tokenismo? Retrieved February 16, 2018, from <http://direitoadm.com.br/tokenismo/>
- Eusébio, C., & Figueiredo, E. (2014). Turismo e desenvolvimento sustentável de destinos rurais. In E. Kastenholz, C. Eusébio, M. J. Carneiro, & J. Lima (Eds.), *Reinventar o turismo rural em Portugal. Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 51–58). Aveiro: UA Editora.
- Eusébio, C., Kastenholz, E., & Breda, Z. (2014). Tourism and sustainable development of rural destinations: A stakeholders's view. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 36(Turismo Rural), 13–21.
- Finn, M., Elliott-White, M., & Walton, M. (2000). *Tourism & Leisure Research Methods: Data Collection, Analysis and Interpretation*. England: Longman.
- FNWAY Consulting;, & Câmara Municipal de Soure. (n.d.). *Plano de ação estratégico - Município de Soure*.
- Forte, J. P. (2008). *Património geomorfológico da unidade territorial de alvaiázere: inventariação, avaliação e valorização*. Universidade de Lisboa.
- Garrod, B., Wornell, R., & Youell, R. (2006). Re-conceptualising rural resources as countryside capital: The case of rural tourism. *Journal of Rural Studies*, 22, 117–128.
- Giampiccoli, A., & Kalis, J. H. (2012). Community-based tourism and local culture: The case of the amaMpondo. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10(1), 173–188.
- Goodwin, H., & Santilli, R. (2009). *Community-based tourism: a success?*
- IAPMEI. (2016). *Fazer um plano de marketing*. Retrieved from <https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E->

SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Empreendedorismo/Guias-praticos/Fazer-um-plano-de-marketing-(1).pdf.aspx

ICNB. (2008a). *Plano sectorial da Rede Natura 2000 - Sítios: Paul de Arzila*.

ICNB. (2008b). *Plano sectorial da Rede Natura 2000 - Sítios: Sicó/Alvaiázere*.

ICNB. (2012a). *Plano sectorial da Rede Natura 2000 - Zonas de proteção especial: Paul da Madriz*.

ICNB. (2012b). *Plano sectorial da Rede Natura 2000 - Zonas de proteção especial: Paul de Arzila*.

ICNF. (2014). Reserva Natural. Retrieved March 10, 2018, from <http://www2.icnf.pt/portal/ap/nac/res-natur>

ICNF. (2016a). Convenção de Ramsar. Retrieved March 10, 2018, from <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/ramsar>

ICNF. (2016b). Natura 2000. Retrieved March 10, 2018, from <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000>

ICNF. (2016c). SIC continente. Retrieved March 9, 2018, from <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/sic-pt>

ICNF. (2016d). Zonas de Proteção Especial no continente. Retrieved March 9, 2018, from <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/rn-pt/rn-contin/zpe-pt>

ICNF. (2017). *Rede Nacional de Áreas Protegidas. Áreas protegidas*. Retrieved from <http://www2.icnf.pt/portal/ap>

INE. (2012). Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades por local de residência (à data dos Censos 2011), sexo, grupo etário, Tipo de dificuldade e grau de dificuldade; decenal. Retrieved April 12, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006371&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2013). Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%) por local de residência (à data dos Censos 2011) e sexo; decenal. Retrieved April 12, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007458&contexto=bd&selTab=tab2

- INE. (2017a). *Anuário Estatístico da Região Centro - 2016*.
- INE. (2017b). Anuário estatístico da região centro 1999-2016. Retrieved March 15, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PE SQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLE S&frm_texto=anuário+estatístico+da+região+centro&frm_modos_texto=MODOS_T EXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQ
- INE. (2018a). Empresas (N.º) por localização geográfica (NUTS - 2013) e atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); anual. Retrieved April 12, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008466&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018b). Estabelecimentos de ensino. Retrieved May 10, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001097&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018c). Indicadores oferta turística 2010-2016. Retrieved May 3, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008572&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018d). Índice de envelhecimento (nº) por local de residência (NUTS - 2013); anual. Retrieved April 11, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008258&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018e). Índice de longevidade (nº) por local de residência (NUTS - 2013); anual. Retrieved April 11, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008260&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018f). População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por local de residência (NUTS - 2013) e nacionalidade (grupos de países); Anual. Retrieved April 11, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009107&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018g). População residente (Nº) por local de residência, sexo e grupo etário; anual.

- Retrieved April 10, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018h). População residente (Nº) por local de residência (NUTS - 2013), sexo e grupo etário; anual. Retrieved April 11, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018i). Saldo migratório (nº) por local de residência (NUTS - 2013); anual. Retrieved April 11, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008269&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018j). Saldo natural (Nº) por local de residência (NUTS - 2013); Anual. Retrieved April 11, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008270&contexto=bd&selTab=tab2
- INE. (2018k). Saúde.
- INE. (2018l). Taxa de analfabetismo (%) por local de residência (à data dos Censos 2011) e sexo; decenal. Retrieved April 11, 2018, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006731&contexto=bd&selTab=tab2
- Iorio, M., & Corsale, A. (2010). Rural tourism and livelihood strategies in Romania. *Journal of Rural Studies*, 26, 152–162.
- Ismail, M. N. I., Hanafiah, M. H., Aminuddin, N., & Mustafa, N. (2016). Community-based homestay service quality, visitor satisfaction, and behavioral intention. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 222, 398–405.
- Jennings, G. (2001). *Tourism research*. Park Road, Milton: John Wiley and Sons.
- Kastenholz, E., & Almeida, A. L. de. (2008). Seasonality in rural tourism – the case of North Portugal. *Tourism Review*, 63(2), 5–15. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/16605370810883905>
- Kayat, K. (2014). Community-based rural tourism: a proposed sustainability framework. *SHS Web of Conferences*, 12(4th International Conference on Tourism Research).

- Lane, B. (1994). What is Rural Tourism? *Journal of Sustainable Tourism*, 2(1–2), 7–21.
- Lima, F. B. C., Silva, Y. F. e, & Silva, J. A. (2016). *Projeto Querença: turismo comunitário como alternativa para o desenvolvimento local e humano. XIII Anais do Seminário ANPTUR*.
- Manyara, G., & Jones, E. (2007). Best practice model for community capacity-building: A case study of community-based tourism enterprises in Kenya. *PRELIMINARY COMMUNICATION*, 55(4), 403–415.
- Martínez-Roget, F., Moutela, J. A. T., & Núñez, J. C. E. (2015). Chaves do êxito do turismo em espaço rural (TER): Evidências a partir da lealdade turística na Rede das Aldeias do Xisto. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 40, 65–81.
- Mielke, E. J. C., & Pegas, F. V. (2013). Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. *Revista Turismo Em Análise*, 24(1), 170–189.
- Minha Terra. (2018). Terras de Sicó. Retrieved February 28, 2018, from <http://www.minhaterra.pt/terras-de-sico.T10394.php>
- Moric, I. (2013). The role and challenges of rural tourism development in transition countries: Montenegro experiences. *TURIZAM*, 17(2), 84–95.
- Museu Monográfico de Conímbriga. (2002). Conímbriga - Ruínas, museu monográfico. Retrieved April 3, 2018, from <http://www.conimbriga.gov.pt/portugues/ruinas.html>
- Museu Municipal de Alvaiázere. (2018). Museu Municipal de Alvaiázere. Retrieved April 5, 2018, from <http://museualvaiazere.blogspot.pt/>
- Notícias de Coimbra. (2015, January 20). Inverno Cultural em Penela. *Coimbra - Região*. Retrieved from <https://www.noticiasdecoimbra.pt/inverno-cultural-em-penela/>
- Observatório do QREN. (2009). *A avaliação do desenvolvimento socioeconómico, Manual Técnico II: Métodos e Técnicas - Instrumentos de enquadramento das conclusões da avaliação: benchmarking*.
- Okazaki, E. (2008). A community-based tourism model: it's conception and use. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 511–529.
- Okech, R., Haghiri, M., & George, B. P. (2012). Rural tourism as a sustainable development alternative: An analysis with special reference to Luanda, Kenya.

- Cultur - Revista de Cultura e Turismo*, 3(Sustainability, Tourism & Environment in the Shift of a Millennium: A Peripheral View), 36–54.
- OMT. (2001). *Apuntes de metodologia de la investigación en turismo*. (O. M. de Turismo, Ed.) (1st ed.). Madrid: Organización Mundial del Turismo.
- Pakshir, L., & Nair, V. (2011). Sustainability of homestay as a form of Community-Based Tourism (CBT): A case study of the rural community in Bavanat-Iran. *TEAM Journal of Hospitality and Tourism*, 8(1), 5–18.
- Parent, S., Klein, J. L., & Jolin, L. (2009). Le Développement Communautaire Local et le Tourisme Communautaire: une analyse conceptuelle comparative. *Journal for Communication Studies*, 4(1), 73–89.
- Pawson, S., D'Arcy, P., & Richardson, S. (2017). The value of community-based tourism in Banteay Chhmar, Cambodia. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 19(3), 378–397. <https://doi.org/10.1080/15447087.2017.1345441>
- PDR2020. (2014). *Zonas rurais: freguesias rurais PDR2020 (nova Divisão Administrativa freguesias 2013)*.
- Poder Local - Revista de Administração Democrática. (2018). Associativismo e desenvolvimento local. Retrieved April 9, 2018, from <http://revistapoderlocal.pt/index.php/e-revista/artigos/63-intervencao-socio-cultural/237-a25-associativismo-para-o-desenvolvimento-na-regiao-saloia>
- Pordata. (2015a). Desempregados por 100 empregados segundo os Censos: total e por sexo.
- Pordata. (2015b). População activa segundo os Censos: total e por sexo.
- Pordata. (2015c). População empregada segundo os Censos: total e por sector de actividade económica (%).
- Pordata. (2015d). Taxa de actividade segundo os Censos: total e por sexo (%).
- Portal dos Incentivos. (2019). Linha de Apoio à Qualificação da Oferta. Retrieved September 21, 2018, from <https://www.portaldosincentivos.pt/index.php/turismo/linha-de-apoio-a-qualificacao-da-oferta>
- Portugal 2020. (n.d.-a). *Centro 2020 Programa Operacional Regional do Centro 2014-*

2020. Retrieved from <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/ProgramasOperacionais/BROCHURAS PO/BrochuraCentro2020.pdf>
- Portugal 2020. (n.d.-b). *POSEUR - Investimento e crescimento sustentável*. Retrieved from <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/ProgramasOperacionais/BROCHURAS PO/POSEURBrochura.pdf>
- Portugal 2020. (n.d.-c). *Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020*. Retrieved from [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/ProgramasOperacionais/DECISÕESCE/PDR2020_TextoIntegralApósdecisãoC\(2016\)7016.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/ProgramasOperacionais/DECISÕESCE/PDR2020_TextoIntegralApósdecisãoC(2016)7016.pdf)
- Portugal 2020. (n.d.-d). *Programa Operacional Capital Humano (POCH) - objetivos e financiamento*. Retrieved from https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/ProgramasOperacionais/BROCHURAS PO/POCH_triptico.pdf
- Portugal 2020. (n.d.-e). *Programa operacional inclusão social e emprego*. Retrieved from https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/ProgramasOperacionais/BROCHURAS PO/Portal2020_PO ISE.pdf
- Proactivetur. (2017). Proactivetur - Turismo responsável. Retrieved April 27, 2018, from <http://proactivetur.pt/pt/home>
- Projecto Querença. (2014a). Projecto Querença. Retrieved April 27, 2018, from <http://www.projectoquerenca.com/pt/index.html>
- Projecto Querença. (2014b). Projecto Querença. Retrieved April 27, 2018, from <http://www.projectoquerenca.com/pt/apoios.html>
- Reality Tours & Travel. (2018). Reality Tours & Travel. Retrieved April 30, 2018, from <http://realitytoursandtravel.com/>
- Região de Leiria. (2013, January 16). Caminho de Santiago já está sinalizado em Alvaiázere. *Notícias, Sociedade*. Retrieved from <https://www.regiaodeleiria.pt/2013/01/caminho-de-santiago-ja-esta-sinalizado-em-alvaiazere/>
- Rozemeijer, N., Gujadhur, T., Motshubi, C., Berg, E. van den, & Flyman, M. V. (2001).

- Community-based tourism: The SNV experience in three community-tourism projects. Community-based tourism in Botswana*. Gaborone: SNV Botswana.
- Salazar, N. B. (2012). Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(1), 9–22.
- Saldaña, J. (2013). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. SAGE.
- Selin, S., & Chavez, D. (1995). Developing an evolutionary tourism partnership model. *Annals of Tourism Research* 1, 22(4), 844–856.
- Silva, L., & Leal, J. (2015). Rural tourism and national identity building in contemporary Europe: Evidence from Portugal. *Journal of Rural Studies*, 38, 109–119.
- Simmons, D. G. (1994). Community participation in tourism planning. *Tourism Management*, 15(2), 98–108.
- Simpson, M. C. (2009). An integrated approach to assess the impacts of tourism on community development and sustainable livelihood. *Community Development Journal*, 44(2), 186–208.
- Supriharjo, R. D., Rahmawatia, D., Santoso, E. B., Setiawana, R. P., & Pradinie, K. (2016). Factors influencing community-based heritage sustainability in Kampung Kemasan, Gresik. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 227, 498–502.
- Sutawa, G. K. (2012). Issues on Bali tourism development and community empowerment to support sustainable tourism development. *Procedia Economics and Finance*, 4, 413–422.
- Terras de Sicó. (2017a). Área geográfica - Terras de Sicó. Retrieved February 28, 2018, from <http://www.terrasdesico.pt/territorio-area-geografica>
- Terras de Sicó. (2017b). Espeleologia. Retrieved March 10, 2018, from <http://www.terrasdesico.pt/turismo-espeleologia>
- Terras de Sicó. (2017c). Fauna. Retrieved March 11, 2018, from <http://www.terrasdesico.pt/turismo-fauna>
- Terras de Sicó. (2017d). Flora. Retrieved March 11, 2018, from <http://www.terrasdesico.pt/turismo-flora/acacia-longifolia>
- Terras de Sicó. (2017e). Planos e projetos.
- Terras de Sicó. (2017f). Quem somos. Retrieved April 9, 2018, from

- <http://www.terrasdesico.pt/associacao-quem-somos>
- Terras de Sicó. (2017g). Sítios classificados - Terras de Sicó. Retrieved March 9, 2018, from <http://www.terrasdesico.pt/turismo-sitios-classificados>
- Torres-Delgado, A., & Palomeque, F. L. (2014). Measuring sustainable tourism at the municipal level. *Annals of Tourism Research*, 49, 122–137.
- Trilhas Grio. (2015). Trilhas Grio da Chapada Diamantina. Retrieved April 28, 2018, from <http://trilhagriochapada.org.br/>
- Turismo Centro de Portugal. (2017). *Coimbra*. Aveiro.
- Turismo de Portugal. (2016). *Turismo em números: março 2016*. Retrieved from <http://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Documents/Análises/Alojamento/turismoemnumerosmreceitasmar16.pdf>
- Turismo de Portugal. (2018a). Agentes de Animação Turística. Retrieved May 9, 2018, from <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?FiltroVisivel=True>
- Turismo de Portugal. (2018b). Alojamento local. Retrieved May 7, 2018, from <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAL/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True>
- Turismo de Portugal. (2018c). Empreendimentos turísticos. Retrieved May 7, 2018, from <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&MostraFiltro=True>
- UNESCO. (2010). Sustainable tourism. Retrieved February 20, 2018, from http://www.unesco.org/education/tlsf/mods/theme_c/mod16.html
- União Europeia. (2018). Europa - países. Retrieved April 11, 2018, from https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt#os_28_estados-membros_da_ue
- United Nations. (2015). *The millennium development goals report*. New York.
- United Nations. (2017a). Sustainable development goals. Retrieved November 24, 2017, from <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>
- United Nations. (2017b). Sustainable development goals. Retrieved November 25, 2018, from <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>

- UNWTO. (2016). *Tourism Highlights: 2016 Edition*.
<https://doi.org/10.18111/9789284418145>
- UNWTO, & United Nations Global Compact Network Spain. (2016). *The tourism sector and the sustainable development goals - Responsible tourism, a global commitment*. Madrid.
- Veal, A. J. (2006). *Research methods for leisure and tourism: A practice guide*. London: FT Prentice Hall.
- Velázquez, G., Valderrama, J., Ruiz, J., Martínez, O., Morales, L., Verján, R., & Flores, J. (2010). Community-based tourism and the development of local small businesses in rural Baja California, Mexico. *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 142, 653–663.
- Villa Sicó. (2015). Produtos regionais. Retrieved April 6, 2018, from <http://www.villasico.com/descobrir/produtos-regionais>
- Visitar Portugal. (2018). Penela (concelho). Retrieved March 8, 2018, from <https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-coimbra/c-penela>
- World Tourism Organization. (2004). *Indicators of sustainable development for tourism destinations - a guidebook*. Madrid: World Tourism Organization.
- WWF Internacional. (2001). *Guidelines for community-based ecotourism development*.
- Yun, D., Hennessy, S. M., & Courtney, S. A. (2016). Motivations and preferred activities of tourists to rural destinations: A comparative analysis of rural and urban residents. In *Tourism Travel and Research Association: Advancing Tourism Research Globally*.

Anexos

Anexo A - Guião das entrevistas aplicadas

Guião da entrevista aplicado às entidades públicas

1. Na sua opinião, qual o papel do turismo no desenvolvimento da Região das Terras de Sicó?
2. Acha que o município possui uma boa estrutura ao nível das acessibilidades e infraestruturas, como vias de acesso e espaços, por exemplo, para receber o turismo?
3. Que programas, projetos e ações municipais estão a ser realizadas com o intuito de aumentar a atividade turística na região? Fale sobre eles.
4. Existe coordenação entre o setor público e privado no planeamento e desenvolvimento turístico? Em caso positivo, de que forma?
5. Considera que a comunidade local está integrada no desenvolvimento e organização das atividades turísticas? De que forma?
6. Deveria existir maior envolvimento da comunidade? De que forma?
7. No seu ponto de vista, considera que o turismo afetou as condições de vida da população local? Como?
8. Para além do turismo, que outros setores contribuem para o desenvolvimento local? (agricultura, comércio, serviços, outros)? Que complementaridade estes sectores têm ou podem ter com o Turismo?
9. Quais as principais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do turismo?
10. Considere o desenvolvimento de um projeto turístico que envolva a comunidade e o contacto direto da mesma com os visitantes através do planeamento e oferta de diversas atividades turísticas e *workshops*, e realização de eventos. Na sua opinião, a comunidade estaria disposta e preparada a participar no desenvolvimento do projeto e na prestação de serviços turísticos?
11. Tendo em consideração que os programas teriam um preço base por pessoa para remuneração do pessoal envolvido e cujos lucros seriam direcionados para a preservação e conservação natural e cultural da região, considera este tipo de projeto viável? De que forma seria possível aumentar a viabilidade do mesmo?

12. Este projeto teria competências para ser apoiado pelo setor público?
13. Tem algum conselho para que um programa com este conceito possa gerar impacto positivo junto da comunidade?
14. Tem algo mais que gostaria de acrescentar?

Guião da entrevista aplicado à entidade privada

1. Na sua opinião, qual o papel do turismo no desenvolvimento da Região das Terras de Sicó?
2. Acha que o município possui uma boa estrutura ao nível das acessibilidades e infraestruturas, como vias de acesso e espaços, por exemplo, para receber o turismo?
3. Tem conhecimento de programas, projetos e ações municipais que estão a ser realizadas com o intuito de aumentar a atividade turística na região? Fale sobre eles.
4. Existe coordenação entre o setor público e privado no planeamento e desenvolvimento turístico? Em caso positivo, em que medidas?
5. Considera que a comunidade local está integrada no desenvolvimento e organização das atividades turísticas? De que forma?
6. No seu ponto de vista, considera que o turismo afetou as condições de vida da população local? Como?
7. Quais as principais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento do turismo?
8. Para além do turismo, que outros setores contribuem para o desenvolvimento local? (agricultura, comércio, serviços, outros)? Que complementaridade estes sectores têm ou podem ter com o Turismo?
9. De que forma o Turismo tem contribuído para o desenvolvimento da região?
10. Têm em consideração a comunidade e os seus saberes (e/ou os produtos endógenos) na vossa oferta turística? De que forma?
11. Sente que a comunidade se encontra predisposta e capacitada a trabalhar no setor do turismo?

12. Considere o desenvolvimento de um projeto turístico que envolva a comunidade e o contacto direto da mesma com os visitantes através do planeamento e oferta de diversas atividades turísticas e *workshops*, e realização de eventos. Tendo em consideração que os programas teriam um preço base por pessoa para remuneração do pessoal envolvido e cujos lucros seriam direcionados para a preservação e conservação natural e cultural da região, considera este tipo de projeto viável? De que forma seria possível aumentar a viabilidade do mesmo?
13. Este projeto teria condições para ser apoiado pelo setor privado?
14. Tem algum conselho para que um programa com este conceito possa gerar impacto positivo junto da comunidade?
15. Tem algo mais que gostaria de acrescentar?

Anexo B - Análise *benchmarking*

Tabela 38 - Análise benchmarking de projetos internacionais

Projetos internacionais			
Projeto / Organização	Trilhas Griô	Reality Tours & Travel	Burren and Cliffs of Moher Geopark
Área de influência	Chapada Diamantina, no estado da Bahia, Brasil	Índia (Delhi, Rajasthan, Golden Triangle, Mumbai, Sul da Índia)	Burren and Cliffs of Moher, Irlanda
Conceito	Projeto de referência em educação e participação comunitária no Brasil, que tem como missão potenciar a educação, a cultura e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.	Projeto que visa consciencializar sobre a vida das comunidades em favelas e recolher fundos para apoiar projetos na comunidade local ao oferecer experiências locais autênticas. Projeto de negócio social que usa 80% das receitas para apoiar a organização sem fins lucrativos Reality Gives.	Projeto que conta com uma parceria entre o setor privado, a comunidade local e autoridades municipais de modo a bem planejar e gerir o turismo local, melhorar a qualidade de vida local, oferecer uma experiência de qualidade ao visitante e promover a conservação do património.

Projetos internacionais			
Projeto / Organização	Trilhas Griô	Reality Tours & Travel	Burren and Cliffs of Moher Geopark
Produto	Roteiros organizados e personalizados que incluem património natural e cultural, educação e contacto com as comunidades.	<p><i>City tours: slum tours, street food tours</i> visitas de bicicleta, visitas noturnas, visitas em transportes locais, <i>sightseeing, walking tour</i>, visitas a aldeias/vilas/cidades, e visitas especiais.</p> <p><i>Multi-day tours</i> com alojamento e alimentação incluídos.</p>	Eventos, <i>workshops</i> , guias para visitantes, percursos com base no património cultural e natural, aplicação para dispositivos móveis.
Preço	39,43€ - 44,21€ ^{(a), (c)}	<p><i>City tours:</i> 11,21€ - 112,13€ ^{(a) (c)}</p> <p><i>Multi-day tours:</i> 871,82€ - 1 868,18€ ^{(a) (c)}</p>	N/A

Projetos internacionais			
Projeto / Organização	Trilhas Griô	Reality Tours & Travel	Burren and Cliffs of Moher Geopark
Promoção & Comunicação	<p>Financiado pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, e pelo Governo do Estado da Bahia.</p> <p>Promoção online através da rede social Facebook e website.</p>	<p>Menção em: The New York Times, Lonely Planet, CNN, The Sunday Times, National Geographic Traveler, Wanderlust, BBC, Condé Nast Traveler, Hindustantimes, Metro, The Huffington Post, The Telegraph, Budget Travel, Rough Guides, Geographical, Frommer's, Routar, The Wall Street Journal.</p> <p>Promoção online pelo Tripadvisor, pelas redes sociais Youtube e Facebook.</p>	<p>Parcerias com: Clare County Council, Fáilte Ireland, Geological Survey of Ireland, National University of Ireland Galway, University College Dublin, The Heritage Council, Department of Arts, Heritage and the Gaeltacht, The Office of Public Works, The Burren Ecotourism Network, The Cliffs of Moher Visitor Experience.</p> <p>Promoção online através da rede social Facebook e website.</p>
Público-alvo	Público em geral	Público em geral	Público em geral
Distribuição & Venda	Website	Website e Tripadvisor	Website

Projetos internacionais			
Projeto / Organização	Trilhas Griô	Reality Tours & Travel	Burren and Cliffs of Moher Geopark
Envolvimento da comunidade	As comunidades são parte integrante da experiência oferecida ao se estabelecer contacto entre as mesmas e os visitantes com a troca de saberes e com a oferta de gastronomia típica local cozinhada nas casas de famílias rurais.	Grande maioria do staff da organização pertence às comunidades locais e as comunidades confeccionam alimentação e recebem os visitantes nas suas casas.	Consulta da comunidade em todos os projetos; Envolvimento da comunidade nas atividades económicas – oportunidades de emprego e de rendimento.
Impactos na comunidade	<p>Oportunidade de 11 comunidades de 6 municípios participarem no setor turístico e obterem rendimentos;</p> <p>Promoção da preservação do património cultural e natural local;</p> <p>Partilha e valorização das tradições culturais locais.</p>	<p>Oportunidades de emprego a vários membros da comunidade;</p> <p>Crescentes oportunidades de educação e formação;</p> <p>Desenvolvimento e aplicação de projetos na área da saúde e bem-estar junto da comunidade;</p> <p>Impactos negativos reduzidos através da adoção de melhores</p>	<p>Criação de emprego, áreas e facilidades locais protegidas, mais atividades e eventos, melhoria do ambiente, aumento do conhecimento e informação, mais oportunidades de formação e educação, melhor gestão turística.</p>

Projetos internacionais			
Projeto / Organização	Trilhas Griô	Reality Tours & Travel	Burren and Cliffs of Moher Geopark
		práticas (proibição de fotografar, código de vestuário, comunicação contínua, meio de deslocação amigo do ambiente, outros)	
Fatores de sucesso	<p>Projeto de referência em educação e participação comunitária;</p> <p>Comunidade como elemento integrante da experiência turística;</p> <p>Possibilidade de personalização de roteiros de acordo com as preferências do visitante;</p> <p>Financiamento público.</p>	<p>Comunidade como desenvolvedora e prestadora das experiências desenvolvidas;</p> <p>Comunidade como elemento integrante da experiência turística;</p> <p>Promoção online, várias menções, nomeações a prémios</p> <p>Parcerias com várias entidades, como operadores turísticos a nível mundial;</p> <p>Valorização igualitária de todos os <i>stakeholders</i> (comunidade</p>	<p>Parcerias entre o setor privado local, a comunidade local e autoridades municipais;</p> <p>Foco no planeamento e gestão turística do património natural;</p> <p>Preocupação com o desenvolvimento do produto e seu marketing e promoção, e com a sustentabilidade do setor.</p>

Projetos internacionais			
Projeto / Organização	Trilhas Griô	Reality Tours & Travel	Burren and Cliffs of Moher Geopark
		<p>local, staff, participantes do programa, visitantes);</p> <p>Adoção de melhores práticas como forma de redução dos impactos negativos do turismo nas comunidades.</p>	

(a) preço por pessoa; (b) preço por grupo; (c) valor convertido para Euro (€); N/A informação não disponibilizada

Fonte: Elaboração própria

Tabela 39 – Análise benchmarking de projetos nacionais

Projetos nacionais			
Projeto / Organização	Projecto Querença	In2south - Proactivetur	Aldeia Viva
Área de influência	Querença, Loulé	Algarve	Ferraria de São João
Conceito	Projeto que procura soluções sustentáveis de dinamização dos recursos endógenos e criação de oportunidades de emprego.	Agência que procura uma relação sustentável com os valores do território e as comunidades locais, tendo foco na produção local, no empreendedorismo comunitário e na preservação do património.	Projeto que tem como intuito manter vivas as tradições da aldeia e as ligações com a comunidade.
Produto	Workshops de diversas temáticas, passeios interpretativos e animação cultural.	Caminhadas, observação de aves, turismo criativo, turismo comunitário.	Ateliers, percursos pedestres interpretativos, percursos de BTT, jogos, danças e festividades tradicionais.
Preço	1€ - 25€ ^(a)	110€ - 1 106€ ^(a)	25€ - 120€ ^(b)
Promoção & Comunicação	Parcerias com diversas entidades: Câmara Municipal de Loulé, Instituto	Parceria com agentes comerciais nacionais e internacionais:	Inserido no Plano de Animação das Aldeias do Xisto e em

Projetos nacionais			
Projeto / Organização	Projecto Querença	In2south - Proactivetur	Aldeia Viva
	<p>de Emprego e Formação Profissional, Junta de Freguesia de Querença, Caixa Geral de Depósitos, Portugal Telecom, Fundação Calouste Gulbenkian, Honda SA, Governo de Portugal – Secretario de Estado Adjunto da Economia e do Envolvimento Regional, ALGAR, Tivoli Marina Vilamoura, Crédito Agrícola, BUKRS.</p> <p>Promoção online através da rede social Facebook e website.</p>	<p>Wikinger Reisen, Schulz Aktiv Reisen, SNP – Naturreizen Van Anwb, Aarts Wandelreizen, Topo-Aktief Wandelvakanties, Associação Turismo do Algarve, PURA, Barrio-Life, e Tours For You.</p> <p>Sociedade e parceria com: Via Algarvia e Rota Vicentina.</p> <p>Certificação pelo Turismo de Portugal, Turismo de Natureza, NaturalPT, e pelo ICNF.</p> <p>Promoção online através da rede social Facebook e website.</p>	<p>colaboração com a Associação de Moradores da Ferraria de S. João.</p> <p>Promoção online através da rede social Facebook e website Aldeia Viva e website Aldeias do Xisto.</p>
Público-alvo	Crianças, estudantes, adultos e seniores	Público em geral	Público em geral e crianças do 1º ciclo

Projetos nacionais			
Projeto / Organização	Projecto Querença	In2south - Proactivetur	Aldeia Viva
Distribuição & Venda	Website e rede social Facebook	Website e rede social Facebook	Website, Website Aldeias do Xisto, rede social Facebook
Envolvimento da comunidade	Membros da comunidade participam diretamente no planeamento e na oferta das atividades e experiências.	Pacotes desenvolvidos em parceria com os membros da comunidade ligados ao setor da restauração (refeições em restaurantes tradicionais) e alojamento (alojamento em turismo no espaço rural); <i>Workshops</i> dados por membros da comunidade que partilhem a arte do saber.	Comunidade envolvida no planeamento do projeto e na participação e oferta das atividades aos visitantes.
Impactos na comunidade	Soluções sustentáveis de dinamização dos recursos endógenos; Criação de oportunidades de emprego;	Promoção da produção local e do empreendedorismo comunitário; Preservação do património local;	Promoção cultural e valorização das tradições e costumes locais; Oportunidades de emprego e de rendimento extra.

Projetos nacionais			
Projeto / Organização	Projecto Querença	In2south - Proactivetur	Aldeia Viva
	Promoção e valorização do património cultural e natural.	Aumento do consumo turístico que gera mais rendimentos.	
Fatores de sucesso	<p>Apoio por parte de diversas entidades públicas e privadas;</p> <p>Desenvolvimento de projetos economicamente viáveis através da criatividade e inovação;</p> <p>Atividades planeadas para diversos públicos (por exemplo, atividades específicas para alunos do 1º ciclo).</p>	<p>Parceria com agentes comerciais nacionais e internacionais, sociedade e parceria com Via Algarvia e Rota Vicentina;</p> <p>Certificação pelo Turismo de Portugal, Turismo de Natureza, NaturalPT e pelo ICNF;</p> <p>Foco em manter relações sustentáveis com as comunidades locais e os valores do território.</p>	<p>Inserção no Plano de Animação das Aldeias do Xisto;</p> <p>Projeto direcionado para as vertentes educacional, desportiva e social;</p> <p>(por exemplo, atividades específicas para alunos do 1º ciclo).</p>

(a) preço por pessoa; (b) preço por grupo

Fonte: Elaboração própria

Anexo C - Estrutura sociodemográfica

Tabela 40 - População residente (N.º) por local de residência (NUTS - 2013), género e grupo etário; anual

Período de referência de dados	Concelho	População residente (N.º) por local de residência (NUTS - 2013), Género e Grupo etário; anual																	
		Género																	
		Masculino e Feminino						Masculino						Feminino					
		Grupo etário																	
		Total	0-14	15-24	25-64	65-74	75+	Total	0-14	15-24	25-64	65-74	75+	Total	0-14	15-24	25-64	65-74	75+
2016	Condeixa-a-Nova	17 473	2 590	1 768	9 723	1 665	1 727	8 140	1 310	907	4 552	988	683	9 333	1 280	861	5 171	677	1 044
	Penela	5 556	622	565	2 725	624	1 020	2 596	287	307	1 316	287	399	2 960	335	258	1 409	337	621
	Soure	17 799	1 954	1 665	8 935	2 357	2 888	8 382	1 015	872	4 306	1 081	1 108	9 417	939	793	4 629	1 276	1 780
	Alvaiázere	6 789	639	667	3 310	795	1 378	3 150	329	334	1 648	339	500	3 639	310	333	1 662	456	878
	Ansião	12 449	1 319	1 274	6 484	1 477	1 895	5 849	690	640	3 159	631	729	6 600	629	634	3 325	846	1 166
	Pombal	52 971	6 530	5 694	28 039	5 808	6 900	25 285	3 359	2 935	13 728	2 508	2 755	27 686	3 171	2 759	14 311	3 300	4 145
2011	Condeixa-a-Nova	17 234	2 747	1 566	9 730	1 596	1 595	8 046	1 403	801	4 575	676	591	9 188	1 344	765	5 155	920	1 004
	Penela	5 910	744	578	2 877	771	940	2 788	375	297	1 417	340	359	3 122	369	281	1 460	431	581
	Soure	19 033	2 265	1 709	9 780	2 398	2 881	9 037	1 189	865	4 789	1 047	1 147	9 996	1 076	844	4 991	1 351	1 734
	Alvaiázere	7 222	766	763	3 415	922	1 356	3 374	398	385	1 697	385	509	3 848	368	378	1 718	537	847
	Ansião	13 035	1 655	1 324	6 735	1 595	1 726	6 138	846	651	3 297	700	644	6 897	809	673	3 438	895	1 082
	Pombal	55 018	7 606	5 939	28 781	6 159	6 533	26 275	3 888	3 065	14 037	2 679	2 606	28 743	3 718	2 874	14 744	3 480	3 927

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018a)

Tabela 41 – População estrangeira com estatuto legal de residente (n.º) por concelho de residência e nacionalidade, 2011-2016

Período de referência dos dados	População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por local de residência (NUTS - 2013) e nacionalidade (grupos de países); anual																	
	Concelho																	
	Condeixa-a-Nova			Penela			Soure			Alvaiázere			Ansião			Pombal		
	Nacionalidade (grupos de países)																	
	Total	UE 28	Extra UE 28	Total	UE 28	Extra UE 28	Total	UE 28	Extra UE 28	Total	UE 28	Extra UE 28	Total	UE 28	Extra UE 28	Total	UE 28	Extra UE 28
2016	269	42	227	206	134	72	199	55	144	211	167	44	271	183	88	1443	530	913
2015	275	47	228	192	125	67	198	55	143	181	141	40	242	155	87	1398	471	927
2014	273	41	232	175	119	56	205	55	150	163	120	43	237	135	102	1373	392	981
2013	283	40	243	183	118	65	213	61	152	165	111	54	232	109	123	1385	325	1060
2012	291	37	254	176	111	65	233	66	167	159	97	62	216	96	120	1464	277	1187
2011	307	39	268	173	106	67	243	81	162	166	98	68	215	85	130	1618	265	1353

Fonte: Elaboração própria com base em INE(2018)

Tabela 42 - Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades (à data dos Censos 2011), por tipo de dificuldade e grau de dificuldade, 2011

Dificuldades (N.º) da população residente com dificuldades (à data dos Censos 2011), por tipo de dificuldade e grau de dificuldade, 2011												
Concelho	Tipo de dificuldade											
	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	Grau de dificuldade											
	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	Não consegue efetuar a ação	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	Não consegue efetuar a ação
Condeixa-a-Nova	1690	41	966	42	1591	294	1072	293	658	413	750	182
Soure	2620	78	1604	82	2771	353	1682	285	1096	455	1205	200
Pombal	5984	181	3340	191	6599	885	3663	734	2283	1094	2573	558
Penela	710	36	424	28	769	133	526	94	305	147	358	72
Alvaiázere	1018	35	618	26	1163	145	684	99	425	222	435	62
Ansião	1344	64	820	50	1324	220	814	138	553	281	560	112

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2012)

Anexo D - Estrutura económica

Tabela 43 - Empresas (N.º) por região e atividade económica, 2012-2016

Empresas (N.º) por região e atividade económica, 2012-2016										
Atividade económica	Localização geográfica (NUTS - 2013)									
	Região de Coimbra					Região de Leiria				
	Período de referência dos dados									
	2016	2015	2014	2013	2012	2016	2015	2014	2013	2012
Total	52269	51539	50515	48993	47278	35022	34310	33625	33186	33277
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5450	5591	5484	4541	1822	2110	2062	2033	1657	1146
Indústrias extrativas	56	60	64	60	59	137	144	150	162	159
Indústrias transformadoras	2583	2605	2554	2514	2506	3074	3057	3067	3094	3108
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	382	81	49	39	40	131	43	24	23	19
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	42	48	52	53	53	62	63	65	59	56
Construção	4201	4214	4302	4485	4825	3958	3995	3993	4054	4315
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	9661	9856	9881	10036	10390	7772	7817	7813	7928	8104
Transportes e armazenagem	937	959	963	986	1042	845	857	859	877	901
Alojamento, restauração e similares	3492	3401	3299	3263	3318	2234	2165	2089	2058	2118

Atividade económica	Empresas (N.º) por região e atividade económica, 2012-2016									
	Localização geográfica (NUTS - 2013)									
	Região de Coimbra					Região de Leiria				
	Período de referência dos dados									
	2016	2015	2014	2013	2012	2016	2015	2014	2013	2012
Atividades de informação e de comunicação	586	542	521	535	506	339	325	316	313	297
Atividades imobiliárias	942	843	802	763	762	966	916	844	854	860
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5409	5326	5236	5159	5288	3360	3237	3155	3090	3116
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	6491	6290	5847	5506	5533	3993	3850	3637	3495	3453
Educação	2742	2731	2842	2783	2865	1532	1521	1496	1598	1717
Atividades de saúde humana e apoio social	5568	5379	5176	4989	4943	2156	1990	1912	1824	1803
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1297	1214	1159	1075	1082	726	674	645	607	620
Outras atividades de serviços	2430	2399	2284	2206	2244	1627	1594	1527	1493	1485

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018a)

Tabela 44 - Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012

Atividade económica	Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012					
	Concelho					
	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
Total	1543	1400	6082	745	1368	547
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	36	74	225	42	51	25
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	33	62	167	30	44	13
Silvicultura e exploração florestal	3	12	57	11	7	12
Pesca e aquicultura	0	0	1	1	0	0
Indústrias extrativas	4	4	15	1	8	0
Extração de hulha e lenhite	0	0	0	0	0	0
Extração de petróleo bruto e gás natural	0	0	0	0	0	0
Extração e preparação de minérios metálicos	0	0	0	0	0	0
Outras indústrias extrativas	4	4	14	1	7	0
Atividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas	0	0	1	0	1	0
Indústrias transformadoras	91	124	441	64	104	39
Indústrias alimentares	25	30	67	25	19	11
Indústria das bebidas	1	2	4	0	2	1
Indústria do tabaco	0	0	0	0	0	0
Fabricação de têxteis	1	4	12	1	8	1
Indústria do vestuário	5	5	19	2	6	1
Indústria do couro e dos produtos do couro	0	0	4	0	0	0
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	4	16	51	10	19	7
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	0	0	2	0	0	0

Atividade económica	Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012					
	Concelho					
	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
Impressão e reprodução de suportes gravados	2	6	13	2	2	1
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0	0	1	0	0	0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	0	0	9	0	0	0
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	1	0	1	0	0	0
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1	2	15	1	3	0
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	23	11	65	3	12	3
Indústrias metalúrgicas de base	0	0	2	0	0	0
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	16	29	94	15	27	7
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	0	0	1	0	0	0
Fabricação de equipamento elétrico	0	0	1	0	0	0
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	1	2	10	1	0	2
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	0	0	3	0	1	0
Fabricação de outro equipamento de transporte	0	0	1	1	0	0
Fabrico de mobiliário e de colchões	3	6	26	1	3	3
Outras indústrias transformadoras	5	5	11	1	1	0
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	3	6	29	1	1	2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	0	0	0	2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	0	0	0	2

Atividade económica	Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012					
	Concelho					
	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	1	7	1	3	2
Captação, tratamento e distribuição de água	0	1	1	0	0	0
Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	0	0	0	0	0	0
Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	0	0	6	1	3	2
Descontaminação e atividades similares	0	0	0	0	0	0
Construção	142	162	1369	163	251	90
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	66	79	678	81	134	50
Engenharia civil	5	0	27	2	17	4
Atividades especializadas de construção	71	83	664	80	100	36
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	307	362	1480	207	376	130
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	57	50	267	43	57	29
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	61	52	299	39	67	29
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	189	260	914	125	252	72
Transportes e armazenagem	49	50	234	31	86	28
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	46	49	226	30	85	28
Transportes por água	0	0	1	0	0	0
Transportes aéreos	0	0	0	0	0	0
Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)	1	0	6	1	1	0

Atividade económica	Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012					
	Concelho					
	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
Atividades postais e de courier	2	1	1	0	0	0
Alojamento, restauração e similares	100	90	366	53	84	46
Alojamento	6	2	19	4	7	7
Restauração e similares	94	88	347	49	77	39
Atividades de informação e de comunicação	15	10	26	3	12	2
Atividades de edição	0	0	1	0	3	1
Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	0	3	3	0	1	0
Atividades de rádio e de televisão	1	2	2	1	1	0
Telecomunicações	0	0	4	0	0	0
Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	13	4	13	2	6	1
Atividades dos serviços de informação	1	1	3	0	1	0
Atividades imobiliárias	18	14	138	10	26	6
Atividades imobiliárias	18	14	138	10	26	6
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	187	110	441	42	107	54
Atividades jurídicas e de contabilidade	85	57	231	23	56	26
Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	7	9	33	1	10	3
Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	58	28	118	12	29	17
Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	5	0	5	1	2	3
Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	0	3	15	1	0	1
Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	27	9	31	4	9	2

Atividade económica	Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012					
	Concelho					
	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
Atividades veterinárias	5	4	8	0	1	2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	215	107	412	23	73	35
Atividades de aluguer	2	3	23	3	2	0
Atividades de emprego	0	0	0	0	0	1
Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas	4	1	12	0	1	0
Atividades de investigação e segurança	0	0	2	0	0	0
Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	4	3	31	0	5	2
Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	205	100	344	20	65	32
Educação	107	92	267	30	71	25
Educação	107	92	267	30	71	25
Atividades de saúde humana e apoio social	164	82	288	26	48	29
Atividades de saúde humana	159	74	246	21	46	22
Atividades de apoio social com alojamento	3	4	26	4	1	4
Atividades de apoio social sem alojamento	2	4	16	1	1	3
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	40	23	70	12	20	14
Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	28	14	49	10	15	9
Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	0	0	1	0	0	0
Lotarias e outros jogos de aposta	0	0	0	0	0	0
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	12	9	20	2	5	5
Outras atividades de serviços	68	95	303	37	48	20

Atividade económica	Empresas (N.º) por concelho e atividade económica, 2012					
	Concelho					
	Condeixa-a-Nova	Soure	Pombal	Alvaiázere	Ansião	Penela
Atividades das organizações associativas	0	2	3	1	2	2
Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	11	9	19	5	6	1
Outras atividades de serviços pessoais	57	84	281	31	40	17

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2018a)

Tabela 45 – Evolução dos indicadores económicos, 2001 e 2011

Evolução dos indicadores económicos (censos 2001 e 2011)							
Concelho	Ano	População ativa	Taxa de emprego (%)	População empregada por setor económico (%)			Taxa desemprego (%)
				Setor primário	Setor secundário	Setor terciário	
Condeixa-a-Nova	2011	8305	57,9%	0,9%	20,7%	78,3%	9,7%
	2001	7014	53,6%	2,2%	28,1%	69,8%	5,9%
Penela	2011	2365	45,0%	2,3%	28,8%	68,9%	11,1%
	2001	2552	44,2%	6,3%	41,4%	52,2%	5,2%
Soure	2011	7871	46,3%	2,7%	24,3%	73,1%	11,3%
	2001	8481	46,0%	4,4%	32,5%	63,1%	6,9%
Alvaiázere	2011	2650	40,8%	4,2%	33,6%	62,2%	11,8%
	2001	2918	39,8%	7,6%	42,0%	50,4%	4,9%
Ansião	2011	5404	47,2%	2,3%	36,7%	60,9%	11,7%
	2001	5768	48,8%	5,0%	48,1%	46,9%	5,1%
Pombal	2011	23587	49,7%	3,2%	38,9%	57,9%	10,1%
	2001	23712	49,9%	6,7%	46,2%	47,1%	3,5%

Fonte: Elaboração própria com base em (Pordata, 2015b, 2015c, 2015a, 2015d)